

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**BELISSA DO PINHO JAMBERSI**

**O PAPEL DA ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA DE SÃO CARLOS NA  
CONSTITUIÇÃO DE UM PODER LOCAL DE ELITE (1911-1923)**

**SÃO CARLOS, SP**

**2014**

**BELISSA DO PINHO JAMBERSI**

**O PAPEL DA ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA DE SÃO CARLOS NA  
CONSTITUIÇÃO DE UM PODER LOCAL DE ELITE (1911-1923)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, como requisito para exame de qualificação. **Linha de Pesquisa:** Educação, Cultura e Subjetividade. **Orientadora:** Sandra Aparecida Riscal.  
**Bolsa:** CAPES

**SÃO CARLOS, SP**

**2014**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

J27pe

Jambersi, Belissa do Pinho.

O papel da escola normal secundária de São Carlos na constituição de um poder local de elite (1911-1923) / Belissa do Pinho Jambersi. -- São Carlos : UFSCar, 2014.  
254 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Escola normal. 2. Educação de elite. 3. Representações sociais. 4. Tradição. 5. São Carlos (SP). I. Título.

CDD: 370.71 (20ª)



Programa de Pós-Graduação em Educação  
Comissão Julgadora da Dissertação de mestrado de

Belissa do Pinho Jambersi  
São Carlos 03/02/2014

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Aparecida Riscal

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Agueda Bernardete Bittencourt

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cristina da S. G. Fernandes

Three handwritten signatures in blue ink, each written over a horizontal line. The signatures are: Sandra Aparecida Riscal, Agueda Bernardete Bittencourt, and Maria Cristina da S. G. Fernandes.

## RESUMO

Este estudo examina o papel da escola normal de São Carlos na constituição de um imaginário de elite na cidade de São Carlos no período de 1911 a 1923. A questão que motivou esta pesquisa foi a tradição, difundida desde sua criação, na década de 1910, segundo a qual a Escola normal de São Carlos teria sido o espaço privilegiado para a formação das filhas de fazendeiros locais. Pretende-se explorar e descrever as relações únicas e específicas que teriam tornado a normal de São Carlos um dos elementos de construção da tradição aristocrática da elite de São Carlos. Para atingir o objetivo proposto procurou-se examinar os prontuários de formandos e os periódicos da época e descrever a experiência dos homens naquele momento, procurando reconhecer na trama social, os elementos necessários para o processo de construção de sua particular visão de mundo. Interessou-nos apreender as representações sociais por meio das quais os diferentes agentes concebiam a si e o seu lugar na sociedade.

**Palavras-chave:** Escola normal de São Carlos, educação de elite, representações sociais, tradição local.

## ABSTRACT

This study examines the role of the Normal School of San Carlos in the constitution of the elite imaginary in São Carlos in the period of 1911-1923 . A question that motivated this study was the tradition, widespread since its creation in the 1910s, whereby the normal School of São Carlos would have been the privileged space for the formation of the daughters of local farmers . We intend to explore and describe the unique and specific relationships that would have become the Normal School of San Carlos of the elements that built the tradition of aristocratic elite of São Carlos. To achieve the proposed objective sought to examine the records of graduates and periodicals of the time and describe the experience of men at that time , trying to recognize on the social frame, the elements necessary for the process of building their particular worldview . Our interest is to apprehend the social representations through which different actors would have conceived the themselves and their place in society.

**Keywords:** Normal School of São Carlos , elite education , social representations , local tradition .

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à Deus não pela oportunidade de ingressar e concluir o curso de Mestrado, mas agradeço as dificuldades e o caminho que percorri para tomar a decisão de inscrever-me no processo seletivo do curso de Mestrado. Dificuldades enfrentei, tive muitos tombos para chegar a esse curso, mas posso dizer que esse título claro que representa uma conquista, mas acima de tudo representa maturidade pessoal e por conseguinte crescimento profissional. Não cabe descrever o caminho que percorri para chegar a decisão de me matricular no curso, mas deixar de mencionar esses pequenos detalhes seria como deixar de agradecer e de expressar minha realização ao terminar esse curso.

Por isso, as pessoas que agora agradeço, foram aquelas que estiveram comigo durante esse caminho me aconselhando e mostrando que as vezes as coisas não são como nos pensamos. É preciso em certas situações ter calma e sabedoria...E essas pessoas são os meus pais Ana e Adelson, exemplos de pais dedicados e amorosos. Se hoje cheguei até aqui, não foi sozinha. Agradeço aos valores, aos ensinamentos e a base que tive, pois a dedicação de vocês me ensinou a ser uma pessoa íntegra e a lutar pelos meus objetivos, se uma porta se fecha, a outra se abre. Obrigada Pai! Obrigada mãe!

Não poderia deixar de mencionar também o grande apoio que tive do meu companheiro Pedro que acompanhou o meu percurso para chegar a esse curso, de forma sempre tão meiga e dedicada você me acalmava e me mostrava que as vezes precisamos de um tempo para enxergar as ideias e colocá-las em ordem! Agradeço a sua atenção, carinho e compreensão gestos pequenos, mas com imenso significado e valor. E claro! agradeço todo o apoio técnico que sem sua “ajudinha eu estaria perdida”

Agradeço ao meu irmão Guilherme e minha cunhada Lilian pela companhia e pela presença e por ser parte da minha família.

Aos amigos Thiago e Ana Helena, exemplos de amizades leais. Obrigada por me ampararem no momento em que precisava de um ombro amigo.

Agora faço os agradecimentos acadêmicos.

Em primeiro lugar agradeço a minha orientadora. Obrigada Sandra por ter acreditado em mim! Mesmo sabendo da enorme dificuldade teórica que enfrentaria nesse curso você me deu uma nova chance e acreditou em meu potencial. “Demorou” um pouquinho, mas com você eu aprendi a enxergar o mundo de outra forma. Com certeza, hoje não vejo as coisas como antes e com certeza você contribuiu e muito para o meu amadurecimento acadêmico. Obrigada pelas conversas teóricas e pela orientação.

Agradeço aos funcionários da Fundação Pró-Memória de São Carlos, Matheus, Heloísa, Luíza e Leila, pelas informações cedidas, pelas dicas e pelo apoio durante toda a etapa da pesquisa.

Agradeço a Regina diretora e Lucinei vice-diretora da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião por ter aberto as portas da escola para a pesquisa.

Agradeço as funcionárias da secretária da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião; Carolina, Joseane Renata e Eloara, pelas informações cedidas e pelo apoio durante toda a etapa da pesquisa.

Agradeço aos professores da banca de qualificação, Prof<sup>o</sup> Flávio e Prof<sup>o</sup> Eduardo por terem aceitado o convite e por ajudarem a melhorar esse trabalho com seus conselhos e sugestões ampliando a minha percepção crítica.

Agradeço aos professores da banca de defesa Prof<sup>a</sup> Agueda e Prof<sup>a</sup> Maria Cristina, por terem aceito o convite e por ajudarem a melhorar esse trabalho com seus conselhos e sugestões ampliando a minha percepção crítica.

Agradeço a Bia e a Dani amigas do grupo de pesquisa pelas contribuições e apoios nos momentos em que precisei.

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1- Produtividade comparada das principais regiões produtoras de café em arrobas por mil pés	p.55
Tabela 2 – Cafeeiros por propriedade Araraquara e São Carlos.	p.56
Tabela 3– Cafeeiros por propriedade. São Carlos 1916 e 1928	p.57
Tabela 4 – lista do dez maiores produtores de café da região de São Carlos	p.60
Tabela 4 a – Lista dos maiores produtores segundo lançamento de contribuintes do imposto sobre café de 1896 a 1901	p.60
Tabela 4b – lista do dez maiores produtores de café da região de São Carlos em 1915 segundo o <i>Almanach do Estado de São Paulo</i>	p.61
Tabela 5- Presidentes da Câmara e Intendentes Municipais 1892 a 190	p.158
Tabela 6: Prefeitos 1908 a 1930.	p.158
Tabela 7: Relação da cidade de Origem dos alunos	p.170
Tabela 8: Trajetória social de alguns alunos da escola normal de São Carlos de 1911 a 1923	p.181
Tabela 9 : Registros segundo declaração de profissão	p.182
Tabela 10: Gráfico com profissão declarada e profissão não declarada	p.183
Tabela 11 – Relação de profissões declaradas	p.183
Tabela 12 – Indicação percentual por profissões declaradas.	p.184
Tabela 14 - Imigrantes chegados a São Carlos (1884-1929)	p.188
Tabela 15 – Atividades industriais e profissões de São Carlos (1901-1940)	p.190
Tabela 16 – Relação de Alunos Diplomados por gênero	p.191
Gráfico 1 - Alunos segundo as regiões administrativas atuais.	p.191
Gráfico 2- Comparativo dos percentuais de profissões declaradas	p.191

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta do núcleo urbano de São Carlos 1857 a 1888	p.160
Figura 2: Mapa da área urbana da cidade de São Carlos, formada entre 1857 e 1929, com os principais eixos de expansão do período	p.163 p.165
Figura 3: Planta do antigo e novo prédio da escola normal de São Carlos	p.165
Figura 4: Exemplo de um Atestado de Conduta	p.168
Figura 5: Anúncios voltados para Escola Normal	p.172
Figura 6: Despedida do Lente Dr. Atugasmim Médici	p.175
Figura 7: Coquetel entre vereadores, 1948	p.180
Figura 8: O Correio de São Carlos	p.200
Figura 9: Fragmento do Discurso de Formatura	p.216
Figura 10: Planta da cidade de São Carlos	p. 222

## SÚMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	p.13
<b>CAPÍTULO 1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DAS OLIGARQUIAS E AS ELITES DE CAFEICULTORES PAULISTAS</b>	
<b>cafeicultores paulistas</b>	p.27
1.1 Oligarquias, elites, coronéis, barões do café	p.31
1.2 Exportadores e agricultores	p.38
1.3 Capital cafeeiro e capital agrícola	p.41
1.4 A política dos governadores	p.45
1.5 São Carlos e a economia cafeeira	p.53
1.6 Modernização e progresso conservador: os magnatas e a nobreza do café	p.63
1.7 A gênese das tradições familiares dos Arruda Botelho e dos Cunha Bueno e Ellis	p.67
1.8 The Land Lords of Brazil: bandeirantes e <i>selfmademen</i> do café	p.70
1.9 Alfredo Ellis Jr.: o modernismo e o discurso sobre as origens da “democracia paulista”	p.82
1.10 A nobreza de São Carlos: O conde do Pinhal e a família Arruda Botelho	p.85
1.11 Conde, Fazendeiro, banqueiro, homem de negócios	p.90
1.12 Considerações sobre a elite política de São Carlos no início do século X	p.109
<b>CAPÍTULO 2 A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO BANDEIRANTE: MODERNIDADE E PROGRESSO EM SÃO PAULO</b>	p.112
2.1 A belle époque caipira	p.112
2.2 A invenção da tradição bandeirante	p.114
2.3 A invenção da tradição aristocrática da elite de São Carlos.	p.124
2.4 A construção da tradição local	p.127
<b>CAPÍTULO 3 A ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS: A EDUCAÇÃO COMO ESTILO DE VIDA</b>	p.130
3.1 Considerações sobre o debate em torno das origens das escolas normais	p.130

3.2 O projeto educacional republicano e as oligarquias	p.134
3.3 A escola normal e a república	p.140
3.4 A escola normal de São Carlos	p.142
3.5 A construção do prédio da escola	p.161
3.6 Filhos de fazendeiro, comerciantes, imigrantes: um curso para formação de elites	p.166
3.7 A escola normal de São Carlos e a construção do imaginário aristocrático	p.174
3.8 A escola Normal de São Carlos e o processo imigratório	p.185
3.9 A feminização da escola normal	p.191
3.10 A escola normal de São Carlos e a construção de uma tradição de elite : a imprensa	p.199
3.11 O Grêmio normalista Vinte e Dois de Março	p.205
3.12 O Cerimonial de Formatura	p.211
3.13 Escola Normal de São Carlos: prestígio e distinção cultural	p.217
3.14 A escola normal de São Carlos, o prédio e a cidade	p.221
3.15 Considerações sobre a educação aristocrática	p.222
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	p.225
<b>REFERÊNCIAS</b>	p. 227
<b>ANEXOS</b>	p.240
<b>APÊNDICES</b>	p.246

## Introdução

Este estudo examina o papel da escola normal de São Carlos na constituição de um imaginário de elite, na cidade de São Carlos, no período de 1911 a 1923. O objetivo desta dissertação é apresentar a relação entre a experiência social de um determinado grupo social, a elite de São Carlos, e a visão de mundo que caracterizou seus discursos políticos, culturais e educacionais, em um momento onde se processava os modos de transição de uma sociedade escravista para uma sociedade moderna, em uma cidade constituída em torno da economia cafeeira.

O interesse em estudar este tema decorreu dos resultados obtidos na pesquisa de iniciação científica concluída em 2008 e financiada pela FAPESP (processo número 07/05729-8), intitulada “*A escola normal e a formação intelectual da cidade de São Carlos (1911 – 1920) um estudo dos valores republicanos da época*”, tendo como objeto de estudo a formação intelectual das normalistas da cidade de São Carlos, no período de 1911 a 1930. Naquele estudo, procurou-se apontar como a formação de cunho humanístico e o ensino propedêutico irradiavam ou não o ideal republicano, a partir do qual a educação era entendida como um instrumento para o progresso.

O estudo desenvolvido no mestrado redesenha o tema da iniciação científica, voltando-se para aspectos mais específicos. Se, durante a graduação, a pesquisa teve como objeto de estudo compreender, dentro de um contexto nacional, como se desenhou, o curso de formação dos professores da cidade de São Carlos, a pesquisa de mestrado, por outro lado, teve um enfoque mais restrito e voltou-se mais especificamente para a construção de uma tradição que representou a escola normal de São Carlos como *locus* privilegiado de formação da elite local.

A questão que motivou esta pesquisa foi a tradição, difundida desde sua criação, na década de 1910, segundo a qual a Escola normal de São Carlos teria sido o espaço privilegiado para a formação das filhas de fazendeiros locais.

As questões fundamentais que nortearam este estudo foram: teria sido a escola normal, de fato, o *locus* privilegiado para a formação das filhas de fazendeiros e demais membros da elite local ou esta teria sido uma tradição construída que se perpetuou ao longo da história da escola e da cidade? Neste caso, poderia ter sido a escola um local de enobrecimento para aqueles que a frequentavam, permitindo o acesso à condição de elite local? Ou teria sido a escola normal parte de uma estratégia de reprodução de uma tradição que visava distinguir aqueles que pertenciam a elite dos demais membros da população local?

A perspectiva deste estudo segue uma abordagem diferente daquelas que tem tratado do tema da escola normal republicana, em geral. As pesquisas realizadas adotam uma atitude investigativa que estabelece, de antemão, a escola normal de São Carlos como caso exemplar da educação normal republicana e da relação entre as oligarquias cafeeiras e a educação. Os temas escolhidos debruçam-se sobre problemas estruturados a partir de categorias previamente definidas, que direcionam o olhar do pesquisador para resultados que já tinham sido pressupostos desde o início, neste caso, a demonstração de que na escola normal de São Carlos praticava-se uma típica educação republicana articulada aos interesses da oligarquia cafeeira. Ao adotar esses pressupostos, ao final, estes estudos confirmam a concepção geral de que a escola normal de São Carlos seria mais um exemplo em que a infraestrutura econômica determinaria a ideologia dominante, no caso, das oligarquias cafeeiras, que representaria a verdadeira intenção por detrás da criação das escolas normais.

Inversamente, neste estudo, pretende-se mergulhar na singularidade da trama social constituída pelos indivíduos cujos interesses, ainda que em macro escala possam estar articulados com estratégias mais gerais, em sua constituição material referem-se essencialmente a questões locais. É importante que se esclareça que se trata de um momento muito específico da experiência social local, geográfica, histórica e socialmente determinada. Não se poderia, portanto, a partir da singular experiência aqui confrontada, proceder a uma generalização para todas as demais escolas normais, para as demais oligarquias ou para o projeto educacional de toda a economia cafeeira paulista.

A especificidade local está no cerne deste estudo. A confluência de diferentes fatores próprios à vida cultural, política, econômica e social local possibilitaram a constituição de uma tradição local, não generalizável para outros espaços, cujas experiências teriam sido, elas também, próprias e específicas.

Tomada neste sentido, a presente dissertação não tem como finalidade apresentar uma visão exemplar da relação entre a nascente escola normal republicana e a economia cafeeira, mas explorar e descrever as relações únicas e específicas que teriam tornado a normal de São Carlos um dos elementos de construção da tradição aristocrática da elite de São Carlos.

Um dos principais problemas que procuramos abordar foi a impossibilidade de entendermos uma cultura por meio de concepções universalizantes. Em nosso entendimento, esse tipo de abordagem, frequentemente adotada nos estudos referentes a esse tema, partem do princípio de que todas as escolas normais, daquele período, teriam o mesmo significado para a sociedade local e para toda a república brasileira. Essa visão, tomada em sua generalidade, pretende subsumir os discursos e padrões de comportamento da época à categorias de caráter ideológico que compreendem a cultura, a política e a educação local como decorrência da infraestrutura econômica.

À medida que nossa pesquisa avançou, percebemos que não poderia ser adotada uma explicação totalizante, que permitiria identificar na criação da escola normal de São Carlos mais um caso típico da criação das escolas normais da época. As narrativas sobre as disputas pela responsabilidade pela criação da escola normal em São Carlos, a observação da forma como a escola era descrita nos jornais e almanaques da época, os anuários e censos estatísticos, o discurso presente até os dias de hoje de que teria sido a escola um local de formação das filhas de fazendeiros e dos demais membros enriquecidos da elite da cidade junto com os dados coletados nos arquivos da escola, introduziram uma dúvida sobre a validade da concepção baseada na universalização de uma ideologia da oligarquia cafeeira.

Tendo em vista a perspectiva de um estudo que tratasse das especificidades da tradição local, recusou-se a explicação ideológica, que generaliza para todas as escolas normais, uma interpretação única, fundada na legitimação das oligarquias e em suas necessidades produtivas. A ideologia, por sua própria natureza tende a ser universalista. Fundamentada na concepção segundo a qual o discurso dominante seria um falseamento dos verdadeiros fundamentos da ação, encontram sua resposta na intenção das classes dominantes e, se a dominação é de classe, é necessário que seja universalizada para todos aqueles submetidos a sua dominação.

Um estudo como o desta pesquisa, que se detenha por meio de aspectos mais específicos, com foco no que há de distintivo, intrínseco e próprio à constituição da escola normal de São Carlos e em seu papel no intrincado jogo de relações de poder que caracterizaram a cultura política local naquele período, pretende oferecer uma nova perspectiva, que explora, entre outras coisas, peculiaridades ignoradas por perspectivas generalizantes, permitindo a apresentação de diferentes cenários. Focando nas situações singulares, na produção dos discursos e representações dos agentes sociais que naquele momento se imbuíam da tarefa de construir uma tradição local, pôde-se constatar não apenas divergências e tensões, entre suas práticas, como também descortinou-se um novo panorama cultural, político e social constituído por uma rede de significados mais complexa do que imaginávamos no início do percurso.

Um dos aspectos cruciais desta pesquisa foi a constatação de que o discurso tradicional que propagava a riqueza, nobreza e cultura refinada de uma elite local formada por grandes fazendeiros, no caso de São Carlos não se sustentava. Anuários estatísticos e censos agrícolas da época, apresentavam um quadro bem diferente, revelando um grupo de fazendeiros sem o antigo vigor financeiro de outros tempos, mas capazes de manter politicamente o mesmo prestígio de outrora. Grandes produtores no período imperial, quando tinham sido agraciados com títulos de nobreza, em muitos casos tratavam-se das famílias cujo patrimônio original fora dissolvido nas partilhas de heranças ou drasticamente perdido nas mãos de inábeis herdeiros. No período de

fundação da escola normal de São Carlos a agricultura cafeeira da cidade já vinha combatida há mais de uma década. Restara apenas a tradição da riqueza de outrora.

Para atingir o objetivo proposto para este estudo procurou-se, entre a documentação e fontes disponíveis, estabelecer quais poderiam ser aquelas que permitiriam descrever a experiência dos homens naquele momento, procurando reconhecer na trama social, os elementos necessários para o processo de construção de sua particular visão de mundo. Aliados às ferramentas teóricas, que permitem o diálogo e a formulação de hipóteses explicativas, pretendeu-se apresentar uma descrição com maior profundidade, fugindo das explicações mais gerais e dos lugares comuns ditados pela tradição.

A análise da documentação e fontes visou apresentar uma descrição da maneira a qual a tradição local teria sido constituída, articulada e fundida na trama social de forma a apresentar-se naturalizada, como um dado sem história. Partiu-se da ideia de que as ações sociais só podem ser conhecidas por meio das tramas onde foram constituídas. De acordo com Paul Veyne (1978), os sujeitos são constituídos pelas práticas sociais, das quais fazem parte e se desenvolvem nas relações com os outros. A prática social é o meio pelo qual os agentes se reconhecem em determinada época, por isso ela se estabelece no campo da ação, ou seja, do que é vivido pelo sujeito, determinando sua configuração no espaço social e, em decorrência disso, as práticas podem sofrer variações de um campo para o outro:

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa. (VEYNE, 1978, p.42)

Interessa a este estudo apresentar uma descrição aprofundada de atos sociais concebidos em um âmbito reduzido, por meio do estudo de seu denso entrelaçamento social. É precisamente esse entrelaçamento, que garante sua inserção na vida coletiva, o processo que atribui significado a vida dos indivíduos na trama social. É o sentido público da tradição construída, como elemento cultural que pretendeu-se apreender, porque é publicamente que as ações se constituem e adquirem sentido, organizando os modos de agir e sentir e construindo a visão de mundo própria ao local estudado.

Por esse motivo, interessou-nos apreender as representações sociais por meio das quais os diferentes agentes concebiam a si e o seu lugar na sociedade. De acordo com Jodelet (2002) as representações sociais são constituídas por um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, permitindo a construção de uma realidade social comum.

Os agentes sociais não são, assim, passivos receptores ou reprodutores de uma ideologia dominante. As representações e a memória social são o resultado de uma dinâmica social onde os

agentes formam e são formados por ela em uma articulação que se encontra no domínio simbólico e se constitui por meio de um imaginário coletivo de valores, opiniões, gostos, desejos etc. Por meio desse imaginário social as atividades dos agentes tornam-se inteligíveis e se inserem em uma relação cotidiana, construindo para si representações de suas posições e identidade.

De acordo com Chartier (1991, p.184) as representações sociais seriam “estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade”. Essas práticas permitem que os sujeitos se reconheçam e compartilhem uma maneira própria de representar o mundo que se objetivam nas tradições criadas e que constituem a forma de existência do grupo social.

Não há, assim, a separação, exceto para fins analíticos, entre a constituição do indivíduo e a constituição da coletividade e os conflitos entre o individual e o coletivo constituem a própria essência do campo do vivido, uma vez que isso torna-se a realidade fundamental da vida social.

Neste estudo trataremos da construção de uma tradição, a concepção aristocrática que a elite são-carlense construiu para si. Essa tradição é concebida neste estudo como uma representação social que se apresenta por meio de um discurso sobre o passado que estrutura e dá forma e sentido a vida social deste grupo particular.

Nesta perspectiva Moscovici (2002), observa que o processo social é um processo por meio do qual os sujeitos se familiarizam com as formas de compreensão, modelos e concepções de existência praticados na sociedade. O passado predomina, assim, sobre o presente e nada aparece como novo porque a familiaridade constituiria a forma de pertencimento e julgamento do que seria o real.

Na condição de representação social a tradição, embora se refira a um passado imutável não é, ela própria fixa ou inalterável. A perpetuação da tradição exige que ela seja sempre renovada, seja no imaginário dos novos agentes sociais, seja nas novas instituições, por isso possui uma lógica própria e constitui-se em uma dinâmica social que incorpora, ressignifica e redefine as práticas sociais em seu interior, por meio dos elementos simbólicos que garantem sua constância e identidade.

A tradição apresenta-se, assim como um discurso próprio a um grupo social, que se renova e ressignifica constantemente como forma de garantir a sua permanência como prática social. O termo discurso é aqui utilizado no sentido atribuído por Foucault (2010), como um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação.

A concepção de tradição é aqui tratada como tradição inventada, isto é, um conjunto de práticas sociais de caráter simbólico que reconstruem a história. Essas práticas são reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas que, por meio da repetição garantem a sua continuidade (Hobsbawn, 1997). A tradição, constituindo uma mediação entre o presente com o passado, possibilita um sentimento de pertencimento social.

A abordagem adotada neste estudo é a descrição densa, segundo a concepção de Geertz (1989). Partindo-se da concepção segundo a qual, o comportamento humano é ação simbólica, pretende-se apresentar algumas descrições desses significados que só podem ser apreendidos na teia de relações onde essas ações se constituem. Não importa aqui o sentido dessas ações para nós, nem sua conexão com o presente. Busca-se, antes de tudo, o significado que lhe foi atribuído pelos seus próprios agentes. Como observa Geertz (1989), a cultura consiste naquilo que alguém tem que saber ou acreditar para agir de forma que seja reconhecida e aceita pelos membros de sua comunidade social.

Não se trata, portanto, de apreender um hábito, habilidade ou um conhecimento específico, mas uma forma de saber que determina que se deve fazer algo de um jeito e depois uma outra coisa de um outro jeito, de forma que todos compreendam, naquela sociedade, o sentido dessa ação. É o sentido público da cultura que é apreendido e ao mesmo tempo organiza uma visão de mundo dos modos de agir e sentir, porque as ações se constituem publicamente. A cultura constituiria, portanto, redes de significados, socialmente estabelecidos e objetivamente perceptíveis, que permitem que as ações sejam imediatamente compreendidas por outros membros dessa sociedade, como uma espécie de cumplicidade ativa.

Os sistemas simbólicos não são, assim, simplesmente ideológicos, psicológicos ou atos mentais. São práticas sociais, e, como tais, podem ser descritos como fenômenos sociais, no sentido atribuído por Emile Durkheim a este termo.

O estudo ou descrição do pesquisador, parte da orientação estabelecida inicialmente por sua própria intenção, recortando o feixe cultural que pretende abordar. É a partir da sistematização dos dados, pelo pesquisador, que uma determinada cultura é descrita e o resultado obtido não é uma descrição da própria cultura, mas uma descrição a partir das possibilidades de interpretação do pesquisador, o que faz dela uma mediação.

O trabalho do pesquisador não é uma fotografia imparcial da realidade. Da mesma forma que a fotografia é uma construção e uma interpretação do que é fotografado, segundo as técnicas disponíveis e a percepção estética do fotógrafo, também a descrição apresentada pelo estudioso não depende da sua capacidade de captar os fatos fidedignamente, mas do aparato conceitual de que dispõe para interpretar e da escolha deliberada daquilo que procura ver.

A concepção de cultura de Geertz (1989) é essencialmente semiótica e baseia-se na ideia de que o homem constitui-se por meio de teias de significados que podem ser objetivamente apreendidos. Trata-se de um discurso social que se expressa em atos simbólicos, sejam de ações, palavras ou arte. Entretanto é necessário tomar cuidado para não se cair em uma manipulação conceitual dos atos observados ou de uma adivinhação de seus significados. É por meio da

interpretação não de atos isolados, mas dos fluxos dos discursos sociais, que os sinais da cultura podem ser apreendidos.

A opção por uma descrição densa permite compreender como as representações sociais se apresentam em espaços limitados que constituem a esfera local. Não se trata aqui, portanto, de estabelecer o que se pensa ou como se age em âmbito nacional, de uma época ou de uma civilização, mas, de abordar um microcosmo em um âmbito infinitamente menor. Também não se trata de usar o estudo do papel da escola normal local para realizar generalizações, como o papel da educação no início da república na exploração das massas, ou do papel da escola normal na ascensão do capitalismo nacional ou ainda da ideia de educação de classes como forma de ascensão econômica.

Pretende-se abordar, substantivamente, a especificidade complexa das circunstâncias de uma cultura que se forma por meio de relações mediadas, neste caso, pela escola normal de São Carlos. Não é intuito deste estudo, portanto, estabelecer, por meio do microcosmo estudado, um sentido geral da educação de elite, mas, de descrever a especificidade de ações consideradas pelos agentes locais como distintivas de uma hierarquia social própria e cujo sentido só poderia ser apreendido por meio dos significados veiculados naquele momento pelos agentes ali localizados.

A abordagem semiótica da cultura, apoiada na descrição densa, permite que se estabeleça uma porta de acesso para os significados subjacentes às ações estudadas. O estudo não pretende, portanto, oferecer uma proposição generalizável que possa ser aplicada às demais escolas normais de São Paulo ou do país. Nossa intenção é constituir por meio da apreensão dos significados veiculados naquele momento, mais sutis e efêmeros um inventário das percepções compartilhadas pelos diferentes agentes, a respeito da escola normal de São Carlos em sua relação com a tradição aristocrática, construída como representação de si pela elite local. Por esse motivo, toda pista e toda possibilidade interpretativa são importantes. Como observa Geertz (1989), os resultados anteriormente obtidos por outros pesquisadores sobre o tema são igualmente importantes, porque informam o impulso intelectual que dá início a pesquisa e constituem a base sobre a qual as distinções podem ser realizadas.

Os dados anteriormente descobertos devem ser mobilizados, os conceitos anteriormente desenvolvidos devem ser comparados, as hipóteses anteriormente formuladas devem ser testadas. A diferença da descrição densa está no procedimento. Não se parte da ideia de que as teses já estão comprovadas, procurando-se o seu aprofundamento ou ampliação. Diversamente, parte-se de um tateio desajeitado, de um escrutínio de sentidos ainda não testados, mais elementares, para a busca de um vínculo mais específico e cujo significado só pode ser apreendido localmente. Neste sentido o novo estudo é um desafio, não um conhecimento que se acumula sobre a interpretação anterior, mas que corre ao seu lado, desafiando e estabelecendo novos aspectos a serem perscrutados.

A descrição densa busca elementos para anotar o significado que as ações tinham para os agentes. Sua tarefa é dupla: descobrir as estruturas intelectuais que informam os sujeitos, o que é dito e que constitui o discurso social e, em segundo lugar, busca a construção de um aparato conceitual para sua análise. Os conceitos resultantes desse processo derivam, assim, do próprio processo de análise e pertencem às ações focadas e, por isso, não pode ser extensivo a outras estruturas sociais. Da mesma forma, as conclusões conceituais resultam da análise de atos sociais concebidos em um âmbito reduzido, por meio do estudo de seu denso entrelaçamento social, e que são apoiados pela sua inserção na vida coletiva, atribuindo significado a essa vida.

A partir dessas considerações, procuramos encontrar, na documentação disponível sobre a escola, seus alunos e docentes, bem como nos estudos sobre a constituição da elite local, as indicações que permitissem apreender o processo de construção da relação entre a escola e os setores privilegiados da sociedade.

Para uma maior aproximação do problema, iniciamos o percurso com um levantamento das matrículas na escola nos anos de 1911 a 1923. O material encontra-se atualmente nos arquivos da escola, hoje denominada Escola Estadual Dr. Álvaro Guião. Como este material não apresentava indicações da profissão ou origem social dos matriculados, uma vez que a declaração da profissão dos pais não era obrigatória, optou-se por outros recursos, tais como levantamentos dos registros dos prontuários dos formandos, dados dos proprietários daquele período nos cartórios da região, levantamentos demográficos e socioeconômico, censos, almanaques e periódicos da época.

O tratamento do material obedeceu a um critério de análise que buscava inicialmente inventariar os registros, as notícias, as notas, as propagandas e os anúncios que fizessem menção à escola, aos seus alunos, corpo docente, funcionários e dirigentes bem como sua relação com as famílias tradicionais da cidade. Em seguida, esses dados brutos foram classificados de acordo com o seu conteúdo, procurando-se estabelecer, ainda, as relações que eram veiculadas entre a escola e outras instituições do município.

Ao longo da pesquisa, o que encontramos foram novas questões que nos levaram a revisão do problema tal como fora inicialmente concebido. Verificamos que a própria forma como o problema havia sido colocado induzia a uma perspectiva que não poderia ser adequadamente averiguada por meios dos materiais existentes. Não era possível encontrar documentos que permitissem a verificação da origem social dos frequentadores da escola normal. Por outro lado, tornava-se cada vez mais freqüente, o vínculo entre uma tradição de elite veiculada pela escola e a construção de uma tradição que remontava o passado da elite da cidade às famílias dos grandes fazendeiros locais. Em particular, toda referência a história de São Carlos remetia, de uma forma ou de outra, à uma família de grandes

fazendeiros que teriam sido responsáveis por sua fundação, pela criação da escola e da grandeza da cidade.

Essa família, os Arruda Botelho eram sempre tratados como uma espécie de dinastia nobre local, de onde teria se originado todo o poder e riqueza no período da expansão da lavoura do café na cidade de São Carlos. Ao mesmo tempo, uma das ideias mais divulgadas, a riqueza desses fazendeiros, no período de criação da escola parecia não se sustentar, uma vez que os anuários agrícolas e os estudos que tratavam da economia cafeeira no período indicavam que a produção de café neste período já entrara em decadência na região.

Mais interessante ainda, parecia ser o fato de que a família do maior fazendeiro da região, Alfredo Ellis, cuja fazenda Santa Eudóxia fora considerada a mais importante do país, não aparecia entre as mais importantes fazendas dos proprietários rurais da cidade. Rival político dos Arruda Botelho, os Ellis dedicaram-se a construção de uma outra tradição; a vinculação da riqueza paulista à uma história de empreendedores e arrojados desbravadores, *self mademen*, republicanos e liberais. Já os Arruda Botelho tinham como fonte de seu enobrecimento o conde do Pinhal, conhecido monarquista ligado a uma tradição conservadora e aristocrática.

Outro aspecto interessante, era o fato de existirem uma diversidade de depoimentos que contestavam a primazia da família Arruda Botelho na fundação da cidade, e mesmo da sua participação na criação da escola normal.

Por outro lado, a maioria dos estudos sobre a escola normal de São Carlos a representam como uma escola criada **por e para** a oligarquia cafeeira e que fora tradicionalmente vinculada, ao cultivo da terra, por meio de uma atividade extrativista, aos moldes da exploração dos latifúndios açucareiros. Esta concepção foi também contestada por estudos econômicos recentes que indicaram que a economia cafeeira não se caracterizava simplesmente pela exploração agrícola, mas era constituída principalmente por um processo de dinamização comercial e financeiro próprio à uma produção de base capitalista com forte vínculo com o capital internacional.

Nesta perspectiva, a economia cafeeira apresenta uma complexidade que não pode ser reduzida a simples constatação de que se tratavam única e exclusivamente de oligarquias cafeeiras.

Ao mesmo tempo em que encontravam-se indícios da decadência econômica das fazendas de São Carlos no período de fundação da escola normal, mais frequente se tornavam as descrições que tratavam as famílias de fazendeiros como elites políticas em disputa pelo controle do poder local.

Gradualmente uma questão impôs-se ao estudo: A tradição de escola de elite que historicamente era atribuída à escola normal de São Carlos, poderia ser descrita como um discurso que a própria tradição que a elite de São Carlos tinha construído para si, e que, por ser constantemente repetido acabou por ser reconhecido e naturalizado como fato incontestável? Se este era o caso, seria

necessário buscar, no material de estudos, os vestígios da construção dessa tradição não apenas nos registros e documentos referentes à escola normal, mas também no processo de construção da tradição da própria constituição da elite?

Por outro lado, outra questão ainda permanecia pendente. Se a constituição de uma tradição de elite, que caracterizou a escola normal de São Carlos foi um caso específico - seria impossível tomá-la como modelo ou exemplo do processo de constituição da escola republicana, como tradicionalmente é concebida nos estudos acadêmicos. Da mesma forma, uma outra referência que sempre acompanhava as descrições universalizantes das escolas normais era a sua ligação com o projeto republicano oligárquico paulista.

Esses dois aspectos, quais sejam: de um lado, a especificidade da constituição da escola normal de São Carlos, e sua relação intrínseca com a construção da tradição aristocrática, que caracterizou a elite local e de outro, as tradicionais descrições das escolas normais, que as assimilavam a um processo único e homogêneo, vinculado à uma também única e homogênea oligarquia, constituíram os pontos a partir dos quais essa pesquisa foi desenvolvida.

O material aqui analisado apresenta de uma forma geral duas características: definem, separam e atribuem uma identidade à elite local e estabelecem a autoridade e superioridade dos estudantes da escola em relação à ampla massa que não poderia estudar nesta instituição e que, portanto, não pertenceria a elite local. Esses dois aspectos constituíram um sistema de representações simbólicas racionalmente ordenadas, que estabeleceram permanentemente uma rede de significados que legitimavam as relações de poder local.

O caráter simbólico das relações sociais expressas por estes discursos, relatos e crônicas e o poder social daí resultante, foram fundamentais para compreender o papel da escola normal de São Carlos no período de 1911 a 1923.

Os instrumentos da pesquisa foram constituídos a partir da leitura e classificação das seguintes fontes: “Correio de São Carlos”, jornal local, com publicação diária, de propriedade de José Ferraz de Camargo, aluno normalista da turma de 1917, dos Almanques da cidade e da análise dos prontuários dos alunos matriculados, no período de 1911 a 1923.

O “Correio de São Carlos” e os Almanques foram consultados na Fundação Pró-Memória de São Carlos ao passo que os prontuários dos alunos matriculados foram consultados no Arquivo histórico da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião, antiga escola normal Secundária de São Carlos.

Importou, para a elaboração deste estudo, o caráter particular e próprio das representações construídas e repetidas, que perpetuaram uma tradição específica e que apresentam-se por meio de um mito que funde a história da cidade de São Carlos à história da família Arruda Botelho. A

construção da identidade da elite de São Carlos foi assimilada à construção da tradição da própria família Arruda Botelho.

Essa tradição está de tal forma amalgamada à própria memória da cidade, que o próprio conceito de elite local, é imediatamente associado à essa família e ao seu representante maior; o conde do Pinhal. Por toda a cidade encontram-se vestígios dessa tradição, nos nomes das ruas, no palácio do conde, na tradição da fazenda do Pinhal, um dos mais importantes pontos turísticos do município, nos sites e referência na internet, nos relatos antigos e recentes, nas dissertações e teses acadêmicas e, particularmente, na história de criação da escola normal, a qual foi desde o início associada à essa família.

A família Arruda Botelho construiu para si uma tradição de distinção, nobreza e primazia sobre os demais, que fora almejada por todos aqueles que desejavam constituir-se como parte da elite local.

Como propósito secundário este estudo pretende apresentar uma descrição profunda da identidade que a elite são-carlense forjou para si, por meio da perpetuação da tradição aristocrática fundada pelo conde do Pinhal e que teria tido na escola normal de São Carlos um de seus principais dispositivos de perpetuação.

Procuramos apresentar, ao final, uma descrição densa da relação simbiótica estabelecida entre a tradição escolar e a tradição de elite local, no período estudado, a fim de identificar o papel da escola na construção e reprodução da visão de mundo dessa elite. Em particular, nos interessaram os aspectos simbólicos que transformaram a descrição da escola normal de São Carlos como propagadora de um estilo de vida de elite socialmente difundido. Logo, o objetivo desse estudo foi determinar se a escola normal constituiu um espaço de produção, reprodução, propagação e legitimação da tradição de elite local.

Os processos de socialização oferecidos por esta escola considerada de excelência, que variam desde os rituais simbólicos da cultura escolar de cada instituição até os materiais produzidos pelos alunos como revistas, conferências de estudos, peças de teatro entre outros, permitiram que se reconhecesse os elementos que tornaram seus frequentadores distintos, dos frequentadores das demais escolas.

Trata-se não apenas de um tipo de aprendizado, por meio do qual “os alunos adquirem as competências, as habilidades, a sensibilidade e as disposições apropriadas para uma determinada participação na sociedade” (ALMEIDA, 2002, p.136). A propagação da tradição de que a escola formava a elite local constituía uma forma de autoestilização da elite que, por meio da escola, confirmava seu papel no campo das relações de poder local.

Para compreender a articulação da escola normal secundária de São Carlos com a constituição de um campo de poder local, o conceito de elite tornou-se categoria fundamental para o estudo. Na

pesquisa adotou-se a concepção de elite não apenas como classe governante ou dirigente, mas como uma minoria organizada que exercia poder não apenas sobre a direção da política vigente, mas também sobre o próprio sentido cultural e social, determinando gostos, hábitos e modos de vida.

Localizada na região central do município, a escola normal de São Carlos foi considerada, na cidade, durante um longo período, como sinônimo de alto prestígio cultural e distinção social.

Como poderemos observar ao longo deste estudo, a ideia de uma raça paulista fundada em uma tradição bandeirante, foi um elemento agregador que permitiu uma identidade às elites locais, vinculando-as a um passado heroico e brilhante, e que serviu para a legitimação da superioridade econômica, cultural e política de São Paulo. O passado bandeirante foi incorporado às elites locais ainda no período imperial e constituiu forte elemento de enobrecimento, fundamentando em São Paulo, a ideia de uma nobiliarquia formada por famílias que teriam origem nos bravos e destemidos bandeirantes. A ancestralidade que remontava ao século XVI alimentava a tradição de uma raça autônoma, forte, que teria construído forjado seu próprio destino e cuja riqueza era fruto de seu passado nobre.

A criação de uma mitologia bandeirante, foi amplamente usada pelas famílias que enriquecendo com o café, receberam títulos de nobreza do imperador e propagaram uma tradição de nobreza fundada em ideais bandeirantes construídos segundo as necessidades do momento. Por outro lado, essa mesma tradição bandeirante foi incorporada de forma distinta pelas famílias paulistas de enriquecimento mais recente, cuja visão de mundo foi construída a partir do liberalismo norte-americano e que representava a si mesma como uma raça de arrojados empreendedores, *self mademen* que saídos do nada, teriam se tornado verdadeiros magnatas aos moldes capitalistas. Essas duas tradições podem ser encontradas na história que as elites de São Carlos escreveram para representar seu papel na sociedade do final do século XIX e início do século XX.

Um importante ponto abordado neste estudo é o fato dos governantes paulistas frequentemente associados aos cafeicultores, manifestarem posições nem sempre coincidentes com os seus interesses. Pôde-se verificar na documentação consultada, a intenção de constituição de um aparato burocrático autônomo, impessoal e, portanto, independente da política clientelista que caracterizava o coronelismo local. Por outro lado, em São Carlos, o fato da história de criação da escola normal ter sido associada ao projeto de uma das famílias local, fez com que o sentido de impessoalidade nacional fosse substituído pelo caráter de elite e distinção que passava a revestir a escola.

O ponto que pareceu-nos exigir maior observação foi à construção da tradição, que permanece até hoje da escola como formadora da elite local. As representações da escola foram amalgamadas e identificadas com as representações da elite de fazendeiros que teria levado São Carlos a assumir o caráter de um dos principais produtores de café nacional.

A autorização da fundação da pelo governo estadual confirmava a tradição de prestígio da família Arruda Botelho junto às grandes elites nacionais. Tomada nesta perspectiva, a luta entre os oligarcas locais pelo privilégio de representar-se criadores da escola normal assumiu um novo caráter. Tratava-se de uma luta pela reputação, condição para a preservação do poder simbólico tradicional. Por esse motivo esta pesquisa teve como foco, a construção dessas representações e das tradições, suas formas de circulação, perpetuação e legitimação.

Para compreender a constituição da tradição local retomamos o mito bandeirante que naquele momento era restaurado e reinventado como forma de enobrecimento das origens das elites paulistas. De Pedro Taques, autor da *Nobiliarquia Paulista*, livro que vincula às famílias tradicionais paulistas aos troncos bandeirantes, criando o mito do paulista quatrocentenário à Ellis Júnior historiador que enalteceu a história dos cafeicultores paulistas por meio de sua identificação de seu passado bandeirante com os aventureiros e desbravadores capitalistas norteamericanos. A tradição bandeirante atravessou todos os discursos políticos locais.

Tendo em vista os aspectos acima descritos, essa pesquisa foi organizado da seguinte forma: No primeiro capítulo serão apresentadas algumas considerações sobre a visão tradicional da historiografia educacional que generaliza para toda a educação brasileira do início do período republicano, a perspectiva de um discurso idealizado que considera o projeto educacional republicano como decorrência ideológica dos interesses econômicos das oligarquias cafeeiras. Considerando que essa abordagem, parte do princípio de que existiria uma homogeneidade nos interesses dessas oligarquias uma vez que, seriam determinados pelo processo produtivo extrativista e pré-capitalista que as caracterizaria, apresentamos uma discussão sobre as diferentes oligarquias e sobre o caráter capitalista da economia cafeeira, o que teria determinado a existência de diferentes discursos econômicos, políticos e educacionais. Neste capítulo, apresentamos ainda uma discussão sobre as características econômico, políticas e sociais dos complexos cafeeiros são-carlenses, mostrando como a descrição de dois diferentes discursos foi responsável pela constituição de duas diferentes tradições familiares de fazendeiros da cidade.

No segundo capítulo, apresentamos algumas reflexões sobre o conceito de invenção de tradições. Discorreremos também, sobre a construção da tradição bandeirante que foi associada de forma diferente a duas famílias de fazendeiros de São Carlos, e dos aspectos simbólicos que passaram a determinar as representações das elites.

No terceiro capítulo, buscamos apresentar a escola normal de São Carlos e os discursos que fundamentaram as disputas das famílias locais em torno de sua história de criação. Especificamos também as representações veiculadas em torno da escola normal e os aspectos simbólicos que permitiram a propagação de uma visão de mundo e de pertencimento, por meio da qual os

frequentadores da escola se identificavam. A descrição das práticas simbólicas que caracterizaram a concepção de si e de seu papel na sociedade local constituiu a parte final desse estudo.

## Capítulo I

### Considerações sobre a constituição das oligarquias e as elites de cafeicultores paulistas

A Escola normal apresenta-se na historiografia educacional como marco do discurso republicano que cristalizou seu papel reformador da sociedade. Um dos aspectos centrais de sua instituição seria a formação de um novo homem, forjado desde sua infância em uma escola que desenvolveria em seu caráter virtudes morais e sentimentos patrióticos e cívicos, próprios a uma nação republicana moderna. Para boa parte dos estudiosos dessa instituição, a escola normal teve seu destino inevitavelmente imbricado com a expansão da escola pública primária, e teria se constituído em um espaço privilegiado para a introdução das práticas próprias a uma sociedade civilizada. Os símbolos patrióticos deveriam associar-se no cotidiano escolar, ao espírito republicano e um calendário de caráter cívico deveria marcar as novas formas de vivência e de identidades.

A escola republicana teria representado, de acordo com historiografia, a demarcação de um tempo novo, de um homem novo, constituído por meio de uma nova civilidade. Essas representações monumentalizavam a escola que passava a constituir o ponto de corte entre um passado imperial atrasado e uma nova sociedade em construção.

Segundo esta perspectiva, o projeto educacional republicano passava pela institucionalização da escola e pela profissionalização docente, que exigiriam um espaço específico e adequado para a formação de professores. Não bastava mais apenas a prática ou a educação livresca tradicional, o ensino mútuo, os ensaios e as tentativas frustradas que caracterizaram a formação de professores no período imperial. A nova escola deveria marcar a nova era nacional, racionalizada e progressista, voltada para a ciência e para o progresso.

O discurso educacional republicano seria assim, o resultado de uma perspectiva científica da educação, pela adoção de práticas originárias nas novas ciências—psicologia, antropologia, sociologia. Mas, acima de tudo seria, a biologia e a ciência que ocupariam a maior parte do imaginário educacional: a evolução darwinista, a fisiologia, psiquiatria e a psicologia teriam introduzido uma nova dimensão biológica e evolutiva do homem. Era possível medir sua inteligência, traçar o desenvolvimento de sua mente, adequar os conteúdos à sua progressão social e biológica. Os testes de Alfred Binet, largamente divulgados nas escolas, introduziram a possibilidade de se estabelecer um quociente de inteligência para cada aluno. A associação da nascente sociologia positivista à biologia difundia um projeto higienista, segundo o qual as doenças seriam um problema social e a escola seria o remédio.

A educação tornava-se uma ciência e a formação do futuro professor exigia uma formação cada vez mais profissional e científica. No discurso republicano o professor seria não apenas o arauto, mas o “factótum da civilização”, porque em seus ombros seria depositado o futuro do país.

Nesta perspectiva, a escola normal republicana seria um dos símbolos mais eloquentes da educação do novo homem republicano, materializando-se em um currículo remodelado segundo os padrões americanos.

O discurso republicano sobre a educação assumiu assim caráter épico, porque tratava do destino de todo um povo e, no caso paulista de uma raça única, fadada ao progresso.

Uma primeira questão que se apresenta aqui é o caráter homogeneizante dessa concepção que generaliza para toda a educação brasileira do início do período republicano a perspectiva de um discurso idealizado sobre o papel da educação e que identifica o projeto educacional republicano com as oligarquias, em particular a oligarquia cafeeira. Este discurso, entretanto, era compartilhado genericamente, por diversos setores, que incluíam intelectuais, classes médias, profissionais liberais e republicanos de diferentes matizes e por isso apresentava-se de forma diferenciada para cada um desses setores sociais.

Militares a favor da centralização do poder, federalistas (com diferentes acepções), parlamentaristas, liberais (seguiram o modelo norte americano, liberais radicais (defesas de direitos civis e sociais), jacobinistas (que propunham os princípios da revolução de 1789 na França) separatistas (defendiam a independência dos estados como Alberto Salles em São Paulo e Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul), defensores do voto direto ou defensores do voto indireto, etc. eram algumas cores de um amplo espectro de tendências desse período. (CARVALHO, 1990).

Tomadas do ponto de vista econômico, essas tendências poderiam se fragmentar ainda mais se tomássemos suas concepções econômicas. Mesmo entre as chamadas oligarquias não havia homogeneidade de discurso. Os paulistas não tinham as mesmas perspectivas que os republicanos do Rio de Janeiro ou Minas Gerais. O discurso, entretanto, era apropriado e reelaborado segundo as próprias regras de cada formação social e era readequado de acordo com os interesses locais. No centro da produção do progresso, em cada situação, era colocado o grupo que constituía a elite local.

Esse discurso que retrata o ideal republicano de forma homogênea é reproduzido em grande parte dos estudos que compõe a bibliografia que trata das primeiras escolas normais em São Paulo. Em boa medida, este fato decorre da adoção de uma abordagem cuja expectativa casa-se bem com o discurso republicano especificamente paulista. São inúmeros os estudos que vinculam a criação da escola normal aos interesses dos cafeicultores que a viam como um instrumento de mudança social.

É sempre referenciado o caráter instrumental dessa instituição para a elite paulista, constituída por cafeicultores que representariam os interesses econômicos vinculados a implementação de

relações capitalistas de produção. Nesta perspectiva, a nova educação visaria à formação de uma nova força de trabalho, adaptada às necessidades do sistema produtivo.

Não apenas as escolas normais, mas todo o projeto educacional paulista representaria os interesses da classe dos cafeicultores. Moraes (1981) é um exemplo deste tipo de discurso. Em seus estudos sobre as raízes republicanas que deram origem ao colégio *Culto a Ciência*, em Campinas, o autor oferece um panorama do processo que levou os fazendeiros paulista, a adotarem o processo de escolarização como meio para a propagação dos ideais republicanos. Ao tratar da criação do Colégio *Culto a Ciência*, em 1874, que tinha como um de seus principais criadores Campos Salles, um dos principais expoentes dos republicanos paulistas, Moraes considera que:

(...) esse grupo, representante da nova classe emergente assentada em relações capitalistas de produção, oriundo do Oeste paulista e designado como grupo dos 'republicanos históricos', transplantou para a educação as suas aspirações políticas.(MORAES, 1981, p. 1)

Estaríamos, assim, diante de um projeto republicano nacional, liderado pelos cafeicultores paulistas.

Tanuri (1979) é outro exemplo da concepção que generaliza o padrão de institucionalização das escolas normais brasileiras, a partir da concepção segundo a qual ela resultaria de um projeto das oligarquias cafeeiras. Segundo Tanuri, (1979) a república federativa, que foi instaurada após a proclamação da república, acabou por “assumir a forma de um Estado oligárquico, subordinado aos interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes das regiões produtoras e exportadoras de café” (TANURI, 1979, p. 68).

Boa parte dos estudos relativos à antiga escola normal de São Carlos a tomam como exemplo dos estudos normais no início do período republicano.

O trabalho de Nosella e Buffa (2002), Moraes (1985), Tanuri (1979) são paradigmáticos do sentido que será adotado na análise das primeiras escolas republicanas.

Kulesza (1998), uma das poucas vozes discordantes, observa a dificuldade em se estabelecer um modelo nacional de escola normal republicana em função dos interesses específicos das oligarquias estaduais que pretendiam dar às escolas normais a sua própria feição.

Acompanhando as transformações sociais que ocorriam em todo o território brasileiro, as Escolas Normais, gradativamente, conformam-se aos projetos políticos das oligarquias locais, cada vez mais imbuídos da necessidade de uma educação primária para as classes populares.(KULESZA, 1998, p. 69).

A posição de Kulesza (1998) destoa da proposição dominante também ao perceber que apesar do entusiasmo propagado pela educação, não há uma ruptura definitiva com o modelo de educação do fim do período imperial:

Apesar dos anseios de renovação estimulados pelo advento do regime republicano, que geraram um breve entusiasmo pela educação. Voltado para a alfabetização capaz de habilitar os eleitores ao direito de voto, percebe-se muito mais uma continuidade do que uma ruptura com as iniciativas tomadas no final do Império, no que tange ao desenvolvimento institucional do Ensino normal (KULESZA, 1998, p. 69)

Entretanto, ao atribuir a forma como as escolas normais são criadas aos interesses das oligarquias locais por uma educação primária para as classes populares, vincula o projeto da escola normal aos interesses econômicos da classe econômica dirigente. É retomada, novamente, a tendência à universalização do modelo de escola normal constituído pelas oligarquias, em particular a paulista que se apresenta como o carro chefe da homogeneização das escolas normais de todo o país.

À medida que o regime se estabilizava no plano federal em direção à chamada política dos governadores, cujo ingrediente básico consistia em assegurar o domínio das oligarquias nos Estados, as Escolas Normais orientavam-se, de forma crescente a partir da virada do século, pela estruturação adotada em São Paulo. Nesse Estado, o modelo adotado estava baseado em escolas anexas, que serviram de embrião aos futuros grupos escolares e que constituíram uma fonte importante da própria clientela da escola normal. A valorização crescente da prática profissional e a adaptação da formação geral ao contexto local, ensaiadas em São Paulo, são características comuns encontradas nas Escolas Normais de todo o País por volta de 1910. (KULESZA, 1998, p. 69)

Em outro artigo de 2002 Kalesza retoma o argumento:

A vanguarda econômica de São Paulo, que passa na virada do século XIX a liderar a industrialização brasileira, não tarda a se manifestar também na área educacional. O sistema escolar paulista, centrado nas Escolas Normais Primárias e Secundárias, rapidamente passa a servir de modelo para os outros estados da Federação. Em artigo publicado em 1946, Almeida Junior chegou a afirmar que “A escola normal constituiu, nestes últimos cinquenta anos, a réplica pedagógica do bandeirismo” (KALESZA, 2002, s/p.).

Um dos principais aspectos do discurso que identifica a instituição da escola normal republicana com os interesses que teriam na oligarquia paulista sua vanguarda, é a identificação desses diversos setores supondo sua homogeneidade.

Nesta pesquisa partiremos de uma posição diferente; não nos interessa o que há em comum e homogêneo entre as elites locais. Nossa perspectiva privilegia as distinções e aspectos próprios: a elite de São Carlos percorrendo as suas especificidades e singularidades. Não pretendemos neste estudo tratar das diferentes oligarquias nacionais do período. Dedicaremos nossa atenção especificamente à oligarquia de São Carlos, uma vez que nosso objeto de estudo é a escola normal dessa cidade. Nossa intenção é descrever algumas das características do discurso próprio à elite política dessa cidade, no período estudado, considerando o papel representado pela escola normal de São Carlos na sua constituição. Em outros termos, procuraremos descrever a especificidade das representações sociais que criaram a tradição que estabeleceu o papel da escola normal como locus privilegiado da formação escolar de elite. Para nos aproximarmos desse objetivo, entretanto, procuraremos estabelecer o que é considerado próprio às escolas normais da época pelo discurso tradicional.

Neste capítulo abordaremos a questão que parece-nos estar na base dos discursos que homogeneizam em um único modelo os ideais republicanos qual seja, a ideia de que o modelo de educação republicana e, no caso deste estudo, o modelo da escola normal secundária republicana, estaria atrelado aos interesses da oligarquia dominante a dos cafeicultores paulistas. Além disso, buscar-se-á descrever as características e concepções econômicas, sociais, culturais e políticas da oligarquia e elites de São Carlos, verificando, em que medida, eram compatíveis com àquelas atribuídas as oligarquias consideradas dominantes.

Para isso iniciaremos nossa discussão com as divergências e diferenças que caracterizavam as práticas dos diferentes agentes republicanos no campo econômico, político e social com o intuito de verificar se a concepção que trata a oligarquia cafeeira como defensora de um único interesse prevalece. Em seguida apresentaremos uma descrição da trajetória de dois cafeicultores são-carlenses, de Alfredo Ellis, o maior cafeicultor da região e por quase uma década o mais importante produtor de café do país e do Conde do Pinhal, considerado tradicionalmente como o mais importante cafeicultor de São Carlos.

### **1.1 Oligarquias, elites, coronéis, barões do café...**

Nesta subseção trataremos da distinção entre os diversos setores da elite paulista e em particular tentaremos caracterizar e diferenciar o setor capitalista cafeeiro em contraposição ao proprietário agrícola. Nosso intuito é apresentar os diferentes interesses e formas de acumulação de capital e prestígio social que caracterizaria cada um desses setores de forma a permitir estabelecer seus diferentes interesses na esfera educacional.

A distinção entre estes dois grupos permite compreender a diferença entre seus projetos políticos, sociais, culturais e econômicos, bem como as diferentes estratégias adotadas ao longo de suas trajetórias no início do período republicano. Para atingir o fim proposto, procuramos estabelecer o significado das diferentes denominações tradicionalmente utilizadas para identificar esses setores.

De forma geral é tradicionalmente identificado, por meio de uma única categoria, todos os setores que, de uma forma ou de outra, exerciam algum tipo de poder político no período que vai do final do império e início da república no Brasil.

O termo oligarquia, elite cafeeira, barões do café e coronéis, são usados indiscriminadamente e no máximo se faz distinções entre as oligarquias regionais, paulista, mineira, nordestina, mantendo-se, entretanto, a perspectiva de uma homogeneidade que permitiria identificar a todas estas oligarquias como pertencente a uma única oligarquia que teria os mesmos interesses, predominantemente econômicos. Procuraremos nos próximos itens, descrever as características específicas dos setores politicamente dominantes em São Paulo no início do período republicano, procurando estabelecer seus diferentes interesses e as diferentes estratégias adotadas.

É corrente na historiografia brasileira que trata da primeira república, o uso dos conceitos de oligarquia, elite cafeeira, barões do café, coronéis, indiscriminadamente, sem esclarecer o significado ou sentido do uso destes termos. Em geral, os termos são associados às relações de poder vinculadas ao mandonismo familiar e ao poder local em uma estrutura econômica predominantemente agrária, de base latifundiária e escravocrata. No início do período republicano essa concepção foi somada a uma descentralização administrativa que favorecia o poder da família patriarcal por meio do coronelismo.

Iniciaremos com uma breve discussão sobre os conceitos de oligarquia, elites e coronelismo, frequentemente usados para referir-se aos cafeicultores paulistas.

A teoria de elites foi pela primeira vez formulada por Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca no final do século dezenove.

Para Bottomore (1965) o conceito de elite pode ser identificado, aproximadamente, desde o século XVII, como uma categoria social de análise para designar o que existia de melhor em cada classe social.

Segundo o *Oxford English Dictionary*, o termo já seria de uso frequente desde 1823 para designar grupos sociais dominantes (BOTTOMORE, 1965) e, de acordo com Bottomore, passou a ser amplamente empregado no pensamento social e político, por volta do final do século XIX. Seu significado foi estendido para compreensão da composição dos grupos que ocupavam os lugares mais elevados da nobreza, ou seja, a aristocracia social, que por possuir características específicas, dispunham de mais habilidades e poder em relação aos outros.

Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto foram os primeiros autores a conceituar o termo de elite, no sentido de grupos de pessoas que exerciam diretamente o poder político, ou que estavam em condições de influenciar em seu exercício. Ao mesmo tempo, reconheciam que a ‘elite governante’ ou ‘classe política’ compõe, ela mesma, uma elite com especificidades próprias (BOTTOMORE, 1965).

Para Pareto, a sociedade pode ser dividida entre elites governantes e não governantes. As elites não governantes exerceriam uma forma de poder ligada ao seu prestígio político, social ou econômico.

Mosca, outro estudioso das elites, identifica a elite com a classe política, designando aqueles grupos que, por alguma razão, mantêm o domínio de bens materiais e simbólicos que, eventualmente, são predominantes em uma sociedade.

Apesar das dissidências conceituais entre Mosca e Pareto, para Hollanda (2011) existiria entre eles um ponto em comum: ambos reconheceriam que não existe simplesmente uma dominação entre a minoria dirigente e a maioria dominada. Para esses autores, as elites são compostas por uma minoria de grupos sociais distintos que visam deter o domínio do poder político.

Esses autores compartilham a ideia de que toda forma política produz distinção entre uma minoria dirigente e a maioria dirigida. (HOLLANDA, 2011). Entretanto, não se trata de uma dominação mecânica, reflexo da dominação econômica. Suas características apontariam para uma complexidade das relações sociais, impondo um estudo mais aprofundado da dominação política, que não pode ser reduzida imediatamente à dominação econômica.

Segundo Bottomore (1965), Mosca e Pareto desenvolveram seus estudos no sentido de compreender a estrutura e a formação de grupos minoritários que detêm o poder político, nas sociedades democráticas modernas:

Assim o esquema conceitual transmitido por Mosca e Pareto compreende as seguintes noções comuns a ambos: em toda sociedade existe, e não pode deixar de existir, uma minoria que controla o restante da mesma. Esta minoria – “a classe política” ou “elite governante” composta dos que ocupam cargos de comando político e, mais vagamente, dos que podem influir diretamente nas decisões políticas – sofre mudanças na sua composição dentro de certo período de tempo, em geral através do recrutamento individual de novos membros nos estratos inferiores da sociedade, por vezes pela incorporação de novos grupos sociais e ocasionalmente pela substituição total da elite estabelecida por uma “contra-elite”, como ocorre nas revoluções (BOTTOMORE, 1965, p.13)

Nesta perspectiva, as elites não se organizariam em classes fechadas e estáveis, marcadas pelo antagonismo econômico entre aqueles que exercem o domínio econômico e aqueles que são explorados economicamente. As elites podem ser identificadas como minorias que, mesmo sem possuir o poder econômico dominante, ainda assim exercem um domínio social, por meio de uma circulação de relações de poder basicamente simbólica, social e cultural.

Segundo Michells, outro importante teórico do conceito de elite, podemos definir a elite como um grupo minoritário que em um determinado momento, em uma estrutura social determinada, dispõe de privilégios políticos, sociais, econômicos ou culturais decorrentes da posse de qualidades valorizadas socialmente. O grupo pode ser identificado pela raça, sangue, cultura, méritos, aptidões, etc.

Já Wright Mills, em seus estudos sobre as classes médias americanas, define a elite do poder como um conjunto de homens, cuja posição lhes permite transcender o ambiente cotidiano dos homens comuns. Ocupam os postos de comando estratégico na estrutura social, centralizando os meios efetivos do poder, riqueza e celebridade.

Segundo Mills (1985) a elite pode ser identificada como um grupo coeso e homogêneo que ocupa posições institucionais estratégicas, que estão no topo das principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. Essas posições estratégicas podem ser política, econômica, social, militar etc. A elite pode ser reconhecida como os notáveis de uma sociedade.

Heinz (2006), seguindo a definição de Mills afirma que:

as elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar quais os espaços e mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes. (HEINZ, 2006, p. 8).

De acordo com Heinz (2006), a teoria da elite possibilitaria uma análise mais refinada e detalhada das características dos grupos sociais, que se encontram no topo da hierarquia social, permitindo a apreensão da complexidade de suas relações e de seus laços materiais e objetivos com os demais setores da sociedade. (HEINZ, 2006, p. 8).

Em nosso estudo, adotaremos as concepções de elite como referência aos grupos sociais que, em uma determinada estrutura social, são reconhecidos pelos membros desta estrutura como aqueles que estão no topo da hierarquia social, em virtude do poder político, social e simbólico que possuem. Podem ser reconhecidos por ocuparem as posições estratégicas e pelos privilégios que usufruem.

O conceito de elite é sociologicamente e politicamente distinto do conceito de oligarquia, e refere-se a fenômenos sociais distintos.

Oligarquia é uma palavra de origem grega "*oligarkhia*" que significa "governo de poucos". Segundo Bobbio (1997), o termo oligarquia não designaria um regime ou uma forma específica de governo. O autor chama a atenção para a diferença entre o significado de oligarquia para os antigos e para os modernos. Para os antigos a oligarquia era a forma degenerada da aristocracia, que era considerada uma forma legítima de governo de poucos, porque estes seriam os virtuosos da sociedade. Para Aristóteles, a oligarquia seria oposta a aristocracia. No período moderno, a oligarquia se contrapõe à democracia. Numa oligarquia, o voto é dirigido pela força carismática dos chefes ou pelo uso da força e não se reconhece o direito à oposição, que é perseguida, assim como não existe liberdade de expressão. A oligarquia designaria, portanto, uma forma de exercício de poder concentrado em um pequeno grupo, com vínculos partidários, econômicos ou familiares.

Segundo Carone (1972), teria sido Sílvio Romero um dos primeiros responsáveis pela designação de oligarquia para os grupos preponderantes na política nacional da primeira fase republicana brasileira. Em uma tentativa de classificar sociologicamente os fenômenos dos grupos dominantes nacionalmente provenientes de São Paulo, do Norte e do castilhismo, Sílvio Romero, em uma conferência feita em 1908, teria realizado uma das primeiras sistematizações sobre o fenômeno das oligarquias no Brasil. O autor teria usado o termo oligarquia para mostrar a situação real do País e dos grupos que o dominam:

os que governam, mandam, oprimem e dispõem para si e seus amigos ou apaniguados de todos os cargos, empregos e proventos das rendas públicas direta ou indiretamente, caracterizam-se pela "implacável política-meio-de-vida", "empregomania" e pendor para o gênero fácil e cômodo de vida das carreiras oficiais", pelas "obras públicas, quase tôdas de índole suntuária", pelos "seus empréstimos repetidamente solicitados ao estrangeiro", pelas "suas roubalheiras crônicas na administração", pela "sua falsificação das eleições", pelo "desmantelo de todos os serviços públicos", etc. (CARONE, 1972, p.81,82)

Carone (1972) observa que a classificação de Sílvio Romero, como vemos, é marcada por fatores subjetivos e por conceitos ambíguos. Para Carone, mais complexa seria a posição de Valente de Andrade, apresentada no livro *Evolução política: a queda das oligarquias* publicado em 1913. Para Valente de Andrade, a oligarquia se caracterizaria por:

formações de grupos mais ou menos impermeáveis; lealdade para com os chefes, companheiros e o partido; em certo grau, culto pela palavra empenhada; domínio sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; emprego de familiares e adeptos para melhor controle e segurança; a não-aceitação de neutralidade, obrigando todos a se definirem contra ou a favor. (CARONE, 1972, p.83)

Carone (1972) ainda observa que quase nada se tinha escrito sobre o problema das oligarquias, a não ser obras esporádicas e dedicadas a casos particulares.<sup>1</sup>

O termo oligarquia no Brasil, é comumente utilizado por economistas, historiadores, cientistas políticos e sociais em diferentes acepções. Em geral, pretende-se com seu uso designar o monopólio do sistema político pelos grandes proprietários de terra.

Neste sentido a designação de “oligarquias rurais” usada para caracterizar os setores que detinham o poder econômico e político no Brasil durante a primeira república seria redundante. Entre outras coisas, a imprecisão reside no uso do termo para designar ora um sistema político, ora uma classe social, ora uma elite.

Couto (1912) observa que o termo oligarquia teria perdido “boa parte de sua utilidade analítica em virtude de seu uso pouco rigoroso na literatura de ciência política e de disciplinas afins, tornando-se mais um adjetivo de aplicação subjetiva e normativamente orientado que um conceito instrumentalizável para a pesquisa empírica e a reflexão teórica” (COUTO, 2012, p.58)

Couto (1912) observa que para Michels o conceito de oligarquia teria grande valor analítico porque possibilitaria a identificação de processos políticos, mediante os quais certos grupos apoderam-se do poder organizacional onde se entrincheiram tornando-se impermeável a poderes democráticos ou meritocráticos. (COUTO, 2012)

Para Couto, (2012) o termo oligarquia pode, de forma geral, ser compreendido das seguintes formas:

*“Oligarquia” como termo para designar grupos políticos tradicionais que dominam determinadas regiões, ou, por derivação, seu governo. “Oligarquia” como termo tomado na sua acepção clássica, platônica e aristotélica, de governo dos ricos ou, por derivação, como o grupo dos ricos. “Oligarquia” como um grupo minoritário dotado de grande poder dentro de organizações, principalmente (mas não só) as de caráter representativo, ou o seu governo. (COUTO, 2012, p. 49)*

Couto (2012) observa que a falta de rigor no uso do termo, leva à sua identificação com os conceitos de “classe política” ou “elite governante”, ponto que deve ser esclarecido porque embora nem toda elite seja uma oligarquia, toda oligarquia é uma elite:

*(...) muito embora toda oligarquia seja necessariamente uma elite – e uma elite dirigente ou governante – no sentido de que se compõe de um grupo minoritário que ocupa uma posição distinguida e politicamente vantajosa em relação aos demais membros de uma coletividade. (COUTO, 2012, p.51)*

---

<sup>1</sup>O texto de Edgar Carone é de 1972 e depois dele alguns autores como José Murilo de Carvalho se dedicaram ao tema.

Isto significa que o conceito de oligarquia é de natureza política, porque designa uma forma específica de relações de poder e dominação, no qual um grupo específico se “assenhora” do poder organizacional. Para a identificação de uma oligarquia é necessário que ela tenha posse do poder político. Já a elite não é definida em função de relações políticas ou de mando, mas em função dos privilégios políticos, sociais, econômicos, culturais de que um grupo dispõe. Assim, as oligarquias podem ser consideradas elites, mas nem toda elite é uma oligarquia porque nem sempre seus privilégios estão associados ao poder político.

No início do período republicano as oligarquias foram associadas ao coronelismo, fazendo com que frequentemente se use um termo como sinônimo do outro. O coronelismo, entretanto, é um fenômeno tipicamente brasileiro e resultado de relações de poder específicas que engendrarão um tipo de relação política entre as lideranças políticas locais e os governantes estaduais e nacionais.

A estrutura coronelista, para Queiroz (1997), teria tido origem nos grupos de parentela, formado por várias famílias ligadas por parentesco de sangue. Além dos laços sanguíneos, os grupos podem estar associados por alianças matrimoniais, ou laços de compadrio. Em comum, possuem os mesmos interesses socioeconômicos e políticos. O coronel seria o chefe da parentela e de seus agregados, que lhes devem lealdade econômica e política.

LEAL (1975) anota que o termo coronelismo foi introduzido como referência ao posto de coronel, atribuído aos senhores locais que comandavam milícias privadas que foram incorporadas à guarda nacional. O termo passou a ser aplicado a todo chefe político local. Os coronéis como chefes locais, verdadeiros potentados que, em função da forma como caracterizado o regime representativo no início da república, estabeleceram um compromisso eleitoral que garantia o voto e a permanência do governante estadual em troca da manutenção dos privilégios de poder no domínio local.

Barões do café é, ainda, outra forma de designação que se pode encontrar como referência aos grupos que, enriquecidos com a expansão da economia cafeeira, passaram a se dedicar ao exercício do poder político. O termo originou-se das comendas e títulos distribuídos por D. Pedro II no final do império em uma tentativa de cooptar e impedir o progresso das ideias republicanas entre os grandes cafeicultores.

Todas essas designações apresentam um problema em comum – generalizam e homogeneizam o grupo de cafeicultores, atribuindo a todos características que podem ser adequadas a alguns deles, em determinadas circunstâncias, mas que, nem sempre podem ser atribuídas a todo o conjunto dos cafeicultores. As divergências entre os grupos de cafeicultores eram constante e não consistiam de simples divergências de opinião, mas correspondiam a pontos de vista de grupos sociais, políticos e culturalmente distintos. O próximo item do estudo será dedicado a diferenciação destes grupos.

## 1.2 Exportadores e agricultores

Nos estudos de história da educação, que tratam da primeira fase republicana brasileira, é comum a afirmação de que a política dos governadores, nome como ficou conhecido o processo político governamental daquele período, seria um reflexo direto de seus interesses econômicos.

A literatura que trata destas questões se apoia, entre outras coisas, na denominada política café com leite, que poderia ser constatada pela presença avassaladoramente majoritária de presidentes, vice-presidentes, ministros paulistas e mineiros. Essa presença, entretanto, não descarta a possibilidade da existência de divergências entre diferentes grupos de interesse entre os paulistas que, apenas em parte, coincidiria com os interesses dos setores fazendeiros.

Esta concepção, que vincula automaticamente o interesse político ao econômico não concebe a política como campo autônomo de poder, e define as relações de poder como um reflexo puro e simples dos interesses econômicos.

Em nosso entendimento, o período apresenta uma complexidade muito maior, que não pode ser explicada por uma concepção mecânica, que coloca o predomínio nas relações de produção, localizadas na infraestrutura econômica, como determinantes das relações apresentadas na superestrutura.

O debate em torno das elites na Primeira República, especialmente a questão que envolve o papel hegemônico exercido pelos fazendeiros de café, e pelas elites paulistas na Primeira República, é tema recorrente nos estudos dedicados a esse período. De acordo com a tese tradicional, a elite política paulista, seria constituída de fazendeiros ligados diretamente à produção do café que dominavam o cenário econômico e político nacional. Daí as denominações usadas para designar esse período: “República do Café”, “República Café com Leite”, “Período dos Barões do Café” etc.

Essa tese teve adeptos das mais variadas tendências e prevaleceu até o início da década de 1997, podendo ser encontrada nas obras de diferentes autores como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Caio Prado Júnior, e Celso Furtado e Edgar Carone, que constituíam as principais fontes para o estudo da educação neste período.

Boa parte da controvérsia em torno do problema da hegemonia política e econômica dos cafeicultores paulistas, decorreu de uma leitura muito em voga nas décadas de 1950 e 1960, que procurava estabelecer o momento em que o Brasil, teria se tornado capitalista e como teria se constituído a burguesia que teria realizado a revolução burguesa. Desta perspectiva, baseada em categorias marxistas como acumulação primitiva de capital, o período de constituição de uma classe de cafeicultores voltados para a comercialização e exportação do café, teria marcado a passagem de

um regime agrário-escravista para um agrário-comercial-exportador. A ênfase na infra-estrutura econômica como definidora da superestrutura política é quase automática.

Em seu clássico de 1945, *História Econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior apresenta os barões do café paulistas como os responsáveis pela economia e política do primeiro período republicano. Também Celso Furtado em um dos livros mais referenciados sobre o tema, *Formação Econômica do Brasil*, lançado em 1959, afirma que os cafeicultores teriam total controle sobre a política econômica do governo federal na República Velha.

Como observa Torelli (2004), a partir dos anos de 1970 e 1980, novos estudos questionaram a tese tradicional. Para os autores destes novos estudos, a economia cafeeira passa ser entendida como uma etapa da formação do capitalismo nacional, que passa a ser dividido entre uma fase agrária-mercantil e outra na qual prevaleceria atividades capitalistas, financeiras e industriais. O capital agrário-mercantil da primeira fase da produção cafeeira, seria o elo com a formação de uma etapa capitalista financeira, integrada ao sistema internacional.

Fernandes (1974), Silva (1976), Love (1982), Saes (1986), Fausto (1975), Kugelmas (1986), Cardoso de Mello (1998), Perissinoto (1999), Torelli (2004), Vasselai (2009) apresentam, em seus trabalhos, concepções que divergem da tese tradicional.

Silva (1976) apresenta duas novas categorias para a análise da economia cafeeira; as noções de complexo cafeeiro e capital cafeeiro, que seriam essenciais para a compreensão do processo visto que é na dinâmica deste capital cafeeiro, ao mesmo tempo mercantil, agrário, financeiro e industrial, que se pode estabelecer as bases da constituição de uma economia industrial especificamente capitalista. Segundo Silva, em seu conjunto, a acumulação do capital cafeeiro está em articulação direta com a expansão de suas funções comerciais e financeiras, que teriam levado à constituição de grandes e médios capitais. Os grandes capitais seriam a camada superior da burguesia cafeeira, fundamentalmente comercial e voltada para o mercado financeiro internacional.

Os médios capitais definiam, sobretudo uma classe de proprietários de terra diretamente ligados aos interesses agrários. A ideia fundamental dessa argumentação, é a de que a elite ligada aos negócios do café, não é a mesma que a elite agrária. O grande capital cafeeiro teria sido formado por homens que, muito além da produção agrícola do café, teriam negócios diversificados pelas atividades do complexo cafeeiro articulados diretamente com o capital internacional.

Para Florestan Fernandes (1974), com a expansão cafeeira, a tradicional ordem social monárquica, baseada em uma aristocracia agrária, abriu espaço para uma nova dinâmica econômica, de natureza capitalista, reconfigurando o comportamento dos agentes envolvidos. O predomínio na economia cafeeira não seria do fazendeiro latifundiário tradicional, mas do homem de negócios, já perfeitamente capitalista.

Também Torelli (2004) observa que embora permanecessem existindo fazendeiros tradicionais dedicados apenas à lavoura do café, a elite paulista deste período, seria constituída essencialmente pelo grande capital cafeeiro cujos empreendimentos eram voltados principalmente para a exportação e para o mercado internacional.

Perissinotto (1999), por sua vez, aponta a existência de interesses diferentes entre os representantes dos setores econômicos, sejam grandes, médios ou pequenos capitais que levariam a diferentes necessidades de preservação de uma ordem pública republicana. Não se poderia, assim, vincular automaticamente os interesses das oligarquias às ações políticas do governo central. Nesta mesma direção está Love (1982) que argumenta na defesa da ideia de que as ações dos presidentes paulistas constituiriam ações voltadas para o estabelecimento de uma ordem estatal burocrática e autônoma em relação aos estados, o que muitas vezes teria se chocado com os interesses dos fazendeiros tradicionais.

Para Kugelmas (1986) a ascensão política da elite paulista não teria sido um reflexo mecânico e inevitável de seu poder econômico. Em sua opinião, a luta de boa parte dos políticos paulistas, era inicialmente garantir à independência política de São Paulo, frente à monarquia e no período republicano a defesa do federalismo, que permitiria a São Paulo seguir sem amarras rumo a modernização. A defesa do autogoverno de São Paulo teria assim, norteado as concepções políticas dos diferentes setores da economia que criaram, para a defesa destes princípios, o Partido Republicano Paulista (PRP) durante a República Velha, partido praticamente único em São Paulo.

Vasselai (2009) critica a concepção de que as elites políticas tinham como objetivo direto, mecânico e imediato os interesses da elite econômica. Para ela, esta seria uma simplificação pouco promissora.

É bastante questionável falar em interesses monolíticos “da elite econômica”, ou “da elite política”, como se existissem tais atores coletivos sem nuances ou divergências internas, como se tivessem uma quase mágica coordenação e desprendimento coletivo de interesses. (VASSELAI, 2009, 09)

Vasselai (2009) observa ainda que a análise tradicional apresenta outro grande problema ao ignorar a relação entre conflitos estaduais e a política nacional. A lógica federativa impunha ao governo central a formação de uma maioria no Congresso Nacional capaz de apoiar suas ações políticas. A ausência do Poder Moderador, que garantiu a auto-suficiência do poder imperial, exigia do executivo o estabelecimento de um novo mecanismo para produzir maiorias legislativas. Os primeiros presidentes republicanos, se esforçaram para construir a maioria num jogo que passava por intervenções estaduais e constantes trocas de governadores. Os conflitos em torno da política

econômica repercutiram nos estados e as lutas em torno da autonomia estadual refletiam na forma de resistência às intervenções do poder central.

A produção de estudos abordando novos ângulos da política estatal desenvolvida na primeira república, e o questionamento levado a cabo por diversos autores sobre a hegemonia da oligarquia cafeeira no controle político nacional, além da divisão da oligarquia cafeeira em diversos setores com interesses distintos, obrigou a uma reavaliação do papel da educação e de sua relação com a oligarquia paulista, uma vez que não se pode mais deduzir imediatamente que os interesses são coincidentes.

A seguir apresentaremos alguns aspectos da política e economia que caracterizaram o período com o propósito de descrever a situação em que se desenvolveu a constituição das escolas normais.

### **1.3 Capital cafeeiro e capital agrícola**

A partir de 1830, o plantio do café começou a se constituir como uma das principais atividades econômicas de São Paulo. No vale do Paraíba carioca as plantações de café já vinham substituindo os engenhos de açúcar ainda no início dos anos de 1800. Com a elevação dos preços do café, ocorreu uma expansão das plantações e a descoberta da terra roxa no interior de São Paulo, demonstrou a melhor adaptação ao cultivo do café com a elevação da produção. O interior de São Paulo tornou-se o principal campo de cultivo de café, e as primeiras grandes fazendas caracterizadas como imensos latifúndios, substituíram os antigos engenhos.

Essa expansão se caracterizava, inicialmente, apenas como uma substituição do produto cultivado, mantendo-se as características de Casa Grande e Senzala do latifúndio açucareiro, que tinha como sua principal mão de obra os escravos. Gradualmente, ocorreu uma mudança na forma de constituição das propriedades produtoras de café, uma vez que esse produto apresentava características distintas de plantio, colheita, secagem, ensacamento e venda. No mercado internacional eram as grandes empresas que monopolizavam a venda do café, a qual tornava-se uma das principais *commodities*<sup>2</sup> no mercado mundial. Isso determinou sérias alterações na forma de produção e negociação do café. Além de garantir a produção, os fazendeiros de café deveriam também cuidar do processo de negociação e cotação nas bolsas de valores internacionais.

Em 1831, a repressão inglesa ao tráfico negreiro para o Brasil levou o governo imperial brasileiro a estabelecer uma lei proibindo e reprimindo o tráfico de escravos, provocando

---

<sup>2</sup>Commodity é o termo inglês para mercadoria e no mercado financeiro internacional designa a mercadoria cujo valor é determinado em função de seu papel no mercado internacional. As commodities são negociadas em bolsas de valores e isto significa que seu valor é determinado pela cotação que corresponde a sua capacidade de negociação no mercado.

imediatamente o encarecimento do preço da mão-de-obra. Em 1850, o tráfico foi legalmente proibido tendo, entretanto sobrevivido através do contrabando até meados de 1856.

As dificuldades em conseguir mão-de-obra era um problema não só para as fazendas existentes como para as novas. O aumento de produtividade levou à ocupação de novas terras e as ferrovias paulistas, dirigindo-se para áreas cada vez mais a oeste, tornaram acessíveis as regiões ainda inexploradas. A opção para o problema da mão-de-obra, foi o incentivo a imigração e a partir da década de 1560 as fazendas do interior de São Paulo são tomadas por grandes contingentes de trabalhadores europeus, principalmente italianos, portugueses, espanhóis e alemães.

A transição para o trabalho assalariado implicou em uma elevação da demanda de bens de consumo, ampliando as oportunidades de expansão urbana, comercial e industrial.

A situação se agravava com o fato das fazendas tradicionais dedicarem-se exclusivamente ao plantio de café, precisando, portanto, comprar de fornecedores os meios necessários à sua subsistência como alimentos, equipamentos, ração e insumos agrícolas. Decorreu dessa situação uma elevação geral dos preços e os comerciantes foram os maiores beneficiários da situação. Por outro lado, a maior parte da lucratividade do café ia para os setores de comércio e exportação, apenas uma parte retornando aos fazendeiros.

Originalmente o financiamento da cafeicultura era realizado pelos comissários e comerciantes que intermediavam as compras de escravos, implementos agrícolas, alimentos e roupas, que eram financiadas pelas Casas Bancárias e que deveriam ser pagos no momento da venda do café. Controlavam o crédito e recebiam comissões sobre as compras e vendas dos fazendeiros. Este mecanismo reduziu a necessidade do uso de dinheiros nas transações comerciais.

Segundo Fernandes (1974), a produção do café engendrou uma nova concepção econômica. Os proprietários rurais se aburguesaram na medida em que, seus negócios tornaram-se cada vez mais urbanos. A tradicional ordem social monárquica, baseada em uma aristocracia agrária, gradualmente abriu espaço para novos personagens, como os negociantes, funcionários públicos, banqueiros e industriais nascentes. A economia cafeeira imprimiu uma nova dinamização de natureza capitalista no país e impôs à arcaica ordem social um novo padrão de relações econômicas reconfigurando o comportamento dos agentes envolvidos sob moldes capitalistas.

O fazendeiro do café não era mais um senhor de terras que residia no latifúndio que dirigia e que controlava pessoalmente toda a produção local. Ele era agora um homem de negócios internacionalizado cujo status social não dependia mais da sua condição de proprietário senhorial, mas, de sua capacidade de racionalização econômica e de acumulação de capital. (FERNANDES, 1974).

Segundo a historiografia econômica, a economia cafeeira paulista e, em especial, a economia do oeste paulista, teria gestado um diferenciado padrão de acumulação, marcado pela diversificação dos investimentos e negócios. Como observa Ribeiro (2010), os cafeicultores investiram numa ampla gama de atividades produtivas tais como abertura de novas fazendas, construção de ferrovias, casas comissárias, bancos e empresas industriais de sacaria, de tecidos, de bens de capital entre outros.

O grande capital advindo da economia cafeeira, ia muito além da produção de café propriamente dita diversificando e criando atividades econômicas que se articularam determinando um complexo composto por diferentes elementos: setores mercantis de alimentos e matérias-primas; implantação e desenvolvimento de sistemas ferroviários; expansão do sistema bancário; atividades criadoras de infraestrutura; indústria e um núcleo embrionário de bens de produção. Essas atividades, entretanto, subordinavam-se ao comércio de exportação, fazendo com que mais do que capital agrícola, o capital cafeeiro se constituísse como capital mercantil com profundas articulações com o sistema capitalista mundial. Para Fernandes (1974), não se podia falar simplesmente de fazendas de café, mas de um complexo cafeeiro e de uma elite de negócios internacionais.

A nova lógica de produção do café engendra uma nova realidade que reconstrói o cenário político, econômico, social e cultural brasileiro. Fernandes (1974) anota que em São Paulo, teria surgido um tipo de fazendeiro de café que se distanciou da visão tradicional porque teria constatado que apenas o plantio do café resultaria em pequenos ganhos, mas, que estes ganhos poderiam ser ampliados de forma sem precedentes com a diversificação da produção, comercialização e industrialização.

Isso explicaria:

o estado de espírito de alguns fazendeiros preocupados com a modernização e a racionalização da produção agrária, segundo um estilo bem diferente do que prevaleceu no Vale do Paraíba, empenhando-se desde os meados do século XIX em sucessivas experiências com a introdução e a utilização do trabalho livre ou com os custos marginais da produtividade das técnicas agrícolas (FERNANDES, 1974, p.120).

A potência do capital cafeeiro levou os grandes fazendeiros de café à diversificação econômica de forma a aproveitar os efeitos da circulação desse capital na economia. Foram acrescentadas a produção do café, novas atividades articuladas ao processo de produção e venda, agricultura e comércio de insumos, matérias-primas, alimentos; implantação de um sistema ferroviário; expansão do sistema bancário; implementação de infraestrutura urbana e industrial; início de um efetivo processo de industrialização.

Segundo Torelli (2004), o capitalista cafeeiro e não o fazendeiro do café, constituiria a mais poderosa elite política da Primeira República. Torelli (2004) observa que a elite paulista do século

XIX e início do século XX era um setor que atuava nas diversas etapas da produção do capital cafeeiro, e que tinha articulação direta com o sistema internacional por meio do negócio de exportação do café. Paralelamente permaneciam existindo fazendeiros tradicionais dedicados apenas à lavoura do café. A elite paulista deste período seria constituída essencialmente pelo grande capital cafeeiro cujos empreendimentos eram voltados principalmente para a exportação e para o mercado internacional.

À medida que a economia paulista ligada ao café vai se desenvolvendo, formam-se claramente dois grupos distintos: o médio capital, ligado apenas à produção de café propriamente dita – a lavoura; e o grande capital, aquele que espalhou seus tentáculos pelas diversas etapas de realização do capital cafeeiro que é predominantemente mercantil – o grande capital cafeeiro. A elite paulista refere-se a este segundo grupo, já que é esta que dirige o processo de formação do Estado republicano. (TORELLI, 2004, 04)

Os fazendeiros dedicados exclusivamente a produção agrícola, foram empurrados para a periferia da economia. Tornando-se dependentes do grande capital cafeeiro para os processos de ensacamento, escoamento, distribuição, comercialização e exportação de sua produção e sem poder determinar o valor de seu produto, e sem influência também nos demais setores da cadeia produtiva, constituíram um setor enfraquecido política e economicamente.

Uma das questões que separavam drasticamente as posições do grande capital cafeeiro dos produtores era o problema do câmbio. Os presidentes da república provenientes de São Paulo defendiam uma política liberal, de não intervenção do estado na determinação do valor da moeda, o que fazia o seu valor se elevar durante as crises. Os produtores diretamente dedicados à lavoura cafeeira eram os que enfrentavam a maior dificuldade diante da política de preços estatal. Enquanto para os cafeicultores da lavoura, a elevação da moeda aumentava o seu endividamento e dificultava a venda do produto, do lado do setor comercial, a elevação da moeda elevava o padrão de acumulação comercial e bancária. Questões como esta demonstram a diversidade de posições presentes entre os membros do setor cafeeiro paulista. É possível distinguir de um lado, um movimento que defendia que o Estado deveria intervir diretamente na questão do café, de outro, um setor liberal que defendia a adoção de uma política de livre mercado e livre concorrência, excluindo assim a interferência do Estado. Essas diferentes posições geraram uma crise dentro do próprio partido representativo dos interesses da elite cafeeira paulista, o PRP.

Segundo Perissinotto, (1999) as insatisfações dos lavradores em relação à política econômica do governo vinham desde 1899 quando foi proposta de criação de um Partido da Lavoura, que defenderia:

(...) os interesses dos fazendeiros do interior contra aqueles que, além da própria fazenda, tinham interesses urbanos: o grande capital cafeeiro. Portanto, o Partido da Lavoura revela claramente uma cisão entre a lavoura, o Estado (leia-se o PRP – Partido Republicano Paulista) e os interesses urbanos do grande capital. (PERISSINOTO, 1994, p. 50)

O agravamento da crise econômica levou a necessidade de intervenção estatal na determinação do valor cambial, mas sua ação não foi no sentido de atender diretamente aos interesses dos fazendeiros de café. O estabelecimento da chamada “política dos governadores” teria sido, antes de tudo, um movimento na direção da estabilidade econômica e política, com o intuito de impedir que os diferentes interesses oligárquicos interferissem na estabilidade de república.

#### 1.4 A política dos governadores

A política dos governadores, nome pelo qual ficou conhecido o acordo entre o governo central e os presidentes<sup>3</sup> dos estados foi uma estratégia adotada pelo então presidente Campos Salles com o intuito de garantir a estabilidade política. Manuel Ferraz de Campos Salles, um dos mais influentes líderes do movimento republicano e do Partido Republicano Paulista (PRP), era bacharel pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco e fazendeiro em Campinas, importante e tradicional região cafeeira de São Paulo. Foi ministro da Justiça no governo de Floriano Peixoto e deu início a elaboração do Código Civil, o primeiro da república, e instituiu o casamento civil, passando para o Estado a tarefa de reconhecimento legal de união entre cônjuges. Foi presidente do estado de São Paulo de 1896 a 1897, tendo sido o segundo a ocupar esse cargo e foi eleito o quarto presidente da república. Campo Salles adotou uma política austera de impostos e ajuste financeiro como forma de controlar o excesso de emissões monetárias provocado pela política do governo anterior e pela ausência de controle do câmbio. Desde sua posição, como ministro da justiça, era possível constatar a intenção de Campos Salles estabelecer uma política de institucionalização e modernização das estruturas administrativas nacionais. Não se pode, portanto, concluir que todas as ações dos políticos paulistas visavam única e exclusivamente o benefício das oligarquias cafeeiras.

Kugelmas (1986) observa que a concretização de políticas que interessavam aos setores cafeeiros era muito complexa, dependendo de outros fatores. Para que a política de valorização do

---

<sup>3</sup>Uma das marcas da organização federativa tinha sido a adoção do título de presidente para o cargo do principal dirigente executivo dos estados. O termo usado para designar o pacto político que ficou conhecido como ‘política dos governadores’ teria sido, segundo o próprio Campos Salles, inadequado, preferindo ele próprio o uso de ‘política dos estados’. Segundo Salles: *A Política dos Estados, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União é, pois, na sua essência, a política nacional. É lá, na soma destas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados pensa a União!* (CAMPOS SALLES, M. F.1988, p. 35)

café pelo governo se impusesse, foi necessário o agravamento da crise econômica nacionalmente; único fator capaz de romper a resistência de dois presidentes paulistas, Campos Salles e Rodrigues Alves e seus ministros da Fazenda.

Para Kugelmas, (1986) a intenção dos políticos paulistas sempre fora a independência política de São Paulo, e a defesa do federalismo identificado como condição necessária para a autonomia política que permitiria a modernização social, política e econômica do estado.

A defesa do autogoverno de São Paulo era vital para a implementação de um aparato administrativo moderno, e a implementação de uma estrutura produtiva capitalista aos moldes do liberalismo norte-americano. Em São Paulo, os setores intelectuais chegavam a defender a separação de São Paulo da federação, e o processo de urbanização tinha levado a constituição de uma classe média escolarizada e com pretensões acadêmicas, intelectuais, modernizantes e progressistas. A liderança assumida por São Paulo na implementação do projeto republicano, decorreu da necessidade de garantir o processo de federalização e de manutenção das bases de uma economia capitalista articulada com o mercado internacional.

Love (1982) observa que os dirigentes políticos paulistas ainda que majoritariamente recrutados nos grupos economicamente dominantes, ao assumirem a condição de agentes estatais eram obrigados a tratar de determinadas questões e tomar certas decisões que ultrapassavam de longe os estreitos horizontes de sua classe de origem. A consolidação do Estado republicano, exigia a intervenção estatal nas mais variadas questões (como saúde pública, forças repressivas, judiciários, obras públicas, educação, empréstimos externos). Sua autoridade política dependia estreitamente dos recursos materiais gerados pela economia exportadora de café, o que exigia estender os mecanismos oficiais de controle sobre a atividade econômica.

De acordo com Love (1982), na medida em que as lideranças paulistas se tornavam homens de governo, a gestão política e econômica do Estado republicano, era uma questão que passava a assumir caráter prioritário. A inserção internacional, da economia brasileira exigia uma articulação cada vez mais profunda com produção café, sua cotação no mercado internacional, os preços dos bens e produtos comercializados no território nacional, a balança comercial, o câmbio e o valor da moeda no mercado internacional. A partir da segunda metade da década de 1890, uma crise de preços do café tornara evidente a ausência de mecanismos nacionais de controle financeiro e monetário que deveriam ser instituídos para a regulação da economia.

Perissinotto (1999) observa que na medida em que prevalecia a necessidade de preservação de uma ordem pública republicana, os dirigentes do Estado teriam adotado políticas públicas que contrariavam os interesses não apenas dos fazendeiros, mas também do grande capital cafeeiro, especialmente em relação às questões tributárias e à política de defesa do café.

Para Perissinoto (1999), teria ocorrido um fortalecimento do poder do Estado durante a República Velha, chegando mesmo a constituir-se como poder suficiente forte para impor sua vontade às classes economicamente dominantes.

(...) levando em conta o processo de burocratização dos 'órgãos econômicos' e os conflitos daí advindos, o período em questão revela um constante fortalecimento das prerrogativas do poder estatal em detrimento do poder de classe. (PERISSINOTO,1999, p.125 )

Segundo esta perspectiva, tanto na direção nacional, quanto no domínio paulista, teria sido possível constatar a existência de um Estado forte e atuante, que implementava ações próprias a um agente racional, independente dos interesses de classes. Perissinoto (1999) conclui que ao implementar a política dos governadores, Campos Salles, teria levado o PRP a deixar de ser um partido de classe e passando a representar os interesses do Estado.

A adoção de políticas impopulares entre os membros do setor cafeeiro agrário teria levado a sua ruptura com o PRP, uma vez que não viam seus interesses representados pelas lideranças políticas do partido. Essa ruptura teria levado não apenas à criação de um partido representante do interesse dos lavradores, mas a uma constante ameaça à estabilidade do Congresso Nacional. Aos setores tradicionais da agricultura, somavam-se militares, os republicanos radicais, os monarquistas, além de setores da imprensa que por meio de críticas ferozes, tentativas de golpe, ameaças de declaração de moratória, dificultavam a adoção de políticas de gestão e de garantia da governabilidade, que segundo Campos Salles saneariam os cofres públicos e trariam paz ao sistema político e econômico.

Teria sido a inflexível política de câmbio e impostos, o motivo da cisão do PRP que colocou em lados opostos republicanos históricos, como Campos Salles e Bernardino de Campos na situação e Prudente de Moraes na dissidência.

Em torno de Campos Salles aglutinaram-se os setores comerciais e exportadores que apoiavam os governos paulista e federal por meio, da chamada política dos governadores. Em torno de Prudente de Moraes estava o grupo contrário à política dos governadores e que acabou por lançar um partido dissidente.

A constituição de um Estado que garantisse os mecanismos de inserção no mercado internacional seria muito mais importante para a liderança federal paulista do que a solução da crise de preços do café. A tendência liberal tendia a reduzir a interferência estatal na economia, e seguindo a concepção evolucionista e positivista liberal em voga na liderança do PRP, a bancarrota de

fazendeiros não resultaria na queda do sistema, uma vez que os negócios seriam transferidos para outros agentes mais modernos e concorrenciais que, naquele momento, já praticavam a diversificação de atividades não dependendo somente do café.

Do ponto de vista dos interesses da liderança do PRP, a preservação do Estado representava uma necessidade maior, na medida em que assegurava a própria inserção brasileira no sistema internacional. A preocupação maior de governantes como Campos Salles (presidente de 1898-1902) e Rodrigues Alves (presidente de 1902 a 1906) teria sido a estruturação do Estado em detrimento da crise de preços pelo qual passava o café. O grande capital cafeeiro tinha sua sobrevivência assegurada pelo rendimento das outras atividades do complexo cafeeiro e o achatamento dos salários provocado pela inflação e cortes públicos reduzia a perdas. O maior problema, para o grande capital cafeeiro seria o corte do financiamento externo.

Em 1896, a diminuição dos preços externos provocou inquietude, debates pela imprensa e no legislativo estadual e a realização de congressos de lavradores; mas é em 1899, com o início da aplicação da severíssima política contencionista de Joaquim Murinho, ministro da Fazenda de Campos Salles, e a perspectiva de uma inversão à tendência de depreciação cambial que se intensifica o descontentamento. Chega a surgir uma tentativa de organizar o “partido da lavoura”, já que esta, segundo os insatisfeitos, não estaria sendo adequadamente representada pelo PRP. (KUGELMAS, p.113)

Os debates que levaram a implantação da política dos governadores incluíam questões cruciais no campo da política econômica, mas o seu sentido prioritário não era salvar os cafeicultores pura e simplesmente, mas estabelecer um plano de ação que garantisse a estabilidade do Estado.

O confronto entre os defensores de uma estrutura econômica com base no lastro em ouro ou na emissão de papéis, ocupava os debates no Congresso e visava a implantação de um sistema de circulação monetário que garantisse a sobrevivência de todo o Estado nacional. Da mesma forma, defensores de estratégias para elevar o processo de industrialização, defensores de políticas protecionistas, defensores de políticas liberais fundadas no livre mercado e livre concorrência, posições distintas sobre a política de câmbio, o endividamento da Nação, demonstravam que o debate sobre a esfera econômica era tratado como assunto de sobrevivência do Estado e não apenas dos cafeicultores privados. Uma questão crucial era a credibilidade do país junto às instituições financeiras internacionais. O endividamento público, principalmente com bancos estrangeiros, como o *Rothschild*, fazia do Brasil um alvo constante de pressões por reformas financeiras e orçamentárias.

Campos Salles enfrentava sérios problemas institucionais que dificultavam a constituição de uma estabilidade econômica e seus conflitos mais diretos eram frequentemente os interesses dos

cafeeiros:

O pagamento de juros de empréstimos externos, que cada vez pesavam mais na balança de pagamentos implicava a necessidade de controlar decisões em até três áreas: a taxa cambial que precisava ser fortalecida, ou, pelo, menos impedida de maior deterioração, o orçamento público que devia ser restabelecido, evitando-se a emissão de moeda sem lastro; a aquisição de reservas destinadas aos serviços da dívida externa, devendo-se evitar uma balança comercial negativa. As duas primeiras exigências naturalmente geravam conflitos entre o governo federal e os interesses dos cafeicultores. (LOVE, 1982, p. 250)

Os esforços empreendidos por Campos Salles no sentido de garantir a estabilidade da moeda nacional e a sua política de contenção de gastos públicos, e expansão fiscal não agradavam aos fazendeiros:

A presidência Campos Salles constituiu uma primeira e vívida demonstração dos conflitos estruturais que opunham o governo federal e os interesses cafeeiros. E tal desfecho não pôde ser evitado, apesar de o próprio Campos Salles ser fazendeiro e antigo defensor da legislação de proteção ao café. (LOVE, 1982, p. 253)

Para Love (1982) Campos Salles representava uma elite política que pretendia modernizar as estruturas econômicas e políticas do país, mostrando seriedade e competência para atrair o capital estrangeiro. Sua política econômica era decorrente de um projeto de modernização conservadora, que procurava promover o desenvolvimento do país com o auxílio do fluxo de capitais internacional. A aproximação com os interesses internacionais acompanhava a República desde seus primórdios. “Rodrigues Alves seria tão próximo aos banqueiros britânicos que teria renunciado ao Ministério da Fazenda em 1892, quando Floriano não aceitou um plano de recuperação financeira proposto pelos *Rotschilids*” (LOVE, 1982, p. 253).

Um dos grandes objetivos de Campos Salles na elaboração do pacto dos governadores teria sido a restauração do bom nome da República, que vinha sendo abalado por críticas e boicotes de grupos dissidentes ou de oposição. Campos Salles, procurou isolar a corrente nacionalista e militarista mais radical, que era um setor importante e tradicional do movimento republicano e que contava com alguns dos mais destacados líderes do Congresso.

As constantes críticas dos setores radicais nacionalistas contra a influência dos *Rothschild* e demais agentes econômicos internacionais e que exigiam um governo de pulso firme com os estrangeiros, repercutiam mal internacionalmente, abalando a confiança dos investidores, dificultando as negociações com os credores internacionais. Salles tentava calar, acima de tudo, as críticas de grupos radicais que defendiam no Congresso a suspensão de pagamentos externos, cuja

repercussão na imprensa, produzira em Londres, como em todos os mercados europeus, uma sensação de insegurança institucional. Sob forte pressão para controlar os grupos nacionalistas radicais, afastar as propostas de moratória e expurgar o fantasma de golpe militar, Campo Salles adotou uma estratégia que visava o isolamento desses setores.

O pacto dos governadores estabelecido por Campos Salles foi essencial para garantir ao executivo uma maioria no poder Legislativo, centralizando as decisões políticas na presidência que garantiu para si o apoio nas grandes questões nacionais no Congresso em troca do respeito ao poder local das oligarquias. Tratou-se, portanto, de um pacto eminentemente político, para garantir a governabilidade, por meio da garantia de apoio às decisões do governo no Congresso.

O Pacto ocorreu por meio de uma reforma do Regimento do Congresso que garantiu o reconhecimento como deputados e senadores dos candidatos indicados pelos governadores a partir da *Comissão de Verificação* de poderes<sup>4</sup>. De um lado, o pacto assegurou a manutenção no poder das oligarquias locais, de outro, garantiu ao presidente da república a condução de uma política nacional apoiada pelos poderes locais. Foi, portanto, encerrada a discussão sobre o encilhamento<sup>5</sup>, com a adoção de uma política baseada no padrão-ouro e silenciada os setores nacionalistas, que se opunham ao endividamento nacional e à crescente influência de bancos e companhias internacionais.

Em síntese, o pacto garantia a São Paulo e Minas Gerais o controle da máquina do governo federal, concentrando poder para implementar políticas sem aceitação unânime tanto por outros estados como por parte de elites locais, cujos interesses não coincidiram com aqueles propostos. Não se tratava de mero amparo à lavoura cafeeira, mas da implantação de uma ordem fiscal e monetária em relação aos compromissos financeiros externos. Criava-se, assim, acima dos interesses locais e regionais, uma esfera de interesses nacionais.

---

<sup>4</sup> Antes da criação da *Comissão de Verificação*, a legitimidade do candidato eleito era verificada e conferida pelo parlamentar mais idoso entre os presumidamente eleitos para a Câmara dos Deputados. Ele ocupava a presidência da casa e nomeava outros cinco deputados presumidamente eleitos para formar a comissão decidiria sobre a legitimidade do mandato dos demais. Os membros eleitos para a Câmara possuíam assim o controle do processo de verificação da legitimidade. Com a mudança do regimento interno da Câmara foi instituída a Comissão de verificação dos poderes. O presidente da Comissão de Verificação seria o presidente da legislatura anterior. A legitimação seria feita pelo processo de diplomação. O diploma era a ata geral da apuração da eleição assinada pela maioria da Câmara Municipal, instituição encarregada legalmente pela coordenação, realização e apuração das eleições e pelo poder estadual, que encaminhava a diplomação. Dessa forma ficava garantido o resultado estabelecido no domínio local, extinguindo a possibilidade do poder legislativo verificar fraudes ou manipular os resultados em favor de seus interesses. As oposições locais perderam a capacidade eleitoral, porque deveriam passar antes pela verificação e diplomação no município. Em caso de disputa era previsto que aquele que apresentasse o diploma reconhecido pelo poder dominante em seu município e estado era o eleito. A Câmara passou a ser a expressão da política dos chefes estaduais porque o mandato legítimo era aqueles indicados pelo poder estadual.

<sup>5</sup> O termo *Encilhamento* foi o nome popular dado à crise de especulação da Bolsa de Valores ocorrida em 1890 no início da República. A crise foi provocada pela política de emissão monetária determinada por Rui Barbosa, então ministro da Fazenda. Baseando-se na economia norte-americana, Rui Barbosa autorizou bancos oficiais e privados a emitirem créditos monetários, que poderiam ser objeto de empréstimos. O objetivo era estimular as atividades econômicas e a industrialização. Entretanto o que ocorreu foi a especulação e a emissão indiscriminada de títulos, obrigando o Estado a emitir papel moeda para cobrir as vultuosas quantidades de títulos negociadas. O resultado foi uma inflação sem precedentes e uma crise cambial. O termo deriva do encilhamento (arreamento) dos cavalos antes da largada no hipódromo, momento em os apostadores especulam e disputam os valores das apostas. A delirante ação dos apostadores foi comparada a ação dos corretores no pregão da Bolsa de Valores, que especulavam comprando e vendendo os títulos dos bancos.

Os setores da economia cafeeira a quem mais interessava a instauração de uma ordem econômica institucionalizada eram os exportadores e industriais, os maiores prejudicados com a crise cambial provocada pelo encilhamento. A essa camada, já fortemente capitalista, interessava a implantação de uma estrutura burocratizada, fundada em um sistema institucionalizado de normas econômicas, que não colocaria as finanças ao sabor dos senhores locais, pela falta de uma política cambial permanente, ou pelos ensaios e experiências de ministros e outras autoridades.

Era necessária, para estes setores, a implantação de uma burocracia estatal, impessoal, permanente e competente, formada por profissionais habilitados, e não por diletantes, letrados ou coronéis, que fossem capazes de garantir uma política econômica segura. Tomada nestes termos, a questão econômica era, de fato política. Não se trata mais de atender aos desejos deste ou daquele senhor local, mas de estabelecer condições institucionais para o desenvolvimento racional. O Estado não é aqui um instrumento para a acumulação de capital, ele é o sujeito da ação econômica.

Para Carvalho, (1997) o modelo de Estado visado pelos presidentes paulistas e, em particular por Campos Salles seria o americano, com ênfase no liberalismo e federalismo.

Convinha-lhes também a ênfase americana na organização do poder, não apenas por estar na tradição do país, mas principalmente, pela preocupação com a ordem social e política própria de uma classe de ex-senhores de escravos.

Convinha-lhes, de modo especial, a solução federalista americana. Para os republicanos de São Paulo, de Minas Gerais do Rio Grande do Sul, três das principais províncias do Império: o federalismo. (CARVALHO, 1997, p.25)

A adoção do modelo liberal constituía um obstáculo para a implementação de políticas protecionistas preconizada pelos nacionalistas. A política dos governadores e o uso da Caixa de Conversão, eram medidas que buscavam a estabilização mas não solucionavam o problema dos fazendeiros que viam nas ações do Estado o caminho para a sua bancarrota.

Em 1906 a crise assumiu para os fazendeiros um caráter intolerável e os governadores dos estados exportadores de café – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro pressionaram o governo federal para a implementação de uma política nacionalista de valorização do café. Os dois presidentes da República nesse período, Campos Salles e Rodrigues Alves, apesar de paulistas e produtores de café, realizavam uma política econômica tida pelos cafeicultores como anti-paulista e contrária aos interesses do café.

As disputas internas da elite e os interesses da sua base política, como o lavrador que possuía a sua fazenda de café e não contava com mais nenhuma outra forma importante de reprodução do seu capital, levou os representantes dos fazendeiros paulistas a apresentarem suas reivindicações no

Congresso Nacional de 1903 até 1907, buscando o apoio para proteção de seu principal produto. Só tiveram sucesso em 1908, na forma de União para um empréstimo de 15 milhões negociado pelo governo paulista junto a credores internacionais, para financiar a valorização.

Destas disputas nasceu o *Convênio de Taubaté*<sup>6</sup>, resultado do agravamento das quedas dos preços somados a uma super-safra, que colocou em risco a lucratividade inclusive do próprio grande capital cafeeiro ameaçando a estabilidade política nacional.

O convênio estabeleceu uma política de compra dos excedentes de produção de café pelo governo que seria cotado a preços mínimos. Entre as demais medidas adotadas estava o aumento da propaganda no exterior, o estímulo ao consumo interno e a restrição da expansão das lavouras. A estas medidas foi acrescida a criação da *Caixa de Conversão*<sup>7</sup> apresentada como uma alternativa para estabilidade cambial brasileira, garantindo o financiamento por meio, da captação de recursos externos que financiaria as emissões da moeda.

Em 1909 a elevação da cotação do café no mercado internacional, demonstrou os primeiros efeitos da política de valorização adotada enquanto a caixa de conversão conservava o câmbio artificialmente baixo, à custa de empréstimos internacionais. A crise de preços retornou durante a Primeira Grande Guerra obrigando ao subsídio do governo federal e do estado de São Paulo por meio da compra e estocagem. Em 1917, São Paulo acumulou um preocupante estoque de 3 milhões de sacas. A situação não se agravou mais porque uma grande geada em 1918, que levou a uma expressiva quebra das lavouras, ajudou à recuperação dos preços no mercado, provocando, entretanto, uma elevação da crise do caixa dos cafeicultores. A pressão dos agricultores tornou-se cada vez maior, e o projeto econômico liberal acabou por ser abandonado com a institucionalização da intervenção estatal, sempre que o café caía a patamares que provocassem prejuízo aos lavradores.

Desta forma, podemos constatar as distintas posições assumidas pelos agentes políticos e econômicos paulistas, demonstrando a cisão de interesses entre o governo federal, os cafeicultores capitalistas e os lavradores. Em seguida procuraremos identificar as posições assumidas, dentro desse espectro, pelos cafeicultores de São Carlos.

---

<sup>6</sup>O Convênio de Taubaté foi o nome atribuído a reunião ocorrida em 09 fevereiro de 1906 na cidade de Taubaté, em São Paulo reunindo os governadores dos estados de São Paulo, Jorge Tibiriçá Piratininga, de Minas Gerais, Francisco Antônio de Sales, e do Rio de Janeiro, Nilo Procópio Peçanha, para discutir os problemas provocados pela crise do café na economia dos estados e estabelecendo uma proposta de política de valorização do café. O acordo porém, deveria ser aprovado pelo então presidente da república, o paulista Rodrigues Alves que manteve-se fiel a política liberal adotada por seu governo recusando-se a assinar o acordo. A ratificação de acordo foi, então assinada pelo vice-presidente Afonso Pena.

<sup>7</sup>A *Caixa de Conversão* foi um órgão ligado ao Tesouro Nacional criada pela Lei nº 1575, de 6 de dezembro de 1906 e que entrou em funcionamento em 23 de dezembro de 1906. Sua finalidade era equilibrar o câmbio, mantendo o poder de troca da moeda do Brasil no comércio com outras nações. Foi estabelecido um fundo lastreado em moedas de ouro nacionais e estrangeiras, como a libra e o dólar. O fundo emitia notas, bilhetes ao portador, conversíveis em ouro de curso legal, até o valor de 320 mil contos de réis ou 20 milhões de libras esterlinas, ao câmbio fixo de 15 *pense* por mil réis. O conceito de conversibilidade no padrão ouro é instaurado e funciona até 1914.

## 1.5 São Carlos e a economia cafeeira

Embora fosse predominante em São Paulo, a grande propriedade não era a única forma de exploração da terra. Havia também sitiantes e pequenos proprietários. Impossibilitados de investir capital no maquinário de beneficiamento, entregavam a produção a intermediários da comercialização - comissários e ensacadores -, ou mesmo a latifundiários, que muitas vezes acumulavam as funções de produção e comercialização. Muitos dos grandes cafeicultores que diversificaram suas atividades exerciam o papel de intermediários e comerciantes da produção dos pequenos lavradores. Em sua maioria, permaneciam ausentes das fazendas realizando apenas visitas periódicas e entregavam a gestão a administradores profissionais, que procuravam otimizar as rotinas da cultura do café em busca de maior produtividade. As fazendas deixaram de ser um espaço de luxo e conforto para estruturar-se como uma típica unidade de produção. Eram constituídas, por um complexo de edifícios construídos para abrigar as máquinas e organizar de forma racional o cotidiano da cafeicultura.

Por volta de 1920 a produção de café expandia-se em direção às regiões norte e oeste do estado de São Paulo em função da implantação de corredores ferroviários. A produção de café representava 79% da produção brasileira e 61% da produção mundial. (NICHOLLS, 1970)

A produção de café era realizada essencialmente contando com mão de obra escrava. Com o fim da escravidão, os entraves à produção foram equacionados por meio do incentivo à imigração europeia, pelo governo de São Paulo. A mão de obra imigrante foi direcionada para os principais centros cafeeiros: Ribeirão Preto, Jaú, Campinas e São Carlos.

Em São Paulo o governo do estado em associação com a S.P.I. (Sociedade Promotora da Imigração) promoveu uma campanha que levou a imigração de um grande contingente de italianos, espanhóis e portugueses, para o trabalho nas lavouras de café.

De acordo com Faleiros (2007), São Paulo recebeu um total de 123.069 imigrantes distribuídos pelas fazendas de café entre 1898 e 1902. Um pouco mais da terça parte (49.799) concentraram-se em apenas cinco municípios: Ribeirão Preto (14.293), São Simão (7.837), São Carlos (7.739), Araraquara (7.679) e Jaú (6.191) (FALLEIROS, 2007, p.174).

São Carlos entre os anos de 1884 e 1903 era um dos cinco principais centros receptores de imigrantes. Em 1894 foi o primeiro. Em 1899, a população rural do município era composta por 10.396 italianos, 1.356 espanhóis, 1.242 brasileiros “pretos”, 1.028 brasileiros brancos, 886 portugueses, 447 austríacos, 211 alemães, 119 polacos e 03 franceses (FALEIROS, 2007, p. 247). Os imigrantes assumiram uma condição superior àquela dos escravos e em geral tornavam-se colonos.

As fazendas de São Carlos não eram exclusivamente cafeeiras, embora essa fosse sua principal produção. Outras atividades produtivas que preexistiram à cafeicultura passaram a coexistir ao cultivo do café em grande escala.

Faleiros (2007) assinala que a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, levou a mudanças estruturais nas relações de trabalho e na dinâmica econômica, introduzindo um processo de modernização nas relações trabalhistas movidas agora, por relações de caráter monetário. Essas relações eram profundamente distintas daquelas que caracterizaram a fase inicial de expansão do café.

Em São Carlos, a produção de café era realizada essencialmente em grandes propriedades. Gradualmente fazendas de médio porte passaram a partilhar o espaço produtivo, entretanto, a grande propriedade caracterizou a produção são-carlense, enquanto em outras regiões a pequena propriedade passou a ocupar importante espaço da produção.

O município de São Carlos adquiriu grande importância na economia paulista durante as décadas de 1870 e 1880, juntamente com Araraquara, Ribeirão Preto, Araras, Limeira, Jaboticabal, entre outros. Este foi o período dos pioneiros plantadores de café, ainda voltados para a forma de cultivo tipicamente latifundiária que tinha caracterizado a produção açucareira. Na medida em que a produção paulista começou a elevar-se, a expansão da lavoura levou a incorporação de territórios ainda virgens e começou a ser constituído o que se chamou de corrida para o oeste, a constituição de novas lavouras cafeeiras mais modernas, baseadas em mão de obra livre e assalariada com produção cada vez mais racionalizada.

A cultura do café tem sua produção determinada por diferentes fatores; a terra, a tecnologia e a mão de obra empregada são fundamentais. O envelhecimento rápido dos cafeeiros, que podiam se manter produtivos por apenas 30 anos, tornava-se um grande problema para os plantadores. A partir daí, sua produção decrescia vertiginosamente. Esse problema, determinou uma diferenciação entre as regiões de produção mais antiga, em Campinas, Piracicaba, Araraquara, São Carlos entre outras e regiões mais recentes como Franca, Ribeirão Preto, Barretos, São Manuel e Jaú.

Por volta de 1886, São Paulo produzia 42% da produção nacional de café, o que por sua vez representava 59% da produção mundial. Segundo Tozzi (2003) neste período, as plantações consideradas como grandes cafezais no estado de São Paulo correspondiam a produção acima de 100.000 cafeeiros.

De acordo com Faleiros (2007), no início dos anos de 1900 a produção das regiões mais antigas já estava em declínio. Em São Carlos, em 1909 aproximadamente doze milhões de cafeeiros já estavam em decadência em razão de seu envelhecimento. A partir de 1909, a produtividade dos municípios de cafeicultura nova localizados nas regiões mais a oeste, passou a superar a

produtividade de Araraquara e São Carlos, municípios de cafeicultura mais antiga. Regiões como Barretos, para onde expandia-se a lavoura cafeeira, apresentavam cerca de cinco milhões de cafeeiros novos que alcançavam uma elevadíssima produtividade nas primeiras colheitas.

Segundo Faleiros (2007) de acordo com os dados sobre a produtividade dos cafeeiros, encontrados nos Boletim *O Café: Estatísticas de Produção e Comércio*, publicado pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas entre 1909 e 1938, no período entre 1917 e 1937, a região de São Carlos, se caracterizava pela decadência e estagnação das lavouras de café existentes com uma continuada queda de produtividade

A tabela no.1 permite a comparação entre as produções anuais de café entre as regiões de maior produção no estado de São Paulo. No período de 1909/1910 a produção de São Carlos é de 59,9 arrobas por mil cafeeiros enquanto as grandes regiões chegavam a mais de 100 arrobas por mil cafeeiros como se pode constatar nos casos de Franca, São Manuel e Jaú. Mesmo em comparação com outras regiões tão antigas quanto São Carlos, sua produção é inferior, como no caso de Araraquara. Apenas Campinas apresenta produção menor, pelo fato de ter, entre todas as regiões, a plantação mais antiga.

**Tabela 1-Produtividade comparada das principais regiões produtoras de café em arrobas por mil pés:**

	São Carlos	S.J. Rio Preto	Araraquara	Franca	Ribeirão Preto	Campinas	Botucatu	São Manuel	Jaú
1909/10	59,9	76,7	62,7	107,6	83,2	45,5	62,0	108,9	105,
1911/12	56,0	80,0	49,3	84,4	84,6	40,3	54,2	99,5	72,4
1913/14	41,3	46,3	54,6	90,7	81,0	43,0	60,0	104,6	86,1
1914/15	46,3	45,0	63,4	82,0	86,5	49,6	63,3	103,2	92
1916/17	43,9	44,0	64,7	71,8	87,9	51,1	52,5	80,6	80,3
1918/19*	17,0	16,3	17,5	21,3	17,8	20,5	17,5	17,2	19,7
1920/21	29,7	52,0	32,1	52,6	40,4	34,4	30	30,0	56,9
1922/23	29,7	26,9	36,4	45,0	68,8	40,1	36,1	36,1	87,3
1924/25	6,9	29,0	46,2	46,1	44,8	45,2	59,3	59,3	76,4
1926/27	46,2	93,1	72,4	52,9	57,2	49,8	72,3	72,3	85,2
1928/29	60,2	62,3	57,2	64,5	59,9	47,3	59,7	59,7	54,4
1930/31	49,3	52,2	50,7	61,8	47,7	54,0	47,1	57,1	47,9

\*Queda de produção - efeito da grande geada de 1918 no estado de São Paulo. Fonte: O café: Estatísticas de produção e comércio. Secretaria de agricultura, comércio e obras públicas de São Paulo, 1919-1929-38 apud pp.407-408

A cafeicultura era o núcleo básico em torno do qual se estruturavam uma série de outras atividades, e sua produção era voltada para o mercado exterior. Com o café, foram criadas outras inúmeras atividades complementares e fundamentais para o funcionamento da economia cafeeira, tais

como sistemas de transporte, maquinários para beneficiamento e o estabelecimento de um mercado de gêneros alimentícios, condições essenciais para uma sociedade que se tornava cada vez mais assalariada.

Segundo Faleiros (2007), São Carlos se caracterizava como uma região de grandes e médias propriedades. Se comparada com Araraquara as dimensões de suas propriedades eram bem maiores, com uma média de cafeeiros por propriedade de 80.029,4 em 1905, ao passo que a média araraquarense para o mesmo ano era de 40.292.

**Tabela2–Cafeeiros por propriedade. Araraquara e São Carlos**

<b>Araraquara(1915)</b>			<b>SãoCarlos(1916)</b>		
Nºdecafeeiros	Cafeicultores	%	Nºdecafeeiros	Cafeicultores	%
01mila5mil	116		01mila5mil	42	14,38
06mila15mil	126		06mila15mil	75	25,68
16mila30mil	46		16mila30mil	56	19,18
31mila60mil	38	9,52	31mila60mil	24	8,22
61mila101mil	36	9,02	61mila101mil	22	7,53
101mila250mil	30	7,52	101mila250mil	50	17,12
251mila500mil	07	1,75	251mila500mil	21	7,19
501mila800mil	00	0,00	501mila800mil	02	0,68
<b>Total</b>	<b>399</b>		<b>Total</b>	<b>292</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Araraquara: Álbum de Araraquara para o ano de 1915. Araraquara : Câmara Municipal de Araraquara,1915, p.112-17. Para São Carlos: Franklin CASTRO (org.). Almanack–ÁlbumdeSãoCarlos1916-1917. São Carlos: Typographia Artística,1917. In: Oswaldo TRUZZI. Fontes estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos 1873/1940 . São Carlos: Edufscar, 2004 , p. 25. Estes dados também foram encontrados por Rosane C. Messias, Op. Cit. P. 73-4

De acordo com Regina Devescovi (1987), a partir de 1918, ocorreu uma reestruturação da produção agrária no estado de São Paulo, como também no perfil dos proprietários. Para Devescovi (1987) o mercado urbano crescente para produtos de outras culturas, que não o café, viabilizava a existência de pequenos proprietários. Deste modo, na esteira do café transformava-se a estrutura agrária: aumentava o número de pequenas propriedades, diversificava-se a pauta de produção agrícola e aumentava a pecuária de leite.

Faleiros (2007)<sup>8</sup>, observa que a decrescente produtividade de São Carlos no período não levou a fragmentação das propriedades que permaneceram praticamente com as mesmas dimensões até a década de 1930. Verifica-se, na tabela 3 uma concentração de propriedades e de cafeeiros nas mãos de poucos cafeicultores, processo que foi acompanhado de uma estagnação e queda na produção nos anos seguintes:

**Tabela 3–Cafeeiros por propriedade.SãoCarlos1916e1928.**

<sup>8</sup>Segundo Faleiros a tendência a concentração de propriedade é mais evidente quando observada a longo prazo. Em 1937, quando torna-se clara a inviabilidade da cafeicultura do café na região, São Carlos possuía apenas 115 propriedades com menos de cinquenta alqueires, ao passo que Araraquara possuía 584 e Rio Claro 844.(FALEIROS,2007, p.186)

1916			1928		
Nºdecafeeiros	Cafeicultores	%	Nºdecafeeiros	Cafeicultores	%
01mila5mil	42		01mila5mil	65	19,76
06mila15mil	75		06mila15mil	90	27,36
16mila30mil	56		16mila30mil	51	15,50
31mila60mil	24	8,22	31mila60mil	34	10,33
61mila101mil	22	7,53	61mila101mil	31	9,42
101mila250mil	50		101mila250mil	45	13,68
251mila500mil	21	7,19	251mila500mil	11	3,34
501mila850mil	2	0,68	501mila850mil	2	
<b>Total</b>	<b>292</b>		<b>Total</b>	<b>329</b>	

Fonte: Oswaldo TRUZZI. Fontes estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos. 1873-1940. São Carlos: Edufscar, 2004, p.25-33. Apud p.185

Em 1916, cerca de vinte e cinco milhões de cafeeiros existentes na cidade de São Carlos, metade já estava em decadência. Contudo, estes cafeeiros ainda apresentavam uma produtividade que variava em média entre 45 e 65 arrobas por mil pés no período anterior à drástica geada de 1918. Em 1928, uma aguda crise se abateu sobre a cafeicultura de São Carlos. Cerca de um quarto dos cafeeiros antigos já havia sido destruído, restando apenas cerca de dezenove milhões e a produtividade ficava em torno de trinta e cinco arrobas por mil pés. A estrutura fundiária, entretanto permaneceu praticamente inalterada. Faleiros (2007) observa que os grandes proprietários resistiram à fragmentação de seus latifúndios e a elevação do número de propriedades que passa a ocorrer no final da década de 1920, teria decorrido da interferência de companhias de colonização, tais como a CAIC (*Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização*) que iniciou a aquisição e vendas de propriedades e que chegou a possuir 1.342 alqueires na região de São Carlos até o período de 1951.

Segundo Truzzi (2000) o processo de fragmentação das propriedades foi quase inexpressivo em São Carlos, em função da rígida estrutura produtiva agrária dos grandes latifúndios cafeeiros tradicionais que resistiram ao fracionamento e a implantação da policultura.

A partir de 1926 os cafeeiros de São Carlos começaram a ser exterminados, e nem mesmo as políticas de defesa do café foram capazes de promover a sua recuperação. A deterioração da economia cafeeira na região acelerou-se após a crise de 1929, e nunca mais alcançou patamares significativos.

Uma importante questão a ser observada refere-se à postura adotada pelos grandes proprietários de fazendas. Seu número aparece como quase inalterado desde o início do plantio do café e nem mesmo as crises ou as políticas de financiamento parecem mudar a condição das propriedades. Não há mudanças significativas na produção, e o que se pode perceber é um processo de degeneração dos cafeeiros e desintegração econômica em função da queda de produtividade. Em Araraquara é possível constatar um movimento diferente. A partir de 1928, há o crescimento do número de

cafeeiros produtivos, o que permite que se deduza a ocorrência de um processo de renovação por parte dos cafeicultores locais.

Faleiros (2007) observa o baixo número de registros de propriedades em São Carlos entre 1917 e 1937, em relação a outras regiões de cafeicultura mais nova do estado. Para ele, esse baixo número de escrituras não teria decorrido apenas do envelhecimento dos cafeeiros e do esgotamento dos solos e crise econômica. Nesta região as propriedades e as formas de plantio, já estariam consolidadas e as lavouras já formadas. A produção nestes casos era tocada por colonos, que assinavam “contratos de caderneta” em troca de um salário como remuneração dos serviços de cultivo pelo prazo de um ou dois anos<sup>9</sup> ou principalmente, por relações de parceria. Faleiros (2007) esclarece que a relação de parceria constituía um contrato entre iguais, entre parceiros, o que pressupunha o estabelecimento das condições desta parceria que era a divisão da produção. O pagamento seria assim, feito não em salário, como no caso dos colonos, mas por meio da própria produção. Faleiros (2007) acrescenta que pelos registros, esta seria a forma mais comum de relação, entre proprietário e trabalhador na região de São Carlos.

Segundo Faleiros (2007), nas regiões de cafeicultura mais antiga teria ocorrido um retrocesso na forma de remuneração pelo trabalho que deixaram de envolver dinheiro, tendendo a ser substituídos nas parcerias pela divisão da produção. O autor observa que trata-se de um ponto de suma importância, pois:

(...) parte da bibliografia reconhece nas relações de colonato um embrião das relações de produção especificamente capitalista no Brasil. Contudo, o que temos constatado é que esta relação de trabalho, que envolvia salários anuais, ganhos por diárias de serviços e acesso a terra, poderiam retroceder à parceira. (FALEIROS, 2007, p.198)

Neste sentido, pode-se concluir que as propriedades de São Carlos tenderam a manter uma relação não monetarizada, diferentemente do que ocorreu em regiões de agricultura mais nova, principalmente aquelas iniciadas após o fim do tráfico de escravos. Nestas regiões, era mais comum o contrato de colonos para o trabalho, tendendo a uma maior monetarização. Já nas regiões mais antigas a ausência de remuneração em dinheiro denotava uma relação que não constituía uma acumulação de capital. O comércio e urbanização criam, nos processos cujo trabalho assalariado prevalece, um mercado cada vez mais capitalizado.

---

<sup>9</sup>Truzzi calcula que um colono, em 1918, recebia 100\$000 por cada mil cafeeiros tratados, 1\$000 por cada saco de café colhido e 2\$000 por cada diária de serviço prestado à fazenda. Computo feito a partir dos livros de conta corrente da Fazenda Palmital, em São Carlos (TRUZZI, 2000, p.195)

Faleiros (2007) anota que em São Carlos a maioria dos contratos não envolvia pagamentos em dinheiro, e aqueles que envolviam cláusulas monetárias perfaziam apenas 29% do total.

Segundo Faleiros (2007) os *Livros de Registros de Casamentos do Cartório de Registro Civil* de São Carlos indicam que entre 1890-95 apenas 0,93% dos italianos declararam-se como Lavradores, posição social de maior status, pois envolvia a propriedade da terra. Entre 1921-25 a porcentagem que subiu para 47,83%, o que evidenciaria, segundo o autor, um processo de ascensão social dos imigrantes italianos.

Faleiros (2007) conclui que São Carlos era uma região em vias de esgotamento da cafeicultura, especialmente nas maiores fazendas, o que vinha tornando o negócio inviável.

Truzzi (2000) argumenta no mesmo sentido, afirmando que:

A diminuição da renda familiar dos colonos fixados por vários anos numa mesma região era um indício de que as terras se empobreceram, fazendo com que a produtividade ficasse aquém das expectativas (Truzzi, 2000, p.204)

Em muitos municípios, a queda de preços e a diminuição da produtividade levou à divisão em pequenos lotes para a venda. Essa estratégia não parece ter sido a mais comum em São Carlos onde, aparentemente o prestígio das grandes fazendas e de seus proprietários foi mantido, apesar do evidente declínio financeiro. Os imigrantes teriam iniciado um forte investimento na pequena propriedade e em atividades comerciais, que pouco interessavam aos fazendeiros locais.

Observando-se mais atentamente a evolução da produção cafeeira de São Carlos pode-se observar que as famílias tradicionalmente reconhecidas como grandes proprietárias não desfrutaram por muito tempo da condição de grandes produtoras de café.

No *Almanach da Província de São Paulo para 1873*, são computados 55 fazendeiros de café. Em 1884 o número cresce para 170, período em que a produtividade da região é crescente e os cafeeiros são ainda novos. Já o *Almanach do Estado de São Paulo* para 1891 registra um número estável em 179 fazendeiros. Em 1893, o número era ainda estável, crescendo para 185, e em 1915 o número cresce para 299. Em cerca de 30 anos o número ampliou-se de 55 para 299, com apenas 244 novos fazendeiros.

**Tabela 4 – lista dos dez maiores produtores de café da região de São Carlos**

**Tabela 4 a – Lista dos maiores produtores segundo lançamento de contribuintes do imposto sobre café de 1896 a 1901**

Lavradores	1896	1897	1898	1899	1900	1901
Bueno Ellis & Neto (Santa Eudoxia)	750.000	900.000	825.000	900.000	1.125.000	600.000

Banco da Republica do Brasil (Santa Maria /Bela Vista)	600.000	750.000	375.000	360.000	-	435.000
Antônio M. de Barros (Palmital)	600.000	600.000	375.000	600.00	525.000	525.000
Estanislau de Campos Salles (Santa Maria)	525.000	525.000				
Elisario Penteado e Irmão(Figueira Branca/Pulador)	375.000	300.000	300.000	180.000	225.000	375.000
Firmiano de Moraes Pinto (Fazenda da Serra)	375.000	300.000	240.000	210.000	300.000	300.000
Paulino Carlos de Arruda Botelho (Quebra Canella)	300.000	450.000	280.000	225.000	360.000	300.000
Joaquim Botelho de A. Sampaio (São Joaquim)	300.000	345.000	180.000	270.000	225.000	300.000
Cândido Ferraz de Mattos (Paraíso)	300.000	225.000	52.500	225.000	330.000	330.000
Antônio José do Nascimento (Palmeiras)	300.000	300.000	225.000	165.000	300.000	225.000
Maria das Dores C. Sampaio (herdeiros) Santo Antonio do Lobo	300.000	255.000	195.000	210.000	225.000	225.000
Conde do Pinhal (Fazenda do Pinhal)	90.000	150.000	180.000	120.000	270.000	270.000

Fonte:OswaldoTRUZZI.Fontesestatístico-nominativasdapropriedaderuralemSãoCarlos.1873-1940

**Tabela 4b – lista do dez maiores produtores de café da região de São Carlos em 1915 segundo o Almanach do Estado de São Paulo**

Lavradores	Situação	Nome do Imóvel	Quantidade de cafeeiros
Alfredo Ellis	Santa Eudóxia	Santa Eudóxia	1.000.000
Antônio M. de Barros	Ibaté	Palmital	750.000
Elisario Penteado e Irmão	Santa Eudóxia	Figueira Branca	550.000
João Evangelista de Toledo	Ibaté	Divisa	426.000
Cia de Fazendas Irmãos Camargo	Jacaré	Salto	418.000
Maria Izabel de O. Botelho	Colônia	Santa Maria	380.000
Luiz Teixeira de Barros	Ibaté	S. Rufina	365.000
João Batista R. Conceição	Babylonia	Floresta	360.000
Marcolino Lopes Barreto	S. Carlos	Canchin	350.000

José Augusto de Oliveira Salles	Jacaré	Branca	320.000
---------------------------------	--------	--------	---------

Fonte: Oswaldo TRUZZI. *Fontes estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos. 1873-1940*

É interessante observar que em São Carlos, a família Arruda Botelho é tradicionalmente citada como uma das maiores produtoras de café nacionais e, em virtude disso, teria se tornado o centro da constituição da elite são-carlense. Entre todos os proprietários da região teria sido o Conde do Pinhal, Antônio Carlos de Arruda Botelho, o maior cafeicultor da região e um dos mais importantes do país. No período de que tratamos neste estudo, de 1911 a 1923, a família Arruda Botelho era apresentada como uma das mais importantes famílias de cafeicultores paulistas. Ao menos nos períodos onde se possui informações estatísticas, encontramos entre 1896 e 1901 a referência a dois membros da família Botelho entre os 10 primeiros produtores (tabela 4 a). Entretanto, nenhum deles se aproxima da espantosa produção da fazenda Santa Eudóxia, que chega, em 1900 a 1.250.00 quilos de café. Santa Eudóxia estava entre as fazendas mais novas da região, o que pode explicar sua excepcional produtividade, mesmo para os padrões nacionais. A famosa propriedade conhecida como Fazenda do Pinhal, pertencente ao Conde do Pinhal considerada até hoje como a mais importante fazenda da região, no período focado aparece apenas em quadragésimo oitavo lugar, muito distante da produção de Santa Eudóxia.

A tabela **4b** apresenta os principais produtores da região de São Carlos no ano de 1915. Entre os nomes relacionados, encontramos apenas um sobrenome Botelho, porém a propriedade citada não é aquela que é até hoje considerada a maior fazenda da região, a fazenda do Pinhal. Esta fazenda, arrolada como de propriedade da condessa do Pinhal (após o falecimento do Conde Pinhal), apresenta 284.000 cafeeiros, aparecendo em décimo primeiro lugar na lista. Além dessa propriedade pode-se constatar a fragmentação das propriedades do Conde Do Pinhal, entre seus herdeiros como a Fazenda Santo Antônio (a segunda tradicionalmente mais importante entre os Arruda Botelho) que aparece em décimo segundo lugar. Outro aspecto interessante é o fato do anuário registrar as diferentes propriedades pertencentes a um mesmo dono. Alfredo Ellis, que é de longe, o maior produtor da região com uma produção em sua fazenda principal que é quase o dobro da segunda colocada, aparece como proprietário de outras duas fazendas, Santa Anna com 260.000 cafeeiros situando-se assim na décima terceira posição e Embargo, com 11.000. Assim, Ellis teria sob sua propriedade cerca de 1.271.000 cafeeiros, constituindo não apenas um dos maiores produtores de todo o estado como do país. Como veremos mais adiante seu nome, surpreendentemente, é pouco lembrado em São Carlos, embora o café produzido em sua Fazenda Santa Eudóxia, tenha sido considerado, na época, o melhor do Brasil e um dos melhores em todo o mundo.

No *Almanach-Album de São Carlos 1916-1917*, uma pesquisa indica os maiores produtores de café do município de São Carlos e aponta a Fazenda Santa Eudóxia da família Cunha Bueno & Ellis, em primeiro lugar com 1.942 (um milhão novecentos e quarenta e dois mil cafeeiros). Na sequência, os maiores produtores da região na época: Fazenda Divisa de João Evangelista de Toledo com 470 mil pés de café. Fazenda Lobo de Joaquim Botelho Sampaio com 430 mil. Fazenda Salto da Cia F.R. Irmãos Camargo com 418 mil. Fazenda Santa Maria de Maria Izabel de Oliveira Botelho com 380 mil. Fazenda Santa Rufina (Ibaté) de Luiz Teixeira de Barros com 365mil. Fazenda Canchim de Marcolino Lopes Barretos e Fazenda Paraíso de Candido F. De Lacerda, com 350 mil e Fazenda São Roberto de Antonia de S. Franco com 344 mil pés de café.

Não pode-se encontrar dados anteriores a produção de 1896. Como os cafeeiros eram mais antigos, iniciados por volta de 1876, em 1896 deveriam estar no auge de sua produtividade, entrando em decadência nas décadas seguintes.

Traçar o perfil da produção cafeeira de São Carlos no momento estudado é um aspecto importante da caracterização da elite local. Se o poder econômico dos grandes fazendeiros, era o fator determinante da constituição da elite local, essa elite deveria portanto, ser constituída dos principais fazendeiros, fato que não parece ocorrer. Embora tenha certamente pertencido ao grupo de grandes fazendeiros, o Conde do Pinhal que, como veremos adiante, constitui o centro simbólico gerador da tradição da elite local, deveria aparecer entre os maiores fazendeiros, o que não ocorre. Por outro lado, aquele que era o maior produtor da região não tem seu nome citado nas genealogias locais.

Tendo em vista o objetivo deste estudo trataremos agora da construção de duas tradições a partir da trajetória descrita pelos descendentes do Conde do Pinhal e de Alfredo Ellis.

As trajetórias aqui descritas constituem, elas próprias, um enredo simbólico cujos significados encontram-se vinculados a práticas sociais, que engendram e são engendradas por uma tradição. As tradições podem ser concebidas dentro do padrão cultural proposto por Geertz (1989), porque constituem um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ,1989, p. 66). Não se trata portanto, de apresentar as biografias de Alfredo Ellis e do Conde do Pinhal como forma de informar os eventos que constituíram suas vidas, mas, de apresentar os elementos propositalmente escolhidos e articulados teleologicamente.

As tradições constituídas pelas trajetórias destes dois homens fundaram um campo simbólico cada um em um espaço distinto, com intenções distintas representando visões de mundo próprias e características de elites distintas, que elaboraram campos simbólicos peculiares.

Embora não tenham sido fazendeiros na região de São Carlos, suas trajetórias são distintas. A forma com em cada um dos casos foi criada uma tradição, representa concepções diferentes da política envidada pelas elites de cafeicultores paulistas.

Alfredo Ellis Júnior, filho de Alfredo Ellis legou a posteridade, o retrato de um desbravador bandeirante moderno, *self mademan*, liberal aos moldes norte-americano, um magnata do café. Já os herdeiros do conde do Pinhal escreveram ao longo de décadas a trajetória de um nobre tradicional, monarquista e latifundiário conservador.

### 1.6 Modernização e progresso conservador: os magnatas<sup>10</sup> e a nobreza do café

No final do século XIX e início do século XX o movimento criado pela circulação do capital cafeeiro, produz uma nova categoria de homens de negócio tipicamente capitalista alguns dos quais sem vínculo direto com a lavoura cafeeira, mas ligados a essa pelo seu financiamento bancário, fornecimento de produtos como as sacas e indústrias têxteis. Em sua maioria eram imigrantes ou descendentes de imigrantes, profissionais liberais que graças a sua visão capitalista constroem verdadeiros impérios.

Podemos citar os casos das famílias Guinle, Gafrée, Klabin, e Matarazzo entre outras. Seus impérios eram resultados da dinamização e energia provocada pelo capital cafeeiro e sua fortuna acumulada por meio de sua capacidade de interagir com setores capitalistas internacionais. Proveniente da região de Nápoles, no sul da Itália, Francesco Matarazzo chegou ao Brasil em 1881, iniciou com os irmãos um comércio de secos e molhados em Sorocaba que logo estende para o comércio de banha de porco, matéria importante para a preservação da carne na produção de

---

<sup>10</sup>O conceito de magnatas foi desenvolvido a partir de meados do século XIX. A partir do final da Guerra civil em 1865, os Estados Unidos viveram um período de plenitude do desenvolvimento capitalista caracterizado por uma elevada prosperidade, otimismo e euforia. A ideia de que o *American way of life*, o estilo de vida americano, seria a base de todo o desenvolvimento social, econômico e político passou a ser concebido como o modelo de modernidade e progresso ocidental. Tratava-se de uma visão de mundo baseada no consumo desenfreado de novidades tecnológicas, como os automóveis. Criou-se, naquele momento o mito do *self-made man*, homens pobres que acumularam, em tempo recorde, fortunas antes inimagináveis. Os magnatas eram descritos como homens de origem muito pobre, sem “berço”, mas que por sua audácia heroica e talentos individuais reconheceram e agarraram oportunidades para tornarem-se poderosos comandantes da economia mundial multiplicaram a riqueza nacional. Suas empresas eram gigantescas absorvendo implacavelmente seus competidores. **Andrew Carnegie** desenvolveu uma filosofia de negócios baseada na produção em larga escala, na redução dos custos e na constante inovação tecnológica. **John D. Rockefeller** controlou quase a totalidade do refino de petróleo e sua *Standard Oil* exportava querosene para todo o mundo. **J.P. Morgan** foi não apenas o maior banqueiro norte-americano de sua época como também o principal agente financeiro da supereconomia americana. **Jay Gould** inaugurou o sistema de incorporação de empreendimentos; **Henry Ford** fundador da *Ford Motor Company* e criador sistema de produção automobilístico em série, criando a primeira linha de montagem do mundo; **Cornelius Vanderbilt** foi um dos homens mais ricos do mundo do século XIX começou com o modesto transporte de balsa com o pai, entre Staten Island e Manhattan e tornou-se um poderoso dono de estaleiros. Mais tarde, diversificou seus negócios e voltando-se para o transporte ferroviário. **William Randolph Hearst**, filho de um proprietário de um grande jornal, apropriou-se do negócio do pai e constituiu o maior conglomerado de empresas de comunicação do mundo. Foi proprietário de 28 jornais, entre eles o *San Francisco Examiner*, o *Chicago Examiner*, o *The New York Journal* e o *Boston American*; de 18 revistas, entre as quais a *Cosmopolitan* e *American Weekly*. Era proprietário de cadeias de rádio e de cinema (inspirou o filme de Orson Welles – *Cidadão Kane*).

embutidos. Em 1980, vai para a capital paulista e diversificando seus negócios passa a importar trigo. Em 1891 cria a C.M.S.A. *Companhia Matarazzo Sociedade Anônima*, constrói um moinho e a partir daí, começa a ampliar seus negócios em diferentes áreas chegando a possuir mais de 300 empresas em todo o país. Em 1911, cria o conglomerado industrial denominado *Indústrias Reunidas Francesco Matarazzo* (IRFM). Em 1920, era o empresário mais rico do país. (COUTO, 2004)

A família Guinle era de origem carioca. Seu patriarca, Eduardo Pallasim Guinle fundou com Cândido Gaffrée a Companhia Docas de Santos, adquirindo a concessão de exclusividade no controle do porto de Santos. O controle do porto, dos impostos sobre mercadorias importadas e exportadas levaram às duas famílias ao enriquecimento, permitindo que expandissem seus negócios para outras atividades capitalistas.

A família Klabin deve sua fortuna inicial a Maurício Klabin. Em 1887 o lituano Mauricio Klabin chega ao Brasil e em 1890 emprega-se em uma tipografia no centro de São Paulo. Com o tempo arrenda a tipografia e cria a empresa M.F. Klabin e Irmão e estende as atividades da tipografia para a importação e comercialização de artigos para escritório. Em 1902 Klabin arrenda a companhia de Papel Paulista em Itu e em 1912 cria a Companhia Fabricadora de Papel. Rapidamente a Klabin torna-se uma das maiores produtoras de papel no país.

Famílias como Matarazzo, Klabin ou Guinle eram a versão nacional do fenômeno americano dos magnatas; homens pobres que com seu esforço, habilidade e astúcia construíram fortunas e se tornaram homens poderosos. Os magnatas eram homens reconhecidos internacionalmente como Alfredo Ellis, conhecido na Inglaterra como *the Land Lord of Brazil*. Já o conde do Pinhal poderia ser associado à imagem do latifundiário tradicional, cujo renome provém do título nobre e da tradição monárquica.

Esses dois homens partilharam uma origem comum, enriqueceram a partir de terras adquiridas em sesmarias vizinhas. Situações distintas os levaram a diferentes perspectivas de vida.

De um lado tem-, a família Cunha Bueno/Ellis, proprietários do maior latifúndio da América Latina, da maior produção de café do estado durante oito anos e do mais famoso café em todo o mundo. Era uma família formada por valores norte-americanos, empreendedora e voltada para diversificação e acumulação de capital. A inserção na política nacional, de Alfredo Ellis e seu importante papel no PRP, o papel de seu filho Ellis Jr, na construção de uma tradição bandeirante paulista, denotam uma visão liberal, modernizante voltada para a política nacional e internacional.

Do outro lado, tem-se a família Arruda Botelho que construiu sua tradição familiar a partir da trajetória de seus patriarcas, que teriam fundado a cidade de São Carlos e cujo destino se confunde com ela nas narrativas locais. A família Arruda Botelho, tem no Conde Pinhal sua grande figura exemplar para os demais membros da família e fundador de uma tradição patriarcal, baseada em

valores próprios à Casa Grande e Senzala e a tradição latifundiária. Embora jamais tenha sido proprietário das fazendas mais produtivas da cidade de São Carlos, nem tenha, seu café, sido reconhecido internacionalmente, a família Botelho Arruda se dedicou a construção de uma tradição de poder local, renovada pelas cerimônias de elogio aos fundadores e pela exclusão dos demais protagonistas da cafeicultura local.

Algumas questões merecem ser consideradas a respeito dos dois principais personagens destas duas famílias. Tomadas suas trajetórias individualmente, Antônio Carlos Arruda Botelho foi um fazendeiro arrojado, lançou-se na aquisição de diferentes propriedades agrícolas, com produção diversificada. Foi um dos primeiros a usar mão de obra imigrante quando já percebia as dificuldades na compra de escravos. Fundou três bancos, tendo presidido um dos principais bancos de São Paulo na época, em que adquiriu os direitos de uma estrada de ferro. Não foi o mais rico dos fazendeiros de São Carlos, mas conduziu suas atividades econômicas muito menos como fazendeiro do que como homem de negócios, no sentido descrito por Florestan Fernandes.

As disputas entre os herdeiros pelas propriedades e riqueza familiar, após sua morte, levaram à pulverização do patrimônio acumulado, restando apenas à memória, sempre renovada na tradição da glória passada. Mesmo antes de sua morte, possivelmente para eliminar disputas entre o filho do primeiro casamento e a grande prole de sua segunda boda, distribuiu suas fazendas entre os filhos. Em entrevistas arquivadas na Casa Pinhal, alguns dos herdeiros demonstram dúvidas sobre a forma como as fazendas eram administradas e, mais ainda, estranharam o fato de que após um período de vida principesca, a sua segunda esposa, a Condessa do Pinhal, que ficara com a propriedade principal da família em São Carlos, a fazenda do Pinhal, deparou-se com a fazenda, sem recursos sequer para a sua própria manutenção.

O conde do Pinhal parece ter sido um capitalista moderno, entretanto seus herdeiros preferiram manter sua tradição por meio de uma visão de mundo romântica, de um fazendeiro tradicional, que teria sido proprietário da mais importante fazenda da região e responsável pela riqueza, tradição e distinção de São Carlos dentre as demais cidades da região. O culto da imagem do Conde como fazendeiro tradicional casava-se perfeitamente com a ideia de uma família tradicional, dentro da iconografia aristocrática. Preferiram seus herdeiros, já não contando com a riqueza passada, investir na imagem de nobreza que faziam deles uma verdadeira aristocracia rural cultuados em São Carlos como pais e eternos protetores da cidade.

Alfredo Ellis, por sua vez, foi o mais rico fazendeiro de São Carlos, proprietário daquela que era considerada a produção do melhor café do mundo. Dedicou-se, além dos negócios à política e defendeu os interesses do grande capital do café e do capital internacional junto à Câmara federal e ao Senado. Seu nome, entretanto, jamais é citado na história da cidade. Possivelmente por não ter

desenvolvido raízes na região, habitando por pouco tempo sua fazenda em São Carlos que administrava a distância assim como seus demais negócios. Não tendo contribuído em nada na construção da tradição aristocrática da elite do município, desapareceu das crônicas locais. Não encontramos nenhuma rua com seu nome e a estação de trem, em Santa Eudóxia, que levava seu nome, encontra-se hoje abandonada, assim como a própria fazenda. As referências ao café de Santa Eudóxia, por sua vez, são constantes. Em particular, o fato de ter sido o café preferido da rainha Victória, de ter ocupado o primeiro lugar por seis anos na Bolsa de Londres e, acima de tudo, o fato de ter trazido o imperador D. Pedro II para São Carlos, que teria se hospedado com a imperatriz e a corte no palacete do sogro do tio de Ellis. A vinda de D. Pedro deve ter provocado um grande frisson na época.

São frequentes as referências ao fato de que o Conde de Pinhal, teria construído também um palacete, para o caso do imperador voltar a São Carlos sugerindo que D. Pedro teria ficado no palacete de seu rival político porque ele não possuía residência na cidade.

A história de ambas as famílias foram narradas por seus descendentes. A família Botelho investiu na tradição local de grandes fazendeiros, fazendo do Conde de Pinhal seu maior ícone. A família Ellis teve sua história contada por Alfredo Ellis Júnior. Intelectual e professor titular do curso de história da Faculdade de Filosofia e Letras da então recém criada Universidade de São Paulo. Ellis Júnior dedicou-se a construção de uma tradição que vinculava os produtores de café à condição de grandes empreendedores que teriam levado São Paulo a frente do processo de modernização e progresso nacional.

Descrevendo São Paulo como a locomotiva da nação, Ellis identificou a tradição dos empreendedores e destemidos bandeirantes e dos primeiros cafeicultores ao *self mademan* norte americano, sinônimo, na época, de riqueza e modernização capitalistas. Assim, a elite paulista, descrita por Ellis Jr. não era constituída de fazendeiros tradicionais, mas de homens que teriam saído de sua condição de pobreza e construindo com seu esforço e trabalho, as bases sobre a qual se assentava a riqueza e modernidade paulista. As ideias apresentadas em seus livros se tornam o libelo de toda uma geração de jovens intelectuais paulistas, que se dedicaram a constituição de uma cultura moderna paulista muitos dos quais, participaram da Semana de Arte Moderna de 1922 e posteriormente da resistência da nova ordem instaurada por Getúlio Vargas.

Compreendidas dessa forma, a tradição criada pela família Botelho visava à instauração e reprodução de uma visão de mundo aristocrática e tradicionalista, de uma nobreza rural, enquanto os herdeiros de Ellis criavam uma tradição de modernidade, progresso e desenvolvimento capitalista aproximando a imagem dos negociantes ricos paulista à dos magnatas norte-americanos, tão em voga na época como símbolo da riqueza e poder internacional.

A seguir apresentaremos alguns aspectos da trajetória totalmente distinta dessas duas famílias.

### 1.7 A gênese das tradições familiares dos Arruda Botelho e dos Cunha Bueno e Ellis

A história de São Carlos é de tal forma identificada com a família Botelho. Mesmo aqueles que registram a existência de outras versões, não conseguem deixar de ceder, em algum momento ao carisma e poder simbólico representado pelo sobrenome Botelho.

Não apenas são apresentados como fundadores, como também a fazenda Pinhal é identificada como a “célula mater” da cidade. O site da prefeitura da cidade refere-se a fazenda Pinhal como a fonte que teria dado origem à demais fazendas: “A lavoura cafeeira chega à Fazenda Pinhal em 1840 e se espalha por todas as terras férteis no município, tornando-se o principal produto de exportação”. Sobre sua fundação, o site apresenta a seguinte informação<sup>11</sup>: “Na data da fundação, 4 de novembro de 1857, a povoação era composta por algumas pequenas casas ao redor da capela e seus moradores eram, em sua maior parte, herdeiros da família Arruda Botelho, primeiros proprietários das terras da Sesmaria do Pinhal”.

Na *wikipedia* a informação sobre São Carlos é apresentada da seguinte forma: “São Carlos foi fundada na segunda metade da década de 1850, por iniciativas de Antônio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal) e Jesuíno José Soares de Arruda”<sup>12</sup>.

Como a maioria dos fatos referentes à fundação da cidade remete à família Botelho, a origem do nome da cidade é também motivo de debate e disputa entre as diferentes famílias.

Um dos poucos trabalhos que não apresenta uma versão grandiloquente e laudatória da família Botelho foi elaborado pelo historiador Marco Antônio Leite Brandão<sup>13</sup>, cujas anotações retiradas de Livros de Registros, de Batismos e de óbitos e dos antigos Almanques de São Carlos transcrevem os seguintes registros relativos a origem do nome São Carlos, atribuído tradicionalmente àqueles que seriam seus fundadores:

João Carlos de Arruda Botelho registra em “A Folha” (04/11/1968) o seguinte sumário da história familiar: A principal via pública do núcleo urbano do Município denomina-se Av. São Carlos, gentílico (desde a década de 1930, antes Rua S. Carlos) que subsume duas digitais importantes: São Carlos Borromeu (15381584) e o onomástico ícone do clã Arruda Botelho: Carlos, arquetípica ‘Pater Famílias’ da coorte da versão são-carlense da “Casa Grande & Senzala” de São Carlos do Pinhal. João Carlos de Arruda Botelho

<sup>11</sup><http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/historia-da-cidade/115269-historia-de-sao-carlos.html> acesso 23/03/2014

<sup>12</sup>[http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o\\_Carlos\\_\(S%C3%A3o\\_Paulo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Carlos_(S%C3%A3o_Paulo))

<sup>13</sup> Marco Antônio Leite Brandão é pesquisador do Núcleo de História da ONG- Ramudá em São Carlos e da Unidade de Memória dos Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos.

registra em “A Folha” (04/11/1968) o seguinte sumário da história familiar: " (...) Em 1857 São Carlos saltou do ninho e, tibia ave, ensaiou seus primeiros e vacilantes vôos, enrijaria as asas, fortificaria os remígios e escalaria as alturas. Porém, tudo dependia de um galerno a que os homens chamam sorte. A numerosa e dominante família usava e abusava do nome Carlos. O fundador da cidade era neto de um Carlos Bartolomeu [1760-1815] ; era filho de outro Carlos, Carlos José [1776-1854]; ele próprio era Carlos Antonio Carlos [1827-1901], que foi Barão [1879], tendo alcançado a dignidade de Conde [1887]. Foi Conde do Pinhal, derivado seu título da chamada Sesmaria do Pinhal. Seus irmãos tiveram esse prenome no apelido da família [Paulino Carlos, 1834-1908; Bento Carlos, 1841-1895; João Carlos, 1832-1892; Leonardo Carlos, 1843 –1888; Francisco Carlos, 1840? ; Carlos Bartolomeu, 1826? e a exceção Joaquim de Meira Botelho, 1832-1878]. O caçula, que na época da fundação contava 16 anos, foi Bento Carlos, pai desse cronista. O Conde do Pinhal, por luxo, batizou seus filhos com o nome gentil Carlos, lembrando-se talvez do avô, Carlos Bartolomeu e do pai, Carlos José. Assim apareceram o Carlos Américo, o Carlos Amadeu, etc. [Antonio Carlos, 1865-1908; Martinho Carlos, 1867? ; Carlos Augusto, 1871?]. A família, saturada de tal nome, não podia senão batizar a novel cidade com a pomposa denominação 'São Carlos do Pinhal'. Gente piedosa e imbuída de fé, socorreu-se das graças do santo homônimo São Carlos Borromeu para patrono da cidade e protetor da família e de toda a gente (...) (BRANDÃO s/d, p. 01)

Brandão apresenta uma segunda versão da história do nome da cidade, agora da família rival:

Já Theodorico de Camargo (?1963), descendente do clã Camargo Penteadado cujo ícone foi o Major José Ignácio de Camargo Penteadado (1843-1915), apresentou versão par ao dos Soares de Arruda, de Jesuíno José Soares de Arruda (1811-1895), que também clamam pela primazia de pioneiro fundador da urb carlopolitana. Em “Algumas Considerações Sobre a Fundação da Cidade de São Carlos”, publicada em “O Correio de São Carlos” (15/11/1955) afirma que: " (...) E porque senão pelo fato de ser o nome Carlos o predominante na família Arruda Botelho foi escolhido São Carlos Borromeu para padroeiro da novel povoação? perguntam. E procurando fundamentar a sua suposição, argumentam: Se assim não fosse, ao invés de São Carlos que era, então, pouco conhecido no Brasil a escolha teria, certamente, recaído a qualquer outro santo mais popular, tais como São José, São João, São Pedro ou Santo Antônio. Respondemos: a idéia de dar à povoação aquele nome patronímico surgiu, pela primeira vez ao que se sabe, na petição que Jesuíno e sua mulher [Maria Gertrudes de Arruda, 1819-1893] endereçaram ao Bispo Diocesano. Nenhuma prova existe de haver qualquer outra pessoa sugerido, antes, tal patrono. Quanto ao motivo que teria levado os fundadores da cidade a fazerem tal escolha, é uma questão insolúvel para a história, pela inexistência de qualquer prova que permita elucidá-la. Vamos, entretanto, admitir no terreno das hipóteses. Se a cidade não foi fundada por iniciativa dos Arruda Botelho, porque teria um deste dado à capela a imagem de São Carlos, que herdamos no inventário de seu pai Carlos José

Botelho, trazendo-a processionalmente da Fazenda do Pinhal? Respondemos: as doações de quadras e estátuas de santos às capelas e igrejas, por parte de pessoas devotas, constituem fator comum, podendo, assim, incluir-se entre eles a doação questionada sem atribuir-lhe o significado transcendente que os Arruda Botelho lhe querem dar. Demais, não se trata de um ato que, por si só, constitua a ambicionada 'iniciativa' de fundação do povoado, pois, a capela, que representava o núcleo desta, já fora construída por Jesuíno de Arruda. A ser admissível a hipótese que formulamos de haver Jesuíno escolhido, para a povoação que fundou o nome patronímico de São Carlos em homenagem a Carlos José Botelho a oferta da estátua do santo, por um dos herdeiros do homenageado representaria uma justa e compreensível retribuição daquela gentileza. Esta explicação, parece-nos que melhor coaduna com os fatos (...)(BRANDÃO s/d, p. 01).

Brandão observa que na imprensa local, até a década de 40, o nome de Jesuíno Soares de Arruda pontuava entre os cronistas como “o” fundador do núcleo urbano e com a aproximação do centenário (1957) desencadeou-se uma disputa sobre a primazia da fundação do burgo carlopolitano entre partidários das duas correntes. Fato é, observa Brandão, que o “Hino de São Carlos” (de autoria de Heitor de Carvalho e Vicente Keppe) consagrou ambos: “(..) Se do excelso Jesuíno és a glória / Do Botelho a maior emoção(..)”.(BRANDÃO s/d, p. 02)

Em que pese as disputas sobre a fundação e denominação da cidade, pode-se concluir que a história da cidade teria tido origem nas Sesmarias que, abandonadas até meados do século XIX, tornaram-se objeto de disputas políticas.

A região onde hoje se localiza a cidade de São Carlos teria sido o local de uma trilha usada inicialmente por índios, e posteriormente por tropeiros ou viajantes em busca de ouro no caminho de Goiás. A região localizada após a subida da Serra de Rio Claro, era constituída de vastos campos que eram denominados como os *Campos de Aracoara*<sup>14</sup> ou *Sertão de Araraquara*. A aquisição de propriedades, nas primeiras décadas do século XIX, era feita por meio de Cartas de Sesmarias (CORRÊA, 1967 e GORDINHO, 2004).

As Cartas de Sesmarias eram documentos públicos que garantiam a doação de propriedades pelo poder público a particulares e eram utilizados desde o período das Capitânicas Hereditárias. As Cartas eram registradas junto às paróquias locais e recebiam o aval do poder público. A concessão de sesmarias ocorreu até 1822. (DINIS, 2005)

Na região haviam originariamente três sesmarias: a sesmaria do Monjolinho, a sesmaria do Quilombo, e a Sesmaria do Pinhal.

Carlos Bartholomeu de Arruda, sargento-mór de Itú e avô do futuro Conde de Pinhal teria recebido a Sesmaria do Pinhal e posteriormente, juntamente com outros membros de sua família,

---

<sup>14</sup>Geograficamente, a área envolve os municípios de Araraquara, Jaboticabal, São Carlos, Brotas e Dois Córregos.

adquirido outras duas sesmarias da região que formaram as terras do Pinhal. A sesmaria do Quilombo foi adquirida por Francisco da Cunha Bueno e por seu sobrinho/genro Alfredo Ellis. A sesmaria do Monjolinho foi adquirida por João Alves de Oliveira e sua esposa, Alexandrina Melquiades de Alkmin Macedo. (NEVES, 1984)

Originalmente as três famílias disputavam o domínio do território. Cunha Bueno e Ellis criaram a fazenda Santa Eudóxia e Botelho a fazenda Pinhal. Parte da sesmaria de Monjolinho foi acrescentada a cidade após a morte de João Alves de Oliveira, quando sua viúva doou as terras para a construção de uma capela.

A fundação da cidade é motivo de controvérsia até os dias de hoje porque, embora tenha sido atribuída segundo a tradição, ao filho, de Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho; Antônio Carlos de Arruda Botelho, que seria o futuro Conde do Pinhal, é creditada por outras fontes, a Jesuíno de Arruda, que teria lutado pela implantação de uma capela na região e contribuído assim, para crescimento de um núcleo urbano em torno da capela.

Importa, para a finalidade deste estudo, a tradição criada entre essas duas famílias e a disputa pelo controle da região. Não pretendemos esclarecer as questões relativas à fundação ou denominação da cidade. Nossa intenção é apresentar uma descrição da tradição criada em torno destes eventos, que foram posteriormente propagados como forma de reprodução de uma história familiar.

Neste sentido, apresentaremos a seguir a gênese de duas tradições, uma vinculada à própria cidade e outra que se apresenta como tradição paulista.

### **1.8 The Land Lords of Brazil: bandeirantes e *self mademen* do café**

Neste item abordaremos a construção da tradição bandeirante e de empreendedores em torno da família Ellis. Um dos principais artífices dessa tradição foi o filho de Alfredo Ellis, Alfredo Ellis Júnior, catedrático de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo e cujo principal tema de estudos e livros eram os bandeirantes e a formação de São Paulo. Continuando a tradição da família, a filha de Ellis Júnior, Miryam Ellis Austregésilo, estudou história e tornou-se titular da cadeira que tinha sido ocupada pelo pai. Dedicou seus estudos ao Brasil Colônia e ao café e cafeicultores em São Paulo. Em homenagem ao avô, Alfredo Ellis Júnior proferiu um discurso que foi depois publicado na forma de artigo pela revista de história da USP. Tomamos a descrição da trajetória da família Cunha Bueno e Ellis das biografias, discursos e livros de Ellis Júnior e Miryam

Ellis Austregésilo<sup>15</sup>, que elaboraram e reproduziram a tradição da família como a de destemidos bandeirantes modernos.

Alfredo Ellis era filho do médico inglês William Ellis, radicado no Brasil desde 1832. Durante 25 anos William Ellis exerceu a prática médica no hospital da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, dedicando-se ao atendimento da população pobre. A mãe de Alfredo Ellis, Maria do Carmo da Cunha Bueno, pertencente a uma família tradicionalmente considerada como um dos antigos troncos da nobiliarquia paulista<sup>16</sup>(ELLIS AUSTREGÉSILO, 1950).

O irmão de sua mãe era um importante fazendeiro da região de Rio Claro, Francisco da Cunha Bueno, barão de Cunha Bueno. Cunha Bueno era originalmente um fazendeiro de café em Rio Claro<sup>17</sup>e casado com Eudóxia Henriqueta Nogueira Teixeira de Oliveira, que falecera por ter sido supostamente envenenada por uma escrava. Após a morte da esposa, Cunha Bueno dedicou-se a expansão de suas propriedades, procurando estabelecer fazendas em regiões ainda não cultivadas. Adquiriu em 1874 a sesmaria do Quilombo<sup>18</sup>, junto ao correjo Itararé, próxima à região conhecida como Campos de Aracoara. Cunha Bueno criou na propriedade a fazenda Santa Eudóxia<sup>19</sup>, em homenagem à esposa falecida. Com seus 331 km<sup>2</sup> de terra roxa, a propriedade era fartamente irrigada pelas águas dos rios Mogi Guaçu, Quilombo, Araras, Pântanos, Itararé e mais dezenas de mananciais e sua terra roxa possibilitou a implantação de um importante pólo produtor de café (ELLIS JUNIOR, 1960).

De acordo com Ellis Austregésilo (1950), seu avô, Alfredo Ellis iniciou os estudos em São Paulo e graduou-se em medicina nos Estados Unidos<sup>20</sup>, na Universidade da *Pennsylvania*. em 1869<sup>21</sup>.

---

<sup>15</sup> Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no dia 18 de março de 1950, por ocasião do centenário de nascimento do Senador Alfredo Ellis, no dia 79 de março de 1950. Publicado na revista de história da USP – disponível em: [www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/34849/37587](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/34849/37587), acesso 12/03/2014.

<sup>16</sup> As informações aqui apresentadas têm origem no artigo de Ellis filho, O Senador Alfredo Ellis, de 1950 e de seu livro Tenente Coronel Francisco da Cunha Bueno, Editora São Paulo, 1960.

<sup>17</sup> Na época Itaqueri da Serra, atual Itirapina.

<sup>18</sup> Acredita-se que na região teria existido um Quilombo que teria contado com mais de dois mil escravos foragidos entre o rio chamado Quilombo e o rio Mogi-Guaçu. A existência desses quilombos foi confirmada pelas descrições de viajantes: Hercule Florence (1804-1879), segundo desenhista da expedição do Barão de Langsdorff (1774-1852 em "Diário de Uma Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas (1825-1829); por Francisco de Almeida e Lacerda (1750-1798) em "Diário de Viagem Pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato-Grosso, Cuiabá e São Paulo nos Anos de 1780 a 1790"; por José Bonifácio em "Viagem Mineralógica na Província de São Paulo". Fonte: Marco Antonio Leite Brandão Coordenador do Núcleo de História da ONG-Ramudá (São Carlos) e pesquisador da Fundação Pró-Memória de São Carlos, disponível em: [http://www.lpp-buenosaires.net/olped/acoesafirmativas/exibir\\_opinioao.asp?codnoticias=25640](http://www.lpp-buenosaires.net/olped/acoesafirmativas/exibir_opinioao.asp?codnoticias=25640)

<sup>19</sup> Santa Eudóxia é hoje um distrito do município de São Carlos localizado a 28 km do centro da cidade. O distrito foi fundado em 22 de novembro de 1912, antes, portanto do município São Carlos do Pinhal e denominava-se São Sebastião do Quilombo. Localizada no setor zero do município, iniciando na antiga estação da Babilônia, seguindo as margens da Bacia do rio Mogi Guaçu, faz divisa territorial com as seguintes cidades: Ibaté; Araraquara; Santa Lucia; Américo Brasiliense; Rincão; Santa Rita do Passa Quatro; Descalvado e Luiz Antonio. O distrito de Santa Eudóxia pertenceu ao Sertão de Araraquara, até 1857; foi levado a Distrito de Paz em 25 de Dezembro de 1892; Distrito Policial em 1899 e, no dia 22 de Novembro de 1912, através da lei municipal 1.331, foi levado a Distrito de Santa Eudóxia, pertencendo ao município de São Carlos. Fonte: <http://acervosantaeudoxia.blogspot.com.br/> acesso 21 de fevereiro de 2014.

<sup>20</sup> De acordo com Ellis (1950), na época não era comum que se encaminhassem os filhos para estudo nos Estado Unidos. A Europa e particularmente a França era o destino de quase todos aqueles que completavam seus estudos fora do país. No caso de Ellis, segundo seu filho e biógrafo, teria sido o seu pai, um inglês liberal, o responsável pelo destino dos estudos de Alfredo Ellis. (ELLIS, 1950, p. 276)

<sup>21</sup> Segundo Ellis: Em fevereiro de 1869, quatro anos após a partida de sua terra natal, graduava-se em Medicina, conquistando o segundo lugar e, a medalha de prata, da Universidade.

Quando vivia nos Estados Unidos, acompanhou o desenvolvimento da guerra civil e da política norte americana, que resultaram em um profundo respeito e admiração pelo ideário liberal e pelos políticos daquele país como *Washington, Lincoln*<sup>22</sup>, e pelo desenvolvimento da ciência e das técnicas ali desenvolvidas.

Nessa ocasião, os Estados Unidos chegavam ao fim de uma de suas crises político-sociais: a Guerra de Secessão, cujo ambiente psicológico agiu grandemente na formação do jovem paulista que, durante toda a sua vida, evidenciou a influência do liberalismo "yankee". Lincoln foi para ele, um ídolo que cristalizou todo o idealismo-utópico originado com os peregrinos do *May Flower*. E a memória do imortal herói da Independência norte-americana, George Washington, sempre esteve presente na imaginação do jovem estudante de Medicina que, mais de uma vez, foi a Mount Vernon em visita ao seu túmulo, onde, em profundas meditações, assimilou o espírito republicano e liberal-democrático que saturava o ambiente norte-americano. (ELLIS AUSTREGÉSILO, 1950, p.276)

Ellis Austregésilo observa que a mentalidade liberal tinha sido incorporada de tal forma no espírito de Alfredo Ellis, que norteou sua concepção como político e homem de negócios.

Essa mentalidade moldada no norte dos Estados Unidos, tornou-se tão arraigada no espírito do nosso homenageado que, embora a organização social então reinante na Província de S. Paulo, fosse diferente da conhecida na República vizinha e, apesar de, ligado pelo parentesco à aristocracia do café, o jovem médico não alterou aquela dose de particularismo liberal-democrático republicano, recebido em Filadélfia, dirigindo sempre o seu caminho para a meta da Abolição e da República, da qual foi um dos pregoeiros componentes da falange inicial. (ELLIS AUSTREGÉSILO. 1950, p.277)

Quando terminou o curso seguiu para a Inglaterra, onde encontrou seu pai, agora viúvo, e juntos viajaram pela Europa, principalmente França e Alemanha, para ampliar sua experiência cultural. Em 1870 voltaram filho e pai para Brasil: “Estava completa a sua formação e, elaborada a sua mentalidade de espírito empreendedor e independente. (ELLIS AUSTREGÉSILO 1950, p.277).

Segundo Ellis (1950), após defesa de tese no Rio de Janeiro, Alfredo Ellis voltou a São Paulo, passando a exercer medicina no consultório com seu pai situado à rua Direita<sup>23</sup>. Em 1874 casou-se com sua prima, filha do barão de Cunha Bueno, Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno, seguindo os arranjos familiares negociados desde o nascimento da noiva. Após a morte de seu pai em 1876, Ellis deixou a clínica, que ficou aos cuidados de seu irmão Guilherme Ellis, recém formado, como ele, na

---

<sup>22</sup> Segundo Ellis Júnior, “vários anos passados nesse ambiente psicológico, endurecido pelo amor à sagrada memória de Washington e apaixonado ao rubro pela sombra de Lincoln, foi cunhada em Alfredo Ellis uma tal influência, que nele se manteria indelevelmente até o túmulo”. In ELLIS Jr. *Um Parlamentar Paulista da República*. São Paulo: João Bentivegna, 1949, p. 45.

<sup>23</sup> Segundo Ellis Austregésilo o consultório tinha caráter de atendimento popular: “As visitas médicas eram remuneradas com apenas 2 cruzeiros e as consultas, com 320 centavos”. (ELLIS Jr. 1950, p.277)

Universidade da *Pennsylvania* e associou-se ao sogro criando a *Cia. Cunha Bueno & Ellis*, que se tornou a maior exportadora de café entre os anos de 1881 e 1918.

Ellis Austregésilo (1950) narra a viagem de sobrinho e sogro para a conquista de terras no interior paulista aos moldes dos desbravadores do oeste norte americano. Até o nome que passou a ser usado para o processo de interiorização da economia paulista era chamada de “marcha para o oeste”.

Resolveu seguir o tio e sogro, grande agricultor pioneiro, nessa ocasião em que o café se estendia pelo oeste paulista, invadindo o sertão e vencendo a mata virgem. Iniciava-se uma fase nova de sua vida: o "bandeirismo do café", a marcha para oeste.

Foi nessa ocasião que pôde por em ação, as qualidades de homem de largos horizontes, dotado de elevado espírito aventureiro e de dinamismo remarcado, que se revelou como pioneiro da onda verde do café. Ninguém, além dele, estava tão indicado para acompanhar o sogro sertanista. (ELLIS AUSTREGÉSILO, 1950, p.278)

Myriam Ellis Austregésilo (1950) procura colocar em destaque o árduo trabalho e a dedicação ao labor de seus avós na lavoura de café.

Em pleno coração da mata, em torno do rancho erguido um ano antes, abriram-se as lavouras e, mais um latifúndio cafeeiro se ergueu, nos moldes do núcleo da nobreza rural que o Estado do Rio de Janeiro deu ao Brasil. Recebeu o nome de "Sta. Eudóxia", em homenagem à sogra e à esposa do Dr. Ellis. A lavoura, entretanto, seria ainda muito árdua; somente cinco anos mais tarde, em 1880, o café iria produzir os primeiros resultados dos grandes esforços empreendidos. Nesse ano de 1880, o jovem médico paulista tinha somente 30 anos e sua esposa, 21. (ELLIS AUSTREGÉSILO, 1950, p.279)

O barão Cunha Bueno tinha desenvolvido uma técnica de colher, despolar e secar o café a frio. Além disso, a terra roxa da região demonstrou-se propícia às grandes produções e à constituição de um tipo de café com aroma distinto. Ellis, tendo presenciado a guerra civil americana e inspirado pelo espírito liberal, defendia a libertação dos escravos e libertou incondicionalmente todos aqueles escravos que estavam sob sua propriedade. De acordo com Ellis Júnior (1960), em 1881 quando começou a primeira colheita do café Santa Eudóxia, Cunha Bueno construiu um porto fluvial no rio Mogi Guaçu e transportava toda a colheita de café, através de embarcação a vapor até Porto Ferreira, cidade, por onde passava a estrada de ferro vinda de Jundiaí.

As primeiras colheitas chegaram a mais de um milhão de arrobas de café e possuía dezenas de repartições com terreiro de beneficiar café, sede e centenas de colônias para trabalhadores. A produção era moderna com mecanização a vapor das grandes tulhas de café; serraria que aproveitava toda a madeira derrubada; olaria; usina que fabricava açúcar, rapadura e aguardente e plantadores de café, algodão, arroz, milho e outros produtos. Quando os cafeeiros atingiram a idade de produção, a

fazenda Santa Eudóxia alcançou marcas recordes de produção de café para a época: em 1897 e 1899 a fazenda produziu 60.000 arrobas. Em 1905 a fazenda possuía um milhão de cafeeiros chegando em 1916, 1.271.000 pés de café. (ELLIS, JÚNIOR, 1960)

Segundo Ellis Júnior (1960) em 1891, quando estava em planejamento a construção da ferrovia Rio Claro – Araraquara, foi firmado um acordo entre Cunha Bueno e a Cia “Irmãos Pinto”<sup>24</sup>, donos da concessão<sup>25</sup>, que estabelecia a extensão da ferrovia Rio Claro até a fazenda Santa Eudóxia, facilitando o escoamento e transporte da produção para o porto de Santos. Em 1892, depois de uma negociação, os irmãos Pinto transferiram a concessão da construção da estrada de ferro para o Barão do Pinhal (depois Conde) Antônio Carlos de Arruda Botelho.

A compra da concessão pelo fazendeiro rival, com quem tinha forte desavença, levou Cunha Bueno a se recusar a transportar o café através de São Carlos.<sup>26</sup> A desavença durou até 1889, quando o Conde do Pinhal vendeu a concessão da ferrovia para os ingleses da C.R.C.R. *Cia Rio Claro Railway* que em 1893 passou para o controle da norte-americana B.R.C. *Brazilian Railways Company*.<sup>27</sup>

De acordo com Alfredo Ellis Junior (1960), teria sido a Fazenda Santa Eudóxia a responsável pelo desenvolvimento de São Carlos e por tornar seu café conhecido. Para Ellis Júnior, foi à produção de mais de um milhão de arrobas do café de Santa Eudóxia que motivou a criação de um ramal ferroviário em São Carlos, além do sucesso internacional do café produzido na fazenda, teria contribuído também para a expansão urbana do interior do estado de São Paulo, desenvolvendo cidades onde a família Cunha Bueno & Ellis, possuía fazendas de café e açúcar como: Guarulhos, Sorocaba, Tietê, Indaiatuba, Campinas, Limeira, Rio Claro e Itirapina e incentivando a produção de café.

O sucesso do café da Fazenda Santa Eudóxia, resultado das técnicas de plantio e secagem desenvolvidos por seus produtores, seria devido ao aroma e sabor tão diferenciados que tornara-se o café preferido da Rainha Victória da Inglaterra, que o recomendava aos países amigos como França,

---

<sup>24</sup>O Decreto estadual 7.828 de 04 de Outubro de 1880, outorgou aos engenheiros Luiz Pinto e Adolfo Augusto Pinto, donos da Irmãos Pinto Co., a concessão para a construção da linha férrea Rio Claro – Araraquara, passando por Itaquirí, São Carlos e Santa Eudóxia. (ELIIS JÚNIO, 1960)

<sup>25</sup>Em contrapartida pelas obras ferroviárias a concessões envolviam também a posse extensas glebas de terras..

<sup>26</sup>A recusa de Cunha Bueno tinha claramente caráter de retaliação política, uma vez que o decreto 8.638 de 12 de Agosto de 1882, garantiu que a ferrovia teria a autorização para funcionar, apenas se obedecesse a obrigação, firmada em contrato, de estender a ferrovia até a fazenda Santa Eudóxia. Assim a transferência da concessão não impediria legalmente a criação do acesso à fazenda Santa Eudóxia, ainda que tenha sido esse o motivo da aquisição por Antônio Carlos Arruda Botelho.

<sup>27</sup>O ramal ferroviário que havia sido projetado pelos ingleses da Rio Claro Railway, partia da estação de São Carlos, até Água Vermelha, com 63 quilômetros prolongando-se até a fazenda Santa Eudóxia onde foi criada a estação Alfredo Ellis.

Itália, Alemanha, Rússia e Espanha a experimentar o produto. Os contratos com comerciantes e governo ingleses levaram ao aumento da produção que chegou a exportar para a Inglaterra dois milhões de arroba de café por safra. (ELLIS, JÚNIOR, 1960)

Em homenagem ao café Santa Eudóxia e aos seus produtores a *Cia. Cunha Bueno & Ellis* ou *Land Lords of Brazil*, como eram conhecidos na Inglaterra, foi organizada uma exposição no *Victoria and Albert Museum*, em Londres, denominada "Saint Eudóxia Coffee and Room" – salão do Café Santa Eudóxia, como reconhecimento e homenagem do império britânico, aos *Land Lords of Brazil* como os produtores do café da mais excelente qualidade. Na Bolsa de Café de Londres entre 1885 e 1918, o café Santa Eudóxia, apresentou a cotação mais alta de preço do produto em todo o mundo. Até hoje no Museu do Café de Londres, existe uma grande sala com o nome do “Café Santa Eudóxia”, com fotos da Fazenda Santa Eudóxia, do navio inglês *Victoria*, carregando o produto no porto de Santos e da família *Cunha Bueno & Ellis*.

O sucesso internacional do Café Santa Eudóxia era tal que levou o nome do café brasileiro a ser reconhecido em todo o mundo. A riqueza gerada pelo café produzido por Cunha Bueno e Ellis para o Império, motivou a vinda do Imperador Dom Pedro II à cidade para visita a Fazenda Santa Eudóxia em 1887, tendo se hospedando com a imperatriz Dona Teresa Cristina e sua corte no palácio de Cunha Bueno, a primeira construção do gênero em São Carlos<sup>28</sup>.

Segundo Ellis Júnior, Dom Pedro II surpreso com lavoura de café na região e no estado de São Paulo, teria proferido um discurso homenageando os pioneiros da cafeicultura paulista onde afirmava com orgulho: "Custa crer que os paulistas tenham erguido esse monumento agrícola, como não há outro. Isso é extraordinário". E Cunha Bueno retrucava com ênfase: "- Aliás, é bom que Vossa Majestade saiba, e tenha sempre em mente, que tudo na evolução histórica paulista é fruto da pura iniciativa privada". (ELLIS JÚNIOR, 1960, p. 75).

Na ocasião o Tenente Coronel Cunha Bueno, que já tinha sido agraciado com o título de Barão de Itaquirí, recebeu do Imperador, o título de “Visconde da Cunha Bueno”<sup>29</sup>. A fazenda Santa Eudóxia passou a ser conhecida como *Rainha do Quilombo e do Café*.

---

<sup>28</sup>O palácio Cunha Bueno, como era conhecido, situa-se à rua 13 de maio esquina com a rua Dom Pedro II. Foi a primeira construção desse porte na cidade de São Carlos. Hoje abriga a Sociedade São Vicente de Paula.

<sup>29</sup>Impressionado com a personalidade do Coronel Francisco da Cunha Bueno, Pedro II teria informado a *Rodrigo Silva*, personalidade do Partido Conservador e parente de Cunha Bueno que pretendia nomeá-lo Visconde de Tietê. Rodrigo Silva, pediu-lhe que reservasse esse título para um outro familiar, razão pela qual o Imperador assinou, a 7 de maio de 1887, decreto nomeando o Coronel Cunha Bueno para o *Baronato de Itaquary* (Barão de Itaqueri). Em 6 de junho do mesmo ano de 1887, ele passou a denominar-se Barão de Cunha Bueno e a 2 de janeiro de 1889 era elevado para Visconde de Cunha Bueno. (ELLIS JÚNIOR, 1960)

Ellis Austrégesilo (1950) aponta um desentendimento entre seu avô, Alfredo Ellis e seu bisavô Cunha Bueno como a causa da venda de parte de Ellis da fazenda. Ellis era republicano e abolucionista e Cunha Bueno líder do partido conservador, defensor da concepção monárquica mais ortodoxa, centralizadora e escravagista.

O desentendimento, segundo Ellis Austrégesilo, foi de tal magnitude que tendo ocorrido em pleno cafezal, levou Ellis a não mais retornar à casa da fazenda, partindo dali com apenas os 82 réis que teria no bolso. Acompanhado pelo esposa, foi à Rio Claro montar sua própria fazenda.

A narrativa do episódio é feita em tom dramático e épico, ressaltando o empenho e o duro trabalho dos avós, sua humildade e capacidade de reagir à adversidade. É notável com que frequência, é trazida a tona, na narrativa, a falta de recursos financeiros e a tenacidade e capacidade de superação dos Ellis. Mais interessante ainda é a aproximação que Austrégesilo faz entre Ellis e o caboclo paulista. Não são as características do agricultor que são ressaltadas, mas o caráter de um homem único, um indivíduo excepcional, representante de uma raça paulista bandeirante.

Da desavença em pleno cafezal, o Dr. Ellis não mais retornou à casa central da Fazenda, onde se encontrava sua esposa, com três filhas e um filho, ainda na primeira infância. Enviou-lhe um bilhete perguntando se preferia ficar com o pai ou se seguiria o marido nessa ocasião difícil de sua vida. Caso resolvesse pela última hipótese, estivesse com os filhos e a mudança pronta, às 5 horas da manhã, num ponto determinado da estrada, que ele por lá passaria de "trolley" em direção à nova fazenda adquirida a prazo, no município de Rio Claro. Chamava-se a fazenda, "Oliveiras", em homenagem à grande e patriarcal família colonizadora da região rio clarense. Sem hesitação e com grande estoicismo, sua esposa, optou pela segunda solução e seguiu o marido que na ocasião, dispunha somente de 82 mil réis no bolso. Dois dias depois, o grupo dos novos bandeirantes chegava à recém adquirida fazenda de Oliveiras. Entretanto, era péssimo o estado desse centro rural cafeicultor: casas caindo, escravos doentes, aparelhagem emperrada, e lavoura abandonada e invadida pelo mato. A casa principal era bastante humilde, sem forro, com chão de terra socada, sem água encanada e com paredes esburacadas. Estava escrito mais um capítulo na epopéia de pioneiro do jovem médico paulista e, mais uma fase de luta se antepunha ante os recém chegados. Aos poucos, grande parte da mata foi derrubada, novas lavouras alinharam-se às antigas benfeitorias e instalações adequadas foram se erguendo, rodeando a casa principal reconstruída e, Oliveiras, de simples tapera, foi se transformando em verdadeiro paraíso, tendo como capital único, o esforço do jovem casal, pois somente em 1883, o Dr. Ellis recebia o dinheiro correspondente à venda a prazo que fizera, ao sogro, de sua parte em Sta. Eudóxia. No entanto, Oliveiras progredia e o Dr. Ellis, queimado pelo sol tropical que lhe mudara a cor das faces, dirigia a derrubada da mata e a avançada da onda verde que caminhava, não só à custa do trabalho escravo, mas também à custa da têmpera de

ação do pioneiro paulista, da alma retesada de caboclo piratiningano.(ELLIS AUSTRÉGESILO, 1950, 280)

Ellis Austrégesilo narra ainda, em tom grandioso, o fato de Ellis libertar os escravos de sua fazenda sem qualquer restrição. Teria sido a alforria o resultado de sua formação liberal e da concepção própria à raça nobre dos bandeirantes paulistas em defesa da igualdade e liberdade:

Em 25 de dezembro de 1887, o Dr. Ellis, de acordo com sua formação liberal influenciada pelo idealismo utópico de Lincoln e dos "yankees" de Filadélfia, onde moldara a mentalidade, pelo seu grande culto à liberalidade e, lutando contra os próprios interesses econômicos, libertou os 42 escravos de sua fazenda, 5 meses antes da Lei Áurea. Arrebatado, persistente e enérgico, o Dr. Ellis comungou na Abolição escravagista, como também se empolgou pelo sonho da República. Se tivesse sido um elemento da plebe, seria natural que pregasse a liberal democracia, niveladora de todas as classes sociais; era porém, um elemento da aristocracia rural dos abridores de fazenda, dos pioneiros da terra roxa, apesar disso era republicano, pregava a igualdade; e, embora fosse senhor de escravos, era abolicionista.(ELLIS AUSTRÉGESILO, 1950, 280)

Segundo Ellis Júnior (1960), envolvido politicamente no movimento que levou a proclamação da república, Ellis vendeu a fazenda das Oliveiras para dedicar-se à vida política, transferindo-se para São Paulo. Como uma das lideranças do movimento entre os fazendeiros do interior paulista elegeu-se deputado Federal para a primeira Assembleia Constituinte republicana. Com a dissolução do Congresso, decretada por Deodoro, em 3 de novembro de 1891<sup>30</sup>, Alfredo Ellis, se engajou no movimento que levou a renúncia do presidente de São Paulo, Américo Brasiliense, importante apoiador de Deodoro. Com a renúncia de Deodoro, a direção da república tomou rumos mais próximos do PRP embora militares e monarquistas ainda representassem ameaças a estabilidade política. Com a morte de seu sogro e de seu tio Cunha Bueno em 1895, Ellis reassumiu o controle da Fazenda Santa Eudóxia criando a firma *Bueno, Ellis & Neto*, que se tornou uma das maiores empresas do estado. A modernização promovida por Ellis manteve a grande produção da propriedade em um período em que os demais cafeeiros da região já entravam em decadência. Ellis inaugurou na propriedade o primeiro sistema de irrigação agrícola do Brasil, inovando na forma de plantio na

---

<sup>30</sup> Deodoro da Fonseca assumiu a presidência provisória após a proclamação da república e manteve-se nesta posição até que o Congresso Constituinte o elegeu como presidente constitucional em fevereiro de 1891. No Congresso e entre os políticos civis perdurava o receio de que os militares dessem um golpe de Estado acabando com a continuidade democrática da república. Os militares defendiam a centralização absoluta do poder nas mãos do presidente enquanto os partidos civis defendiam a federalização descentralizada aos moldes norte-americanos. Em novembro de 1891 os partidos civis tentaram aprovar no Congresso tentasse a "Lei de Responsabilidades", que reduziria os poderes do presidente. Deodoro decretou a dissolução do Congresso, estabeleceu um Estado de sítio e mandou tropas militares cercarem o Congresso, prender os políticos opositores, estabeleceu uma censura completa da imprensa. Vinte dias depois, sob forte pressão popular, Deodoro renunciou.

agricultura brasileira. Gozando de prestígio político e respeito entre os membros de PRP e fazendeiros paulista, Ellis foi eleito, em 1892, para Senador da República, cargo que ocupou até 1925.

Ellis Júnior descreve o pai como defensor do café e do liberalismo. Quando senador, Ellis teria assumido uma posição constante de defesa do café. Embora seus argumentos fossem na direção da defesa do cafeicultor, o centro de sua defesa não era um financiamento puro e simples da lavoura. Norteador por princípios liberais, acreditava que o problema do café estava na estrutura do sistema que deveria assumir a condição de uma economia de mercado, regulada para o crescimento do mercado interno. Suas posições pareciam ambíguas para muitos observadores da época e mesmo para estudiosos do assunto. Sua defesa do café de um lado, apoiava os produtores de café, dentre os quais ele se enquadrava, mas sua concepção da economia cafeeira era mais ampla, porque compreendia intermediários comerciais, financiamento da produção agrícola, indústria de maquinários e insumos para a lavoura, a criação de um mercado consumidor que elevasse o consumo interno e o fim de taxas cobradas não apenas pelos intermediários, mas por aqueles que possuíam monopólio de algum estágio da cadeia de produção. Acima de tudo, a posição de Ellis apontava para a necessidade de apoio governamental para o desenvolvimento de um mercado consumidor interno, que conseqüentemente geraria uma maior urbanização e desenvolvimento econômico.

Além de homem de negócios, Ellis escrevia artigos e análises políticas, e se relacionava com intelectuais e escritores da época como Machado de Assis.<sup>31</sup>

Em diversos artigos de sua autoria nos jornais da época, defendia a lavoura, porém assumia princípios liberais que o levavam a posições ambíguas no senado, defendendo ao mesmo tempo o monopólio da empresa canadense *Light e Power* em São Paulo e criticando o monopólio do porto de Santos.

Alfredo Ellis foi um dos principais políticos a lutar contra os empreendimentos da família Guinle, tanto nas questões da sacaria de juta (das fábricas de Jorge Street)<sup>32</sup>, como também

---

<sup>31</sup>Em uma carta de 1899, Machado de Assis refere-se a um bilhete de Ellis sobre a indicação de uma tradutora para os livros seus livros em alemão "Exmo. Sr. Dr. Alfredo Ellis: Acabo de escrever para Paris ao Sr. H. Garnier, pedindo-lhe que diretamente dê autorização à senhora, de quem V. Ex. me fala no seu bilhete, para a tradução dos meus livros em alemão. A razão disto é, conforme já disse a V. Ex., haver eu transferido àquele editor a propriedade de todos eles, até agora publicados. Logo que receba a resposta (se ele não puser objeção, o que não espero) farei entrega dela a V. Ex. para que se sirva dar-lhe o conveniente destino a) **Machado de Assis. Correspondência de Machado de Assis, Tomo III – 1890-1900. Coordenação Sergio Paulo Rouanet. Academia Brasileira de Letras, R. J.: 2011.p.379.** Disponível em < <http://www.academia.org.br/abl/media/CAP-098-Corresp%20de%20MA%20-Tomo%20III%20-%201890-1900%20-%20para%20internet.pdf>> acesso: março de 2014.

<sup>32</sup>Os sacos de juta eram essenciais para a produção de café, para facilitar o transporte e padronizar a comercialização unificando as sacas em de 60 kg. Uma vertiginosa queda no valor das sacas teria criado, segundo Ellis, uma "situação anormal do mercado de sacaria para o café", causando "o máximo aviltamento dos preços", a ponto de não mais cobrirem os gastos de fabricação. O enfraquecimento do setor possibilitou que Candido Gaffrée e Eduardo Guinle, da empresa carioca Guinle & Co. apoiassem a empreitada de Jorge Street, (Gaffrée Guinle e Street eram sócios em uma estrada de ferro) dono Sacaria São João no Rio de Janeiro, para comprar duas das principais produtoras de sacos juta do Brasil: a Fábrica Santa'Anna e as fábricas do Conde Álvares Penteado, formando naquele mesmo ano de 1908 a Companhia Nacional de Tecidos de Juta em São Paulo. SAES, 2008.

denunciando abuso nas taxas portuárias da companhia Docas de Santos (cuja concessão era controlada por Candido Gaffrée e Eduardo Guinle). As barreiras à exportação do café e o aumento dos preços dos sacos e dos impostos portuários eram empecilhos para os próprios interesses de Alfredo Ellis.

No jornal *O Estado de São Paulo*, de 15 de fevereiro de 1909, Alfredo Ellis publicou artigo onde manifestava sua indignação em relação ao monopólio de Jorge Street no controle das fábricas de sacaria de Juta. Alfredo Ellis, criticava o grupo de Street e de Guinle, não só pelo monopólio da sacaria, mas também pelo controle do porto. Isso porque com o controle do Porto de Santos, os empresários coíbiam a entrada de sacos de juta importados, imprimindo altos impostos sobre estes.

Há bem pouco tempo vendia-se francamente um saco por 300, 350 e 400 réis. Ultimamente, porém, organizou-se um truste, subindo como consequência os preços consideravelmente, de modo que hoje um saco só pode ser obtido por 700 réis, tendo havido o ultimo preço anterior um acréscimo de mais de 50 por cento.( Alfredo Ellis, *O Estado de São Paulo*, 15 de fevereiro de 1909.in SAES, 2008, p.04

Na mesma época, Eduardo Guinle, sócio de Street no ramo ferroviário, entrava em conflito com o monopólio estabelecido com concessão dos serviços de energia elétrica da empresa canadense Lightem São Paulo. A Light tinha grande influência na Câmara Municipal de São Paulo. Em resposta aos ataques de Guinle, os diretores da Light passaram a apoiar Alfredo Ellis e a companhia iniciou uma campanha contra os altos preços estabelecidos pelas fábricas de juta de Jorge Street. Como as principais empresas produtoras de sacos estavam na cidade de São Paulo, a Light buscou influenciar a Câmara Municipal da capital para tomar algum tipo de atitude no intuito de frear o crescimento do império da família Guinle.

Outros setores industriais entraram em confronto com o monopólio da Light, como Klabin, Irmãos e Cia., e Júlio de Mesquita e Armando de Salles Oliveira que procuravam fortalecer nos jornais protestos contra a Light, defendendo o fortalecimento da indústria de energia nacional.

O grupo Klabin procurava fugir do monopólio energético da Light em São Paulo, de maneira a usufruir a energia de produção particular, argumento exigido também pela Companhia Nacional de Tecidos de Juta à Câmara Municipal. Júlio de Mesquita e o cunhado Armando de Salles de Oliveira tinham interesse em iniciar um projeto de fornecimento de energia elétrica no interior, que se chocava com a expansão da Light. Júlio de Mesquita era dono do Jornal *O Estado de São Paulo*, o que pode explicar a defesa do jornal para as questões nacionais.

Mas, segundo Ellis Jr. o tema a qual Ellis se dedicava cada dia mais era a situação do café. Por interesse pessoal, já que era o dono do maior latifúndio cafeeiro do estado, embora com a produção já

em decadência, mas também por convicção liberal, Ellis se pôs a campo em combate à desregulação econômica que deixando tudo ao *laissezfaire*, seguindo a cartilha do liberalismo, que acabava por prejudicar os menores e mais impotentes produtores.

Defendia, assim a igualdade de condições para todos os agentes econômicos, principalmente para aqueles que eram depauperados pela ausência de regulamentações comerciais. Era necessário segundo Ellis, que se estabelecesse estratégias que impediriam a especulação e reduzissem os custos de produção com a redução dos impostos e por meio de concorrência eliminassem o monopólio da Companhia Docas de Santos, que controlava o processo de comercialização do café.

Como se pode constatar, a posição assumida por Ellis era muito mais complexa do que uma simples defesa das fazendas de café. A defesa do café, tal como Ellis concebia, era a defesa de todo um sistema econômico, que deveria ser regulado e vigiado pelo Estado. Ellis sempre tentava evitar propostas de intervenção direta do Estado na economia, até a crise do café tornar-se tão grave que só uma forte ação estatal poderia tentar minorar os prejuízos.

Ellis em seus discursos procurava demonstrar a necessidade de regulação do mercado interno:

Segundo Ellis, a crise do café não é somente resultante da superprodução, mas principalmente produto da especulação. Para ele era possível provar isto, pois os preços no varejo continuavam altos, sendo a especulação dos atravessadores o maior responsável pela queda para os produtores e a manutenção dos preços para os consumidores, ficando o excedente com os grandes comerciantes estrangeiros. (TORELLI, 2004, p.13).

Seus projetos apresentados para garantir uma ação estatal para redução dos prejuízos do cafeicultores, foram sistematicamente recusados pela comissão de finanças do Senado e em resposta, Ellis argumentava que a comissão não tinha o conhecimento necessário para compreender os diferentes aspectos, comerciais e industriais do café:

Ellis afirma não ter a comissão de finanças que apreciou o seu projeto desconheceria a cultura do café e principalmente seus aspectos comerciais e industriais. Ellis reivindica uma organização que regularize o comércio do café, de forma a eliminar a especulação e, principalmente, reduzir os preços praticados pelos intermediários o que permitiria uma dinamização do consumo interno e do mercado. As medidas preconizadas por Ellis visam o fortalecimento do mercado interno, como forma de recuperação da economia e proteção contra crises internacionais. (TORELLI, 2004, p.13)

Acima de tudo, para Ellis, a comissão não compreendia a dinâmica econômica internacional e deixava os produtores nas mãos de especuladores nacionais e internacionais que lucravam com a redução do valor pago pelo café ao produtor.

A grande diferença entre os preços pagos aos produtores e o alto valor cobrado dos consumidores “vai para os bolsos dos torradores americanos, que com suas vastas instalações, e com a cumplicidade dos mercados do Havre e de Hamburgo, deprimem o mercado para obter a matéria-prima para os seus grandes estabelecimentos de torração” a principal causa da desvalorização do precioso produto é a nossa fraqueza, a nossa impotência para defendê-lo”. (ELLIS, *Documentos Parlamentares. Op. cit.*, volume I, 1915, p. 100. Citado por TORELLI, 2004, p.14)

Em discurso<sup>33</sup> proferido na Câmara Estadual, Ellis apontou algumas alternativas para a solução do problema do café. Dentre elas, figurava a diversificação da produção agrícola e a redução no custo dos transportes e energia.

A trajetória de Alfredo Ellis, segundo seus biógrafos, foi a de um bandeirante moderno pioneiro do liberalismo, político altruísta e homem de negócios audacioso e perspicaz. Dinâmico, atuava em diferentes setores:

(...) no Rio de Janeiro, onde funcionava a Câmara dos Deputados, em S. Paulo, onde dirigia o Partido Republicano Paulista, e, em Sta. Eudóxia, onde a lavoura cafeeira desenvolvia-se pujantemente e exigia a sua presença. Era o dinamismo do Senador paulista que o impulsionava para essa tríplice atividade.(ELLIS AUSTREGESIO, 1950, p.293)

Segundo sua neta, Alfredo Ellis não tinha medo ou hesitação em assumir posições que o colocasse contra todos, se esta fosse considerada por ele a mais justa. Um destes casos é narrado por sua neta:

Durante esse período, a política do Governo, em relação à Docas, alterou-se profundamente, sendo assinado um acordo, em 04 de outubro de 1909, pelo qual a Companhia se subtraía de suas obrigações legais, podendo auferir lucros líquidos, superiores aos que lhe permitiam a Lei e o sem contrato com prejuízo do Tesouro Estadual e do povo de S. Paulo. Nessa ocasião, o Senador Alfredo Ellis lutou sozinho contra 95% dos Senadores governistas e essa luta prosseguiu, agressiva, até o início do governo do Marechal Hermes da Fonseca, em 15 de novembro de 1910. O único apoio ativo que recebeu, foi dos Deputados do Partido Republicano Paulista, entre os

---

<sup>33</sup> A situação do café: discurso do Sr. Alfredo Ellis, na Câmara Estadual. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 5, 15 nov. 1929. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Localização no acervo: Número do microfilme: 01.03.053 - Período: 01/11 a 31/12/1929 NEG Prata

quais, seu genro, o Deputado Artur Palmeira Ripper e seu amigo o Deputado Galeão Carvalhal. (ELLIS AUSTREGESIO, 1950, p.293)

Em 1919 Ellis vendeu a fazenda Santa Eudóxia. Embora tenha sido um dos mais bem sucedidos fazendeiros de café do país, Ellis segundo seu filho Ellis Júnior, teria sido acima de tudo um homem da política, a qual se dedicou até a sua morte. Seu filho Alfredo Ellis Júnior, sua neta Myriam Ellis e outros parentes do campo acadêmico brasileiro se dedicaram a escrever a história dos Cunha Bueno e Ellis, reelaborando a tradição bandeirante que passou a ser concebida sob a égide do liberalismo norte-americano.

### **1.9 Alfredo Ellis Jr.: o modernismo e o discurso sobre as origens da “democracia paulista”**

Alfredo Ellis Júnior era o filho mais jovem dos dez filhos do Senador Ellis. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1917, foi promotor público, deputado estadual de 1925 a 1930 e de 1934 a 1937. Em 1939, tornou-se titular da cátedra de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Era defensor da república liberal federalista e fez parte de um grupo de intelectuais do PRP que fizeram do Correio Paulistano o defensor da paulistanidade e da visão republicana paulista. O grupo congregava entre seus membros a ala verde-amarela do movimento modernista, representada por Menotti Del Picchia, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo e por historiadores como Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Jr.

Esse grupo foi responsável pela constituição de uma tradição cultural e política que cultuava o passado paulista, constituindo uma visão de mundo própria a São Paulo.

A recuperação da figura do bandeirante como uma aristocracia ancestral, mais antiga do que a nobreza imperial, foi um dos motes preferidos dos intelectuais e artistas paulistas que criaram a Semana de Arte Moderna de 1922. Como observa Waldman (2013) os filhos da nascente burguesia paulista haviam estudado em Paris. Lá se encontravam, debatiam e criavam as suas perspectivas artísticas e intelectuais, que posteriormente trouxeram para São Paulo.

Na década de 1920, Paris e sua efervescência cultural atraíam artistas e mecenas de todos os lugares do mundo. No caso dos artistas brasileiros, lá estavam Tarsila do Amaral (1886-1973), Anita Malfatti (1889-1964), Victor Brecheret (1894-1955), Emiliano Di Cavalcanti (1897-1976), Heitor Villa-Lobos (1887-1959) e Vicente do Rego Monteiro (1899-1970), entre outros, muitos deles patrocinados por Paulo Prado, como Brecheret, Di Cavalcanti e Villa-Lobos. (WALDMAN, 2013, p. 214)

Alguns membros do grupo representavam os interesses de sua família no exterior, como o caso de Paulo Prado que exerciam a atividade de comercialização de café no exterior.

A longa estadia em Paris, em plena Belle Époque levou ao refinamento dos jovens paulistas, que tornaram-se mais sensíveis às linguagens das vanguardas artísticas, abrindo novos horizontes no plano da atividade cultural, permitindo que se trouxesse ao Brasil as novidades europeias. A semana de arte moderna não foi um ato de inovação, mas uma recriação da atmosfera a que esses artistas e intelectuais estavam acostumados na Europa.

Para vários de seus participantes, a semana era um fenômeno propriamente paulista, porque só São Paulo possuía as condições econômicas, políticas, sociais e culturais para esse tipo de modernidade.

Nos textos escritos por Menotti Del Picchia, Oswald e Mário, a Semana não somente é divulgada com entusiasmo, como começa a ser considerada em termos exclusivamente paulistanos. Menotti, por exemplo, sob o pseudônimo de Hélios, escreve no *Correio Paulistano* que “São Paulo, no mundo do pensamento, como em todos os ramos da atividade humana, é ainda o Estado que dá a nota e dita o figurino do país”; já Oswald, no *Jornal do Comércio*, afirma que “é de São Paulo a glória de abrigar os primeiros portadores da nova luz”; enquanto Mário não deixa por menos e, no primeiro dia do evento, logo canta a dianteira paulista, no jornal *A Gazeta*: “A hegemonia artística da corte não existe mais. No comércio como no futebol, na riqueza como nas artes, São Paulo caminha na frente”. “Socialmente falando”, conclui Mário de Andrade em um balanço sobre a Semana de Arte Moderna, vinte anos depois: “o Modernismo só podia mesmo ser importado por São Paulo e arrebentar na província”, pois São Paulo é “fruto necessário da economia do café e do industrialismo consequente”.

Em relação ao caráter de elite da Semana de Arte Moderna, Mário de Andrade explicava que o movimento modernista teria um fundo “nitidamente aristocrático (...), não da aristocracia improvisada do Império, mas da outra mais antiga, justificada no trabalho secular da terra” (WALDMAN, 2013, p.218.) Como observa Waldman (2013), também Oswald de Andrade segue o mesmo raciocínio e em uma conferência pronunciada em 1944, definiu o impulso inicial do modernismo com um “diagrama da alta do café, da quebra e da revolução brasileira”(WALDMAN, 2013, p.218.)

A relação com a terra evoca de imediato a imagem de uma aristocracia de espírito paulista, uma imagem que vinha sendo cunhada desde os trabalhos de Pedro Taques, ao lançar a nobiliarquia paulista, apontando os troncos originais de bandeirantes e das famílias que seriam suas descendentes. O modernismo, neste sentido, não inova, mas retoma a tradição da locomotiva paulista, trilhada já no

final do século XIX. Como movimento cultural, a propagação das ideias modernistas representa para seus criadores a confirmação da superioridade paulista.

O modernismo refunda assim a crença na superioridade paulista, transformando-a em sinônimo de identidade cultural, ainda que vários movimentos de feições modernistas tenham pipocado por todo país, sobretudo em Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O regionalismo paulista procura impor-se aos demais justamente pela negação de seu caráter local, travestido de nacional. Para isso, foi essencial a recuperação da figura do bandeirante. (WALDMAN, 2013,p.220.)

Oswald de Andrade, em artigo publicado no *Jornal do Comércio* refere-se ao importante papel de São Paulo:

(...) é “a cidade dos prodígios – herdeira das migrações e das entradas”. Assim, enquanto os bandeirantes dos séculos XVII e XVIII empenharam-se em conquistar novas fronteiras, os “novos mamelucos” assumiram a tarefa de estender o progresso e a modernidade paulista ao resto do Brasil. A imagem de São Paulo como a “locomotiva da nação” é então enfatizada, pois o apelo maior exercido pelo bandeirismo invoca uma adesão implícita à crença na superioridade paulista, idealizada como “a locomotiva a puxar vagões vazios” (WALDMAN, 2013, p.220.)

Ellis Júnior dedicou-se, como historiador, a produzir uma obra que buscava na história bandeirante as origens do que chamava de “democracia paulista”. Seguindo os mesmos princípios liberais norte-americanos cultuados por seu pai, Ellis procurou aproximar a história paulista da história norte americana, por meio da figura do *self made man*.

Para tanto, elaborou uma versão própria da imagem do bandeirante, articulando características específicas, todas marcadas pelo sinal da democracia. Racialmente, o bandeirante seria um mestiço eugênico; socialmente, seria fruto de setores médios com valores politicamente autônomo, e por última seria um liberal seguindo o caminho do *self-government*.

Ellis Júnior descreveu que em sua origem os bandeirantes paulistas teriam se caracterizado pela pobreza e pela mais completa igualdade social. Seu estabelecimento no planalto paulista teria constituído a fundação de uma sociedade marcada pelos valores de uma democracia social. Contestando diretamente a origem aristocrática do bandeirante que tinha sido veiculada por Pedro Taques e Oliveira Vianna, Ellis Júnior construía um imaginário paulista fundado em uma origem socialmente democrática, representando-a a imagem e semelhança da sociedade colonial norte-americana.

Considerava que em suas origens os bandeirantes, embora respeitassem a autoridade real ibérica, em razão de sua pobreza e afastamento geográfico, teriam desenvolvido no planalto, um governo organizado sob suas próprias regras de igualdade. Ellis Júnior atribuiu a estes homens a organização de um governo autônomo fundado em um regime “de verdadeiro *self-government*, saturado de democracia” (Ellis Júnior, 1926, p.223). Ellis Júnior reforçava, assim, o caráter liberal e democrático das tradições políticas paulistas, que, diferentemente do resto do país comprovariam sua herança e destino liberal, empreendedora, moderna e progressista.

Para que pudesse fundamentar a tendência liberal e empreendedora, Ellis Júnior, precisou demonstrar que o latifúndio, base econômica de uma sociedade aristocrática, não predominava em São Paulo. Para ele, o planalto bandeirante teria se caracterizado pela pequena propriedade, base material do espírito democrático. Desta forma a pequena propriedade seria uma especificidade da história regional paulista que explicaria, juntamente com o espírito liberal, a organização democrática e o ímpeto empreendedor a “exceção paulista”.

A representação do bandeirante como dono de um espírito “ávido de aventuras, arrojado e impetuoso” era associado a um “espírito comunitário” (Ellis Júnior, 1926, p. 275). Com o advento do latifúndio cafeeiro, o paulista se isolou no sertão, perdeu o contato com os demais povoadores e distanciou-se do espírito comunitário. E assim, “o paulista se identificou definitivamente com o individualismo, atingindo o pináculo da sua evolução” (Ellis Júnior, 1926, p.290).

Todo o tratamento realizado por Ellis Júnior convergia na direção de acentuar a identidade entre os traços do homem médio norte americano que se tornou um sucesso econômico, evidenciado pelas grandes fortunas e poder econômico internacional e o paulista moderno, empreendedor, dotado de iniciativa e capaz de ascender à condição de magnata internacional.

### **1.10 A nobreza de São Carlos: O conde do Pinhal e a família Arruda Botelho**

Descrever a trajetória de Antônio Carlos Arruda Botelho, o conde do Pinhal, pode parecer, inicialmente uma tarefa fácil, afinal todos os documentos familiares, contábeis, econômicos, sociais e familiares foram preservados e uma diversidade testemunhos de seus feitos foram coletados e guardados.

A abundância de fontes é acompanhada de uma uniformidade das informações, que invariavelmente repetem a grandiosidade de seus feitos, seu papel como fundador de São Carlos, construtor da estrada de ferro que a atravessa a sua condição de grande fazendeiro, banqueiro, e sua fortuna. Além do conde, pode-se constatar a constituição de um culto à sua pessoa que se propaga aos herdeiros, de forma que o caráter pessoal de seu carisma se propaga de forma épica às gerações

seguintes, tornando o nome da família Arruda Botelho uma espécie de símbolo da grandiosidade de São Carlos. A multiplicação das fontes e referências se apresentam, assim, como testemunho da construção de uma tradição familiar.

Como observa Ribeiro (2010),

(...) sobre o Conde há alguns estudos acadêmicos e uma expressiva literatura comemorativa/genealógica. (...) Além disso, a família Arruda Botelho preservou na Fazenda do Pinhal um acervo de livros, correspondência e, a mais importante de todas para o nosso estudo, a correspondência da Casa Comissária Arruda Botelho – Santos, composta por 3.365 documentos referentes às transações econômicas: aviso de remessa, ordem de pagamentos, notas fiscais, recibos, de 1891 a 1898 e 1901. (RIBEIRO, 2010, p.15)

A história da família Arruda Botelho<sup>34</sup> vem sendo contada desde o início do século XIX. Seu nome foi associado à fundação da cidade, à construção da igreja, à elevação a episcopado, à construção da estrada de ferro, à criação e construção da escola normal, entre outros fatos considerados relevantes. Muitos desses feitos são questionados por adversários políticos ou por pesquisadores. Entretanto, isso não é o que importa para a tradição da família. A veracidade ou não do que é dito não elimina o fato fundamental a ser reproduzido, a primazia da família Arruda Botelho na constituição da identidade tradicional são-carlense.

Importa que o nome da família é sempre associado à cidade de São Carlos, de forma a ter sua história confundida com a própria história da cidade. A trajetória do Conde do Pinhal e de sua família foi sempre contada e recontada por biógrafos amadores, pesquisadores, periódicos, almanaques e jornais locais. Com o tombamento e transformação da fazenda do Pinhal em Casa do Pinhal, patrimônio histórico reconhecido pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo), em 1981 e em 1987 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura), todo acervo da casa, que é mantida e preservada pela Associação Pró-Casa do Pinhal, que conta entre seus membros descendentes e membros da família Arruda Botelho, o trabalho de reprodução e propagação da tradição familiar é ainda mais potencializado.

De acordo Gordinho (2004) dentre os proprietários que investiram no estabelecimento de lavouras na região de São Carlos está Carlos José Botelho<sup>35</sup> (1778-1854), Em 1815, Carlos José de

---

<sup>34</sup>De acordo com Fulas (2010) a história da família Arruda Botelho no Brasil remontaria a meados do século XVII, quando em 1654 para cá vieram três irmãos, membros da família: Sebastião de Arruda Botelho, André Botelho Sampaio e Francisco de Arruda e Sá. Sebastião era bisavô de Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho. (FULAS, H.A., Depoimentos e entrevistas sobre a família Arruda Botelho, São Carlos, Arquivo Fazenda Pinhal, 2010, p.13.)

<sup>35</sup>Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho (1740-1815) ascendeu socialmente devido à carreira militar, lhe garantindo prestígio e destaque dentro da sociedade local. Em 1780, requereu junto à coroa portuguesa àquela que viria a ser a sua primeira sesmaria, perfazendo um total de três léguas de quadra, situada nos campos de Araraquara. Carlos Bartholomeu ampliou os seus domínios de terras comprando e

Arruda Botelho herda a Sesmaria do Pinhal. A área da sesmaria era de 3 léguas de quadra. Segundo Godinho (2004) a posse desta sesmaria “era o primeiro passo que Carlos Bartholomeu dava para a instalação de bases sólidas para toda a família”. (GORDINHO,2004, p.19).

A extensão de terras sob sua posse não se limitou a Sesmaria do Pinhal. Pouco depois, Carlos Bartholomeu adquiriu outra concessão de Sesmaria na mesma região. Neste mesmo ano de 1786, seu filho mais velho, Manoel Joaquim adquiriu uma terceira Sesmaria, de três léguas de quadra, também nos Campos de Araraquara (GORDINHO, 2004,p.23). Em 1795, Carlos Bartholomeu de volta a Piracicaba, requereu e conseguiu a Sesmaria do Bom Jardim do Salto, junto ao rio Piracicaba. Com todas estas terras, a posição social da família foi fortalecida e também estavam lançadas as bases pela qual a fortuna familiar prosperaria.

A Sesmaria do Pinhal foi dada ao seu filho Carlos José, natural de Piracicaba, mas residente em Araraquara. Para tomar posse de suas terras, Carlos José, que ficou conhecido como Botelhão<sup>36</sup>, instalou uma pequena lavoura e construiu sua casa. Além da Fazenda Pinhal, o Botelhão, se envolveu com a política local, assumindo a posição de primeiro presidente da Câmara de Araraquara (1833), delegado e inspetor de estradas (GORDINHO, 2004).

Com o falecimento de Carlos José, a fazenda passa a ser administrada por um de seus filhos, Antônio Carlos de Arruda Botelho. Antônio Carlos contraiu matrimônio com Francisca Theodoro Coelho, filha do proprietário de terras e político Fructuoso Coelho.

As atividades comerciais em Piracicaba foram interrompidas em 1853, quando Antônio Carlos atendeu ao chamado de seu pai e se transferiu para a Fazenda Pinhal, assumindo o seu controle a partir da morte do pai em 1854<sup>37</sup>. A partir de então, tratou de administrar e expandir os negócios da família, sobretudo, com a compra das terras herdadas pelos seus irmãos. Assim como o seu pai, se envolveu com a política local, assumindo os postos de juiz municipal e presidente da Câmara de Araraquara (1857 a 1860), inspetor de instrução pública e inspetor de estradas (GORDINHO, 2004). Ainda interessado no comércio, montou em parceria com Francisco Jerônimo de Bitencourt a “Sociedade Comercial de Gêneros Nacionais e Estrangeiros”, que funcionou entre 1857 e 1860 na cidade de São Carlos<sup>38</sup>.

---

requerendo novas sesmarias próximas a sua primeira doação. Casado com Maria Meira de Siqueira tiveram três filhos, Manoel Joaquim Pinto de Arruda, Maria Francisca de Arruda, Eugênia Antônia de Arruda e Carlos José Botelho (o Botelhão). As sesmarias foram divididas entre os dois filhos homens (GORDINHO, 2004, 19).

<sup>36</sup>Casado com Candida Maria Sampaio. Tiveram ao todo 9 filhos: Maria Jacintha de Meira; Carlos de Arruda Botelho; Antonio Carlos de Arruda Botelho; Capitão João Carlos de Arruda Botelho; Cândida Maria da Pureza; Joaquim de Meira Botelho; Cel. Paulino Carlos de Arruda Botelho; Eulália Carolina de Meira e Bento Carlos de Arruda Botelho (ARRUDA BOTELHO, 2009)

<sup>37</sup>A situação da Sesmaria do Pinhal não foi resolvida de imediato. Com mais de 10.000 alqueires, ficou em estado pró-indiviso até 1895 (GORDINHO, 2004).

<sup>38</sup>A vila de São Carlos foi fundada pelos Arruda Botelho, em 1857.

Na Fazenda Pinhal, Antônio Carlos intensificou as plantações de café iniciadas pelo seu pai na década de 1840. As atividades desenvolvidas tanto no Pinhal como na Fazenda Santo Antônio estavam voltadas para o mercado interno, desempenhando papel importante durante a Guerra do Paraguai para o abastecimento das tropas brasileiras acampadas na província de Mato Grosso, com o envio de carnes e derivados do açúcar.

Com a morte da esposa e com um filho pequeno para criar, Antônio Carlos se decide pelo segundo matrimônio, com a filha de um importante proprietário de terras da cidade de Rio Claro, José Estanislau de Oliveira. A união das duas famílias permitiu que Antônio Carlos galgasse novos patamares de riqueza não apenas na região. Nas décadas seguintes Antônio Carlos formou a Fazenda do Lobo, que deixou como herança em vida para o seu filho Carlos José, plantando 34.000 pés de café. Adquiriu e formou também, nas cercanias de São Carlos, mais duas fazendas, a Palmital e a Serra, em ambas investindo no plantio de café (mais tarde também alienadas aos seus filhos).

Em seu estudo sobre a Fazenda Palmital, Rosane MESSIAS (2005) aponta que esta unidade, aberta também em 1876, era um exemplo de fazenda mista, com “produção de café, milho, feijão, e criação de diversos animais para atender à demanda da fazenda” (MESSIAS, 2005, p. 27-28). Este padrão se repetiria em suas outras propriedades, com o claro direcionamento as atividades cafeeiras.

Antônio Carlos investiu na produção de café em suas fazendas com a compra de máquinas de beneficiamento e outros equipamentos que auxiliavam no preparo do grão após a colheita.

Na Fazenda Pinhal, onde a plantação de café não era tão expressiva (algo em torno de 90.000 pés), Antônio Carlos equipou a tulha da fazenda com uma máquina de beneficiamento das indústrias MacHardy e importou uma turbina para movimentá-la. Em 1879 Antônio Carlos recebeu o título de Barão do Pinhal por seus serviços junto as tropas brasileiras na guerra do Paraguai.

A produção de café da Fazenda Pinhal encontrava os mesmos empecilhos que as dos demais cafeicultores, a falta de transportes eficientes em uma região ainda não servida pelas ferrovias. A produção da fazenda era escoada pelas precárias estradas de rodagem.

Quando o governo provincial concedeu o direito de construir e explorar comercialmente uma linha entre Rio Claro e Araraquara aos engenheiros Adolpho Augusto Pinto e Luiz Augusto Pinto, verificou-se que o traçado proposto na concessão dos irmãos Pinto, favorecia outros produtores da região, como a fazenda Santa Eudóxia, entretanto não satisfazia aquele que se considerava o principal grupo familiar local: os Arruda Botelho. O desvio para Itirapina não se mostrava favorável para suas terras situadas a mais de 30 quilômetros dos trilhos da nova estrada. Segundo Godinho, Antônio Carlos teria manipulado a situação ao seu favor. Ocupando as fileiras da Assembleia Legislativa de São Paulo, desde 1864, como deputado pelo Partido Liberal, Antônio Carlos chegou, em 1880, a presidente da Assembleia Legislativa. Esta posição certamente o auxiliou a tecer alianças

políticas entre os deputados, para que o projeto de construção da nova linha da Companhia Paulista não fosse adiante. O retardamento da aprovação, acabou por levar os irmãos Pinto<sup>39</sup>, a venda da concessão da linha para Antônio Carlos e familiares. Fulas (2010) apresenta a situação da seguinte forma na introdução do livro de Depoimentos e Entrevista, que encontra-se no acervo da Casa Pinhal:

Devido a sua importância política, Antônio Carlos conseguiu, no início da década de 1880, impedir o avanço da estrada de ferro entre Rio Claro e São Carlos, pois o traçado do projeto apresentado não agradara parte dos fazendeiros locais, inclusive ele próprio – não lhes era economicamente vantajoso; o traçado não favorecia o escoamento das produções desses cafeicultores (FULAS, 2010, p.20)

É interessante que se observe que, em nenhum momento é citado o nome de Cunha Bueno ou de Ellis, mesmo no conflituoso problema da ferrovia. Sequer é feita qualquer referência a fazenda Santa Eudóxia, a maior e mais respeitada produtora de café da época. Em todos os documentos encontrados não há qualquer menção ao café Santa Eudóxia e seus produtores, como se tivesse existido um proposital apagamento da memória da cidade.

Caberia aos novos proprietários a organização de uma companhia para a construção da nova linha. A constituição da empresa ferroviária denominada *Rioclarense*, foi um marco significativo e representou o avanço de um patamar de riqueza, que realçaria ainda mais o poderio econômico da família Arruda Botelho. Foi a primeira empresa ferroviária a ser construída nestes padrões (GRANDI, 2007) tendo Antônio Carlos como presidente e seu sogro e cunhado como diretores.

A Rioclarense, independentemente de ser uma empresa lucrativa, despertava o interesse de outros capitalistas e companhias ferroviárias, em especial, da Companhia Paulista, controlada pelos ingleses da *Railway Company*. Cercada pelas demais companhias ferroviárias, suas chances de prolongamentos ficaram limitadas. A solução seria a anexação dos seus trilhos com a Rioclarense, que a permitiria alcançar zonas novas e a habilitaria a disputar, com suas concorrentes, o caminho para o estado de Mato Grosso, tão cobiçado na época. Em 1889, a companhia foi vendida ao capital inglês, passando a ser a *The Rio Claro – São Paulo Railway Company*. O pagamento foi feito à vista no valor de £1.050.000.

### **1.11 Conde, Fazendeiro, banqueiro, homem de negócios**

Antônio Carlos Botelho de Arruda era um homem de negócios, e enquanto tal possuía uma arguta visão das oportunidades de empreendimentos lucrativos. Suas estratégias de constituição de

---

<sup>39</sup> Especula-se que, como parte do acordo, os irmãos Pinto teriam recebido concessões para projetos de novas linhas (CAMPOS, 2007).

uma rede social que incluía negócios e controle político permitem que se perceba a forma como articulava os negócios familiares, às ações políticas. Juntamente com o marquês de Três Rios, seu parente grande fazendeiro de Campinas, constituíam um núcleo de fazendeiros ligados no império ao partido liberal que defendiam a manutenção da ordem escravocrata e da economia agrária nucleada na fazenda. Este grupo de fazendeiros defendia constantemente seus interesses financeiros ocupando cargos políticos que lhes garantia influencia na estrutura administrativa local. Articulavam investimentos, apoios políticos e votos sempre atentos às possibilidades de maior lucratividade disponíveis e garantiam a fidelidade dos compromissos mútuos por meio do estabelecimento de laços familiares via casamentos.

Após a venda da ferrovia em 1889, Antônio Carlos Botelho de Arruda e o grupo de fazendeiros que lhe era próximo, aproveitaram a conjuntura favorável, criada pela reforma monetária de 1888, para abrirem três bancos um, na cidade de São Paulo, dois, no interior em São Carlos do Pinhal e em Piracicaba. A política monetária do início da república alterou as regras de funcionamento do mercado monetário e financeiro e permitiu a abertura de casas de emissão<sup>40</sup>.

No banco fundado na capital paulista – Banco de São Paulo, entre os acionistas estavam Marques de Três Rios, Joaquim Egídio de Souza Aranha<sup>41</sup>, um dos capitalistas mais prósperos da Província de São Paulo. Na assembleia de instalação do banco a presidência foi ocupada pelo Conde do Pinhal que permaneceu neste cargo até seu falecimento em 1901.

Com capital parado após a abolição da escravatura e com a expansão monetária e gozando de liquidez, em decorrência da venda da empresa ferroviária aos ingleses, o Conde Do Pinhal, passa a investir em atividades econômicas completamente distintas da sua órbita de negócios. Além do investimento em bancos, cria a Casa Comissária Arruda Botelho em Santos e com o objetivo de ampliar sua base econômica territorial adquire a Companhia Agrícola de Ribeirão Preto<sup>42</sup>.

Em 1891 o conde do Pinhal abriu um estabelecimento bancário na cidade de São Carlos - o Banco União de São Carlos. Na gerencia do banco o conde colocou seu genro Firmiano de Moraes Pinto, casado com sua filha Cândida. No mesmo ano, participou da fundação do Banco de Piracicaba, aproveitando a conjuntura favorável de expansão monetária propiciada pela política. Esses bancos, localizados próximos aos fazendeiros tinham como propósito realizar transações de depósito e

---

<sup>40</sup> Até 1887 funcionavam na Província de São Paulo 17 bancos, sendo 8 na cidade de São Paulo; 6 na cidade de Santos e 3 na cidade de Campinas. Na capital e na cidade portuária funcionavam bancos nacionais e estrangeiros. Já na cidade de Campinas funcionavam apenas três bancos nacionais: Banco Mercantil de Santos; Casa Bancária da Província de São Paulo e o Banco Comercial de São Paulo.

<sup>41</sup> Joaquim Egídio de Souza Aranha, o Marquês de Três Rios era um notório monarquista, proprietário de 5 fazendas de café em Campinas e Rio Claro com mais de 1 milhão de pés de café. Foi diretor da Casa Bancária de São Paulo (1887) da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1874), Vice Diretor do Banco Comércio e Indústria (1890) E esteve à frente do Banco de Campinas (1873), da Companhia de Iluminação de Campinas (1873) e Companhia Ituana (1873) (MELLO, 1985:143). O Marquês de Três Rios, juntamente com seu sogro, o Barão de Itapetininga eram os dois fazendeiros mais ricos de São Paulo. (RIBEIRO, 2010)

<sup>42</sup> O Conde ampliou o patrimônio com a compra da Vila Pinhal em Poços de Caldas para os veraneios da família.

empréstimos junto aos fazendeiros da região do oeste paulista. <sup>43</sup>(GORDINHO, 2004:89 e SAES, 1986:101)

A cafeicultura era uma atividade que envolvia elevado investimento com retorno demorado. Não bastava plantar, colher e beneficiar o café era preciso comercializar e aguardar um bom momento para efetuar sua venda. Na ausência de crédito para financiar os gastos de consumo, de custeio e de investimento, o fazendeiro dependia do comerciante do café e dos fornecedores de insumos que lhe adiantavam para fazer face às despesas. O fazendeiro se comprometia enviar o café depois de colhido para o comissário, geralmente estabelecido no porto de Santos. Com o tempo o mercado se tornou mais lucrativo para os comerciantes de café que realizavam o financiamento da safra e podiam impor o preço ao café.

Normalmente, os comissários ofereciam adiantamentos para produtores que comprometiam a entrega da safra futura, que ainda estava na lavoura. Qualquer infortúnio na colheita representava um desastre, pois o fazendeiro já se encontrava endividado.

A casa comissária era assim uma atividade extremamente lucrativa e o Conde entregou sua presidência para um sobrinho, Joaquim de Meira Botelho. A Casa Comissária Arruda Botelho assegurava adiantamentos na forma de mercadorias, fornecia gêneros aos fazendeiros e pagava suas contas. O Conde “conseguiu estabelecer uma ampla rede de fornecedores de café, principalmente entre os beneficiados pela estrada de ferro por ele construída” (GORDINHO, 2004:91). Por meio da ferrovia o Conde pegava o café nas diversas fazendas da região e enviava-os para os armazéns em Santos, a espera da venda e, finalmente, do seu embarque para o mercado internacional.

Segundo Godinho (2004), no inventário *post mortem* do Conde, em 1901, é possível perceber que a Casa Comissária comercializava todo o café produzido pelas fazendas da família Arruda Botelho e atendiam as encomendas enviando as mercadorias necessárias para o dia-a-dia das fazendas, desde produtos de uso pessoal até para o consumo da fazenda, dos colonos, e máquinas e ferramentas, sacos para embalar o café etc.

Um dos pontos mais altos da biografia de Antônio Carlos é o momento em que recebe os títulos de nobreza. Recebe o primeiro o título de Coronel Comandante da Superior da Guarda Nacional, em 23 de abril de 1867, por serviços prestados durante a Guerra do Paraguai, entre 1864 a 1870. Antônio Carlos tinha sido responsável por boa parte do abastecimento das tropas brasileiras durante o

---

<sup>43</sup> Segundo Godinho (2004), teria sido este papel mais especializado e sua clientela mais restrita tenham sido a razão de sua curta duração, pois distintamente do Banco de São Paulo, que se tornou um próspero banco, aqueles sucumbiram à crise de superprodução de café de 1896 e sentiram mais fortemente o impacto da política monetária de contenção da emissão de moeda e de restrição do crédito de Joaquim Murinho de 1896-1898. Diante dos percalços vividos desde 1896, o Banco União de São Carlos entra em liquidação, em 1902, por não poder cumprir seus compromissos com seus credores. Possivelmente, sucumbiu por assumir operações muito elevadas para o seu nível de captação em uma época de crise de superprodução e de declínio dos preços do café e, conseqüentemente, redução da renda gerada na economia

conflito<sup>44</sup>. (FULAS, 2010, p. 20) Em 02 de setembro de 1868, foi condecorado com a Ordem da Rosa, e em 02 de agosto de 1879, recebeu o título de Barão do Pinhal, ambos também devido aos serviços prestados na Guerra do Paraguai. Em 05 de maio recebe o título de títulos de Visconde e depois, em 07 de maio de 1887, o título de Conde do Pinhal.

Segundo Fulas (2010) em 1887, Antônio Carlos construiu um palacete na cidade de São Carlos, decorando-o com bastante requinte. Segundo a informação,

(...) um ano antes, o Imperador Dom Pedro II havia se hospedado na cidade, mas Antônio Carlos não pode recebê-lo, pois a casa de morada da Fazenda Pinhal tinha decoração muito simples. Nesse sentido, era preciso ter uma residência à altura para receber ilustres personalidades.(FULAS, 2010, p.21)

Embora não seja mencionado, a construção do palacete teria sido certamente uma resposta para a hospedagem do imperador no palacete do inimigo político Cunha Bueno.

A imagem pública do conde do Pinhal era de proximidade pessoal com o imperador. A não hospedagem em sua casa só poderia ser, portanto, publicamente justificada pela ausência de um palacete digno do imperador pertencente aos Arruda Botelho. Embora não seja citada nas biografias do conde ou nos documentos produzidos por fontes a ele ligadas, a visita de D.Pedro II estava diretamente associada ao sucesso internacional do café da Fazenda Santa Eudóxia e, por isso, teria o imperador se hospedado no palacete de Cunha Bueno, naquele momento era o homem mais rico de São Carlos. Tratava-se, sem dúvida para o imperador, de uma difícil tarefa de conciliar o apoio de dois importantes líderes monarquistas, o liberal Arruda Botelho e o conservador Cunha Bueno<sup>45</sup>.

Embora sejam sempre lembrados os mandatos políticos, em cargos públicos que Antônio Carlos de Arruda Botelho exerceu, alguns aspectos de sua trajetória política merecem uma observação mais atenta. Em suas biografias aparecem os seguintes cargos ocupados no período imperial: foi juiz municipal e presidente da Câmara de Araraquara, entre 1857 e 1860 foi Chefe do

---

<sup>44</sup>Durante a guerra Arruda Botelho abasteceu as tropas com o envio de carnes e açúcar, além de arregimentação de pessoal para combater na guerra. (FULAS, 2010, p. 20)

<sup>45</sup>No período imperial prevaleciam dois partidos o conservador e o liberal. O partido conservador tinha como fundamento ideológico a manutenção da estrutura de poder dominada pela classe senhorial em particular dos antigos fazendeiros fluminenses. Seu programa político traduzia-se pela preservação do princípio monárquico, isto é pela manutenção da dinastia, preservação da unidade territorial, conservação das hierarquias sociais e escravismo e centralização do poder político na figura do Imperador. Os Conservadores eram conhecidos como Saquaremas. Saquarema era um município fluminense que constituiu a base política e econômica do partido conservador. Os liberais eram conhecidos como Luzias (em referência a vila mineira de Santa Luzia, local de resistência dos liberais durante a revolta liberal de 1842 contra o fechamento da Câmara dos Deputados por D. Pedro II, após vitória dos liberais. Do ponto de vista ideológico, não existiria grandes diferenças entre os partidos porque ambos tinham origem na camada senhorial, defendiam a manutenção da monarquia, do escravismo e da estrutura social. Seu grande conflito, com os conservadores, residia na defesa de uma estrutura de poder descentralizada, com predomínio do poder das províncias, fortalecimento do parlamento e da Câmara dos Deputados, fim do poder moderador e da vitaliciedade do Senado. Seus principais representantes eram os fazendeiros do centro e sul que tinham frequentemente interesses políticos e econômicos diferentes daqueles representados pelos fluminenses. Por volta de 1870 forma-se um novo partido, o republicano que defendia a mudança estrutural do sistema político e o fim da escravidão. Era formado essencialmente por profissionais liberais, intelectuais, camadas médias urbanas e fazendeiros do café em expansão no oeste paulista. (MATTOS, 2004)

Partido Liberal em São Paulo e deputado provincial, em 1864; foi novamente deputado Provincial entre os anos de 1880 a 1883, tendo sido eleito presidente da Assembleia Provincial neste último ano; em 1884 foi novamente eleito deputado provincial até 1887; entre 1886 e 1889 foi deputado da Câmara dos Deputados do Império e candidato à Lista Tríplice Senatorial; no período republicano, foi eleito Senador do Estado de São Paulo e membro do Congresso Constituinte do Estado de São Paulo, ambos em 1891. (Gordinho, 2004); (FULAS, 2010)

Uma situação interessante na qual Antônio Carlos de Arruda Botelho teria sido um dos protagonistas e que teria acirrado os ânimos dos republicanos paulistas nas eleições gerais que precederam à crise que levou à proclamação da república é pouco explorada. A importância da ocorrência está no fato de apresentar, ao menos em parte, as disputas políticas que opunham monarquistas e republicanos, situando a posição ocupada pelo conde do Pinhal no jogo eleitoral e para a repercussão em sua reputação.

Perecin (2004) ao tratar daquela que teria sido a última batalha eleitoral do império, em São Paulo, narra a dramática disputa, voto a voto, que opôs de julho a outubro de 1889, o representante do partido liberal, Antônio Carlos Arruda Botelho, o conde do Pinhal, que expressava naquele momento a luta da monarquia pela sobrevivência nos estertores do regime, ao representante do Partido Republicano Paulista, Prudente de Moraes.

A luta foi travada no 8º. Distrito eleitoral da província de São Paulo e abrangia a região de Piracicaba a Ribeirão Preto, onde estavam situadas, portanto, os principais fazendeiros do oeste paulista. Juntamente no 7º. Distrito, na região de Campinas, Campos Salles travava igual disputa. O que estava em jogo, era a ampliação de eleitores republicanos no colégio que elegeria os deputados paulistas.<sup>46</sup> (Perecin, 2004)

Os monarquistas não mediam esforços para vencer as eleições<sup>47</sup> e buscavam a composição de uma câmara de deputados favorável que permitisse prolongar o regime. Usavam-se estratégias de concessão de empréstimos em troca de votos, distribuição de comendas e títulos de nobreza aos

---

<sup>46</sup>O processo eleitoral no segundo período imperial obedece a critérios complicados. A Lei nº 387 de 1846 estabeleceu a eleição indireta para Senadores e Deputados e a eleição direta para Vereadores e Juizes de paz. Primeiro elege-se diretamente os eleitores que em uma segunda etapa elegerão deputados e senadores. O processo se inicia com a nomeação de uma comissão que verifica as complicadas exigências para o reconhecimento dos candidatos a eleitores, que vão de um limite de renda mínima, para cada cargo, até atributos de natureza moral e jurídica. Estabelecida a lista de eleitores, ela é tornada pública. Os Eleitores são eleitos por maioria relativa. A eleição secundária ocorre através dos Colégios Eleitorais, onde se reúnem os eleitores dos Deputados, votando-se em tantos nomes quantos forem os Deputados a eleger. Para Senador, em caso de existência de vaga – pois durante todo o Império o Senado é vitalício – a eleição no Colégio Eleitoral é feita em três nomes. Os três mais votados formam uma lista tríplice para a escolha do Imperador. O Decreto nº 842 de 19 de setembro de 1855 estabeleceu distritos para a eleição de Deputados e membros das Assembleias Provinciais (eleição de segundo grau). As Províncias foram divididas em tantos distritos quantos eram os Deputados a serem eleitos. Eleitores se reúnem na cidade ou vila mais central do Distrito para elegerem o Deputado e os membros da Assembleia correspondentes, por maioria absoluta. Para que fosse obtida a maioria absoluta poderiam ser realizados até três turnos de votação.

<sup>47</sup>Em carta à esposa, o barão Geraldo de Rezende demonstra a gravidade com a qual os monarquistas viam as eleições: “[...] a vitória será do Hino Nacional e não da Marselhesa. Por cautela, o meu trole estará na cidade, porque se eles ganham, o mundo vem abaixo. (PERECIN, 2004, 68]0

grandes fazendeiros ou ainda afastavam-se autoridades capazes de manter a ordem durante o processo eleitoral.(Perecin,2004).

Dos três partidos em disputa em São Paulo, dois eram monarquistas, o liberal e o conservador. Em 1889 o conde do Pinhal, representante liberal, disputava a reeleição com o visconde Cunha Bueno, seu rival do partido conservador e Prudente de Moraes, republicano.

Ao lançar-se como candidato o conde do Pinhal apresentou o seguinte programa ao eleitorado: “o surgimento da lavoura do abatimento em que as circunstancias e as instituições juradas a haviam colocado, pois somente nela via os elementos da ordem e da segurança pública”(PERECIN, 2004, p. 68). Nesse particular, afirma Perecin (2004), o conde revelava-se o mais conservador dos candidatos.

No primeiro, em 31 de agosto, Prudente de Moraes vencera o conde do Pinhal em quase todas as cidades do 8º. Distrito, incluindo em sua base eleitoral São Carlos. Entretanto, a soma dos votos dos dois partidos monarquistas ultrapassava o índice alcançado pelo republicano. Nos comícios para o próximo turno, enquanto Prudente de Moraes era saudado com a Marselhesa pela juventude republicana, os liberais foram auxiliados por uma enxurrada de títulos nobiliárquicos e comendas. (Perecin, 2004)<sup>48</sup>

O segundo turno foi disputado voto a voto pelo conde do Pinhal e Prudente de Moraes, que buscavam atrair os votos dos conservadores. *A Gazeta* de Piracicaba definia assim a eleição:

(...) aqui, no 8º. Distrito decidia-se a luta mais importante, travada ante as urnas eleitorais brasileiras. É um combate de idéias e também tem o significado de um protesto da província de São Paulo contra o sistema que ameaça conduzir o país à hecatombe (...) Falem amanhã as urnas. (PERECIN, 2004, p.69)

Ao final, Prudente de Moraes perdeu a eleição por apenas 80 votos. Embora os liberais tivessem vencido em todos os distritos paulistas, os republicanos tinham chegado dramaticamente próximos da vitória no 8º. Distrito e 7º distrito, onde concorrera Campos Salles. A campanha eleitoral, embora desgastante, animara os republicanos que passavam a defender a resistência por meio da criação do Clube Republicano.

A derrota imposta aos republicanos pelo conde do Pinhal não seria facilmente esquecida. Embora tenha feito parte do grupo de monarquistas que aderiram ao republicanismo, após a proclamação, a reputação do conde do Pinhal, como bastião monarquista ficara marcada.

No início do período republicano muitos membros dos antigos partidos liberal e conservador em São Paulo aderiram ao Partido Republicano Paulista (PRP). Para o fortalecimento do PRP e

---

<sup>48</sup>Piracicaba,sede da resistência republicana foi agraciada com mais um baronato e quatro comendas. (Perecin, 2004, p. 69)

desarticulação de possíveis oposições convocou-se “todos aqueles que quisessem de coração e boa fé cooperar na grande obra de reconstrução da pátria” (COSALECCHI, 1987, p.62).

Procurava-se articular em São Paulo um governo conciliador das antigas tendências monárquicas com os representantes do novo regime. Muitos conservadores e liberais aderiram à proposta do PRP e, a chapa indicada para representar o Estado de São Paulo no Congresso Federal deveria ser formada a partir desse espírito de concórdia. Segundo Cosalecchi (1987), o único nome vetado para a formação da chapa foi o do Conde do Pinhal.<sup>49</sup>

Embora tivessem aderido inicialmente ao PRP, alguns dos mais ilustres monarquistas paulistas como o Barão de Jaguará, o Barão de Souza Queiroz e o Marquês de Três Rios, sócio e parente do conde do Pinhal, articulavam, em oposição ao PRP, a formação de um Partido Republicano Conservador. Em 1891 os conservadores monarquistas apoiaram o governo estadual de Américo Brasiliense de Almeida Melo, aliado do Marechal Deodoro da Fonseca em São Paulo, partidário de uma república centralizada. Com a queda de Deodoro e Américo Brasiliense, os monarquistas mais proeminentes retiraram-se para a Europa e retornam em 1895 com o movimento de restauração monárquica.

Em finais de 1995 é fundado o partido monarquista e, embora não figure como membro efetivo, o conde do Pinhal é apresentado como apoiador do movimento<sup>50</sup>.

Aos três dias do mez de Dezembro de mil oito centos e noventa e cinco, ao meio dia, em casa do Exm. Senhor Doutor João Mendes de Almeida, nesta cidade de São Paulo, presentes os monarchistas anteriormente convocados para a presente reunião, tomando a presidência d'ella o dito Doutor João Mendes, convidou para seu secretario a mim, Luiz Gonzaga de Oliveira Costa. Declarado por elle que o fim da reunião é a organização definitiva do partido monarchista de São Paulo, deu conhecimento de que havia recebido, e nessa ocasião apresentou, muitas cartas e telegrammas desta e outras provincias, declarando inteira approvação e felicitando-o por similhante factó. Os Doutores Augusto de Souza Queiroz, Eduardo da Silva Prado e outros fizeram idêntica declaração. Este ultimo, em nomo do General Doutor José Vieira Couto de Magalhães e do Conde do Pinhal, declarou que, embora não podendo comparecer á reunião, applaudiam os seus intuitos e approvavam as deliberações que fossem tomadas. ( CELSO, A. s/d, 114)

No início da década de 1900 uma rebelião monarquista estava em gestação. Nas regiões de Araraquara, São Carlos, Araras, Mogi Mirim, Espírito Santo do Pinhal, entre outras, antigos chefes

---

<sup>49</sup>O veto ao nome do conde do Pinhal teria sido apresentado por Prudente de Moraes em razão da virulência das últimas eleições imperiais. (Callecchi, 1987)

<sup>50</sup>A Ata da reunião monarquista é apresentada por Afonso Celso no livro *Contradictas Monarchicas*, que se encontra no Acervo HARVARD COLLEGE LIBRARY e digitalizado por google.books no endereço: [https://archive.org/stream/contradictasmon00paulgoog/contradictasmon00paulgoog\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/contradictasmon00paulgoog/contradictasmon00paulgoog_djvu.txt), acesso 30/03/2014.

monarquistas pretendiam demonstrar a permanência de seu poder político local. Ainda que não se tenha encontrado referências sobre a participação do conde do Pinhal, na movimentação monarquista, que eclodirá em uma rebelião em 1902 há suspeitas de que ele tenha participado no início da empreitada.

É interessante notar a habilidade de sobrevivência política demonstrada pela família Arruda Botelho. Paulino Carlos de Arruda Botelho, irmão do Conde do Pinhal, foi desde o início do partido republicano paulista, um de seus principais representantes no interior paulista. Quando houve a resistência a Américo Brasiliense assim como a luta contra a rebelião monarquista, Paulino de Arruda Botelho, liderou os perreperistas em São Carlos e região, ao lado de Alfredo Ellis.

Ainda que tenha sido apenas simpatizante, o conde do Pinhal, não pode, entretanto, ver o final do movimento monarquista. Em 1901 o conde morreu inesperadamente e as circunstâncias da morte até hoje não são claras. Embora tenha falecido em sua casa na Fazenda Pinhal, não se sabe se o motivo teria sido uma viagem ao Rio de Janeiro durante a qual fora assaltado:

Antônio Carlos faleceu em 11 de março de 1901, em sua casa dias depois de uma viagem de negócios, na qual fora assaltado em uma grande quantia (297 contos de réis, em um trem. (...)) Um mês após sua morte o dinheiro roubado apareceu, desfalcado em apenas 10 contos de réis (Gordinho, 2004, p. 99).

Em entrevista<sup>51</sup> as netas do conde do Pinhal procuram recuperar, na memória familiar, a situação que, segundo elas, teria sido responsável pela morte do avô. Comentam a fundação do banco de São Paulo e a ocorrência do roubo de cerca de trezentos mil réis que o Conde levava em uma mala em viagem de trem para o Rio de Janeiro.

**Sophia:** Um dia, ele fundou o Banco de São Paulo ... o ...

**Margarida:** O Conde ... Sophia: E queria que papai fosse o Gerente ... mas nisso,houve aquela história do roubo, da mala ... aquele coisa medonha ...

**Margarida:** O que ele tava fazendo com a espinheira, ele estava trazendo esse dinheiro pro Rio, o Conde, né?

**Sophia:** Foi pra pagar uma ... uma dívida ... Mas um homem que funda um banco, trazer o dinheiro na mala ... é um pouco estranho ...

**Margarida:** Essa ... Essa história é estranha ...

**Sophia:** É estranha ...(FULAS, 2010, p.81)

A suspeita do roubo é dirigida ao criado, um imigrante italiano. O dinheiro, pelo que se pode depreender da opinião das netas, seria utilizado para financiar o golpe monarquista, ou a revolta,

---

<sup>51</sup>Entrevista com Cecília Soares Brandão, Sophia Soares Brandão e Maria Brandão filhas do Casal Sophia Botelho Soares Brandão e Francisco Carvalho Soares Brandão e netas dos condes do Pinhal. A entrevistadora é Margarida. Transcrição de fitas e cartas pertencentes ao acervo da Casa do Pinhal.

como chamam as jovens. Identificam também o pai, como monarquista, que com cerca de dezesseis ou de dezessete anos assistia ao tiroteio do morro de Santa Tereza no Rio de Janeiro, onde moravam. O dinheiro teria sido devolvido posteriormente, em uma caixa na estação, com um desfalque de apenas dez réis. Ainda assim, o problema não parece ter sido solucionado porque o conde, tendo regressado a fazenda enfarta mortalmente.

**Sophia:** Sei que o Natáli, que é o criado, que viaja com ele naqueles noturnos ... é ... de cortina, onde eu fiz [ ] ...  
**Cecília:** Cê viu a ... malinha, não é ... que levava a comida ...  
**Margarida:** Sei, vi aquela malinha, vi ...  
**Cecília:** Era o Natáli carregava ... E diz que era ... diz que era um italianinho bonito, que vovô dava toda a roupa pra ele, que ele [ ] ...  
**Margarida:** E depois não apareceu mais o dinheiro, né?  
**Sophia:** Apareceu ...  
**Cecília:** Apareceu ...  
**Margarida:** Ah, apareceu ...?  
**Sophia:** Infelizmente, foi apenas uma ... coisa política ... porque ele era muito monarquista, estava aqui no Rio, a Revolta, Saldanha [ ] ...  
**Margarida:** Ah, sei ...  
**Sophia:** E eles vinham por cima do morro da Cintra, que fica no fundo da Rua ... Rua [ ] ...  
**Cecília:** [ ] ...  
**Sophia:** Aquela Rua que faz [ ] com o Catete, na delegacia e sobe ... e lá eles olhavam o bombardeio ... sei ... Quando Saldanha perdeu, foi convidando ... lá, juntou-se com a tropa...  
**Margarida:** Monarquista ...  
**Sophia:** E morreu então com Ozório ... no meio do ... com uma lança ... Saldanha morreu ...  
**Cecília:** Eu acho que eles pensaram que vovô vinha dar ... dinheiro pra revolução ... sei ... que tava roncando aqui a revolução armada ... sei ... e todos os monarquistas tavam torcendo pela revolução ... Papai diz que subia todo dia o morro Santa Teresa pra assistir o [ ] ... Coisa de rapaz, né...  
**Margarida:** É, lógico ... Mas, ele era monarquista, né?  
**Cecília:** Era, muito mocinho, dezesseis, dezessete anos, ficava ele assistindo ... o tiroteio ...  
**Margarida:** Agora, mas depois, porque quando esse dinheiro apareceu, o que ... o que eu acho que é ... que é estranho é que, realmente, ele era um homem muito rico, e [...] (FURLAS, 2010, p.86)

Sophia refere-se à revolta da Armada de 1894, promovida no Rio de Janeiro pelos oficiais da Marinha Saldanha da Gama, Eduardo Wandenkolk e Custódio de Melo contra o governo do marechal Floriano Peixoto, apoiada pela oposição monarquista. Embora tenha ocorrido sete anos antes do incidente com o conde do Pinhal, parece revelar sua tendência a participação de uma resitência monarquista.

Em outros trechos, as descendentes manifestam alguma desconfiança em relação ao modo como teriam sido gerida a herança do conde do Pinhal após sua morte.

**Cecília:** Os grandes mandaram ... Nessas horas os mais ...  
**Margarida:** Os mais velhos que mandaram ...  
**Sophia:** Os mais velhos ... o tio Firmino ...  
**Cecília:** Tio [ ], tio Moreira ...  
**Sophia:** Foram esses que tomaram ...  
**Margarida:** É, e daí eles que tomaram conta ...  
**Sophia:** [ ] [dominaram], né ... [ ] a Companhia Agrícola ...  
**Cecília:** Nenhum era fazendeiro de nascença, eles eram civis, eles não tinham ...  
**Sophia:** [ ] [o roubo, também] [ ] ...  
**Margarida:** É, porque antes era o Bento Carlos, né, que tomava conta do Banco ...  
[...]  
**Margarida:** E, como é que ficou, então? [...] Deviam ser gerentes, qualquer coisa  
[...]  
**Cecília:** (Ouvi) dizer, houve um rombo no Banco, e daí ele perdeu esse dinheiro, né **Margarida:**... Mas isso ele ainda era vivo, o Conde, né?  
**Sophia:** Não ...  
**Margarida:** Não, já era morto?  
(FURLAS, 2010, p. 90)

A história da mala perdida é retomada e reconfirmada a ideia geral de que o conde teria falecido em razão do choque da perda da fortuna que levava consigo. Este teria sido, segundo as descendentes, sua única perda financeira e posteriormente recuperada, o que torna mais factível a ideia de que tanto o transporte de uma vultuosa quantia quanto o seu desaparecimento se tratara de uma situação política.

**Cecília:** Não ... tudo depois que ele morreu ... Enquanto ele era vivo não teve nada ... Só teve o roubo da mala, quer dizer, não teve ... que foi a causa da morte dele ... Ele teve um choque horrível, ele foi ver o ... tal homem na polícia, e o tal homem  
cho ... chorava, pedia, suplicava perdão, que não tinha feito nada ...  
[...]  
**Cecília:** Vovó quase morreu com isso, e o vô morreu ...  
**Margarida:** É, porque era muito dinheiro, eram quase trezentos contos ...  
**Cecília:** É, não era tanto pelo dinheiro, era afeição, ele era uma pessoa da família, sabe ...  
**Margarida:** Então, quer dizer, que depois que ele morreu que as coisas começaram a não dar certo, então?  
**Sophia:** Naturalmente, [ ] ...  
**Cecília:** Encontrei com ela e [ ], o pessoal, ó ...  
**Margarida:** Baixaram a cabeça ...  
**Cecília:** Baixaram a cabeça ...  
**Sophia:** Depois, também, [ ] educação ...  
(FURLAS, 2010, p. 88)

Novamente é retomada a ideia de que teriam ocorrido perdas financeiras em função dos problemas de administração da fortuna, da inexperiência dos herdeiros e, ao final é retomada a trajetória do conde, que pouco tempo permanecia na fazenda saindo sempre em viagem para cuidar dos demais negócios e fazendas, enquanto a condessa permanecia como esposa modelo na fazenda cuidando dos afazeres caseiros e dos filhos, que por sinal tinha um por ano, no total de treze.

**Cecília:** Mas ... eles eram ... Ele é um homem de bem, mas eles eram civis ... O que tio Christiano era, e tio Firmino era ...era advogado mesmo?

**Sophia:** Era advogado ... [ ] foi Prefeito em São Paulo, né ...

**Cecília:** Tio [ ] não entendia nada de fazenda, nem nada ... é ...E invés de deixarem as coisas como estavam quando vovô morreu ... não, quiseram ... renovaram, sabe ... sei ... tiraram a Compa ...

**Sophia:** [ ] ... Depois, a riqueza [ ] ... é ... Ela tava, assim, [ ] ...Solteiro, mocinho ...

**Cecília:** Mamãe, também, contava, que tio Amadeu contava, que vovó dizia “Administrando a pleno contento” ... E tio Amadeu [ ] com cavalos ... Tiraram, puseram não sei quem lá,pra tomar conta das fazendas [...]

**Margarida:** Ela ficava muito sozinha na Fazenda, não é,porque o Conde parece que viajava muito?

**Sophia:** MUITÍSSIMO ...

**Cecília:** Ela não podia ficar, ela tinha um filho por ano ... é ...como é que ela podia ficar sozinha? ... Ela teve doze filhos,não é brincadeira ... (91)

**Margarida:** E o que tanto Antonio Carlos fazia?

**Cecília:** Ah, ele tinha [ ] [fazendas] ... Tinha todas as fazendas de Ribeirão Preto ... Então, em Jaú tinha, cinco ou seis ... Tinha o Palmital e o ...

**Sophia:** A Serra ...

**Cecília:** A Serrinha, de vovó ... de tia Cândida (FURLAS, 2010, p. 92)

Outra memória restabelecida é a condição do conde ter sido membro da Guarda Nacional. Astutamente Cecília vincula o posto de membro da guarda às atividades políticas do conde do Pinhal. Segundo Uricoechea (1978) a Guarda Nacional foi uma estratégia para estabelecer no período imperial, um vínculo entre o poder central e o poder local. Criada como uma forma de cooptação que tornava a força privada dos senhores latifundiários membros de um corpo oficial de defesa do Estado e atribuía ao chefe local o título de coronel.

**Margarida:** E ele fazia muita política, também, né?

**Cecília:** E ele fazia política ... Era ... Como era aquele negócio que ele tinha uma farda?

**Margarida:** Ah, ele era da Guarda?

**Cecília:** Ah, vovó tinha ciúmes daquilo ...

**Sophia:** [ ] ...

**Margarida:** Ah, como é que era, ele tinha ciúmes da[Guarda]?

**Sophia:** [ ] ... [Nunca vi vovô com a farda] ...

**Cecília:** Vovó morria de ciúmes de vovô ...

**Margarida:** Ah, é?

(FURLAS, 2010, p.95)

As descendentes retomam, em seguida a discussão sobre a administração da herança, demonstrando estranhamento em relação a redução dos recursos. Além disso, esclarecem a existência de adiantamentos legítimos. O conde havia procurado evitar as discussões sobre a herança além de ter aberto o caminho para os negócios dos filhos realizando adiantamentos legítimos, isto é adiantamentos registrados legalmente de sua herança, na forma de fazendas para cada um de seus filhos: “Nosso avô – Antônio Carlos de Arruda Botelho, Conde do Pinhal, - doou uma fazenda a cada um de seus treze filhos” (depoimento de Elisa Arruda Botelho<sup>52</sup> in CARVALHOSA, 2005, p. 54). As netas, entretanto, demonstram não compreender a forma como a riqueza do avô foi perdida.

**Maria:** Ah, ele faleceu deixando ... não sei quantas fazendas, não é ... tinha ... Se tivessem sabido conservar aquilo, a família hoje seria milionária ...

**Margarida:** Aí tem um pedaço que é meio obscuro, porque[...]

**Maria:** [...] [Conta tudo] ... é ... Que era pra dar pra causa do... do ... da monarquia, não é ...

**Margarida:** Sei ... E é esse ... não, não, eu sei que não tem nada a ver com o café, mas o que eu digo é o seguinte, além de não tomarem conta, quer dizer, eu tenho a impressão que esse dinheiro foi um prejuízo grande ...

**Maria:** Ah é, porque naquela época parece que era bastante dinheiro, né ...

**Margarida:** É, porque esse ... ele ... Realmente quando ele ...Eu to querendo muito levantar esse ... esse inventário dele,pra ver de fato o que que é que ficou, porque logo ... muito logo depois que ele morreu ... o dinheiro realmente se esvai,mesmo que eles tivessem tomado conta [ ] ...

**Maria:** Não, depois pela [ ] que não tenha apurado alguma coisa, mas é que eram doze filhos, não é, cada um ficou com um a parcela

...

**Margarida:** Não, ele fez um adiantamento de legítima [...](interrupção na gravação)

**Margarida:** [...]

(FURLAS, 2010, p. 111)

Com o falecimento do Conde, sua fortuna, avaliada em mais de 10.000:000\$000 (dez mil contos de réis) foi pulverizada entre seus 13 filhos, assim como, a vasta rede de negócios que fora acumulada e conduzida por sua direção firme dissolveu-se.

A Cia Agrícola de Ribeirão Preto foi motivo de conflito entre os herdeiros. Carlos Botelho, filho do primeiro casamento questionou o valor atribuído no inventario as ações da empresa, que considerou muito abaixo do valor de mercado. Contribuiu para o seu questionamento o fato dele ter

---

<sup>52</sup>Elisa de Arruda Botelho, filha de Antônio Carlos de Arruda Botelho Filho, filho do conde, que herdou a fazenda Santo Antônio, a segunda maior do patrimônio do Conde do Pinhal,

sido por três anos gerente da empresa. O litígio durou três anos e terminou com um acordo com a condessa. Em 1911 a empresa foi vendida.

Após sua morte, a administração das fazendas passou por algumas mãos: inicialmente seu filho Antônio Carlos, assumiu até 1908 quando faleceu. Posteriormente, a Fazenda ficou com Carlos Amadeu e depois aos cuidados de seu outro filho, Carlos Américo, o Carrito até 1920, quanto este também faleceu. Em seguida, Paulico, filho de Paulino Carlos de Arruda Botelho, irmão do Conde do Pinhal, assumiu a administração. E por fim, a Fazenda passou às mãos de Antônio (Tonico, filho de Antônio Carlos e Genoveva), neto dos Condes do Pinhal. A Companhia Agrícola, que foi vendida em 1911 (Ribeiro, Campos, 2010). Com a morte do Conde, a condessa Anna Carolina permaneceu morando na Fazenda mudando-se, mas tarde para São Paulo.

Tendo-se esvaído o patrimônio, sobrava a tradição e o nome Arruda Botelho, que sempre abria portas entre os membros da elite são-carlense.

É interessante notar a quase total ausência de referências na biografia familiar dos Arruda Botelho do primogênito do conde, Carlos José Botelho, nascido de seu primeiro casamento. De todos os treze filhos, Carlos José Botelho foi aquele que mais se aproximou do sucesso alcançado pelo pai. Nascido em Piracicaba, quando o conde ainda iniciava sua trajetória, cresceu na fazenda do Pinhal, onde viveu até o segundo casamento do pai. Estudou medicina em *Montpelier* e *Paris*, onde obteve o título de médico e especializou-se em cirurgia e urologia. Retornou a São Paulo e começou a clinicar na santa casa de Misericórdia. Ali desenvolveu um sistema de sistematização e normatização de rotinas operatórias de assepsia. Dirigiu a Santa casa e fundou a Policlínica de São Paulo, foi um dos fundadores da Academia de Medicina de São Paulo. Como cirurgião, desenvolveu uma técnica para a cirurgia de grandes cálculos renais denominada “talha hipogástrica”. Foi secretário da Agricultura do Estado de São Paulo de 1904 a 1908 e incentivou inovações técnicas e agrícolas na Escola Luiz de Queirós em Piracicaba. Na condição de secretário de estado, assinou o contrato para a vinda, em 18/6/1908 do vapor *KasatoMaru*, trazendo 165 famílias imigrantes japonesas para o Brasil. Botelho desenvolveu um projeto de saneamento para a cidade de Santos, promoveu o projeto de ajardinamento do Museu do Ipiranga, e organizou o programa de Estatística Agrícola de São Paulo.

A relação com a família do pai parece ter sido sempre tensa, inicialmente com a segunda esposa, e posteriormente com a morte do pai na discussão sobre a herança que Antônio Carlos reivindicava, não apenas como herdeiro do pai, mas em função da herança de sua mãe que o conde, quando de sua morte, tinha incorporado integralmente ao seu patrimônio pessoal.

Malgrado o sucesso político e médico de Carlos Botelho, paira um silêncio sobre seu nome nos relatos familiares. Embora se possa deduzir que os litígios entre os irmãos tenham deteriorado a

relação familiar e levado ao esquecimento de seu nome no rol da família, parece ter existido um fechamento da família Arruda Botelho em torno do núcleo comandado pela condessa do pinhal.

Após a morte do conde do Pinhal, o culto a sua figura e à família ganharam ainda mais força. A viúva, a condessa do Pinhal, era sempre descrita como o modelo da mulher de sua época, como aquela que se dedicava à família, ao lar, recatada, delicada, mas forte em sua condição de matriarca.

Em 11 de Março de 1901, a Condessa passou pelo mais cruel golpe de sua vida, faleceu quase que repentinamente, no Pinhal, o seu idolatrado “Antônio Carlos” como ela chamava o Conde por quem tinha um amor imenso um verdadeiro culto, vitimou-a uma “angina pectoris”. Dois dias depois fui para o Pinhal, encontrei-a acabrunhadíssima!! abraçou-me chorando amargamente, não disse palavra, nem um lamento era uma estátua de dor... sofrendo horrivelmente aceitou resignada a vontade de Deus! A fé da Condessa é inabalável! O corpo do Conde foi trasladado para S. Paulo, ela ficou no Pinhal com as filhas. (FURLAS, 2010, P.55)

A vida da condessa é envolvida em uma atmosfera saudosista, remetendo afetivamente a um passado feliz e romântico:

A vida da Condessa em tudo tem um fundo de romantismo quando escrevia sempre dizia, tem feito lindos dias! ou infelizmente o tempo tem estado desagradável, mostra como ama a natureza, aprecia as noites de luar porque traz lhe recordações saudosas; as suas cartas são afetuosas, abre o seu coração. Apesar da idade avançada e de sofrer da vista ainda escreve e sempre com ternura. (FURLAS, 2010, p. 54)

Embora fosse vítima da decadência financeira, o caráter da condessa é enaltecido pela sua tenacidade e submissão a vontade de Deus e ao destino que lhe foi destinado:

A Condessa foi riquíssima, tinha 2 palacetes, 1 em S.Carlos e outro em S. Paulo ambos luxuosamente mobiliados;era grande proprietária em S. Carlos e em Piracicaba; grande acionista da Cia. Paulista, dos Bancos de S. Paulo, de S.Carlos e Piracicaba, dona de muitas fazendas, do Pinhal de 2 em Dois Córregos e possui quase todas as ações da Cia.Agrícola de Ribeirão Preto. Com a grande crise que o Brasil atravessou, e que começou mais ou menos em 1902, diminuiu consideravelmente a sua fortuna e isto não lhe causou grande abalo, conformou-se com a vontade de Deus,não alterou o seu modo vivendes, pois nunca gostou de ostentação, vive do mesmo modo que naquele tempo;(FURLAS, 2010, p. 61)

É sempre ressaltada a sua modéstia e simplicidade, atributos que a aproximariam de uma santa além de sua fé inquebrantável, foco da unidade que promove entre os membros da família, resignada e religiosa.

porque é o modelo da modéstia, como diz S. Luiz de Gonzaga (na sua vida) “Tive ouro e prata em profusão, vi de perto as grandezas e vaidades do mundo, mas para possuir a J. Cristo sacrifiquei todos os bens falsos e escolhi o último lugar na casa de meu Deus”. Ela também, teve e tem tudo e nada lhe causa orgulho, sente-se feliz, rodeada da sua família, fazendo o bem em tudo orientado por Deus, vê desaparecer os seus entes queridos e sente profundamente, mas resigna-se, achando que aqui é uma passagem e confia na Providência Divina. Deus que continue a prodigalizar-lhe graças e abençoando-a e a todos da sua família. (FURLAS, 2010, p. 61-62)

A centralidade da figura da condessa como matriarca cria uma atmosfera de união familiar que reforça e reproduz o sentido e significado dos Arruda Botelho como fundadores de uma ordem familiar local que se propaga como modelo de visão de mundo e estilo da vida em São Carlos. Tendo a fazenda do Pinhal e a figura da condessa como centro propagador de uma tradição, os relatos sobre a família vão se reproduzindo, reafirmando as relações de poder estabelecidas entre a elite local e os demais moradores da cidade.

As narrativas dos descendentes da família, particularmente das filhas, netas e demais herdeiras da tradição enraizaram uma forte imagem romântica repleta de uma simbologia de poder e de hierarquização social.

Um ponto interessante é o fato, frequentemente frisado pelas descendentes, sobre a educação promovida entre os membros da família. Os filhos e netos do conde do Pinhal, eram inicialmente educados na fazenda geralmente por tutoras alemãs:

Papai justava não sei se professoras ou simples governantes alemães, língua que ele queira que aprendessemos: pouco adiantava, pois o que elas queriam era aprender o português. Não sei se porque me lembro sempre destas frases: Se boeuf [ ] ox, lavachedikú; Fermesla! [...] (FURLAS, 2010, p.118)

Quanto aos estudos se ensinava um pouco de tudo, respingava-se em vários campos. As meninas que moravam em fazendas tinham professoras quase sempre alemãs, e mais tarde estudavam interna ou externas em colégios de freiras, geralmente franceses. (CARVALHOSA, 2005)

A educação realizada em casa por tutoras alemãs era uma tradição não apenas entre os Arruda Botelho, mas constituía uma forma normal de educação de elite, como pode ser constatado no livro de Ina Von Binzer (1994) *Meus Romanos*, sobre sua experiência como tutora alemã no Brasil no final da década de 1880. A presença de tutoras alemãs pode ser constatada ainda durante o período da primeira grande guerra:

Em 1914, a casa já estava pronta, e nós já tínhamos nos mudado para lá. Continuávamos com as tais “Frauliens”. Papai era um

“germanófilo” “enragé”. Quando em 1918 a Alemanha perdeu a guerra, a tal “fraulien” ficou no maior desespero; chorava dia e noite e não houve forças que a segurassem; quis voltar para a Alemanha, o que era natural; queria ver a família ou o que restou d’ ela! (FURLAS, 2010, p.119)

Ao entrar em idade escolar, posteriormente, as meninas eram encaminhadas para a cidade de São Paulo, a primeira geração de mulheres e as netas mais velhas do conde do Pinhal tinham tutoras alemãs e estudaram no *Colégio Nossa Senhora de Sion*<sup>53</sup>.

Quanto aos estudos se ensinava um pouco de tudo, respingava-se um pouco em vários campos. As meninas que moravam nas fazendas tinham professoras, quase sempre alemãs, e mais tarde estudavam internas ou externas em colégios de freiras, geralmente franceses. (...) Nós fomos alfabetizadas por nossa mãe, que nos ministrou também conhecimentos gerais. Quando, durante dois anos, tivemos professoras alemãs, já sabíamos as quatro operações e francês. Com a morte prematura de osso pai – que tinha horror a colégio interno – as três mais velhas fomos internas para o Colégio Nossa Senhora de Sion. (...) A partir das classes médias, o ensino era inteiramente ministrado em francês, pois as irmãs eram quase todas dessa nacionalidade. (Depoimento das netas do conde do Pinhal, Anna Carolina de Arruda Botelho; Elisa de Arruda Botelho, filhas de Antônio Carlos de Arruda Botelho, in CARVALHOSA, 2005, p. 38)

As gerações seguintes de mulheres da família Arruda Botelho foram encaminhadas para os internatos de religiosas belgas, *Des Oiseaux*<sup>54</sup>:

Tio Asdrubal casou-se com tia Beatriz, e eu quando adolescente, aluna do colégio “Des Oiseaux”, convidei a tia Beatriz para ser minha madrinha de crisma

[...]

Quando eu e Lisota tínhamos sete ou oito anos, Papai nos internou no Colégio Des Oiseaux em São Paulo, das Irmãs Belgas de Santo Augustinho. Tínhamos férias somente duas vezes ao ano; quinze dias no mês de julho e um mês em dezembro. Quando o carnaval caía durante as férias, quem não voltasse depois das mesmas não era

---

<sup>53</sup>O *Colégio Nossa Senhora do Sion* é um tradicional internato de religiosas francesas, fundado em 1901 e localizado na região nobre da São Paulo de então, o bairro de Higienópolis. A primeira turma contava com 180 matrículas de filhas das mais ilustres famílias do estado de São Paulo, entre elas encontravam-se Arruda Botelho Vicente Azevedo Quartim Barbosa, Souza Queirós e as filhas mais jovens de Rodrigues Alves. As religiosas do Colégio Sion, que tinham um colégio já instalado no Rio de Janeiro, mantinham estreita relação com as elites políticas, eclesiásticas e de cafeicultores do estado de São Paulo, que se consolidava a medida em que novas gerações eram formadas na escola. Segundo Perosa (2006) os convênios entre a Cúria e o Estado garantiam a destinação de recursos financeiros, e no caso Colégio Nossa Senhora do Sion, o então governador e futuro presidente Rodrigues Alves participou diretamente da negociação garantindo a manutenção de estabelecimentos direcionados para receber os filhos da elite. Segundo Perosa (2006) o estudo nos colégios católicos garantiam uma espécie de “certificado de moralidade” além de atestar a distinção das famílias, uma vez que formavam gerações seguidas de membros da mesma famílias

<sup>54</sup>Uma exceção merece nota: Em seu depoimento uma das netas do conde do Pinhal, Sophia Soares Brandão, filha de Sophia de Arruda Botelho Soares Brandão, afirma que sua mãe “esteve no colégio de Itu dos nove aos quinze anos, onde foi sempre a primeira da classe.” Os colégios de religiosas paulistas foram instalados a partir de 1901, antes, segundo a indicação, as filhas do conde do Pinhal frequentaram o *Colégio Nossa Senhora do Patrocínio*, fundado em 1859 pelo bispo de São Paulo e dirigida pelas *irmãs de São José de Chambéry*, o primeiro colégio religioso feminino do estado de São Paulo. Os meninos da elite estudavam no Colégio São Luís, fundado em 1865, que localizava-se nesta cidade sendo posteriormente transferido para São Paulo. (CARVALHOSA, 2005, p.51)

mais recebida no colégio. Pois o carnaval, segundo as freiras, era uma fonte de pecados! Quanta ignorância! Mas no carnaval tínhamos uma compensação: recebíamos das freiras pacotes de serpentinas; cada classe escolhia uma árvore, e nós a cobríamos com as serpentinas. A árvore que ficasse mais bonita. (FURLAS, 2010, p.115 e 122)

No Pinhal vivi muitos anos da minha mocidade, quando, terminados meus estudos o Colégio de Sion, assumi o cargo de professora de minhas duas irmãs mais moças, Helena e Antonieta, e mamãe assumiu os encargos da casa, com os seus inigualáveis dons de quituteira emérita. (depoimento da neta do Conde do Pinhal, Ana Carolina de Arruda Botelho filha de Antônio Carlos de Arruda Botelho Filho, filho do conde do Pinhal. (CARVALHOSA, 2005, p. 45)

O internado *Des Oiseaux*, segundo Perosa (2006) foi instalado na capital paulista em 1907 e era voltado para a educação das filhas das famílias de grandes proprietários rurais e urbanos, profissionais liberais e altos funcionários do setor público e privado.

A principal característica das famílias que procuravam esta escola, no período analisado, não residia simplesmente no fato de elas possuírem uma situação financeira privilegiada, capaz de arcar com as pesadas mensalidades impostas e habitar nos bairros chics da cidade. O que as singularizava, em relação ao público de outras escolas privadas da cidade, era o fato de que boa parte destas famílias estava nesta posição há pelo menos duas gerações. Ao comparar os recursos de duas gerações das famílias foi possível reconstruir empiricamente, e de maneira teoricamente sustentada, a composição desses patrimônios e dos recursos sociais responsáveis pela sua posição social. (PEROSA, 2006, p. 92)

Perosa (2006) anota, ainda, o caráter simbólico da educação na escola, que, por si só, constituía um símbolo de prestígio social.

Elas possuíam uma riqueza variada e multidimensional, que, longe de se restringir à abundância de recursos financeiros, converteu-se progressivamente em prestígio e na composição de uma rede durável de relações sociais, mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento, fundando os sentimentos de pertencimento a um grupo. (PEROSA, 2006, p. 93)

Os novos ares de urbanização e modernidade trouxeram consigo a necessidade de modernização dos comportamentos, exigindo que a mulher assumisse novos papéis sociais, como senhora da casa, companheira dos projetos políticos do marido e educação dos filhos. A nova família burguesa girava em torno do núcleo formado pelos pais, produtores da manutenção material e da ordem familiar. Como observa Manoel (1996).

A oligarquia percebeu que não era mais possível manter suas filhas no mesmo grau de ignorância e isolamento em que viviam até então. O antigo comportamento feminino, herdado dos portugueses (...) estava se

tornando incompatível com uma sociedade brasileira que se urbanizava, se abria ao contato com a cultura e o mundo moderno. (MANOEL, 1996, p. 22)

Manoel (1996) observa que não se tratava mais de dirigir a casa e os escravos. Era necessário que as mulheres aprendessem a ler, escrever, conversar e que demonstrassem estar informada sobre o que acontecia no mundo moderno. A educação almejada era, portanto, voltada para o polimento sociocultural

O Decreto de 15 de outubro de 1827 estabeleceu um currículo para a educação feminina constituído de leitura, escrita, quatro operações, gramática, moral cristã, doutrina católica e prendas domésticas. Não era prevista a profissionalização, ficando clara a concepção de uma educação voltada para a formação do caráter cristão daquela que estaria destinada a ser a senhora de um lar (Manoel, 1996).

Essa formação era muito diferente daquela almejada pelos novos homens ricos do complexo cafeeiro. Esses homens de negócios viajavam constantemente e desejavam que seus filhos tivessem uma formação mais mundana, isto é segundo os padrões da civilização moderna e que fossem capazes de integrar-se na nova sociedade em gestação.

A forma encontrada pelas famílias abastadas de cafeicultores, que desejavam uma educação segundo os moldes europeus, foi a contratação de tutoras, que iniciavam as crianças na língua e cultura francesa, na língua alemã, no estudo da música, das artes e literatura.

O apoio de governos estaduais a constituição de colégios católicos, incluindo em governos republicanos, permite a percepção de que o projeto educacional da elite era distinto do projeto de educação pública e gratuita, para uma população trabalhadora. Os colégios São Luiz e *Nossa Senhora do Patrocínio* em Itú e os Colégios *Nossa Senhora do Sion* e *Des Oiseux*, em São Paulo, criados com apoio das grandes famílias de cafeicultores para que pudessem colocar suas filhas e filhos em instituições de formação de elite, comprovam isso.

Outros aspectos de uma visão de mundo própria aos Arruda Botelho podem ser constatados nos relatos dos descendentes da família.

Em 2006 uma bisneta do conde do Pinhal, Helena Carvalhosa, publica um livro denominado, *Fazenda Pinhal – Caderno de receitas e histórias de família*.

O livro apresenta depoimentos e descrições da família em um clima romântico e saudosista: “A casa traduz um silêncio de vidas passadas, aliado a paisagem exuberante, jardins floridos, perfumes, retratos, pinturas, móveis requintados. Tudo encanta e significa” (CARVLHOSA, 2006, p.13).

Carvalhosa, coletou as receitas em um caderno, onde amigos e parentes deixaram escritas a mão suas receitas preferidas. “Este livro, com receitas ótimas, feitas e refeitas na Fazenda Pinhal, é uma doação dos amigos da casa”(CARVALHOSA, 2006, p. 13).

O livro mescla belas fotos antigas, com fotos recentes que simulam a mesa e os quitutes de outrora. Em algumas das margens aparecem frases das receitas, escritas a mão, de fontes diferentes. Algumas fotos impressionam, uma delas provavelmente da matriarca cercada por todos os Botelho, cerca de vinte e cinco adultos e vinte cinco crianças, compõem um quadro de uma família com pelo menos três gerações.<sup>55</sup>

O Pinhal era um oásis. Nos meses de calor e fumaça era só transpor o caramanchão de maracujá e já se sentia a fragrância das flores de laranjeiras, jasmim e manacá. Assim como a frescura do ar devido aos repuxos, reguinhos e bicas d'água. (Elisa de Arruda Botelho in CARVALHOSA, 2006, p.280)

O livro pretende introduzir o leitor no clima onírico de um passado glorioso, produzindo um efeito atemporal. As descrições do forno a lenha, dos aromas da cozinha, das atividades da cozinha e do papel da senhora da fazenda fiscalizando os trabalhos, confirmam isso.

Um depoimento é realmente impressionante pela sinceridade com que descreve o clima e visão de mundo do período áureo dos Arruda Botelho. Antonieta de Arruda Botelho Villar, neta do conde do Pinhal, filha de Antônio Carlos Arruda Botelho.

Antonieta descreve assim a formação do pai:

Quando chegou o momento de escolher uma profissão, meu pai optou por engenharia ou medicina. Viu-se frustrado nessas escolhas, pois as únicas faculdades existentes com esses cursos situavam-se no Rio de Janeiro e Salvador, onde grassavam doenças como a mortífera febre amarela. Tendo meu avô sugerido advocacia, e diante da recusa de meu pai, foi ele designado para tomar conta do Pinhal. Ao ser empossado no cargo, instalaram-no numa dependência da casa-grande, hoje a administração, com uma boa mucama para o seu serviço. (CARVALHOSA, 2006, p. 31)

A relação com os escravos é detalhada por Antonieta, num misto de reconhecimento, carinho, piedade e indulgência. A forma como descreve o tratamento dado aos escravos nos dá uma ideia da forma como eram vistos na época:

---

<sup>55</sup> Infelizmente a foto que ocupa as páginas 24 e 25, não possui nenhuma referência, data ou descrição de quem está ali representado, ano em que foi tirada e onde teria sido.

Tive uma ama de leite, uma bondosa preta, Roberta, filha de uma escrava que coubera por dote a vovó e que me criou até os dois anos. Não podemos falar das fazendas antigas sem mencionar os escravos e evocar com ternura essas criaturas boas e humildes que ajudaram a formá-las. (CARVALHOSA, 2006, p. 30)

A importância dada ao escravo como capital, que como tal deveria ser preservado para possibilitar a lucratividade:

Meu avô era homem inteligente, humano e também de visão, como prova o fato de não ter sido tomado de surpresa pela abolição; quando ela ocorreu, já havia colonos no Pinhal. Sendo o escravo um capital valioso, como tal era tratado e zelado. Não se encontrou em nenhuma das três fazendas vestígios de castigos físicos, como o tronco ou outros. (CARVALHOSA, 2006, p. 32)

Antonieta observa que, após a alforria, muitos escravos voltaram a servir os antigos donos. Não esclarece a forma como eram contratados ou pagos. Aparentemente a situação permanecia como era antes da escravidão. Em um episódio onde uma ex-escrava a serviço da condessa do Pinhal, quebra o nariz de outro empregado, é ela cassada e remetida para outra fazenda, em um tratamento que lembra a forma como se tratavam os escravos. Mais impressionante é, sobretudo, a descrição que Antonieta faz da ex-escrava Maria Quitéria, conhecida como Maria Preta.

Durante muito tempo vovó ficou sozinha naquele casarão, apenas com o fiel preto Felício e Maria Preta. Essa era negra de oito<sup>56</sup> do Palmital e, com a liberdade, realizou seu sonho, o de ser “mucama de sinhá”. Nos seus lábios, a expressão “meus brancos”, com que se referia aos patrões, era pronunciada com mais unção e amor do que o próprio nome de Jesus Cristo. O quanto tinha de feia, e pela sua aparência física, quase chegava a afirmar a teoria de Darwin, mas não admitia caçoada a seu respeito, chegando ao ponto de um dia, com o rodinho de torrar café – uma de suas obrigações- ter quebrado o nariz do copeiro que se tinha metido a engraçado com ela. (CARVALHOSA, 2006, p. 32)

O episódio, que pode ser interpretado tanto como preconceito racial quanto de gênero, rendeu a cassada de Maria Quitéria e seu envio para a fazenda Santo Antônio. Ao tratar de sua morte, Antonieta afirma: “Num 13 de maio nos deixou suavemente, indo reunir no céu aos “meus brancos” e onde deve estar à nossa espera” (CARVALHOSA, 2006, p. 33).

A forma como descreve fisicamente a ex-escrava, não deixa de denotar o abismo que separava os brancos dos negros. Ainda que indulgente, o relato de Antonieta revela uma submissão da ex-escrava que parece afirmar que, mesmo com a sua libertação, o ex-escravo sabia qual era o seu lugar.

---

<sup>56</sup>Os escravos que eram denominados negros de oito eram aqueles que trabalhavam na terra, plantando e colhendo.

Antonieta ao descrever as conquistas do avô, não deixa de compará-lo aos bandeirantes, inserindo-o na tradição identifica o heroísmo dos fazendeiros do café de São Paulo ao passado bandeirante paulista.

Meu avô teve diversas fazendas, sendo que três delas, Pinhal, Santo Antônio e Palmital, muito antes de 1888. As duas últimas eram sertão bruto que ele, como bandeirante, teve que conquistar, derrubando matas, cavando e plantando para transformá-las em lavouras prósperas. (Antonieta de Arruda Botelho, neta do conde do pinhal in CARVALHOSA, 2006, p. 31)

A série de relatos, de livros e pesquisas em torno dos Arruda Botelho vem recorrentemente reproduzindo e propagando a tradição de uma família cuja trajetória excepcional denotaria uma dignidade merecedora de admiração. Essa tradição, perpetuada até os dias de hoje, permite que persista uma espécie de culto à família Arruda Botelho.

### **1.12 Considerações sobre a elite política de São Carlos no início do século XX**

O objetivo desse capítulo foi apresentar algumas considerações importantes a respeito da concepção tradicional que descreve a criação da escola normal de São Carlos como o resultado do esforço da elite local para introduzir uma escola para as filhas dos fazendeiros. Essa concepção, ao mesmo tempo em que identifica a escola normal como uma escola vinculada aos interesses oligárquicos, descreve sua constituição a partir do que foi convencionado como uma espécie de catecismo republicano.

Procuramos, então, apresentar algumas observações sobre a constituição dessa oligarquia são-carlense para que se pudesse identificar qual a sua posição no complexo jogo político que caracterizou o fim do império e o início do período republicano, de forma a identificar o discurso e a identidade construída por essa oligarquia. Um dos primeiros pontos que foi possível estabelecer refere-se a própria concepção de oligarquia, conceito multifacetado, e que pode assumir uma constituição distinta em cada situação.

No caso estudado, a descrição das condições de constituição da oligarquia de São Carlos não permitiu que se adotasse uma descrição mais geral dessa categoria, uma vez que os seus interesses frequentemente não coincidiam com as demais oligarquias nacionais. A própria designação de fazendeiros e cafeicultores paulistas foi problematizada, uma vez que foram desenhados diferentes grupos de cafeicultores, que podiam ser desde cafeicultores dedicados exclusivamente à cultura do café e também grandes cafeicultores ligados ao complexo cafeeiro voltados para a acumulação de capital por meio não só da agricultura, mas também do comércio, bancos, exportação, setores

cafeeiros ligados ao capital internacional chegando-se até à representantes de uma concepção que pretendia estabelecer e fortalecer as estruturas republicanas por meio de um Estado que não poderia se constituir a reboque das questões cafeeiras.

Não se pode, portanto, simplesmente afirmar que a escola republicana tinha sua concepção determinada pelos fazendeiros do café ou pelas oligarquias. A complexidade da política e economia do período exigiria, assim, uma abordagem que permitisse que se estabelecesse alguns elementos mais particularizados e próprios a sua situação. No caso de São Carlos, era necessário estabelecer o papel que os fazendeiros locais assumiram no intrincado tabuleiro político nacional.

O papel desses fazendeiros, entretanto, não poderia ser determinado, simplesmente por meio de fontes que descrevessem suas ações. A documentação consultada mostrou a existência de discursos cuidadosamente elaborados com o intuito de estabelecer diferentes tradições.

Em São Carlos, toda a documentação remete à uma tradição segundo a qual a família Arruda Botelho seria a fundadora, responsável pela riqueza e crescimento da cidade e sua protetora. A constante citação do conde do Pinhal como fundador da cidade de São Carlos, a imputação da criação da escola normal e de outros elementos importantes na própria constituição da cidade construíram uma identidade segundo a qual os Arruda Botelho e São Carlos fossem fruto de um mesmo movimento histórico.

A força dessa tradição é tal, que mesmo o nome de São Carlos, foi atribuído ao fato de ser Carlos ser um nome comum a essa família. Em torno dessa família foi criada toda uma relação simbólica que mistifica, remodela e reescreve cada um de seus passos como monumentos à cidade.

A figura central dessa mística seria o conde do Pinhal, descrito sempre como um nobre, amigo de D. Pedro II, que lhe atribuiu o título nobiliárquico, conservador e fazendeiro tradicional. O conde do Pinhal era, entretanto, um dinâmico homem de negócios, banqueiro e intermediário financeiro das transações cafeeiras. Embora defendesse concepções monárquicas e centralizadoras, como o poder moderador, não era um fazendeiro tradicional, como muitas vezes parece se fazer crer. Por outro lado, o conde do Pinhal não era o maior fazendeiro de São Carlos, como vem sendo propalado há cem anos.

Alfredo Ellis teria sido um magnata do café, proprietário da maior e mais importante fazenda de café do país. Descrito internacionalmente como um magnata do café, era um republicano da primeira hora, abolucionista, liberal e adepto do liberalismo norte-americano. É interessante observar que, as atividades econômicas desses dois homens não eram muito distintas. Ambos eram grandes fazendeiros e construíram sua fortuna a partir do café e do capital cafeeiro. O que tornou suas trajetórias tão díspares foram às diferentes tradições criadas como narrativa de suas vidas. Ellis,

liberal, abolicionista, republicano, magnata moderno, político agressivo, um verdadeiro *self made man*. O conde do Pinhal um nobre romântico, monarquista e escravocrata.

Não se pode afirmar categoricamente, pela documentação consultada, que o conde tenha sido um defensor da escravidão. O que é frequentemente citada é a sua astúcia em perceber que a escravidão estava com os dias contados e por isso contribuiu para a vinda de imigrantes às suas fazendas. Por outro lado, são constantes as descrições saudosistas de bucólicos momentos da vida na fazenda Pinhal no período da escravidão. Na simbologia da nobreza oligárquica está a condição de senhor de escravos, denotada pelas descrições dos grandes momentos do conde, condessa e descendentes na emblemática fazenda do Pinhal.

Preservados, na fazenda, encontram-se até hoje toda documentação e manifestos de compra e venda de escravos, determinando, assim, sua identidade como casa-grande.

Ellis, por sua vez, não era identificado à terra e às fazendas como o conde do Pinhal. Seus negócios eram variados e as fazendas eram adquiridas e vendidas de acordo com sua situação pessoal. Seus descendentes preservaram principalmente sua condição de homem político e senador defensor da república.

Assim, concluímos, preliminarmente, que a família Arruda Botelho pode ser considerada como uma elite local, constituída segundo uma tradição específica. É interessante que se observe que já na década de 1910 os cafeeiros de São Carlos tinham entrado em decadência. A produção local, a exceção da fazenda Santa Eudóxia, nunca fora tão expressiva como em outras regiões do estado e neste momento entrava em franco declínio. Sem a riqueza produzida pelo café sobrava a preservação da tradição de um passado que deveria ser preservado por meio da reprodução constante de uma nobreza sempre reluzente e renovada.

No próximo capítulo procuraremos identificar as relações entre esta tradição criada e a criação e educação promovida pela escola normal de São Carlos.

## **Capítulo II**

### **A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO BANDEIRANTE: MODERNIDADE E PROGRESSO EM SÃO PAULO**

#### **2.1 A Belle Époque caipira**

Aquilo que se denominou de a Belle Époque caipira foi um fenômeno constituído especialmente pela ação de uma elite desejosa de se modernizar, fazendo a apropriação do espaço público para fins privados. O uso do termo caipira associado a ideia de belle époque francesa não deixa de ser uma ironia em relação à modernização à francesa levada a diante pelas oligarquias paulistas. Os paulistas eram considerados caipiras e atrasados pela antiga elite da corte.

A principal marca da *Belle Époque caipira* foram os novos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Por toda parte via-se a modernização urbana copiada das concepções do prefeito de Paris, de Napoleão III, Georges Eugène Haussmann que teria dado uma nova dimensão e embelezamento à cidade francesa.

Um processo de urbanização tomou conta das cidades enriquecidas com o capital cafeeiro, que adotaram projetos urbanos baseados nas reformas da capital francesa no século XIX. Além disso, esse processo consistia em um processo de higienização do espaço público, que deveria ser amplo, limpo, claro, com grandes alamedas, praças.

Para isso, demolia-se a antiga cidade doente e de traçado arcaico introduzindo-se um disciplinamento do espaço público. Esse processo de modernização, entretanto, obedeceu às condições próprias de cada cidade, que em alguns casos, como em São Carlos, trataram o processo de modernização e urbanização como um projeto de reafirmar o poder da elite local, fazendo do espaço urbano um monumento público do prestígio sociocultural da família Arruda Botelho.

A modernização foi acompanhada de um polimento dos hábitos e costumes, fazendo da civilidade um dos mais importantes elementos que caracterizariam o homem civilizado. A modernização seguia, assim, os princípios de um processo civilizatório, no sentido descrito por Norbert Elias.(2008). Em particular, a adoção de Códigos de Posturas demonstrava o empenho das elites em disciplinar os costumes e interferir na constituição de modos considerados mais higiênicos e civilizados, garantindo a saúde do tecido social.

A urbanização constituía, também uma intervenção que impunha uma geometria ao caos da natureza, metamorfoseando a cidade antiga na nova. A sociedade cafeeira apresentava-se, assim, como uma forma de auto dinamização cultural e política.

A modernização do espaço público constituía um processo de demonstração da capacidade de renovação e modernização das elites, que representava a si mesma e aos outros como agente da ordem e embelezamento. Esse ordenamento, a um só tempo estético e ético, introduzia, nos moldes do iluminismo uma racionalização, uma harmonia proporcionada pelo equilíbrio das formas, uma ampliação dos limites tornando as ruas mais visíveis e claras. A introdução da iluminação noturna consistia em um importante aspecto desse movimento de modernização, ao mesmo tempo em que os

grandes prédios públicos, davam uma dimensão ampliada do poder público da elite local. A urbanização promovida pela elite não trazia apenas o progresso material, o calçamento das ruas, a água e esgoto encanados, pretendia testemunhar um poder atemporal para além das palavras, situado no campo de uma emoção e beleza cuidadosamente produzida para propagar uma imagem de poder.

Emblemas de grandeza, a presença dos monumentos públicos testemunhava, de forma grandiloquente, o poder local, colocando em circulação gostos, gestos e uma polidez que distinguia a elite do vulgo. ( PEREIRA, 2002)

A elite urbana produziu um redimensionamento dos espaços públicos, uma estética que era em si, também uma ética. Os novos lugares, os novos modos de vida redefiniam os sentidos, remodelaram a própria percepção de espaços público e privado. Negação da antiga forma de viver colonial, não havia mais Casas Grandes e Senzalas. O espaço despótico era agora reinscrito em uma lógica onde a moradia era o espaço privado, não mais a continuação da rua, cuja função é agora o trânsito rápido e a circulação propensa a fluxos de saber e poder.

As novas elites, ao colocar abaixo as antigas edificações do período colonial e imperial pretendiam deixar clara a mensagem de sua diferença. Ao instaurar uma nova perspectiva do espaço, pretendia anunciar a chegada de uma nova civilização que se substituiria a barbárie colonial da qual ela era o principal artífice.

O resultado foi um “aburguesamento” da paisagem em uma tentativa de civilizar a herança escravista. Arquitetura, engenharia e higienismo renovavam a percepção de que as classes pobres deveriam ser controladas e deixadas distantes dos espaços de beleza e lazer urbanos. (PEREIRA, 2002)

As elites cafeeiras paulistas eram constituídas de negociantes e intelectuais que viajavam com frequência para a Europa e Estados Unidos, falavam várias línguas e muitos de seus membros haviam estudado em universidades estrangeiras. Sua formação, diferentemente das elites colonial e imperial, era burguesa e estavam acostumados à vida de riquezas propiciadas pela fortuna de que dispunham. Conheciam, assim, os movimentos artísticos, as produções técnicas e científicas em voga e pretendiam conduzir suas cidades ao mesmo padrão de vida que tinham conhecido em suas viagens.

Um dos elementos que contribuía para a concepção de modernidade e progresso científico era as exposições internacionais, verdadeiras corridas tecnológicas e culturais, onde cada país expunha o que tinha de mais inovador em termos de ciências.

*Exposições mundiais internacionais* foi o nome genérico atribuído a diversas exposições públicas organizadas por diferentes países para apresentar as novas maravilhas do mundo industrializado. Cada país pretendia tornar esse evento mais espetacular e reuniam os maiores expoentes da tecnologia industrial, comércio, ciências, engenharia, artes, arquitetura, designer, e

muitas vezes, paralelamente, ocorriam palestras e congressos que reuniam os maiores pensadores da época.

A primeira dessas exposições foi realizada em Londres, por iniciativa do príncipe Albert, esposo da rainha Victória, em 1851. Para sua realização foi criado o Palácio de Cristal, uma monumental estrutura em ferro e vidro, no Hyde Park, centro de Londres. O evento denominado *Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations -Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações*. Essa exposição possibilitou que pela primeira vez na história do mundo, os homens que encontravam-se à frente do desenvolvimento das artes industriais, ciências, Comércio e mercado internacional, tiveram incentivos governamentais para debater os caminhos das técnicas e ciências nas nações civilizadas.

O sucesso do evento levou a realização de exposições congêneres em todo o mundo, tornando esses eventos verdadeiros fóruns de discussões sobre os destinos da modernidade. Em 1876 ocorreu em Filadélfia, Pennsylvania a primeira Exposição Universal nos Estados Unidos, em comemoração ao centenário da assinatura da declaração de independência, na Filadélfia em 1776.

Em Paris se realizaram exposições semelhantes em 1855, 1867, 1878 , mas foi a realização da *A Exposição Universal de Paris de 1889*, comemorativa de cem anos da Revolução Francesa, que marcou definitivamente estes eventos como demonstração do progresso civilizatório de seus organizadores. Para esta exposição foi criada a Torre Eiffel, uma das maiores e mais conhecidas estruturas de ferro de todos os tempos, demonstrando o avanço das técnicas e engenharia francesa. Como marco civilizatório o evento incluía o Palácio das Belas Artes e o Palácio das Artes Liberais, casas chinesas, templos maias, pavilhões indianos, mesquitas e pavilhões coloniais, em uma demonstração sem igual da superioridade tecnológica ocidental frente ao exótico mundo colonial.

Até a Primeira Grande Guerra, foram realizadas 26 exposições mundiais, tendo sido as mais espetaculares, além de Londres (1851), Paris (1889), Um importante aspecto dessas exposições foi a constituição de um imaginário científico e tecnológico universal além da propagação de um modo de vida e uma visão de mundo própria às elites.

Como epicentros da modernidade, ali se expunham o que se teria produzido no estágio mais avançado da civilização ocidental. O convívio internacional levou os ricos homens de negócio do café a propagação de um ideário modernista que permitiria que construíssem para si uma identidade progressista e os aproximasse dos magnatas internacionais e das grandes nações desenvolvidas do mundo.

## **2.2 A invenção da tradição bandeirante**

No final do século XIX e início do século XX as elites paulistas empenharam-se na tarefa de construir uma identidade própria, que se traduziu em um sistema de representações simbólicas

destinadas a consagrar a tradição regional. Os aspectos institucionais, sociais e ideológicos subjacentes à criação de uma simbologia paulista, constituíram um suporte para a ascensão política de São Paulo na federação.

À medida que São Paulo assumia papel de maior importância na vida política nacional, intelectuais e outros agentes culturais se envolveram na tarefa de conferir a São Paulo o devido lugar no cenário nacional, que correspondesse a sua proeminência não apenas econômica e política, mas também cultural, científica.

Segundo Ferreira (2002) essa projeção deveria constituir-se de forma a suplantando e ofuscar o brilho da antiga corte, Rio de Janeiro, agora capital da República, considerada retrógrada e conservadora e fonte de movimentos anti-republicanos, que, entretanto, ainda mantinha-se como a referência nacional do ponto de vista artístico e cultural no cenário nacional.

Intelectuais, políticos, empresários e, negociantes, adeptos de um projeto de modernização das estruturas políticas e culturais viam na permanência da primazia da antiga corte um obstáculo para a ascensão de São Paulo como estado que ditaria os destinos nacionais. São Paulo seria, nos discursos paulistas, a locomotiva da nação, e deveria ocupar culturalmente o papel de modernizadora da nação. Entretanto, era ainda considerado pela antiga elite da corte local de homens rudes.

No Rio de Janeiro os paulistas eram geralmente chamados de sertanejos ou caboclos. Algumas vezes continuavam lhes ser atribuídas conotações negativas que, numa época mais afastada, os jesuítas imputaram aos bandeirantes, homens rudes, violentos e ignorantes.[...] Nem mesmo nas velhas tradições e feitos históricos, aceitos como integrantes da obra de edificação nacional, havia um lugar especial a ela reservado. Nos compêndios de história pátria, São Paulo aparecia apenas como um ponto de passagem, pouco mais que uma boca de sertão em contraste com o Rio de Janeiro, ao qual era dado o papel decisivo na vida nacional, e com a Bahia considerada o berço da cultura brasileira. Os heróis paulistas ainda não figuravam nas narrativas históricas nacionalistas: eles viriam num futuro próximo, como resultado de uma construção textual que apenas começara. (FERREIRA, 2002, p.34)

Segundo Riscal (2003), a análise das questões relativas a cultura regional ou nacional têm tradicionalmente se referido a este tipo de representações como ideologias ou falseamento da realidade. Para a autora, diversos historiadores afirmam que determinadas concepções da história são construídas para garantir a um grupo a legitimação do poder e as necessidades impostas pelo presente levariam a um proposital falseamento do passado.

Esta seria a perspectiva de Marc FERRO em "As Falsificações da História" (FERRO, 1981, p.60) que constituiriam, desta forma, uma invenção de tradição e estariam como observa Ferreira,

"inscritas no campo de mitos e falseamento do real" se opoem à história em seu sentido verdadeiro. (FERREIRA, 1999, 91) Ferreira, em crítica à concepção de invenção de tradição como falsa consciência, tal como podem ser encontradas em Marc Ferro (1999) e Hobsbawn (1977), refere-se especificamente à abordagem segundo a qual a tradição inventada constituiria uma história recriada para servir a propósitos funcionais.

De fato, para Hobsbawn (1977, p.08), "o objetivo e a característica das tradições, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas". E neste sentido, "qualquer inovação ou mudança" deve receber a "sanção do precedente". (HOBSBAWN, 1997, 09) Ainda segundo Hobsbawn, por "tradição inventada, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado." (HOBSBAWN, 1977, 09).

Assim, para Hobsbawn a tradição diferencia-se do costume, que é mais flexível e constitui um compromisso com o passado. Já a tradição precisamente pelo seu caráter ideológico é conservadora e avessa à mudança. "Costume é o que fazem os juízes (referindo ao comprometimento do direito anglo-saxônico com 'os direitos comuns' ou 'consuetudinário'); tradição (no caso tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado". (HOBSBAWN, 1997,10)

Hobsbawn (1997), aponta como particularmente interessante o desenvolvimento de um conjunto de rituais para despertar o sentimento patriótico em datas, que são marcadas por cerimônias com um conjunto de símbolos desenvolvidos para estas ocasiões como pavilhões, mastros, bandeiras, templos para oferendas, procissões, toque de sinetas, painéis, salvas de tiro de canhões, envio de delegações do governo aos festivais, jantares, brindes e discursos.

Inevitável a comparação com a criação dos rituais patrióticos escolares e do papel exercido pelas autoridades locais no seu próprio processo de enobrecimento, cultuando-se as famílias e vinculando seus nomes a fundação da cidade e de suas mais reputadas instituições

O caráter ideológico das tradições inventadas, para Hobsbawn (1997), pode ter a função de estabelecer ou simbolizar a coesão social ou a admissão de um grupo ou comunidades reais ou artificiais, ou ainda estabelecer ou legitimar instituições, status ou relações de autoridade e existem ainda aquelas cujo propósito principal é a socialização, inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento. Em resumo, para Hobsbawn, "a tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão social." (HOBSBAWN, 1997, 21) Finalmente, Hobsbawn afirma que todos historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem,

conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político".

Em particular, em relação à invenção histórica da "nação" e seus fenômenos associados como nacionalismo, Estado Nacional, símbolos nacionais e interpretações históricas, Hobsbawm indica que se tratam "de elementos que baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores"(HOBSBAWN, 1997, 21)

A abordagem de Hobsbawm (1997) apresenta alguns aspectos que permitiram determinar a condição de uma invenção de tradição à concepção frequentemente veiculada segundo a qual a escola normal teria formado a elite local. Mas esta concepção impõe uma nova pergunta. Qual seria o fato novo que teria sido obscurecido ou falseado? Ou, não teria existido um falseamento no sentido de uma proposital substituição de significados, mas sim a instituição de práticas que derivavam do próprio sentido que a elite atribuía a si mesma e que, portanto não poderia ser admitido de forma diferente. Não se tratava, portanto de inventar uma tradição, mas conceber a escola como um dos elementos componentes da invenção dessa tradição.

Segundo Riscal (2003), em oposição a estas abordagens encontramos o trabalho de Bann (1994), para quem é crucial a distinção que se desenvolve no século XIX entre historiadores "profissionais" e "amadores". Bann (1994) pergunta "como certas formações de discurso, que podem ou não focalizar uma cena concreta, desempenham um papel privilegiado na mediação de nossa percepção do passado?" e ainda "Quais traços particulares, poderiam ser descritos como mistificatórios e em que distorcem ou enfraquecem a resposta histórica?". Nesta perspectiva aponta para as dificuldades subjacentes à própria determinação do caráter das fontes e do papel dos historiadores como intérpretes.

A invenção da tradição, segundo Bann (1994), não seria um falseamento, mas a expressão de um imaginário coletivo, ele mesmo histórico. Para o autor, em contraposição a concepção de tradição falseada de Hobsbawm (1997), concebe a invenção não como artifício funcional, para o benefício de uma classe, mas como discurso social fundado em uma representação coletiva.

Para Bann (1994), a história é socialmente construída. Neste sentido é uma invenção, no sentido em que constitui uma narrativa que conjuga os diferentes recursos discursivos disponíveis, criando um idioma histórico comum, baseado no imaginário coletivo que permite que se reconheça, nas representações criadas, um passado verídico. Bann (1994) observa que a história é invenção porque os procedimentos historiográficos constituem uma seleção e exclusão de dados, produzindo lacunas de acordo com os objetivos dos historiadores, produzindo, assim uma representação orientada do passado.

A tradição é uma forma de representação que se vale da imaginação histórica, aceita socialmente produzindo uma memória coletiva.

Quando se toma as imagens construídas nos discursos e relatos, pode-se depreender que as elites regionais incorporaram uma estratégia de enobrecimento, valendo-se de uma tradição aristocrática, nascida ainda no período imperial, quando o café torna-se gradualmente a principal fonte de riqueza nacional e do posterior discurso republicano, cívico e positivista que no início da república atribuiu à educação, um papel central civilizador e construtor do progresso. Aliando à tradição de um antigo poder econômico um imaginário de verniz cultural, essas elites teceram uma rede de significações que ao longo do tempo hierarquizaram, constituíram e organizaram as relações sociais no espaço urbano da cidade.

Boa parte do material aqui analisado, apresenta uma linguagem grandiloquente, voltada para o cultivo de uma tradição e de uma memória que legitimaria a condição de elite. A exaltação das famílias tradicionais, a origem de sua riqueza em um passado heróico, uma elaborada apresentação do papel das instituições constituídas pela elite, entre elas a escola normal, legitimavam uma concepção de superioridade não apenas econômica, mas cultural dos setores em questão incluindo-os em um campo maior; aquele dos grandes defensores republicanos autores do progresso nacional.

Quando nos referimos à construção de uma tradição não pretendemos aludir a um falseamento da realidade, no sentido de uma ideologia que distorceria a realidade. A tradição à qual aludimos aqui, refere-se a uma constelação de práticas sociais que afirma uma visão de mundo, sobre si mesmo, sobre sua identidade social e que interioriza uma concepção de ação coletiva.

Esta digressão sobre a construção das tradições permite que situemos o problema que aqui focamos em termos de uma apreensão de um discurso social, não apenas como uma ficção, mas como imaginário capaz de se constituir com um fato social gerador de práticas.

Tendo em vista as dificuldades apontadas, tornou-se necessário submeter à interpretação das fontes a um exame mais aprofundado. A tradição utilizada neste trabalho, confere dignidade à elite local através de sua vinculação a uma tradição de caráter empreendedor, progressista e de propagadora da cultura. Estes atributos permitiam à elite local se representar como constituinte legítima da raça paulista.

Como poderemos observar ao longo deste estudo, a ideia de uma raça paulista, fundada em uma tradição bandeirante, foi um elemento agregador que permitiu uma identidade às elites locais vinculando-as a um passado heróico e brilhante.

As histórias das cidades paulistas, foram escritas no momento em que os intelectuais dessas cidades buscavam estabelecer uma identidade paulista. Não existia, ainda, uma profissionalização dos historiadores e esta era uma área aberta a todos que acreditassem se encontrar em condições de apresentar narrativas históricas. Era comum no final do século XIX que historiadores amadores, jornalistas e professores de importantes instituições escolares se dedicassem a escrita.

As narrativas tinham caráter híbrido mesclando diferentes gêneros como memórias pessoais, crônicas históricas, anedotas locais, jornalismo retrospectivo, geralmente apresentadas por meio de um discurso erudito, seguindo modelos desenvolvidos pelos clubes literários, academias de letras ou instituições históricas. Pode-se encontrar nestes discursos uma exaltação ao progresso e modernização local e uma ritualização do passado que aproxima os escritos das tradições locais.

Ao mesmo tempo, pode-se identificar uma tentativa de tornar a narrativa científica, baseando-se nos modelos dos museus e institutos históricos geográficos que pretendiam estabelecer os critérios para a produção de uma história científica, com base em fontes e documentos. Entre os historiadores amadores as fontes assumem um papel de coleção de documentos e artefatos que passam a povoar os museus locais e os clubes e associações literárias. A escolha dos documentos e fontes, que são apresentados como prova das narrativas, obedecem a um critério afetivo em relação ao passado, na medida em que são organizados e dispostos de forma a referendar o imaginário coletivo. Acima de tudo, as genealogias familiares e a determinação linear de ancestralidades, confirmam os esquemas imaginários consagrados, que passam a ser apresentados como fatos legítimos e passíveis de comprovação.

Boa parte das cidades paulistas, constituídas a partir da expansão do café apresentam uma mitologia local, onde os membros mais antigos das principais famílias de fazendeiros locais são apresentadas como heróis fundadores, em uma prática social que estabelece e confirma as relações de poder. Entre as décadas de 1880 e 1920 os homens de negócio paulista vêm a si próprios como artífices de transformação das cidades ligadas ao café em metrópole moderna. A cidade de São Paulo, em particular, torna-se a “Meca” da modernidade, tornando-se o pólo de atividades culturais que, mesclada com a marcante presença cultural dos imigrantes, passa a ser representada como fervilhante centro cosmopolita. Era ressaltada a oposição entre o mundo urbano e o rural, entre a modernidade civilizada e a cultura caipira e atrasada própria à antiga elite agrícola.

Esse novo estilo de vida moderno e cosmopolita permitiu, com que as elites intelectuais paulistanas representassem a si mesmas como centro produtor da modernidade nacional. As construções discursivas dos homens letrados do período, enfatizavam a oposição entre a decadência da antiga cultura da corte e a modernidade paulista. O ponto máximo desse discurso modernizador foi a Semana de arte moderna, em 1922, que inaugurava a ideia de uma paulicéia desvairada onde o verde amarelo passa a assumir colorações paulistas.

Inspirados nas concepções de progresso social positivista, no darwinismo, na ciência moderna e na educação, os intelectuais viam nos agentes republicanos paulistas os artífices de um projeto de modernização nacional que eliminaria as mazelas do atraso nacional. Em São Paulo, obras de embelezamento da cidade, a proliferação de monumentos que identificavam o progresso da nação com

a inclinação paulista para o progresso, a criação de instituições de pesquisa científica como o Instituto Biológico, Instituto do Café, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Museu Paulista, o Instituto Bacteriológico de São Paulo, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, da Escola Politécnica e da Universidade de São Paulo, representavam um esforço para a implementação de obras que ligariam São Paulo ao seu destino de guia modernizador da nação. Obras de modernização como “saneamento básico ou qualquer outra área que envolvesse a ciência e a tecnologia eram elogiadas euforicamente por toda a imprensa paulista”. (SEVCENKO, 1998, p.35)

A ciência era o elemento central do discurso de modernização que determinava também o sentido da atuação política e social governamental. Como observa Sevcenko, “as decisões com maiores consequências sobre a vida das pessoas passavam ao controle de uma nova burocracia científico-tecnológica” (SEVCENKO, 1998). O discurso modernizador paulista apresentava a política como um instrumento de modernização das estruturas sociais, que deveriam passar por um processo de institucionalização e burocratização.

Um dos principais instrumentos de construção da tradição bandeirante de São Paulo teria sido a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Nos artigos publicados na IHGSP foi construída e perpetuada a imagem do bandeirante desbravador e do jesuíta civilizador do gentio que teriam caracterizado a cultura paulista. A construção de um discurso fundador, pela revista, correspondia ao próprio discurso em voga que correspondia a imagem que a intelectualidade paulista fazia de si, como descendente de uma raça de homens desbravadores e civilistas.

Os discursos fundadores funcionam como referência básica no imaginário coletivo e a partir deles que constituem as diferentes percepções e sentimentos que permitem a localização e identificação em uma linha cronológica de fatos que atribuem inteligibilidade e sentido aos eventos cotidianos. São, por esse motivo, organizadores da memória coletiva, fundamentando o imaginário social.

Halbwachs considera a memória como uma construção social constituída por meio da articulação de diferentes discursos que por meio de imagens e ideias contemporâneas reconstituem o passado atribuindo-lhes uma lógica.

A preservação da memória é a conservação no presente de um passado por meio de um sistema de representações que no presente se articula com os hábitos, modos de pensar e agir e relações sociais próprios ao mundo vivido. Assim é o presente que rearticula constantemente o passado, regulando as percepções imediatas por meio juízos de realidade de valor reconhecido pela memória.

A memória coletiva não tem, por isso, sentido totalizante e representa o imaginário preservado na memória coletiva de um grupo limitado no espaço e no tempo, que são desligados da totalidade porque reconhecem a si próprios como agentes específicos de uma realidade única.

Na RIGSP a intelectualidade paulista construiu uma revisão da história brasileira pela ótica paulista. Um dos principais meios dessa reconstrução foi o Museu Paulista. Criado em 1893, o museu ocupava o antigo palácio Bezzi, construído na colina do Ipiranga, próximo ao local onde D. Pedro I teria proclamado a independência do Brasil. No final do século XIX o Museu passou a constituir um importante elemento da construção da tradição paulista, como depositário do legado paulista, que referendava por meio de seus artefatos a narrativa paulista da história brasileira. A partir de 1917 seu diretor foi Afonso d'Escagnolle Taunay, um dos principais historiadores da RIHGSP e autor de uma célebre história dos bandeirantes paulistas que reconstituía o papel desbravador destes homens na historiografia nacional.

Taunay criou uma sala especificamente voltada para a exposição de documentos, antigas cartas cartográficas e reproduções pictográficas da história paulista. No ano de 1922 o museu foi reformado e reaberto para a comemoração do centenário da independência e tornou-se o centro propagador da simbologia de São Paulo como fundador da pátria.

Sevcenko (1990) observou que o fato da independência ter sido proclamada em São Paulo era, para a intelectualidade paulista um elemento de confirmação da primazia histórica paulista.

(...) do fato de a Independência ter sido proclamada em território paulista, uma espécie de revelação, um fato representativo do sentido fundamental que São Paulo teria no contexto da Federação, como sendo aquele Estado que, desde o início de sua história continha já todas as forças reunidas para conquistar o conjunto do país. (SEVCENKO, 1990. P. 23)

O bandeirante tornou-se um operador simbólico que conferiu significados e sentidos por meio de uma reestruturação do presente. Ellis Junior, Alcântara Machado, Afonso Taunay e Basílio de Magalhães pertenciam à elite paulista, intelectuais, professores e pesquisadores universitários, conferiram aprovação científica ao mito bandeirante firmando a vocação paulista para o governo do país.

Segundo a mitologia paulista, desde o início da colonização os habitantes de Piratininga teriam se empenhado no alargamento do território nacional. Foi o trabalho árduo dos tropeiros que, ligando as cidades litorâneas onde viviam a elite colonial aos mais distantes e bárbaros territórios, enriquecendo a metrópole com o ouro e riquezas que encontravam.

Os bandeirantes e seus descendentes tropeiros teriam sido os responsáveis por levar a civilização às regiões mais longínquas, integrando-os territorialmente e fundando a unidade nacional. Taunay seguiu o roteiro das expedições pelo território nacional e construiu a ideia de seu papel na constituição da ideia de nação. Ellis Jr. apontou o surgimento de um povo superior, que denominou de raça

“Planaltina”, raça forte de destemidos desbravadores e Alcântara Machado reelaborou a história nacional, por meio da ação bandeirante, a partir do século XVI. Em 1920, Oliveira Vianna, autor do livro *Populações meridionais do Brasil* louvou a origem étnica dos bandeirantes paulistas e os homens ricos, de finos modos, que tinham vida faustosa.

Abud (1985) em seu estudo sobre a construção do ideal bandeirante como gerador da raça paulista, demonstra que foram precisamente nas obras de historiadores do final do século XIX e início do século XX que emergiu a simbologia bandeirante como fundamento da unificação territorial nacional e da política paulista. Os bandeirantes, descritos como "paulistas intrépidos contra os bárbaros gentios dos sertões", como "chefes de tropas conquistadoras", destacavam seus "gloriosos desempenho de honra e nobreza de seus descendentes", "paulistas da maior estimação e respeito, na pátria como fora dela", teriam sido a verdadeira força construtora da nação. Em particular, a tradição bandeirante teria sido elaborada por Pedro Taques autor da *Nobiliarquia Paulista*, uma coleção de livros que apresentam os registros e origens das tradicionais famílias paulistas e sua descendência dos bandeirantes. Taques, em seus verbetes sobre os nomes tradicionais apresenta uma genealogia pormenorizada das descendências dos troncos originais, geração após geração.

Os verbetes da *Nobiliarquia* de Pedro Taques se referem à origem nobre das figuras do bandeirantismo e ao ilustre papel que os bandeirantes desempenharam. É construída assim uma tradição de nobreza que permitiu vincular as famílias de fazendeiros paulistas a um passado brilhante e honrado de cavalheiros aristocráticos.

Mais tarde outro estudioso dos bandeirantes, Alfredo Ellis Júnior, professor e historiador da USP e filho do maior dono de fazendas de São Carlos, chegou a conclusões opostas a Pedro Taques, concluindo que os primeiros povoadores de São Paulo não estariam ligados às camadas da nobreza e sim às camadas mais baixas da plebe ou quando muito, a elementos bastardos da baixa nobreza. Os estudos de Ellis, apontam para uma nova forma de enobrecimento: os grandes cafeicultores paulistas, ao modo dos desbravadores do oeste norte-americano, teriam com o esforço de seu trabalho construído as bases de uma nova civilização em terras brasileiras, voltada para o progresso, modernização e industrialização. Escrevendo em um período em que os cafeicultores de São Paulo, sofriam os duros golpes do governo nacionalista de Getúlio Vargas, Ellis inscreve os cafeicultores paulistas em uma epopéia que enobrece seus feitos em prol do desenvolvimento econômico e político nacional.

Ambos autores, Taques no século XIX e Ellis no século XX, traçam a imagem de uma raça de empreendedores, desbravadores de uma terra árida e inóspita que transformam em fonte da riqueza nacional.

A leitura dos textos parece indicar que ao traçar a imagem do sertanista, Pedro Taques teria assimilado as virtudes exigidas para alguém ser naquela época considerado nobre. Esta foi a imagem que se fixou e serviu de fonte para a história da Capitania de São Paulo. A glória e o ímpeto bandeirante passou a povoar, desde o século XIX, o imaginário do interior paulista, e parece ter sido assimilada à imagem que a própria elite pretendia ter de si mesma passando o ideal de nobreza sertanista a constituir um dos traços simbólicos presentes nos registros dos fundadores locais.

Em oposição aos relatos que creditam a fundação das cidades a sertanistas, uma diversidade de documentação (principalmente relatos de viajantes que remontam ao século XVIII) Ellis apresenta, na origem dos povoados do interior paulista, a figura dos tropeiros. Aproveitando a posição privilegiada de São Paulo para a comunicação com as diferentes regiões da colônia, os tropeiros comercializavam carne de porco defumada e salgada, vários tipos de cereais, caixetas de marmelada e principalmente açúcar.

Transportavam gado bovino atendendo a demanda das minas carentes em produtos alimentícios e meios de transporte. Gradualmente a região de São Paulo acabou por se tornar uma rede de entrepostos comerciais e de rotas de tropeiros. No século XIX, com a expansão da lavoura cafeeira, muitos posseiros e grileiros que vinham ocupando terras foram desalojados e expulsos, deslocando-se para regiões cada vez mais afastadas e inóspitas à medida que a fronteira do café se expandia.

Inicialmente um pequeno grupo destes tropeiros e posseiros deslocavam-se para a região que ia para além das terras de Rio Claro, chegando à região denominada Campos de Araras. Nestes sítios, estabeleceram o domínio de grandes fazendas e fundaram as primeiras povoações que mais tarde dariam origem às cidades de Araras e São Carlos. Essas grandes propriedades foram favorecidas pelo solo altamente produtivo da região, constituído pela terra roxa que deu fama ao café ali plantado. O solo propiciava a maior produtividade da região e a inovação na secagem do café. Por volta da década de 1880 era a região mais rica e produtiva de São Paulo.

Os grandes fazendeiros de São Carlos possuíam o maior contingente de escravos trabalhando em sua lavoura e o fim do tráfico negreiro levou à necessidade da substituição por mão de obra imigrante, que foram em grandes contingentes para a região. Ao longo do tempo a idade dos cafeeiros e a forma de plantio levaram à decadência da região. A vertiginosa queda na produção levou ao avanço da fronteira cafeeira ainda mais para o oeste e as cidades de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, entre outras, assumiram o papel de maiores produtoras de café de São Paulo.

### **2.3 A invenção da tradição aristocrática da elite de São Carlos**

Tendo em vista os objetivos propostos para este estudo, trataremos agora da tradição específica criada pela elite são-carlense, no mesmo período em que se constituía o mito bandeirante. Em São Carlos, esse mito era reorganizado segundo o imaginário local, fortemente pautado por imagens aristocráticas ligadas àqueles que eram considerados, segundo a tradição, seus fundadores e responsáveis pelo seu progresso e desenvolvimento. Anterior aos trabalhos de Taunay, Alcântara Machado e Ellis Júnior, a tradição aristocrática de São Carlos casava-se mais com a nobiliarquia de Pedro Taques que apresentava entre as famílias listadas em sua genealogia dos troncos paulistas, o nome do clã Arruda Botelho.

No período em que começa a se propagar a ideia de uma aristocracia rural, no final do século XIX, São Carlos já tinha perdido a maioria de seus cafeeiros produtivos e suas fazendas perderam a condição de grandes produtoras. Além da queda de produtividade dos cafeeiros a economia cafeeira local sofria os efeitos de manter as práticas de cultivo implementadas ainda no período imperial. Seus proprietários tinham recebido títulos de nobreza e se apegavam ao enobrecimento que a condição de oligarcas rurais tinham lhes propiciado. As novas plantações que se espalharam pelo oeste paulista eram estabelecidas em propriedades menores, muitas vezes por imigrantes que haviam deixado as plantações tradicionais. Mesmo na cidade vizinha, Araraquara, como veremos mais adiante, a tendência foi a fragmentação das grandes propriedades, enquanto em São Carlos as propriedades permaneciam com as dimensões originais.

Em sua maioria, as fazendas da região de São Carlos não acompanharam a evolução e dinamismo da economia cafeeira paulista, não ocorreu diversificação da produção e a economia local permaneceu presa à condição da lavoura cafeeira. Como pode-se verificar ao longo desse estudo, àquele que era denominado como o grande capital cafeeiro era caracterizado por um complexo de atividades que dinamizavam e faziam circular o capital obtido na lavoura, por meio do transporte, industrialização, comercialização, financiamento bancário, armazenamento e exportação.

Os grandes cafeicultores não eram apenas plantadores de café, eram donos das estradas que o transportavam, dos bancos que financiavam o comércio e exportação, das indústrias que produziam as sacas, enfim, controlavam todo o processo de produção e comercialização e, acima de tudo, cuidavam do preço do café no mercado internacional. Eram, acima de tudo, homens de negócios com os olhos voltados para a Europa e não agricultores dedicados a terra. Enquanto que para estes homens, o valor do câmbio, o valor da moeda nacional e a capacidade de financiamento por parte de bancos internacionais, eram as suas maiores preocupações na política governamental, para os lavradores de café, o mais importante era o preço do café e a sua capacidade de produção.

Frequentemente estes dois setores estavam de lados opostos, o que pode ser conferido por meio das frequentes disputas em torno da adoção de políticas protecionistas de um lado, e por outro

de políticas liberalizantes do mercado. O PRP, Partido Republicano Paulista possuía entre seus membros uma maioria de representantes dos grandes cafeicultores e a adoção de políticas favoráveis ao grande capital levou a cisão do partido.

Os governantes paulistas, frequentemente associados aos cafeicultores, manifestavam posições políticas nem sempre coincidentes com os seus interesses econômicos. Pode-se verificar na documentação consultada a intenção de constituição de um aparato burocrático autônomo, impessoal e, portanto, independente da política clientelista que caracterizava o coronelismo local. As reformas da instrução pública implementadas em São Paulo, no período em estudo, denotam uma intencionalidade de institucionalização do sistema de ensino por meio da adoção de normas estaduais homogêneas e uniformes, além de apontar para a adoção do concurso como forma de recrutamento para o serviço público.

Neste sentido, as reformas do ensino implementadas entravam em confronto com a tradicional política coronelista. Revestida de um caráter formal e cerimonioso as escolas eram monumentos ao saber nacional, ao nascente Estado Republicano, à ciência como fonte do progresso nacional. Todo o discurso que acompanhava a implantação do sistema público de ensino paulista tinha a marca de um empreendimento que marcava o pioneirismo paulista no encaminhamento do progresso nacional. Ao tornar a escola normal o projeto de uma das famílias locais, esse sentido de impessoalidade nacional foi substituído pelo caráter de elite e distinção que passava a revestir a escola.

A mitologia bandeirante representava, do lado dos intelectuais paulistas, a constituição de um imaginário progressista, modernizante, que tinha na administração burocrática e na ciência os fundamentos políticos e culturais de sua modernidade. Em São Carlos duas famílias disputaram o papel de construtores da modernização, os Arruda Botelho e os Ellis. Enquanto os Arruda Botelho eram ligados a tradição aristocrática, que remontava ao período imperial fazendo do título de nobreza a fonte de sua primazia, os Ellis construíram para si uma tradição mais cosmopolita, que se distanciou da esfera local, galgando espaços políticos na administração pública nacional e na intelectualidade paulista.

Ellis Jr. descreve assim a origem da nobreza de sua própria família: seu avô enriqueceu por meio das atividades de tropeiro, comprou terras próprias ao cultivo do café e instituiu uma das mais prósperas produções de café no interior de São Paulo no final do século XIX. Por meio de casamento vinculou-se a uma tradicional família paulista e recebeu títulos de nobreza diretamente de D. Pedro II. Os pais de Ellis, Alfredo Ellis tornou-se um dos principais senadores da nascente república, foi deputado constituinte e tornou-se um dos maiores defensores dos interesses das elites cafeeiras e um influente político nacional.

As posições de Taques e Ellis apontam para duas concepções que frequentavam o imaginário paulista no início do século XX. De um lado, a antiga elite cafeeira, constituída ainda no império, buscava o reconhecimento social na sua tradicional condição de nobreza, herdeira do ideal bandeirante, cujos títulos de nobreza definiam sua condição única de oligarquia e poder. De outro lado, uma nascente elite industrial, que via no café a fonte de acumulação de capital necessária para a industrialização e para a constituição de uma economia capitalista, capaz de levar o Brasil a integrar o rol das nações desenvolvidas. Encontraremos os defensores dessas duas posições em conflito no início do período republicano, durante os debates sobre a atuação do Estado brasileiro na defesa da política do café. De um lado, a defesa pura e simples dos interesses dos cafeicultores, e de outro, a defesa do uso dos lucros obtidos com o café para a modernização do aparelho estatal. Da mesma forma, para os primeiros a constituição de estabelecimentos escolares deveria obedecer aos interesses políticos das elites locais enquanto aos segundos interessava a constituição de um aparato educacional capaz de levar adiante um projeto modernizador da sociedade.

As elites locais encontravam-se, assim, diante de diferentes alternativas, diferentes possibilidades e mesmo entre membros de uma mesma família era possível encontrar entusiasmados defensores de variadas concepções. Não é possível, portanto, encontrar um discurso unívoco, livre de ambiguidades e tensões. A afirmação da necessidade do progresso era uma constante nas diferentes manifestações, entretanto eram nos aspectos mais difusos que as dissonâncias se manifestavam, apontando resistências e a perseverança de uma exaltação grandiloquente de um passado grandioso e nobre. Eram acima de tudo nos aspectos simbólicos das manifestações de poder e das relações sociais, que se pode perceber a permanência de estratégias de enobrecimento familiares, quer seja em um passado bandeirante, quer seja no elogio de seu heroísmo atávico.

#### **2.4 A construção da tradição local**

Reconhecer o caráter simbólico das relações sociais e o poder público daí resultante é fundamental para compreender as estratégias familiares regionais no período estudado. No final do século XIX, a decadência econômica levou muitas famílias a garantir seu status político a partir apenas da tradição e prestígios sociais passados. Em uma boa medida, a hierarquia social local passou a assentar-se no prestígio garantido pelas cerimônias. Uma competição pelo prestígio parecia predominar no campo de poder local. Disputas em torno de doações, sobre quem era o maior benemérito, sobre o privilégio de fundações e presidências de entidades sociais, provocavam grandes

debates apaixonados e dividiam opiniões. Existia uma verdadeira corrida por privilégios, nos centros e círculos culturais, academias de letras, artes e ciências que seguiam os moldes dos institutos históricos e geográficos.

O papel da elite escolar era central neste jogo de relações à medida que detinha os instrumentos simbólicos para produzir elogios e relatos que confeririam dignidade às personagens locais.

Nesta perspectiva, a interpretação das fontes apresenta-se não mais como uma narrativa dos fatos, tal como eles teriam ocorrido, mas como uma manifestação de uma visão de mundo, socialmente partilhada e constituída. As fontes são, elas mesmas, ação simbólica constituídas por interações que obedecem a determinações socialmente estabelecidas. O propósito de uma análise das fontes seria, neste sentido, interpretar os significados veiculados pela documentação, apreendendo o ponto de vista que os membros daquela sociedade, naquele momento determinaram a estratégia particular adotada. Assim optamos por uma descrição das representações simbólicas que possibilitassem a apreensão do sentido das histórias que as pessoas contavam sobre si mesmas e sobre como a sociedade representava a si própria, simbólica e publicamente.

O material estudado permite conceber a organização política local como um campo de forças intrincado e não homogêneo, cuja ação era tudo menos integradora. Um incipiente campo de poder vinha se estabelecendo, no qual a capacidade de exercer a dominação, isto é a capacidade de tomar decisões às quais outros se sujeitariam, se expressava na forma de uma internalização simbólica vinculada ao respeito e a tradição. A essa malha não escapava também aquele que exercia o papel da dominação, porque também ele se encontrava preso às mesmas malhas de uma representação e uma concepção de si sem a qual ele próprio não encontraria significado.

No caso estudado, a estrutura assentava-se, em uma larga medida, nas demonstrações de prestígio público assegurado pelos jornais, revistas e almanaques, que repetiam e asseguravam a permanência do prestígio. A repetição constante nas páginas desses meios de comunicação dos feitos locais e de personagens dignos de nota, asseguravam o poder renovador da tradição em contrapartida às novas forças sociais como trabalhadores urbanos, escravos libertos e imigrantes, que tendiam à dispersão e ao redesenho das posições tradicionais. Novas estratégias vinham sendo exigidas e se realizaram através de uma política de alianças, rede de matrimônios e associações políticas entre as famílias de antigo prestígio e uma ainda tênue burguesia em ascensão, setores que antes competiam pelo predomínio no campo do poder geral e agora compunham suas forças para assegurar sua posição na hierarquia social local.

Neste sentido, as narrativas que asseguravam a primazia das famílias na história local e as cerimônias de homenagens aos ilustres homens da cidade, constituíam uma espécie de espetáculo que se repetia segundo uma mesma fórmula. Compreendiam um elevado grau de teatralização cuja

grandiloquência, pompa e tom de epopéia garantia aos personagens a identificação com os heroicos ancestrais da terra.

Na competição pelo predomínio no campo de poder local, as posições eram desenhadas e resolvidas pela posição representada pelos personagens na teatralização. Tratava-se de construir um modo de percepção, representação e realização que era gradualmente assimilado a uma tradição de elite. A posição de cada um na hierarquia social assentava-se como um signo num sistema de signos, uma imagem num campo de imagens, que era aquilo em que se transformara as cerimônias e relatos.

Tratava-se de visualizar no passado um modelo idealizado das posições sociais atuais, que seria imitado, personificado e identificado como tradição. A partir das metáforas orgânicas de corpo, presentes no ideário republicano e positivista, a associação política era representada pelos laços de parentesco que retrocediam a um passado distante, assegurando assim a identidade, coesão e integração social.

A tradição, neste sentido, não se referia ao passado, mas ao presente e as representações, cerimoniais, descrições em jornais, almanaques e revistas, faziam parte de uma cadeia de ações de homens e mulheres resultantes em um campo social complexo.

Consequentemente, as imagens plasmadas podem ser compreendidas como a produção simbólica de uma realidade dentro da qual a elite podia se localizar, identificar e legitimar suas ações sociais.

A produção desse imaginário próprio a elite republicana, que via a si como o agente do progresso nacional de um lado, obscurecia os fazendeiros originais, enobrecidos no período monárquico, considerados agentes da estagnação social e de outro, lado distinguia essa elite dos perigos da aproximação das classes emergentes, como os imigrantes europeus. A nova elite cafeeira em ascensão concebia seu projeto como a locomotiva do progresso nacional, agentes da modernização e do progresso.

Em São Carlos, o discurso fundador contribuiu para a elaboração de representações que definiram os principais momentos e principais atores sociais que teriam participado da criação da cidade e de suas principais instituições.

A constituição de um imaginário coletivo contava com a propagação de práticas sociais simbólicas que à medida que repetiam as imagens sociais de poder e identidade das famílias importantes da cidade associadas com os momentos vividos, lhes atribuíam sentido e significado e fixavam sua forma na memória coletiva.

Cerimoniais de formatura, comemorações, discursos de paraninfos de turma, palestras, conferências, artigos em jornais, discursos públicos que estabeleciam e mantinham a memória coletiva como uma memória viva. Fixados na memória coletiva como fatos sociais, invocavam o

espírito de pertencimento, que empolgava e emocionava tornando-se parte da imagem que os habitantes da cidade faziam de si e da coletividade. Ressaltavam o caráter intrépido e pioneiro dos fundadores, heranças do bandeirantismo paulista, que justificava social, política e historicamente a primazia da elite paulista.

A memória coletiva é uma construção social que dá sentido a identidade das pessoas em um determinado quadro histórico e refere-se às circunstâncias sociais dessa época. As práticas sociais seriam, assim, dentro dos limites sociais estabelecidos, rememoradas e revividas o que lhes atribuía um caráter de realidade.

### **CAPÍTULO III**

#### **A ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS: A EDUCAÇÃO COMO ESTILO DE VIDA**

Neste capítulo trataremos da relação entre a escola normal de São Carlos e a tradição criada em torno da família Arruda Botelho. Procuraremos, por meio de uma descrição profunda, descrever as principais concepções e discursos construídos em torno da criação e educação oferecida por essa escola. Para tanto, iniciaremos apresentando algumas considerações sobre o discurso que identifica a escola normal republicana e os ideais republicanos e seu papel de internalização de posturas e práticas civilizatórias e a sua vocação para a formação cívica da população brasileira. Nossa intenção é

verificar em que medida este discurso coincide com aquele que trata da criação da escola normal de São Carlos e como a tradição local teria incorporado a escola nesta visão de mundo.

### **3.1 Considerações sobre o debate em torno das origens das escolas normais**

Ao analisar a primeira escola normal brasileira, no Rio de Janeiro, Villela (1990) conclui que ela tinha como função formar o ‘sacerdote laico’, o ‘disseminador das luzes’ que ordenaria moralmente as camadas populares. As escolas normais teriam como finalidade “romper as trevas que caracterizavam o passado colonial, superando a ‘barbárie’ dos sertões e a ‘desordem’ das ruas, estabelecendo assim o primado da razão” (VILLELA, 1990, p.120).

A implantação de escolas normais no período imperial seriam o resultado da crença de que a educação seria um fator de estabilidade social em meio às tensões dos nascentes Estados nacionais. Nesta perspectiva, o projeto da escola normal no período imperial seria substancialmente distinto daquele levado a diante nos primórdios do período republicano.

Em seu clássico estudo denominado “O Tempo Saquarema”<sup>57</sup> Mattos (1990), defende a tese de que o Estado Imperial teria sido dominado pelo Partido Conservador que representava os interesses dos Saquaremas, grupo político dominante na corte do Rio de Janeiro, assegurando o monopólio político e econômicos de grandes famílias no mundo dos negócios no governo. A Instrução Pública e particular na Corte teria sido colocada em pauta pelos Saquaremas por meio de um discurso que visava a formação da nacionalidade, integrando o povo (a raia miúda) e diferentes graus de cidadãos em um modelo de Estado que institucionalizaria as hierarquias e distinções. Esse projeto ultrapassaria os limites da Província, estendendo-se a todo o Império garantindo a liderança do grupo conservador da Corte em relação às demais facções. Segundo Mattos (1990) a intervenção consciente e deliberada dos Saquaremas forjaram a si próprios como dirigentes coerentes e organizados assegurando sua supremacia política até meados da década de 1860, garantindo a ordem social e criando instituições, como a escola normal, que difundissem sua visão de mundo.

Observa Tanuri, citando Villela (1992, p. 28):

---

<sup>57</sup>Os saquaremas era o nome atribuído ao grupo político conservador que no final do período imperial defendiam o poder centralizador do Estado (Coroa) que deveria predominar sobre o Legislativo, defendiam a manutenção da ordem social escravista e não reconheciam a participação política da população. Os Luzias constituíam o setor liberal, que defendiam a submissão da Coroa e do Executivo ao Legislativo. Segundo Mattos, em razão de sua incapacidade de construir uma articulação política que viabilizasse seu projeto político, sucumbem às práticas de conciliação. (MATTOS, 1990, p.169).

(...) somente pela compreensão desse projeto político mais amplo, de direção da sociedade, é que foi possível entender que a criação da escola normal da Província do Rio de Janeiro não representou apenas a transplantação de um modelo europeu mas, que pelo seu potencial organizativo e civilizatório, ela se transformava numa das principais instituições destinadas a consolidar e expandir a supremacia daquele segmento da classe senhorial que se encontrava no poder”. (Villela 1992, p. 28, apud TANURI, 1979, pp. 63-64 )

Nesta perspectiva, Tanuri (1979) apresenta aquele que seria o papel da institucionalização das escolas normais:

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das idéias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população. (TANURI, 1979, p.62 )

Analisando os estudos desenvolvidos no campo da história da educação a respeito das escolas normais Tanuri (1979) conclui,

(...) Em tais circunstâncias, desde a sua criação as escolas normais brasileiras fizeram parte dos sistemas provinciais. O modelo que se implantou foi o europeu, mais especificamente o francês, resultante de nossa tradição colonial e do fato de que o projeto nacional era emprestado às elites, de formação cultural européia. Embora não haja como negar o caráter transplantado de nossas instituições – sobre o qual tanto se tem insistido – a historiografia mais recente tem procurado mostrar também sua articulação com o contexto nacional e com as contradições internas de nossa sociedade. Assim, as primeiras iniciativas pertinentes à criação de escolas normais coincidem com a hegemonia do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu projeto político. . (TANURI, 1979,p.63 )

Segundo Tanuri (1979), nos anos que se seguiram à criação da primeira escola normal, a experiência se repetiu em outras províncias, sendo criadas instituições semelhantes<sup>58</sup>. As escolas instituídas neste período foram frequentemente fechadas por falta de alunos ou por descontinuidade

---

<sup>58</sup>Tanuri lista as escolas criadas em Minas Gerais, em 1835 (instalada em 1840); na Bahia, em 1836 (instalada em 1841); em São Paulo, em 1846; em Pernambuco e no Piauí, em 1864 (ambas instaladas em 1865); em Alagoas, em 1864 (instalada em 1869); em São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869; no Pará, em 1870 (instalada em 1871); em Sergipe, em 1870 (instalada em 1871); no Amazonas, em 1872, embora já em 1871 tivesse sido criada uma aula de Pedagogia no Liceu; no Espírito Santo, em 1873; no Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874); no Maranhão, em 1874, com a criação de uma escola normal particular, subvencionada pelo governo; na Corte, em 1874, também com a criação de uma escola normal particular, subvencionada pelo governo, e em 1876 com a criação de uma escola normal pública (instalada apenas em 1880); no Paraná, em 1876; em Santa Catarina, em 1880; no Ceará, em 1880 (instalada em 1884) no Mato Grosso, em 1874; em Goiás, em 1882 (instalada em 1884) ; na Paraíba, em 1884 (instalada em 1885). (TANURI, 1979, pp. 64-65)

administrativa e submetidas a constantes medidas de criação e extinção, só conseguindo subsistir a partir dos anos finais do Império. (TANURI, 1979, pp. 64-65)

Para os estudiosos que compreendem as mudanças ocorridas na superestrutura como decorrência das alterações do sistema produtivo, a passagem política para um Estado republicano teria constituído uma adequação necessária, que teria permitido às oligarquias cafeeiras de posse do aparato administrativo, que colocassem a esfera governamental a seu serviço. Nessa perspectiva, a escola apareceria, na primeira República, como um instrumento político de controle social condizente com as expectativas de modernização propiciadas pela economia cafeeira e tinha, por finalidade, formar o cidadão republicano aos moldes do emergente nacionalismo brasileiro, Carvalho (1989).

Mais adiante, tratando agora do período republicano, Tanuri (1979) expressa sua concepção sobre o sistema político adotado:

A República democrático-representativa e federativa, segundo o modelo constitucional, acabou por assumir a forma de um Estado oligárquico, subordinado aos interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes das regiões produtoras e exportadoras de café. (Tanuri, 1979, p. 68)

Ao analisar a forma adotada para a escola normal nos diferentes estados, Tanuri (1979) observa que São Paulo, por ser o estado mais progressista e pólo econômico do país, teria sua escola normal apresentada como paradigma :

Não obstante a ausência de participação federal, registram-se alguns avanços no que diz respeito ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo das escolas de formação de professores, sob a liderança dos estados mais progressistas, especialmente de São Paulo, que se convertera no principal pólo econômico do país. A atuação dos reformadores paulistas nos anos iniciais do novo regime permitiu que se consolidasse uma estrutura que permaneceu quase que intacta em suas linhas essenciais nos primeiros 30 anos da República e que seria apresentada como paradigma aos demais estados, muitos dos quais reorganizaram seus sistemas a partir do modelo paulista: Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Sergipe, Alagoas, Ceará, Goiás e outros. (Tanuri, 1979, p.69)

Não apenas Tanuri (1979) e Villela (1990) identificaram nas características econômicas das oligarquias dominantes, em particular da oligarquia paulista, a causa para a constituição de um modelo de educação normal adotado nacionalmente. A concepção que privilegia a infraestrutura econômica como determinante da superestrutura política, educacional e cultural, foi dominante na historiografia nacional na década de 1980 e 1990. Alguns dos principais manuais de história da educação de amplo uso nos cursos de magistério e pedagogia do país apresentavam a educação brasileira de acordo com essa perspectiva. Estão nesse caso os trabalhos de Otaíza de Oliveira

Romanelli, *História da educação no Brasil* (1978), de Maria Luísa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: a organização escolar* (1978),

Segundo Otaíza de Oliveira Romanelli:

A Economia brasileira reagiu de forma dinâmica aos efeitos da crise: o crescimento do mercado interno e a queda das exportações implicaram a transferência da renda de um para outro setor. Essa transferência se fez do setor tradicional para o moderno, ou seja, da área agrícola para a industrial. Tudo isso trouxe consequências benéficas para o setor industrial, que, graças à crise, passou a contar com a disponibilidade do mercado interno, então não mais dominado pelo capital estrangeiro, e com a possibilidade de um aproveitamento mais intenso de sua capacidade já instalada e que, até então, vinha operando em regime de sub aproveitamento, por causa da concorrência das importações. (ROMANELLI, 1978, p.22)

Maria Luísa Santos Ribeiro, por sua vez, foi autora de um dos livros mais bem sucedidos na área da educação brasileira: *História da educação brasileira: a organização escolar*, que chegou em 2010 à sua 21ª. edição. É, ainda hoje, o principal livro de história da educação adotado nos cursos de pedagogia. A autora esclarece sua concepção ainda na introdução de seu texto. A organização escolar seria um elemento da superestrutura, e, portanto, determinado pela infra-estrutura. Portanto a compreensão da infra-estrutura que determina a totalidade da organização da sociedade brasileira é de extrema importância para a compreensão do fenômeno social da organização escolar brasileira.

Assim o livro é organizado em fases econômicas que determinariam o tipo de educação promovida. As fases eram determinadas por modelos, da seguinte forma: Organização escolar no contexto da consolidação do Modelo Agrário Exportador dependente – 1549 -1808; Organização escolar no contexto Crise do Modelo Agrário Exportador Dependente e estruturação do modelo Modelo Agrário Comercial Exportador Dependente 1808-1850; Organização escolar no contexto da Consolidação do Modelo Agrário Comercial Exportador Dependente 1850-1880; Organização escolar no contexto da Crise do Modelo Agrário Comercial Exportador Dependente e da tentativa de industrialização (1870 -1894); Organização escolar no contexto da Crise do Modelo Agrário Comercial Exportador Dependente e da tentativa de industrialização (1894-1920). A caracterização continua para as fases educacionais seguintes, mas nos determos aqui por ser esta a fase de que nos ocupamos neste estudo. (RIBEIRO, 2007, pp-04-05)

Ao considerar, na introdução do livro, o uso da categoria 'dependência', a autora tinha como interesse procurar estabelecer os motivos pelos quais a dominação capitalista provoca, em países periféricos como o Brasil, uma exploração bem maior entre dominantes (de número bem reduzido) e dominados. Exploração esta que contribui, em última instância, para a suavização dessa

mesma contradição (dominantes versus dominados) nos países capitalistas centrais. (RIBEIRO, 2007, p.10)

De uma forma geral, tanto Romanelli, como Ribeiro vinculam o estabelecimento de um tipo de instrução e de organização educacional a um modelo de dependência econômica. Assim, quando o trabalho era escravo, não se fazia necessária a existência de um sistema público organizado para a população em geral. Foram as novas condições geradas pelas exigências do capitalismo industrial que a instrução pública tornou-se objeto de interesse das oligarquias.

### **3.2 O projeto educacional republicano e as oligarquias**

A tendência a uma concepção universalizante que liga o destino da escola nacional ao ideal republicano de propagação do sentimento de cidadania é outro tema constante nos estudos sobre a escola na primeira república. A expansão do ensino primário, sob a égide dos grupos escolares e a formação do seu magistério por meio das escolas normais<sup>59</sup>, teria representado, nessa época, forte sistema modelador de ensino encarregados de moldar o caráter nacional. O estudo dos conteúdos programáticos escolares do início do período republicano teria possibilitado a constatação de que entre suas finalidades estaria a difusão de práticas, hábitos e costumes próprias a um cidadão republicano.

O campo erudito, por exemplo, tenderia a estabelecer suas normas de legitimidade e se destinaria a um público de produtores de bens culturais que também produziriam para seus pares, objetivando a legitimação da hierarquia de bens materiais simbólicos em diferentes campos sociais de atuação. “Disputa-se constantemente a definição de quem são os indivíduos e as instituições legitimamente autorizados a classificar e a hierarquizar os produtos literários”. (NOGUEIRA, 2009, p. 32)

Neste sentido, o gosto por tendências culturais consideradas superiores e a ocupação em profissões de prestígio como o direito e a engenharia teriam representado uma forma de ascensão à elite, cuja influência na esfera dominante era crescente desde o final do período imperial ao período republicano.

Nesta perspectiva, estaríamos diante de um projeto de reconstrução da mentalidade cultural do povo brasileiro, iniciado pelas elites políticas, que teria colocado a escola a serviço de uma unidade nacional para a formação de um Estado-nação-moderno.

---

<sup>59</sup>Não por acaso que a organização do ensino normal iniciou-se no século XIX e decorreu da expansão do ensino público. (REIS FILHO, 1981, p.128)

A necessidade de uma ampla reforma na instrução pública, de modo a reorganizar o ensino, associando-o ao projeto da elite política de ordem e controle social teria trazido à tona o ideal de formação do cidadão republicano, por meio das escolas. Ao cidadão republicano, caberia o futuro da pátria. E sobre a escola residiria o papel fundamental de constituição do cidadão.

A reforma Caetano de Campos, de 1890, regulamentada pelo decreto nº 27, de 12 de março, que preconizou uma ampla reforma do ensino a começar pela reforma geral da escola normal, teria correlacionado a formação dos professores à expansão do ensino primário e à sua missão patriótica de formar o cidadão republicano.

A escola pública teria sido, assim, instituída como ferramenta fundamental para o “novo regime e para a reforma da sociedade brasileira” (SOUZA, 1998, p.30)

Para Tanuri (1979, p.77), nos primeiros anos do governo republicano, as preocupações relativas à expansão da escola pública mostraram também as preocupações em termos da organização de um sistema público nacional de ensino em todos os seus níveis e ramos. Para a autora, as esferas do ensino primário e normal foram alvo das atenções dos reformadores, sendo, portanto, consideradas instituições onde o pensamento educacional republicano logrou seus maiores êxitos:

Desde os primórdios do novo regime os estadistas e educadores paulistas voltaram o melhor de suas atenções para o ensino primário e formação de seu magistério, idealizando um sistema de organização qualitativamente superior à medida das possibilidades e limitações da época. A preocupação inicial dos reformadores não foi apenas o aspecto qualitativo do ensino e a instalação de uma estrutura de alto padrão, mas também o aspecto quantitativo do ensino e a instalação de uma estrutura de alto padrão, mas também o aspecto quantitativo ou seja, a organização em âmbitos estadual do ensino do ensino primário e normal, consentânea com os ideias de generalização da educação popular, bem como com a concepção dos deveres e responsabilidades que o Estado deveria assumir a este respeito (TANURI, 1979, p.79)

A necessidade de escolarização das camadas populares, antes alijadas do acesso à escola, teria sido justificada em função do entrave que o analfabetismo teria representado em relação às necessidades urbanas e industrial.

Segundo Ferraro (2002), o tema do analfabetismo teria emergido, a princípio, como um conceito político com o objetivo de angariar votos, discussão que teria se iniciado ainda no período imperial, com a reforma eleitoral de 1882, que proibia o voto do analfabeto, cujos critérios foram mantidos pela Constituição republicana de 1891. (FERRARO, 2002). Mesmo nessas condições os quadros da população escolarizada não teriam se alterado “os dados censitários referentes ao Brasil revelam que nos primeiros vinte anos do corrente século a taxa de analfabetismo manteve-se

praticamente a mesma”. (INFANTOSI, 1983, p.50). Assim, o problema do analfabetismo não teria sido, ao menos naquele momento, a principal causa da preocupação com a escolarização. Todavia, a circulação do tema teria se favorecido da relação que se estabelecera entre escolarização e desenvolvimento. É nesta perspectiva que Paiva (1990) observa que o conceito de analfabetismo:

(...) se fortalece pela maior circulação de idéias ligadas ao liberalismo e se nutre também de sentimentos patrióticos, suscitados pela divulgação internacional da taxa de analfabetismo segundo o censo de 1890, que dava para o Brasil a taxa mais alta (82,63% para a população de cinco anos e mais) entre os países considerados. (PAIVA, 1990, apud FERRARO, 2002, p.07)

Ainda que não fosse a preocupação dominante na esfera educacional, o fato de o Brasil apresentar uma taxa tão elevada de analfabetismo depunha contra um governo que se pretendia moderno. Mesmo para D. Pedro II, que era adepto da modernidade e gostava de se apresentar como um homem culto, erudito e esclarecido, o analfabetismo apresentava-se como uma vergonha.

Um das concepções mais veiculadas nas abordagens sobre a expansão escolar no início do período apóia na ideia de que, com a nova organização do Estado e a pretensão a uma nação moderna, a escola, seria a responsável por garantir ao Estado Brasileiro a unidade nacional e política da república e a persistência do analfabetismo seria um obstáculo a este intento.

O vínculo entre escolarização e desenvolvimento é uma tônica nestes estudos que apontavam o interesse pela escolarização, como de um lado a possibilidade de ampliação dos votos no sistema eleitoral na mesma medida em que inversamente, o analfabetismo dificultava o avanço do desenvolvimento capitalista no país. Vilella (2008) é um exemplo desse tipo de consideração, ressaltando que “a instrução deveria ser produtiva ao país, pois era urgente substituir o braço escravo introduzindo, na lavoura arcaica, implementos mecanizados”, requisitos básicos da leitura e da escrita. (VILELLA, 2008, p.35)

É explicitado, em boa parte dos estudos, o papel moral da escola na formação de um tipo ideal de cidadão à nascente república. A expansão do ensino primário no século XIX, teria levado à constituição de um modelo de escolas normais como locais autorizados para se imporem as novas exigências da época, interferindo diretamente nas condutas morais dos indivíduos. Os costumes e os conhecimentos ensinados nas escolas normais se estendiam também ao cotidiano social das cidades. Os professores atuavam como símbolos do progresso, modelos a ser seguidos e estavam submersos em uma intrincada rede de relações de poder cotidianamente estabelecidas na cidade, porque ser professor e/ou fazer parte da nascente cultura escolar era sinônimo de reconhecimento do poder simbólico local.

Para Peixoto (2005), as modificações urbanas adicionadas com o refinamento cultural do pensamento republicano marcam:

a intensificação do processo de passagem da educação escolar do privado para o público, que se inicia com o fortalecimento do estado imperial. O estado passa a assumir o papel até então desempenhado pela família, pela igreja e pelos grupos de convívio na formação das novas gerações, impondo-se como uma instituição por excelência, capaz de impor os rumos de uma sociedade que tem na ordem a condição para o progresso (PEIXOTO, 2005, p. 13)

Esta concepção se baseia na ideia de que existiria um modelo único de escola normal que derivaria diretamente dos princípios republicanos. Entretanto, como foi exposto por Carvalho (1990) coexistiriam, no início da república, diferentes concepções do que seria o regime republicano e o modelo paulista, associado às oligarquias cafeeiras seria um, entre os diversos modelos. Mesmo o positivismo, tomado como principal elemento norteador dos valores da república, era concebido de forma diferentes pelos paulistas e cariocas. Boa parte das representações associadas ao papel da escola normal e do processo de escolarização são provenientes da ideia de que se teria adotado o modelo francês, proveniente da revolução francesa e propagado pela reforma napoleônica, de onde teria saído, fundamentalmente, a inspiração das escolas graduadas.

Desta perspectiva, as oligarquias paulistas teriam tomado a frente do processo e estabelecido um modelo escolar que teria sido modelo para os demais sistemas em gestação. Entretanto, é necessário que se observe que para boa parte da oligarquia cafeeira paulista, prevalecia a concepção federalista, que se aproximava mais da concepção norte-americana.

A liderança do PRP, Partido Republicano Paulista, tinha como um de seus princípios a autonomia política e econômica de São Paulo, chegando muitos de seus membros a defender um posição separatista, como era o caso de Alberto Salles, irmão de Campos Salles, um dos principais líderes do PRP. Mesmo as posições, dentro do PRP, não eram homogêneas, e, como veremos mais adiante, disputas internas em relação ao papel das oligarquias rurais na determinação das ações partidárias eram constantes e nem sempre foram as dominantes.

Além disso, o processo de instituição de escolas normais padronizadas pressupõe uma coincidência de interesses e submissão política das lideranças oligárquicas locais. A institucionalização de um sistema de escola pela iniciativa do Estado, exigira uma transição de uma educação escolar fortemente influenciada pelos poderes locais para um sistema público, burocratizado e impessoal, interferindo na esfera das relações de poder local, frequentemente associado a um projeto familiar dos grupos dirigentes. Nestes casos, como veremos, a educação pública assumiria algum sentido, na esfera local, quando, de alguma forma a substituição da

educação familiar por um tipo específico de escolarização institucionalizada atendessem aos seus interesses políticos.

Se como se tem afirmado nos Estados-nacionais-modernos, a educação seria um passo importante no processo de burocratização da sociedade civil, que enquadra os indivíduos a categorias profissionais sob regimes contratuais de trabalho, deve-se também considerar, que essa transição depende materialmente dos agentes responsáveis por sua implementação, o que significa que residia fundamentalmente nas mãos dos poderes locais.

Carvalho (1996, p.161) observa que “embora mais profissionalizada, a política ainda tendia para a realização dos interesses particulares das oligarquias locais.”O processo de burocratização encontrava obstáculos mesmo em São Paulo, porque a constituição de um aparato burocrático, principalmente na esfera da justiça interferiria nas relações de poder locais.

Segundo Urioechea (1978), um dos principais obstáculos para a constituição de um aparato burocrático residia na ausência de quadros qualificados em que se pudesse confiar a administração local.

Esta carência foi particularmente severa na esfera judiciária, e acarretou como consequência imediata que as funções a serem formalmente desempenhadas por advogados profissionais enviados pela administração central foram de fato preenchidas pelo serviço amadorístico dos honorários locais (1978, p. 113).

Como os representantes do Estado eram obrigados frequentemente a lançar mão de expedientes clientelistas e patrimonialistas, a orientação da ação administrativa era amadora, tornando precárias as condições de institucionalização da administração, impossibilitando a racionalização, impessoalidade e o estabelecimento de especificidades funcionais para cargos públicos.

As tentativas de implantação das diretrizes do poder central não se faziam sem constantes conflitos de jurisdição. Isto significa que, ainda que existisse uma intenção, por parte dos setores dirigentes do PRP que assumiram a liderança da política estadual de implementar ações no sentido de uma institucionalização e racionalização administrativa, isso não decorreu de forma uniforme e homogênea em todo o estado paulista. E, acima de tudo, o processo de institucionalização levado a cabo em São Paulo, não pode ser tomado como exemplo do que teria ocorrido nacionalmente. Eram constantes, durante a década de 1920, as constatações de dirigentes da educação paulistas sobre as dificuldades em lidar com as oligarquias locais.

Almeida Júnior, diretor de ensino de São Paulo durante o período de 1935 a 1938, no Anuário de Ensino de São Paulo, de 1936, faz um retrospectiva do processo de institucionalização da rede escolar paulista de 1846 a 1936 e apontava como um dos principais problemas desse processo, a

dificuldade em se estabelecer um delegado regional capaz de implementar as ações propostas pela Diretoria de Ensino:

(...) A politicagem do interior – dizia-se então – envolve, embaraça e inutiliza o delegado. Por isso, venha este para a Capital. Mas de lá para cá, as cidades progrediram, os costumes políticos melhoraram, tornou-se possível ao Delegado de Ensino trabalhar a coberto das paixões partidárias e dos mexericos de campanário. Ficaram, porém, daquela syncope, duas lições dignas de meditação. Uma, é a necessidade já agora imprescindível, das delegacias regionaes, que, para melhor eficiencia precisam aparelhar-se convenientemente de pessoal e de meios materiaes. Vai longe o tempo em que o delegado e um secretário ‘part-time’, installados num desvão do grupo escolar, bastavam para tudo (...) E, acima de tudo, o grau de autonomia compatível com a função (...). A outra lição decorre da própria causa que determinou a supressão de 1925. O delegado regional gerado nas entranhas da política, ou que por ella venha a ser seduzido, jamais poderá governar com acerto as suas escolas. Delegado e delegacia precisam ficar resguardados dos choques partidários e manter-se na serena atitude de imparcialidade que se pede aos órgãos de justiça. Embora dignas e meritórias as duas atividades são incompatíveis entre si (...) (ALMEIDA JÚNIOR, In: ANUARIO, 1936, p. 79)

Verifica-se, dessa forma, ainda em 1936 as dificuldades para a instauração de práticas impessoais.

A despeito das diferenças entre os projetos políticos das oligarquias e das dificuldades impostas para a implementação dos projetos administrativos próprios a uma administração pública moderna, prevaleceu a ideia de uma concepção homogênea de educação como projeto nacional. Vejamos o que diz Vilella (2008):

a constituição de um corpo de funcionários públicos treinados para exercer funções que antes era monopólio do campo religioso ou de mestres despreparados que em geral exerciam o magistério como uma ocupação secundária, se justifica como uma necessidade estratégica os Estados nacionais em institucionalizar esse ofício passando então a exercer um controle direto sobre os conhecimentos teóricos e práticos dos professores (...) (VILELLA, 2008, pp. 29-30)

É possível identificar, no discurso das diferentes oligarquias, a ideia de implementação de um sistema público de ensino. Também pode-se identificar o papel de intelectuais paulistas na propagação de um modelo de escolarização. Consoantes com o projeto levado a cabo por Campos Salles, da constituição de um Estado institucionalizado e burocrático, intelectuais e administradores

educacionais paulistas levavam adiante um processo de institucionalização das esferas educacionais públicas, segundo padrões ligais racionais e burocráticos.

Lourenço Filho, que foi juntamente com Almeida Júnior, Fernando Azevedo, entre outros paulistas e não paulistas, signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, convidado em 1922, pelo governador do Ceará a assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública desse estado, realiza reformas educacionais que repercutiram em todo o país. Pode-se encontrar entre os signatários do Manifesto do Pioneiros uma proposta de renovação da educação para o país, mas essa proposta não coincide com os interesses das oligarquias locais. Lourenço Filho em um célebre estudo sobre Antônio Conselheiro e Juazeiro do Norte, preocupa-se com as dificuldades impostas pelo que ele classifica como fanatismo religioso e lembra o fato de Padre Cícero, quando prefeito do município, ter proibido a instalação de escolas públicas. (LOURENÇO FILHO, 2002).

A educação nacional, apresentava-se, para estes estudiosos, como a única possibilidade de luta contra o tradicionalismo e suas propostas inspiradas por intelectuais norte-americanos, visava a constituição de um sistema institucionalizado e controlado nacionalmente. Não se pode, entretanto, falar de um projeto oligárquico nacional. Em cada localidade, a ideia de escola normal e ensino público assumia um formato próprio, decorrente das especificidades culturais, políticas e econômicas.

### **3.3 A escola normal e a república**

A implantação do projeto educacional republicano não foi homogênea, nem tampouco idêntica em todas as localidades do país, constituindo-se principalmente por meio de adaptações da doutrina proposta às condições políticas, sociais e culturais de cada região.

A reforma iniciada em São Paulo que teria se propagado pelos demais estados não foi a mesma em território paulista, igualmente implementada. A constituição de um sistema de ensino estruturado, centralizado e controlado pelo estado não foi tarefa fácil e resistências ou adaptações foram constantes, mesmo na implantação dos grupos escolares.

A denominação de grupos escolares refere-se a um agrupamento de escolas, dentro de um raio de obrigatoriedade escolar nas áreas urbanas, que se localizavam em regiões centrais da cidade, em contraposição às escolas isoladas, que recebiam menos investimentos dos governos e situavam-se distantes dos centros econômicos da cidade. (SOUZA, 1998).

A constituição de um sistema baseado em unidades de grupos escolares, acarretou a diferença de prestígio intelectual na formação docente dos diferentes estabelecimentos. Os grupos escolares exigiam a admissão de professores normalistas. Já as escolas isoladas admitiam professores formados

em escolas complementares que, em termos qualitativos, não contemplavam a mesma formação cultural desenvolvida nas escolas normais. De certa forma, essa diferença também incidiu na qualidade do trabalho curricular ofertado em cada escola.

Se as escolas normais se constituíram como centros de refinamento cultural, certamente os grupos escolares se configuraram como a máxima expressão desse pensamento, exigindo dos alunos habilidades específicas, para decodificar os códigos ensinados. Tais habilidades, por exemplo, não foram necessariamente exigidas pelos alunos das escolas isoladas que, além de contar com uma estrutura física diferente daquela dos grupos escolares, também possuíam programas curriculares diferentes.

Assim, desenhava-se, na sociedade, uma hierarquia cultural para classificar os alunos e os docentes, segundo o tipo de bem cultural por eles produzidos, apreciados e consumidos, já que as diferenças de estabelecimentos educacionais também produziram públicos específicos.

Com isso, podemos perceber como a escola, ao mesmo tempo em que foi utilizada como uma política pública de controle estatal, foi também utilizada como meio de ascensão sociocultural por grupos que pretendiam se afirmar como elites políticas e culturais produtoras de um estilo de vida, cujo acesso a determinadas escolas lhes garantia privilégios e *status* socioculturais em uma sociedade rigidamente hierarquizada:

Pensar as escolas como espaços onde são construídas as diferenças entre os grupos sociais, mas que são, ao mesmo tempo, relativamente independentes das imposições da ordem econômica, pressupõe aceitar como provável (...) que cada instituição educacional seja portadora de um estilo, mais ou menos visível, isto é, capaz em maior ou menor grau, de ser percebido e capaz de falar à imaginação dos jovens e de suas famílias. Um estilo que seria tributário tanto da história da instituição e da imagem que seus fundadores construíram para ela, quanto do destino social reservado aos alunos que formou. (ALMEIDA, 2002, p. 138 e 139, grifo nosso).

Para Carvalho (1989), essa ambiguidade cultural reforça o funcionamento da escola na hierarquização dos papéis sociais; às camadas populares uma instrução para disciplinar seus costumes, aos não pertencentes às camadas populares, uma educação que lhes conferisse privilégios culturais e sociais fazendo-os afirmarem-se como uma elite produtora de bens materiais simbólicos.

Nesse sentido, a função social da escola se fundamenta como política pública do estado neopatrimonial brasileiro e assume sua tarefa de moralizar e disciplinar as camadas populares, por meio da propagação e exaltação das práticas e costumes enaltecidos por alguns membros da

sociedade, que se projetavam em tipos específicos de escolas, para se afirmar como uma elite produtora de bens materiais simbólicos.

Elucidadas essas questões, cabe-nos, agora, descrever, como a escola normal Secundária de São Carlos se configurou como um espaço de poder-saber simbólico no seio das relações cotidianamente estabelecidas na cidade.

Partimos, agora, para a criação da escola normal Secundária de São Carlos, procurando apreender, dentro das demandas locais, quais os motivos que propiciaram a criação de uma escola normal Secundária, em uma cidade do interior paulista.

### **3.4 A escola normal de São Carlos**

A escola normal de São Carlos tem sido objeto de inúmeros estudos. Pudemos identificar mais de uma dezena de estudos entre livros, artigos, monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorados. Em sua maioria estes estudos tomam como base a descrição apresentada por Nosella e Buffa (2002), um estudo que marcou época e se tornou clássico pela sua rica e elegante exposição do papel da escola normal de São Carlos.

De uma forma geral, esse estudo segue os padrões das pesquisas realizadas na época de sua produção, partindo das relações de produção próprias ao período e daí deduzindo as relações sociais, econômicas e políticas. Seguindo esta concepção, a escola normal de São Carlos é tomada como um caso exemplar da constituição das escolas normais do período.

O título *Schola Mater*, usado por Nosella e Buffa é assim justificado: a antiga escola normal teria sido a matriz pedagógica republicana do ensino fundamental brasileiro. O clima cultural da escola seria “caracterizado pelo estudo das humanidades, dos autores clássicos e da língua latina” (NOSELLA, BUFFA, 2002, p. 07)

De fato, a antiga escola normal foi a matriz pedagógica republicana do ensino fundamental brasileiro. Formou professores primários que, nos Grupos Escolares, nas escolas isoladas, urbanas ou rurais, e nas escolas particulares empreenderam a tarefa de moldar uma nação republicana, educando seus pequenos cidadãos. (NOSELLA, BUFFA, 2002, p.08)

Apresentando uma concepção de estudos educacionais próprios ao momento de sua produção, a preocupação científica principal seria:

(...) compreender o trabalho como princípio pedagógico em educação brasileira. Qual a forma produtiva característica da República Velha que definia uma sociedade e suas instituições, inclusive as escolares? Mais ainda, como essa forma produtiva

influenciou a instituição escolar? O conflito café/indústria (fazenda/fábrica) seria uma chave importante para a compreensão da escola normal? Por outro lado, o majestoso prédio da Escola, ainda hoje o mais belo da cidade, e o apreço que todos sentem por ela sempre chamaram nossa atenção. Foram essas as motivações que nos levaram a querer investigar a criação da escola normal, a entender melhor a arquitetura do prédio, o perfil do antigo corpo docente e administrativo, a conhecer a clientela, o clima cultural e os conteúdos escolares. Assim estruturou-se este livro. (NOSELLA, BUFFA, 2002, p.08)

É interessante observar que as referências às escolas normais no Brasil, ao longo do livro são feitas de tal forma, que não há diferenças com as características da escola normal de São Carlos. Em diversos momentos, não se pode determinar, se a referência é feita especificamente à escola normal de São Carlos ou ao conjunto das escolas normais. A escola normal de São Carlos é tomada como um padrão e a descrição da escola normal de São Carlos torna-se descrição da forma “escola normal”.

Em certa medida, os objetivos desta pesquisa e o estudo de Nosella e Buffa não são inteiramente distintos, nosso enfoque, entretanto, é de outra perspectiva. Não cabe aqui discutir qual seria a melhor abordagem para o problema. Pretendemos apenas esclarecer que se a abordagem tradicional, representada aqui, pelo estudo clássico de Nosella e Buffa, visa por meio da generalização encontrar o princípio de universalização conceitual, nosso estudo, por outro lado, busca, inversamente, descrever aquilo que é específico e próprio que constitui a singularidade dessa escola.

Segundo Nosella e Buffa, (2002) escola normal de São Carlos atenderia a filhas de fazendeiros e comerciantes mais abastados.

Na introdução do estudo, é apresentada aquela que seria “a conclusão mais relevante” a que os autores chegaram (Nosella e Buffa, 2002 p. 16).

A cultura humanística clássica que formava o currículo dessa Escola tinha por função principal a distinção social do grupo que a possuía, consagrando seu afastamento do trabalho mecânico e manual, Trata-se do mesmo grupo dominante do período Imperial que, na República, ainda no centro do poder, apropriava-se da Escola Normal secundarizando o objetivo de formação profissional e priorizando a produção e a reprodução de uma cultura geral distintiva para suas filhas. É o antigo golpe da elite de “privatizar” o público e, por isso mesmo, a República brasileira acabou sendo uma república mutilada. (Nosella e Buffa, 2002, p. 16)

Embora reconheçam o importante papel das “críticas às concepções paradigmáticas e genéricas” (Nosella e Buffa, 2002, p.20), que estimularam pesquisas sobre aspectos mais

circunscritos, os autores afirmam que a perspectiva que pretendem adotar no estudo sobre a escola normal de São Carlos é considerá-la como exemplar da escola normal republicana.

Assim, a escolha do estudo da Escola Normal de São Carlos seria justificado “pela sua importância que permite perceber a linha geral do desenvolvimento educacional do município e de certa forma contribuir para melhor compreender a política educacional brasileira da República Velha”. (Nosella e Buffa, 2002 p.22)

Mais adiante os autores revelam a razão mais importante da escolha da região de São Carlos:

A razão mais importante, entretanto, é que consideramos a região de São Carlos (como muitas outras), no que diz respeito à articulação entre os diferentes momentos produtivos e a escola, exemplar para um estudo da relação trabalho educação. Exemplar aqui tem um significado oposto ao singular. Ou seja, o desenvolvimento econômico, urbano, cultural e educacional dessa região assemelha-se ao de muitas outras regiões e cidades do Brasil: hegemonia da produção agrário-extrativista, crise dessa forma de produção e emergência de uma industrialização agressiva e inorgânica. Qual cidade grande ou média não ostenta, por exemplo, uma Escola Normal de glorioso passado ou uma importante Escola Técnica voltada para a indústria ou ao comércio ?(Nosella e Buffa, 2002, p. 23)

Um dos pontos que merecem atenção em nosso estudo é o fato de que, como veremos mais adiante, os motivos da implantação das escolas normais paulistas em São Paulo obedeceram muito mais a critérios políticos e de interesses locais, do que a uma necessidade imposta pelo processo produtivo, e a relação trabalho educação não constituía um fator tão eminentemente determinante naquele momento. Mais importante para este estudo é a adoção de uma perspectiva diametralmente oposta. Nosso interesse está voltado para aquilo que é singular e específico na implantação da escola normal de São Carlos e na própria constituição da elite local, cuja importância devia-se muito menos à sua condição econômica do que a uma tradição local.

Mais adiante os autores apresentam uma razão ainda mais profunda para a consideração do caso de São Carlos como exemplar:

Aqui, de fato, o conflito entre a produção agrário-extrativista (pré-industrial) e a produção industrial – chave explicativa de valor universal – pode ser facilmente observado e estudado e se resume na contradição café/indústria.( Nosella e Buffa, 2002, p. 23)

Os autores continuam, apresentando a seguir como esse processo conflituoso poderia ser observado em São Carlos com certa facilidade uma vez que:

a)tanto a produção cafeeira quanto a industrial ocorreram com razoável consistência. A São Carlos do café atingiu níveis de importância econômico-política dos mais elevados do Estado e, mais tarde, tornou-se importante polo industrial; b)de outro lado, esse processo circunscrito no tempo e no espaço facilita nossa pesquisa.( Nosella e Buffa, 2002, p. 23)

O estudo de Nosella e Buffa, como outros estudos conduzidos nesta mesma linha, ao privilegiarem uma abordagem que fundamenta os aspectos educacionais, culturais e sociais ao modo de produção, procurando encontrar no desenvolvimento econômico a chave universal que explicaria a superestrutura política e social acabam por perder de vista os aspectos específicos da própria constituição da economia cafeeira paulista.

Não se pretende aqui discutir a constituição e reprodução das concepções relativas à historiografia educacional ou a forma como muitos textos e autores tornam-se ícones e passa a ser fontes para trabalhos posteriores. Pretendemos aqui discutir a universalização de uma experiência particular, resultado de relações de poder específicas e que determinaram a construção de uma tradição em torno da instituição da escola normal de São Carlos. Não é nosso objetivo, portanto, discutir o papel ou significado das escolas normais em geral, nem analisar o papel da escola normal de São Carlos nos destinos educacionais de São Paulo ou mesmo de São Carlos. Nosso objetivo é mais modesto tendo-se em vista que se trata de uma dissertação de mestrado.

Para Nosella e Buffa, a lavoura cafeeira, nas décadas de 1940 a 1960, era vista como um projeto extrativista, em antagonismo com o processo capitalista industrial. Segundo os autores:

Produzir café nada mais era, entretanto, do que continuar a arcaica forma produtiva extrativista brasileira: pau-brasil, cana-de-açúcar, cacau, borracha, ouro e outros metais. A essência histórica dessa forma de produção é antagônica à produção industrial. (...) Da mesma forma, a terra tinha o valor que o café lhe dava: cada vez mais alto e de natureza predatória. Não existia amor à terra, nem no sentido de recuperá-la dos sucessivos desgastes, nem sequer no sentido de a ela se apegar por razões de tradição e identidade. (Nosella, Buffa, 2002, p.29)

Como observamos ao longo do primeiro capítulo desta dissertação, a economia cafeeira era muito mais complexa e, incluindo-se aí as contradições e tensões próprias ao capitalismo, estava perfeitamente inserida nas relações capitalistas internacionais da época. Mais do que isso, o cafeicultor não era um senhor da Casa-Grande do período da produção do açúcar. Ele era um homem de negócios completamente adaptado e envolvido nas estratégias financeiras do mercado internacional, frequentemente adotando posturas políticas econômicas liberais e de livre concorrência.

Como se pôde constatar o maior cafeicultor da região, Alfredo Ellis era muito mais um homem de negócios, com visão de um capitalismo moderno, defendendo posições econômicas de fortalecimento do mercado consumidor interno, aos moldes fordistas e keinsianos, do que um mero fazendeiro extrativista. Mesmo o conde do Pinhal, foi um homem de visão econômica que compreendia que o café era um elemento dinamizador da economia, voltando-se para a acumulação de capital por meio do mercado comercial e financeiro.

A historiografia econômica mais recente, como vimos, não se refere mais às atividades da cafeicultura do período como monolíticas e tratam a economia cafeeira por meio do conceito de complexo cafeeiro tal como definido por Florestan Fernandes (1974) e Perissinoto (1999) entre outros, como uma etapa de transição do processo de incorporação das forças produtivas especificamente capitalistas na constituição de um capital cafeeiro, que diversificava e criava atividades econômicas que iam muito além da produção de café propriamente dita.

De uma forma geral, os estudos sobre São Carlos e sua história apresentam a mesma perspectiva apontada por Nosella e Buffa. A história da cidade se desenvolve em torno da família Arruda Botelho. Segundo esses autores a cidade de São Carlos:

(...)cresce e desenvolve-se de acordo com a dinâmica da produção cafeeira. Responde às exigências sociais dos fazendeiros liderados pela família Botelho, da Fazenda Pinhal, principalmente do conde do Pinhal (filho de José Carlos Botelho) considerado seu fundador. A cidade, satélite da fazenda, abrigava trabalhadores livres, semi-livres, artesão comerciantes e exercia, sobretudo, funções políticas, sociais e religiosas. (Nosella, Buffa, 2002, p.29)

A história de São Carlos, tal como é contada e reproduzida apresenta-se como o resultado da ação da família Arruda Botelho, que teria se dedicado à sua vida pública à cidade de São Carlos. Das narrativas sobre sua fundação, pelo patriarca da família Botelho, passando por seu maior expoente, Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, continuando pela tradição sempre incentivada e reproduzida pelos descendentes.

A família Arruda Botelho criou para si, uma imagem que se confunde com a própria história da cidade, e que se traduz em comemorações, cerimônias, livros e notícias que até os dias de hoje preservam e alargam as dimensões de sua tradição. Os nomes dos membros da família encontram-se por todos os lados, nas ruas, praças, estátuas, instituições públicas etc. Publicações, inicialmente de historiadores amadores, posteriormente de intelectuais e acadêmicos e até mesmo de membros das famílias criaram uma rede de informações e referências difíceis de se destrinchar.

Um livro recente publicado por uma descendente da família com as receitas culinárias das guloseimas criadas na fazenda, procura restabelecer o clima da época, a visão de mundo e a sensação

de poder próprio à época. Ao lado das receitas nas margens das páginas, se encontram frases retiradas de receitas, escritas a mão em uma sugestão de que teriam sido as receitas retiradas de cadernos das cozinheiras. Entrevistas com descendentes da família contam interessantes casos ocorridos com a família, renovando a expectativa de uma tradição preservada. Entretanto, alguns pontos chama a atenção. Boa parte das receitas foram enviadas pelos descendentes, e não se pode confirmar que de fato eram utilizadas na época em que a fazenda era ativa.

A tradição que envolve a família Arruda Botelho assumiu tal dimensão que muitos de seus rivais políticos e econômicos, que em boa medida, possuíam mais poder econômico nas relações políticas dentro e fora de São Carlos, foram gradualmente apagados da história da cidade.

Muitos aspectos pitorescos da história de São Carlos referem-se às lutas pelo controle e estabelecimento da reputação da família, como a maior, quase ,exclusiva benemérita família de São Carlos. Na medida em que se estuda a documentação da época, emerge uma história mais complexa e nem sempre tão meritória.

A própria história de criação da escola normal de São Carlos pertence a essa rede de conflitos. A criação da escola, a construção do prédio e a sua trajetória estão repletas de narrativas díspares que revelam e permitem que se vislumbre a tensa e conflituosa luta não apenas pelo controle da escola, mas, para além dos seus aspectos materiais, pela reputação que a ela deveria ser associada corroborando para o enobrecimento da família Arruda Botelho. O hino da cidade, a bandeira do município, a história exaltada nas cerimônias escolares, nos discursos, nos jornais do grêmio, nas histórias sempre recontadas geração após geração A escola era a incubadora, celeiro e propagadora de uma nobre história local e de uma nobre família que a conduziu.

Em São Carlos, a liderança na Câmara e nos cargos importantes da municipalidade no período entre 1911 e 1923 era partilhada entre os apoiadores de duas famílias, os Botelhos e os Salles.

A família Botelho representa os herdeiros do fundador da cidade, Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, como ficou mais conhecido, graças ao título recebeu de Dom. Pedro II no período da monarquia, pelos serviços prestados ao Império “na organização dos contingentes e no abastecimento das tropas brasileiras, aquarteladas em Mato Grosso, na Guerra do Paraguai. (DAMIANO, 2007b, p.63)

Por influência do seu prestígio político e pessoal, Antônio Carlos de Arruda Botelho assegurou a liderança política a seus irmãos Coronel Paulino Carlos e Bento Carlos. Paulino Carlos de Arruda Botelho aparece, nos registros do PRP como ativo membro do partido tendo participado da resistência contra os monarquistas em São Carlos. O conde do Pinhal, entretanto, antigo membro do partido liberal na monarquia, embora fosse membro do PRP manteve sempre proximidade com os monarquistas. Durante a crise que opunha os republicanos federalistas e os militares que apoiavam

Deodoro da Fonseca e um projeto de governo centralizador, o conde do Pinhal teria apoiado Deodoro e a sua candidatura a presidente.

Até a eleição de Campos Salles para a presidência do Estado em 1º de maio de 1896, a liderança política da cidade de São Carlos ficou sob o controle da família Botelho, que tinha como chefe político local Paulino Carlos, por várias vezes reeleito deputado federal e bem articulado no PRP na esfera nacional. A vitória de Campos Salles elevou o prestígio de uma família rival, a família Salles e representou a ascensão política de José Augusto de Oliveira Salles, primo do novo governador e de Alberto Salles e irmão de Pádua Salles na esfera política são-carlense.

Os Salles eram uma poderosa família de fazendeiros e políticos de Campinas e constituíam naquele momento a liderança política do PRP e se afastavam das concepções políticas e interesses econômicos mais tradicionais. Oliveira Salles teria chegado a São Carlos por volta de 1878, para administrar a lavoura de seu pai. No ano seguinte, casou-se com Maria de Anunciação Camargo Penteadó, filha de Elias de Camargo Penteadó, vereador da primeira legislatura da cidade e pertencente a uma família paulista tradicional. A complicada situação política e econômica nacional e suas implicações locais colocaram os Salles e os Arruda Botelho em campos distintos. Além disso, corria um boato que após a morte inesperada do Conde do Pinhal, ele teria participado de um complot monarquista para derrubar a ainda incipiente república. A veracidade e implicações desta história nunca foram esclarecidas, permanecendo no folclore local. O que é possível depreender-se desta situação é a constante tensão que perpassava todas as relações políticas locais e a luta que se estabeleceu pelo controle das instituições locais.

O domínio atribuído à família Arruda Botelho não era tão tranquilo quanto a tradição faz parecer e tanto o conde do Pinhal em vida, quanto seus descendentes, encontraram resistências políticas ao estabelecimento de sua tradição de predomínio local.

A criação da escola normal ocorreu em meio a esse conflito e, de acordo com o material coletado, foi um evento que se caracterizou pela constante disputa entre as famílias, pela reputação de criação dessa instituição.

Um das principais fontes sobre a origem da escola normal de São Carlos é o livro de Ary Pinto das Neves, “São Carlos na esteira do tempo” (2007), ex-professor da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião, antiga escola normal<sup>60</sup> Neves é frequentemente citado nos estudos sobre a escola normal e sobre a política de São Carlos naquele período. Segundo Neves (2007), a história da criação da

---

<sup>60</sup>Ary Pinto das Neves (1919-2004) nasceu em São Paulo. Mudou-se para São Carlos em 1940. Formou-se em História. Lecionou no Instituto de Educação Drº Álvaro Guião por muitos anos. Atuou como diretor do Ginásio Diocesano, da Escola Estadual Militão de Lima e do Departamento de Cultura da Prefeitura municipal de São Carlos. Após sua morte, sua biblioteca particular foi doada para o Centro Universitário Central Paulista (UNICEP) no campus 1 da cidade de São Carlos. (Informações cedidas pelos bibliotecários da UNICEP)

escola normal Secundária de São Carlos constituiu um entre tantos episódios que, na intrincada política local, marcaram as disputas entre as famílias que se alternavam na política local e que teriam recebido, popularmente a alcunha de “faustinos” e “bicheiros”:

O espírito de humor sarcástico do povo miúdo atribuiu aos dois grupos apelidos depreciativos. Os Botelhistas detestavam a alcunha de “faustinos” tirada de um tal Fausto, bronco policial vindo do Nordeste, que diziam roncadador de papo, mas de pouco tutano; os sallistas eram apodados de “bicheiros” porque tinham o apoio unânime dos bancadores do jogo de bicho da praça (NEVES, 2007, p.23)

Neves (2007) descreve ambas as famílias como proprietárias rurais, que gozavam de privilégios culturais e políticos, reunindo em torno delas, a larga parentela, o numeroso compadrio e o apoio dos fazendeiros menores e correligionários.

De acordo com Neves (2007), o processo urbano-civilizador e o conseqüente embelezamento da cidade ocorreu relacionado aos interesses dos chefes locais apoiados pelo situacionismo estadual. As eleições, como ressalta o ex-professor da escola normal, “eram feitas a bico de pena e o eleitorado era sabiamente de cabresto e de rédea curta” (NEVES, 2007, p.23)

Em sessão da Câmara da cidade de São Carlos, de três de abril de 1906, tendo como presidente Affonso Botelho de Abreu Sampaio, servindo como secretário João Ângelo Appratti, foi apresentada uma indicação do então intendente municipal Dr. Serafim Vieira de Almeida<sup>61</sup>, aprovada e assinada pelos vereadores Affonso Botelho de Abreu Sampaio, Dr. Serafim Vieira de Almeida, Francisco Xavier de Almeida, Delfino Martins de Camargo Penteado, major Manuel Antônio de Mattos e João Angelo Apratti reivindicando ao governo estadual a criação de uma escola complementar<sup>62</sup> de formação de professores em São Carlos.

Encontra-se abaixo o trecho extraído da Ata Municipal<sup>63</sup>:

Indicação do senhor Dr. Serafim Vieira Almeida: Considerando que sobre a população deste município calculado em 60 mil habitantes,

---

<sup>61</sup> Dr. Serafim Vieira de Almeida natural de Sergipe. Formou-se em medicina. Fez especialização na França e migrou para São Carlos, no início de 1890 e no seguinte já ocupava cargo no governo municipal. da Santa Casa em 1906. Teve representação política em diversas legislaturas. Casou-se com uma das filhas do Cel. Paulino Carlos de Arruda Botelho. Após sua morte seu acervo particular foi doado a Biblioteca Municipal constituindo seu núcleo inicial. Em frente a Santa Casa encontra-se a erva do médico falecido em 1955. (Damiano,2007b)

<sup>62</sup>Os cursos complementares constituíram praticamente o principal processo de qualificação de docentes até 1911, quando então seriam transformados em escolas normais primárias –permanecendo a escola normal como uma instituição à parte, de categoria superior, mas de limitada contribuição para o magistério primário propriamente dito, uma vez que, além de pequenos, o número de seus egressos, parte deles se dirigia para os cargos administrativos do ensino. (TANURI, 1979, p.103)

<sup>63</sup>Ressaltamos que optamos por permanecer com a grafia original do documento.

há trez mil creanças em idade de receber instrução e so existindo um grupo escolar que comporta no máximo 400 alunos, a instrução primária fornecida pelo governo do Estado é insuficiente; Considerando que, sendo São Carlos o centro de convergência de uma grande zona agrícola, maior do que alguns Estados da República, onde além de ser insuficiente a instrução primária, não existe nenhum estabelecimento de instrução secundária. Considerando que a Câmara municipal sobrecarregada com as grandes despesas que fez para o saneamento e embelezamento não dispõe de meios para melhorar a instrução que ministra aos seus municipais. Considerando que são frequentes e muito justas as reclamações dirigidas nesta corporação contra a insuficiência de nossa instrução pública não só pelos chefes de família como pela imprensa local: Indicamos que a Câmara Municipal officie ao Ex. Snr. Dr. Secretário do Interior solicitando a criação de uma escola complementar nesta cidade. [...] (Sala das Sessões Municipais da Câmara, 3 de abril de 1905)

De acordo com Neves teria sido Carlos Botelho<sup>64</sup>, filho do fundador da cidade, e na ocasião, Secretário de Agricultura, conhecido por sua desenvoltura política, quem teria suplantado as determinações legais de criação da escola, antes da aprovação do governo e ao determinar a construção do prédio em área de terreno adquirida do coronel Manoel Antônio da Cunha e do Dr. Cincinato Braga, deputado federal.

Para o Secretário da Agricultura, a instalação de uma escola complementar faria com que a cidade estivesse mais próxima do progresso: “A instalação de uma Escola Complementar, que sem, contestação, será um dos sólidos alicerces do progresso de nossa ridente cidade um novo e pujante elemento de seu desenvolvimento.” (“A Folha”, 01/11/1973: caderno de Reminiscência/São Carlos).

Em 2 de abril de 1908, foi assentada festivamente a pedra do edifício, com o discurso oficial do juiz de direito, Dr. Octaviano Vieira.

Como estava próximo do final do mandato, o então Secretário acelerou as obras, o mais que pode, para que fosse fixado na fachada da escola o título de “Escola Complementar Conde do Pinhal”, “singela” homenagem ao seu pai. Seu projeto de concretização da escola complementar ficou estagnado por alguns meses, possivelmente por ter sido o prédio foi construído sem a prévia autorização do chefe de governo, na época, o Dr. Jorge Tibiriçá (1904-1908), o que teria sido considerada uma afronta política.

Com forte apoio na esfera estadual, os Sallistas derrotam Botelhos na política local. Foram eles apoiados pelo governo Albuquerque Lins (1908-1912), e representados pela figura de José Augusto de Oliveira Salles, e seu irmão Pádua Salles ocupou a pasta de Agricultura. O projeto de construção

---

<sup>64</sup> Dr. Carlos Botelho nasceu em Piracicaba foi único filho do primeiro casamento do Conde do Pinhal. Concluiu seus estudos na França. Formou-se médico-cirurgião e fundou o primeiro hospital clínico e cirúrgico de São Paulo. Lavrador e importante pecuarista foi Secretário da Agricultura e Obras Públicas de 1904 e 1908. (Damiano, 2007b)

da escola complementar ficou desativado e o assunto foi alvo predileto na imprensa local representada pelo jornal “A Cidade de São Carlos” que sugeria ter sido a rivalidade política a causa da paralização da instalação da escola .

O jornal publicou irônico artigo açoitando a incapacidade do diretório republicano de concluir as obras da escola complementar, sendo os Sallistas, por isso, depreciativamente chamados de “cachos de bananas”. O Secretário Antônio de Pádua Salles e seu irmão José Augusto de Oliveira Salles, ofenderam-se com as críticas e agitaram o seu diretório a tomar uma decisão:

Pressionaram o seu líder em São Paulo, que foi obrigado a providenciar rapidamente uma saída honrosa. Prometeu não mais uma simples e desimportante Escola Complementar, como queriam os fautisnos, mas uma notável Escola Profissional, moderníssimos padrões, tal qual uma que ele conheceu em Buenos Aires. Regressando a São Paulo, obteve o senador-secretário a designação do professor João Lourenço Rodrigues, lente da escola normal da Praça, para vir a São Carlos e examinar o prédio da rua José Bonifácio para servir à futura Escola Profissional, “única no gênero no país (NEVES, 2007, p.88, grifo nosso).

O parecer do professor João Lourenço Rodrigues, lente<sup>65</sup> da escola normal da Praça e inspetor da instrução pública de São Paulo, assim como Oscar Thompson, não foram favoráveis à instalação de uma escola profissional, pois, segundo eles, o prédio não estava em condições de acolher uma escola desse tipo, como queria o senhor Pádua Salles, por não dispor de estrutura física adequada para receber os equipamentos mecânicos e elétricos e, também, por São Carlos não possuir oficinas mecânicas - fonte de recursos para o funcionamento da escola e prática dos alunos.

A crise sobre a proposta de criação de uma escola profissional denota a diferença entre os papéis atribuídos a escola na política local. Consideravam os Sallistas que uma escola técnica representaria um elemento de progresso e modernização local. Os Botelhos, por sua vez criticaram o projeto, porque, diziam, que uma escola profissional não corresponderia ao nível intelectual da cidade e, para eles, esse tipo de escola era apenas um “simples liceu de artes e ofícios, destinados a ensinar sapateiros a bater sola” (NEVES, 2007, p.88) Consideravam que o foco da economia são-carlense não era a indústria e sim a lavoura cafeeira.

Abaixo segue um excerto, do relatório do Prof. João Lourenço, encaminhado ao governo de Estado:

[...] uma escola profissional modesta, destinada à preparação de simples operários, só poderá recrutar alunos nas classes pouco

---

<sup>65</sup>Antigamente a nomenclatura de Lente era utilizada para caracterizar professores cathedráticos com cargos vitalícios que ingressavam especificamente em Escolas Normais Secundárias por meio de concursos por elas organizados.

favorecidas de fortuna, e por isso mesmo, ella só se tornará viavel sob a forma de internato gratuito como o Instituto D. Anna Rosa de Santos, para não citar mais de um exemplo. Por outro lado as aspirações da população de São Carlos e de toda zona circunjacente são assaz conhecidas e acham se por assim dizer crystallizadas no dístico que se lê no frontispício do prédio: Escola Complementar Conde do Pinhal. O que S. Carlos quer – e essa aspiração é antiga – é uma escola destinada á formação de professores primários. (Trecho do Relatório de Prof. João Lourenço, extraído da Revista Excelsior! ano 1 p. 10, 1911.)

A análise da documentação permitiu que se concluísse que o projeto de embelezamento da cidade, constantemente citado nos discursos da Câmara de Vereadores e nos jornais, passava pela constituição de um imaginário que tinha na escola um de seus aspectos fundamentais. Ao gosto próprio à época, a nova escola, disseminaria as virtudes republicanas e cívicas constituindo a representação de um corpo de professoras impecavelmente uniformizadas, símbolos de conhecimento a ter, espalhados grupos de alunos que, futuramente, seriam operários em indústrias.

Observe-se que o excerto enaltece, sobretudo, a fachada da escola, como se ela distinguisse aqueles que estão dentro e fora do prestígio cultural da cidade, ou seja, aqueles que estudam no Conde do Pinhal e aqueles que estudam em outra escola qualquer. Estudar na escola Conde do Pinhal remeteria a uma significação de pertencimento à história de um homem ilustre que muito teria contribuído para o progresso da cidade. Em um mesmo movimento a escola apresentava-se como perpetuadora de uma tradição local do sempre renovado enobrecimento do Conde do Pinhal ao mesmo tempo em que a própria escola era enobrecida pela sua identificação com o Conde.

O professor João Lourenço na condição de representante da instrução pública, sugeriu, então, que no lugar de uma escola complementar ou profissional fosse criada uma escola normal. Usando de amizades influentes, recorreu ao tabelião Manoel de Matos Azevedo pedindo-lhe que conseguisse um abaixo-assinado com o maior número possível de assinaturas, pleiteando a criação de uma das três Escolas Normais Secundárias, já criadas em lei número 88 de 3 setembro de 1892 e, apenas uma, instalada em Itapetininga.

A instalação de uma escola normal tratava-se, agora, de uma questão de honra para o diretório republicano local que, além de rebater a crítica do jornal “A Cidade de São Carlos”, tinha que demonstrar sua capacidade de concretizar a instalação de uma escola, complementar ou não, mas que fosse à altura das exigências do antigo governo.

Nessa ocasião, o Major José Ignácio de Camargo Penteado<sup>66</sup>, representante Sallista protestou não ser “um banana” como teria sido afirmado na imprensa. Valendo-se de suas relações políticas na

---

<sup>66</sup>José Inácio de Camargo Penteado natural de Capivari, radicou-se em São Carlos ainda no início de sua povoação.

esfera estadual, pressionou o congresso estadual para que fosse atendido o abaixo-assinado solicitando a criação de uma escola complementar.

Por gozarem de privilégios na política estadual, o Major José Inácio de Camargo Penteado, o tabelião Manoel de Mattos Azevedo, José Rodrigues Sampaio, o deputado estadual Dr. Joaquim Augusto Gomide, o coronel José Augusto de Oliveira Salles e outros políticos locais, entre Sallistas e Botelhistas, empenharam-se, cada um ao seu modo, na concretização do projeto. Como resultado, os recursos destinados à instalação da escola normal secundária foram aprovados na lei orçamentária de 30 de dezembro de 1910.

Com o projeto aprovado, começou a instalação de uma escola normal secundária, nos mesmos moldes da escola normal da Praça, em São Paulo<sup>67</sup>. Nessa época, já corria um projeto propondo a extinção das escolas complementares em São Paulo, o que ocorreu por meio do decreto 2.025, de março de 1911, que as converteu em escolas normais primárias.

As escolas normais primárias não eram tão prestigiadas, porque formavam apenas os professores de primeiras letras, enquanto as escolas normais secundárias destinavam-se à formação de professores de todos os níveis, além de serem preparatórias para o ensino superior.

A forma como a disputa entre as famílias é narrada pelos jornais da época denota a paixão provocada pelo tema da implantação da escola. Não se tratava simplesmente de um projeto de instrução pública. A luta política pelo privilégio da responsabilidade pela criação da escola, constituía uma estratégia que demonstraria o prestígio das famílias junto ao governo estadual. Entre as famílias locais e os dirigentes do PRP estabelecia-se um jogo político que articulava o prolongamento de uma tradição.

A criação da escola era parte deste jogo e ao autorizar a implantação de uma escola normal, os governantes do estado propiciaram mais um elemento para o enobrecimento local, ao torná-la uma das três cidades escolhidas para abrigar uma escola normal secundária e não uma escola normal primária, excedendo os propósitos indicados na reivindicação para uma escola complementar.

Não se tratava, portanto, de um projeto de educação oligárquica, mas de uma articulação entre os interesses políticos de famílias locais com interesses da liderança política estadual.

---

Segundo Damiano, “sem ter grande cultura, era inteligente, vivo e conservador”. Exerceu importantes cargos públicos como: juiz de paz, delegado de polícia. Chefiou o localmente o Partido Liberal. (DAMIANO, 2007b)

<sup>67</sup> A Escola normal da Praça foi criada na cidade de São Paulo no ano de 1846, a partir das determinações do Ato Adicional de 1834 que conferia as províncias a atribuição de legislar sobre a instrução pública. Ao longo de sua história, a escola chegou a ser extinta duas vezes e mudou várias vezes de prédio. Foi instalada junto a Catedral do Largo da Sé, depois instalou-se junto à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, sendo posteriormente transferida para a Praça da República e atualmente localiza-se no bairro da Aclimação. Essa escola tornou-se um importante centro de referência de práticas pedagógicas para as demais escolas normais primárias e secundárias e foi a primeira instituição a adotar o sistema seriado de ensino.

A implantação de uma escola normal garantiria, para os Botelhos, o prestígio e a perpetuação do nome da família e a qual sua criação estaria para sempre associada, por outro lado, seria instrumento de propaganda do governo estadual angariando prestígio e votos para os Sallista. Além disso, ao fazer de São Carlos uma das três cidades que naquele momento abrigariam uma escola normal, se legitimava e reafirmava a ideia do prestígio familiar que, por meio de seu prestígio pessoal, fazia de São Carlos, uma das mais importantes cidades de São Paulo. Há muito, os fazendeiros locais não possuíam as riquezas que outrora lhes tinha garantido, a constituição de uma tradição, influência e poder. Tornava-se, então, necessário o uso de outras estratégias que legitimassem, ao menos localmente, o seu prestígio político. A demonstração da força política junto as autoridades do estado, garantiam que o discurso de poder de elite permanecesse.

A instalação de uma escola normal secundária traria maior destaque e prestígio a São Carlos, que se destacaria entre as principais cidades do interior paulista. A isso foi adicionada a construção de uma imagem da escola como centro de excelência, que se destacaria frente às demais instituições escolares pela sua competência em formar personalidades, que futuramente, ocupariam cargos públicos de prestígio. Restava estabelecer quem ficaria, para a posteridade, como o responsável pela criação da escola.

Uma escola normal Secundária, por si só, constitui o elemento capaz de impulsionar o progresso de qualquer localidade. A de S. Carlos pela competência e critério de seu director e seus lentes, conseguiu em pouco tempo conquistar a confiança pública e do próprio governo do Estado. Este, quando precisou de um professor que o representasse no Congresso Geographico do Paraná aqui veio buscar o professor João Lourenço, recentemente aproveitado da escola normal da Capital, o inspector geral de ensino sahiu da Escola: daqui sahiu o Dr. Pereira Juniro para em comissão organizar a instrucção da Força Publica do Estado, daqui sahirá brevemente para escola normal da Capital o professor Theodorico de Moraes. Os outros lentes que aqui ficaram são especialistas profundos em suas cathedras (CORREIO DE SÃO CARLOS, 16 de fevereiro de 1913, autor anônimo)

Para além do discurso que concebía a instalação de uma escola secundária normal como um instrumento de progresso local, pode-se depreender a constituição de um campo simbólico determinado pelas estratégias de enobrecimento das elites locais; afinal se o governo de estado não aprovasse tais projetos da Câmara, as obras talvez não fossem concluídas por falta de investimentos financeiros.

Existiam, portanto, concessões e alianças políticas que beneficiavam os chefes locais e os chefes de governo, no espaço público. Tais alianças eram reforçadas, sobretudo, por meio dos ritos de

lançamento da pedra fundamental, inauguração do novo edifício<sup>68</sup> e outras sessões solenes, ressaltando a participação da escola em eventos nacionais.

Embora tradicionalmente tenha se considerado, Carlos Botelho, como o mais importante nome na criação da escola normal, de acordo com a documentação da Câmara, teria sido o Major José Ignácio de Camargo Penteadado aquele que empreendeu esforços para a sua criação. Próximo ao final do mandato, pressionou o governo do Estado para a instalação de uma escola complementar ou “não contassem mais com o seu apoio para os candidatos do governo” (NEVES, 2007, p.88), ameaçando deixar o partido caso sua reivindicação não fosse atendida.

O Almanach de 1915, ao referir-se ao empenho de Major José Ignácio de Camargo ressalta que “foi certamente atendendo a esses pedidos e à privilegiada situação da nossa cidade, como centro de zona, que o governo resolveu escolheu-a para sede de uma das escolas normais que fora autorizada a criar pela lei n.88 de 3 de setembro de 1892” (CAMARGO, 1915, p. LIX, grifo nosso).

Entretanto quem obteve o reconhecimento simbólico foi Carlos Botelho. Em artigo publicado pelo secretário oficial da escola normal de São Carlos, José de Camargo, na revista Excelsior!,<sup>69</sup> no ano de 1911, faz a seguinte ressalva:

[...] tudo conspirava para o bem dessa terra havendo optimas condições por parte dos governos já mencionados: o dr. Carlos Botelho nos deu o prédio, o dr. Padua Salles nos daria uma escola profissional, movido pelo ardente desejo de uma experiência, que, certamente seria de grandes resultados para nossa vida industrial, se não ocorressem os óbices ponderosamente apontados pelo Prof. João Lourenço Rodrigues[...]

Embora nas Atas da Câmara municipal do ano de 1906, Carlos Botelho não tenha sequer sido citado como responsável pela reivindicação de uma escola complementar, foi a ele imputada a responsabilidade pela criação da escola. No cargo de Secretário de Agricultura, ele acelerou as obras e a nomeou Escola Complementar Conde do Pinhal, em homenagem ao mais ilustre membro local de sua família. Assim, a família Botelho garantia não apenas o privilégio de ter, entre seus membros, o

---

<sup>68</sup> Coincidentemente a festa de inauguração do novo edifício da escola normal secundária em São Carlos ocorreu junto com cerimonial de formatura da terceira turma de professorandos (1916). Segundo Da Matta (1983) os ritos de festividades referem-se a ações presentes no cotidiano mas que por um motivo ou outro, essas ações são transformadas em símbolos, deslocando o real para o extraordinário assumindo sentidos e significações hierarquicamente organizados no campo social. Assim, se analisarmos o discurso das festividades de inauguração do novo edifício e o cerimonial de formatura (1916), exaltados no Correio de São Carlos (18/11/1916) poderíamos dizer que as autoridades nacionais ligam o povo ao Estado, os políticos locais representam as autoridades nacionais e os formandos se colocam como agentes produtores de bens simbólicos, como se cada um dos agentes tivesse seus lugares bem delimitados nesse campo de atuação.

<sup>69</sup> Excelsior! foi uma revista pedagógica organizada pelos alunos do grêmio normalista 22 de março da Escola normal Secundária de São Carlos

fundador da cidade e o mais prestigiado fazendeiro local, como também, a responsabilidade pelo enobrecimento intelectual local.

Tal atitude revela uma estratégia simbólica do exercício da política para se conservar no poder e consagrar-se na memória são-carlense como emérito cidadão que muito fez pelo progresso intelectual de São Carlos, inserindo-se, pois, “numa relação de metomínia com o grupo; sendo parte do grupo, ele funciona como sinal pela totalidade do grupo”. (BOURDIEU, 2000, p.159)

No ano de 1913, Dr. Carlos se candidatou a Senador do Estado. A escola normal, foi apresentada como um de seus grandes feitos pelo redator do periódico “Correio de São Carlos”:

[...] sem elle [Dr. Carlos Botelho] de nada valeria a lei que créara essa instituição; os dias passariam por sob nossas esperanças e, quem sabe, quando teria S. Carlos um instituto scientifico dessa ordem?  
[...] Exmas. alumnas e srs. alumnos esse benemerito fundador da Vossa escola normal está batendo às portas do povo paulista, pedindo-lhe voto para senador; auxilial-o nesta justa aspiração é um dever de gratidão. Mas do que isso é um dever cívico.  
Amanhã sereis educadores dos nossos filhos e, então executando o programma official do ensino publico, tereis que dar aos seus alumnos noções elementares de educação cívica. Taes noções versadas em definições abstratas de fórmulas de governo de nada desde que as creanças não tenham uma noção segura do exercício do voto. Este só se verifica quando é dado com certeza que o candidato está altura da missão de que se propõe desempenhar. O Dr. Carlos Botelho esta nesse caso. [...] (CORREIO DE SÃO CARLOS, 1 de fevereiro de 1913, autor desconhecido, grifo nosso)

Presentes em diversas instâncias da cidade, esses discursos se organizavam em torno da figura pessoal do candidato à eleição. Isto mostra como o espaço público se transformou em uma extensão particular dos interesses dos agentes políticos. Não há uma distinção entre a esfera pública e a privada. No discurso político da candidatura de Carlos Botelho, podemos observar que o sentimento patriótico e cívico dos professorandos revela-se como gratidão por sua “iniciativa de criar a escola normal” contribuindo, assim, para o desenvolvimento da cidade, induzindo uma permanente presença simbólica que confundia a história da cidade com a história da própria família Botelho.

De tudo o que foi analisado até aqui pode-se concluir que a instalação da escola normal em São Carlos, não foi aleatória e/ou simplesmente uma determinação legal do governo em fase de expansão da instrução primária. Não há como negar que as escolas normais fazem parte de um sistema político nacional, e que eram parte importante do projeto de institucionalização administrativa e modernização dos governantes paulistas. A situação, porém, que levaram a sua criação, obedeceram a critérios que, frequentemente, pouca relação tinham com o próprio projeto.

É irônico o fato de que a escola normal secundária tenha sido proposta pelos Sallistas, defensores de uma visão de mundo modernizadora e industrial, mas que, ao final tenha sido apropriada pelos Botelhos, defensores de uma concepção de elite tradicional rural.

Um aspecto interessante da questão está no fato da disputa pela criação da escola normal secundária não ter ocorrido no interior da Câmara dos Vereadores e intendentes municipais<sup>70</sup>, nem ter tido a participação dos prefeitos. Não quer dizer isso que fossem alheios ao assunto, mas parece denotar que a questão tornara-se de tal modo, ilustrativa dos poderes familiares que foi tomada como ponto de honra e, levada adiante pelos próprios líderes políticos das famílias.

As tabelas 5 e 6 (abaixo) trazem os nome dos presidentes da Câmara, intendentes municipais e prefeitos e serve para mostrar a ausência dos agentes envolvidos na criação da escola normal Secundária em São Carlos. A partir dessa ausência pode-se concluir que a conquista da criação da escola normal reforça a intenção da família Botelho em reafirmar seu poder incluindo suas condições de benfeitor e provedor dos ocupantes de cargos locais, mostrando suas capacidades em articular-se com os agentes políticos do Estado e da União.

**Tabela 5- Presidentes da Câmara e Intendentes Municipais 1892 a 1908**

Presidentes da Câmara e Intendentes Municipais - 1892 a 1908		
Nomes	Períodos	Cargo
Joaquim José Gonçalves Braga Eugenio Egas	30/09/1892 a 06/01/1894	Presidente Intendente
Augusto de Souza Franco Eugenio Egas	07/01/1894 a 07/01/1896	Presidente Intendente
Ladeira de Faria Major Julio de Salles	07/01/1896 a 07/01/1898	Presidente Intendente
Marcolino Lopes Barreto Joaquim Augusto Gomide	07/01/1898 a 06/01/1902	Presidente Intendente
Joaquim Augusto Gomide Gastão de Sá	07/01/1902 a 07/01/1903	Presidente Intendente
Joaquim Augusto Gomide Gastão de Sá	08/01/1903 a 03/01/1905	Presidente Intendente
Serafim Vieira de Almeida Souza Lima	07/01/1905 a 07/01/1906	Presidente Intendente
Afonso Botelho de Abreu Sampaio Manoel Antônio de Mattos	08/01/1906 a 14/01/1908	Presidente Intendente

Fonte: Galeria dos Prefeitos Sala Antônio Massei -Fundação Pró-Memória de São Carlos)

<sup>70</sup>Os conselhos de intendência municipal, instituídos no início de 1890, foram órgãos criados pelo governo republicano para gerir os municípios até que fossem regulamentadas a organização dos Municípios e a legislação para as novas eleições, baseada no novo modelo político que se estabelecia. (Galeria dos Prefeitos, São Carlos, 2012, autor anônimo)

**Tabela 6: Prefeitos 1908 a 1930**

Prefeitos - 1908 a 1930	
Nomes	Períodos
Rodolfo Gastão de Sá	15/01/1908 a 14/01/1912
José Rodrigues Sampaio	15/01/1912 a 14/01/1914
Delfino Martins de Camargo Penteado	15/01/1914 a 14/01/1917
Elias Augusto de Camargo Salles	15/01/1917 a 14/01/1920
Eugênio Franco de Camargo	15/01/1920 a 14/01/1922
Elias Augusto de Camargo Salles	15/01/1922 a 14/01/1923
José Fonseca Teixeira de Barros	15/01/1923 a 14/01/1925
Joaquim Evangelista de Toledo	15/01/1925 a 14/01/1928
Alencar da Cruz Leite*	16/01/1928 a 03/02/1928
Paulino Botelho de Abreu Sampaio**	04/02/1928 a 27/10/1930

\* Eleição anulada por irregularidades na sessão que o elegeu, decisão tomada pela Câmara em 04 de fevereiro de 1928.  
\*\* Com a Revolução de 1930, a administração da cidade passou para uma Junta Governativa.

Fonte: Galeria dos Prefeitos Sala Antônio Massei -Fundação Pró-Memória de São Carlos

Agora iremos elucidar alguns pontos importantes sobre a instalação da escola. A escola normal secundária de São Carlos, foi criada pelo Decreto nº 2.225 de 16/04/1912, e inicialmente teve sua instalação em um prédio provisório situado no bairro da estação à rua José Bonifácio. Iniciou as suas atividades no ano de 1911 e, por volta de 1913, a imprensa local “O Correio de São Carlos” fez um apelo ao diretor geral de instrução pública na época João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, reivindicando a construção de um novo prédio, já que o atual não conseguia suprir as demandas educacionais da época:

Cada vez se faz sentir mais defficiencia do edificio da escola normal desta cidade. Cada anno que se installa no curso se avoluma as dificuldades. Ao reabrirem-se as aulas, agora será necessário, desdobra-las por falta de salas para o funcionamento do terceiro anno. Em 1914 com a installação do 4º anno,não sabemos como poderá a Directoria da Escola superar as difficuldades. Urge, pois, uma providencia por parte do governo do Estado. Essa providencia deve constituir na construcção imediata do novo edificio no largo de São Sebastião para o que já existem verbas e plantas.

Para essa necessidade local, o povo de S. Carlos apella para os bons officios do illustre Dr. João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, digno director geral da instrucção pública que melhor do que nós conhece a necessidade a que nos referimos.

São Carlos que tem elementos para no futuro remoto, tornar-se a principal cidade do Estado precisa apparelhar-se.

[...] Aceite o Dr. Chrysostomo o encargo de patrocinar junto ao governo do Estado esta justa causa do povo de S. Carlos que lhe ficará devendo profunda gratidão” [...] (CORREIO DE SÃO CARLOS, autor anônimo, 14 de janeiro de 1913)

Dez dias após a publicação desse artigo, o “Correio de São Carlos”, publica um novo artigo exaltando a própria iniciativa pela aprovação das verbas necessárias para a construção do novo edifício da escola normal, orçadas pelo governo de Estado em Rs 200:000\$:

Quem leu o nosso, recente appello, nesse sentido, ao Dr. João Chrysostomo ha de suspeitar que s. excia. no pensamento de attender á necessidade real que o Correio fez sentir.

Nós porém não suspeitamos, temos certeza de que o Dr. Chrysostomo, que prima por seu attencioso e justo, apressou se em s. excia. é digno e intelligente director effectivo”

Não se leve á conta de < presumpção e agua benta... > e permitta-se que o CORREIO possa rejubilar-se do effeito que surtiu o seu lembrete (CORREIO DE SÃO CARLOS, autor anônimo 24 de janeiro de 1913)

Em 1911, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior foi designado para o cargo de Diretor Geral do Ensino ocupando a vaga de Oscar Thompson<sup>71</sup>. João Chrysostomo fora diretor da escola normal de São Carlos. Diplomado pela escola normal da Praça seguiu a carreira do magistério. Mais tarde, formou-se advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Quando nomeado Diretor de Ensino, exercia o cargo de Inspetor Escolar na Capital.

Parecia a todos ser lógico que João Chrysostomo uma pessoa de influência políticas no cenário educacional do país, e na condição de Diretor Geral do Ensino, não poderia deixar de contribuir para o desenvolvimento educacional da escola normal de São Carlos, local onde exerceu o cargo de diretor. Pode ter sido uma coincidência, mas seu nome foi citado no artigo do dia 14 de janeiro de 1913 e, novamente, citado dez dias após esse artigo. Talvez João Chrysostomo sequer tenha sido o principal agente envolvido na aprovação das verbas públicas para a construção do novo edifício, mas por ele representar uma pessoa de influência política tanto na esfera local quanto na esfera nacional, seu nome ganhou reconhecimento, sendo exaltado na imprensa local “Correio de São Carlos”.

---

<sup>71</sup> Sobre esse assunto ver Pirolla (1988)

Em 1914, inicia-se as obras para a construção do novo prédio e em maio do mesmo ano é posto em concorrência pública<sup>72</sup>, pelo governo de Estado, os trabalhos de construção do novo edifício:

[...]foram iniciados hontem os preparativos para a construção das obras do novo edificio da nossa escola normal.

Das propostas apresentadas á Secretária de Agricultura foi aceita a do construtor Sr. Torrelo de Nucci residente em Jahú, a qual é de 208 contos quando o orçamento era de 238.

A proposta do senhor Germano Fehr<sup>73</sup> que foi o executante das obras de fundação do mesmo edificio deixou de ser aceita por ser menos vantajosa[...] (CORREIO DE SÃO CARLOS, autor anônimo, 16 de julho de 1914)

Mais importante do que os aspectos institucionais é a instalação do prédio em um lugar de visibilidade e destaque na cidade. Embora estivesse localizado próximo à ferrovia principal, na parte oeste, o prédio que vinha sendo ocupado provisoriamente pela escola normal, não garantia sua visibilidade no eixo principal de desenvolvimento urbano:

[...] o majestoso prédio que se ergue ao bairro da estação a rua José Bonifácio esquina com a rua Victória merece bem o qualitativo que lhe demos de majestoso não só pela imponencia architetonica como pela sua magnifica, situação topographica, em que se domina toda a cidade, num vastissimo descortino.

Infelizmente, porém como nem tudo pôde ter o cunho de perfeição consoantes aos desejos de cada um, si a situação do edificio é magnifica sob o ponto de vista esthetico e hygienico, todavia não o é, em relação a commodidade de distância que devia ser observada visto encontrar-se a cerca de um kilometro do centro da cidade. [...] (JOSÉ DE CAMARGO, Revista Excelsior!, nº1, 1911)

O local para o novo edifício da escola normal foi cuidadosamente escolhido. O edifício foi construído na antiga Praça Rio Branco, que reflete a parte mais alta do município<sup>74</sup>, cujos dados relativos à formação da cidade de São Carlos são importantes para compreendermos a configuração social da área escolar e da escola, como um campo simbólico de poder.

### **3.5 A construção do prédio da escola**

---

<sup>72</sup> Concorrência Pública é uma modalidade de licitação para contratos de grande repercussão, assegurando a participação de quaisquer interessados que preencham os pré-requisito postos no edital de convocação. Em São Carlos o edital de Concorrência Pública para continuação das obras de construção do novo edifício da escola normal, foi publicado no dia 26 de junho de 1914.

<sup>73</sup> Luiz Germano Fehr, suíço radicado em São Carlos, empreiteiro-construtor, coordenou a construção do colégio São Carlos. Teve suas filhas matriculadas na Escola normal Secundária nos anos de 1917 (Elza Fehr) e 1922 (Olga Fehr).

<sup>74</sup> Atualmente a visibilidade da Escola normal Secundária de São Carlos é prejudicada em decorrência do desenvolvimento urbano, mas mesmo assim sua localização continua sendo o ponto alto da cidade.

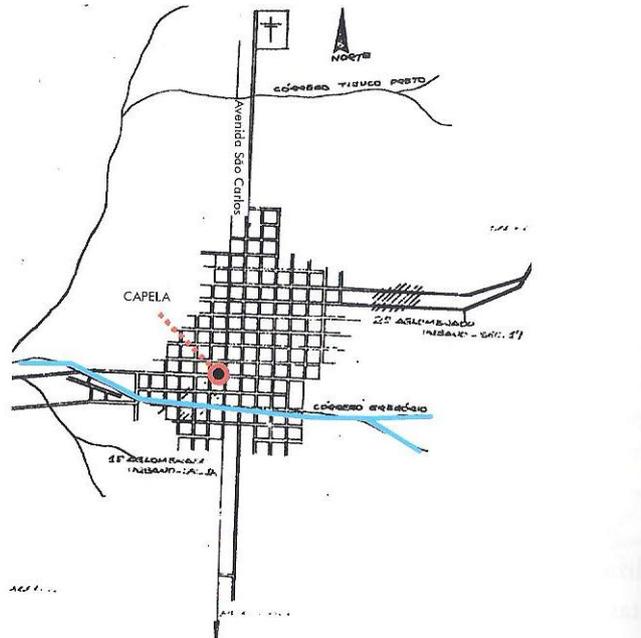
Segundo a tradição, por volta de 1850, Carlos José de Arruda Botelho, o futuro conde do Pinhal, decidiu construir uma capela para seu santo protetor e de ver também, em suas terras, o desenvolvimento de uma cidade. Pretendia que esta igreja se localizasse em suas terras, para que em torno dela se desenvolvesse uma vila. Os representantes da Igreja Católica deveriam aprovar o terreno sugerido pelo proprietário para a construção da capela, e só assim o patrimônio poderia ser delimitado. (LIMA, 2008).

Segundo Neves (2007) inicialmente, o local escolhido para a igreja teria sido o ponto mais elevado da cidade, entretanto, essas terras pertenciam à sesmária de Monjolinho: “opôs-se á escolha o proprietário desta, João Alves de Oliveira, sob o pretexto de que ficando demasiado próximo a sua fazenda, a povoação seria motivo para distrair e perverter seus escravos” (NEVES, 2007 p.10). Sugeriu-se então, que a capela fosse construída em terras da Vila Isabel, parte sul cidade. Tal sugestão não agradou aos idealizadores, justificando que o local escolhido não tinha água; por isso decidiram construir a capela nas terras sesmária do Pinhal, no ponto que mais se aproximava do local inicialmente escolhido.

Segundo Lima, “era comum que essa doação trouxesse prestígio aos doadores, além de vantagens materiais, pois, nos arredores da capela, passavam a se instalar residências e estabelecimentos comerciais que aumentavam o movimento do local” (LIMA, 2008, p.42).

A capela se localizaria, então, na linha divisória entre as duas sesmarias -Pinhal e Monjolinho, e determinou o eixo em torno do qual se desenvolve a vila de São Carlos do Pinhal. A construção deveria ser aprovada pelas instâncias superiores da Igreja Católica. Entretanto, a igreja de São Carlos, teve sua construção iniciada antes mesmo de ser concedida a autorização.

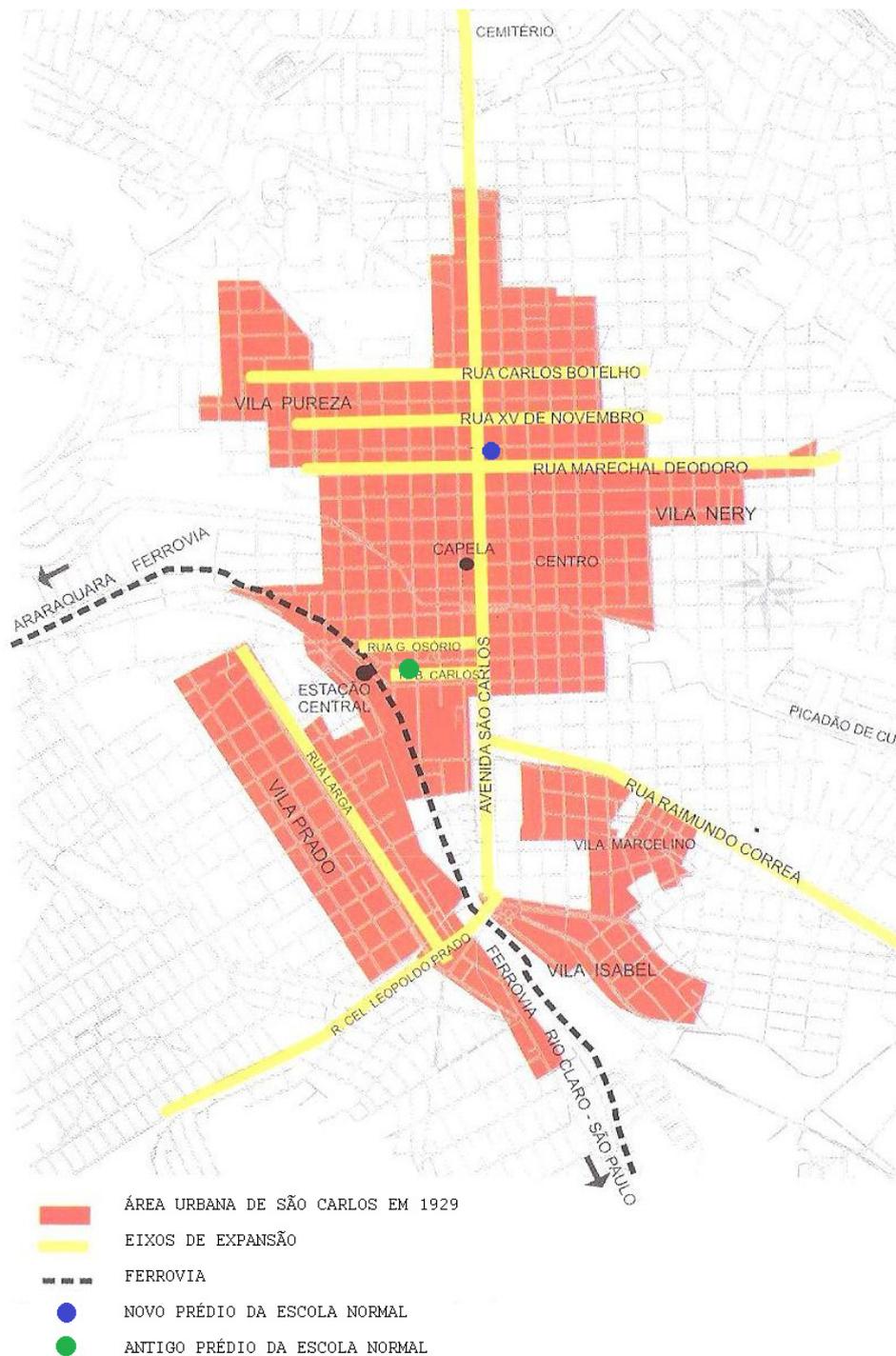
A Rua São Carlos (atual Avenida São Carlos) foi concebida em 1856 (ano de construção da capela) no sentido norte-sul, e traçada sobre uma grande colina contígua ao enquadramento do pátio da capela. As demais ruas foram abertas em função deste eixo, paralelas e perpendiculares, nos sentidos norte-sul e leste-oeste (LIMA, 2008):



**Figura 1: Planta do núcleo urbano de São Carlos 1857 a 1888 (Fonte: Amador, 1985,SP, apud, Lima, 2008, p.60)**

No centro da vila, em torno da capela e da rua São Carlos, localizavam-se as terras de Antônio Carlos Arruda Botelho. Já a expansão urbana da região norte dependeu de doações do proprietário da Sesmaria do Monjolinho, João Alves de Oliveira. Após mais de uma década, em 1868, João Alves de Oliveira realizou a doação e a vila expandiu-se do alto da colina em direção norte.

Com a doação, em 1868, o terreno onde se pretendia construir a capela passou para o controle do município e os membros da Câmara de Vereadores decidiram fazer ali uma praça, que foi denominada Praça Rio Branco. Neste terreno, foi edificado o novo prédio da escola normal, no ponto mais alto e central da cidade, na Avenida São Carlos, próxima à igreja. O prédio, inaugurado em 18 de novembro de 1916.



**Figura 2: Mapa da área urbana da cidade de São Carlos, formada entre 1857 e 1929, com os principais eixos de expansão do período. (Fonte: Lima, 2008, p. 64, adaptado)**

Se a capela corresponde ao ponto divisório entre as duas sesmarias, no mapa, podemos observar que a nova localização da escola está situada exatamente no ponto divisório entre as sesmarias do Pinhal e do Monjolinho, e que, portanto a área disputada já estava delimitada entre João

Alves de Oliveira e a família dos Botelhos. A eliminação do obstáculo representado pela sesmaria do Monjolinho, deu a família Botelho o domínio da região central da vila.

O ponto mais elevado da cidade já fora, no passado objeto de disputa política. Construída a capela que fora concebida por Arruda Botelho, a família João Alves de Oliveira possivelmente não via mais motivo para a manutenção de um terreno em região tão estratégica para o crescimento da vila, e realizou a doação como forma de partilhar do reconhecimento pelo crescimento da vila que logo receberia o estatuto de município.

A construção da escola normal renovou a intenção da família Botelho de colocar um edifício majestoso no ponto mais elevado da cidade, que marcasse para sempre seu papel na construção da cidade. Além do já majestoso prédio da igreja matriz, a escola foi concebida como um palácio com escadas que se derramam do cume onde o prédio se localiza, e se espraiam na principal avenida da cidade. Impossível não vê-la e não admirá-la.

Se as escolas da época, concebidas sob um rigor positivista, eram templos de saber, majestosos, mas, austeros, marcando a impessoalidade da ciência e a responsabilidade cívica do trabalho ali executado, o prédio da escola normal de São Carlos é radiante como um palácio com um grande pátio cercado por arcadas aos moldes mas maiores do que aqueles da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. O prédio foi concebido como um complexo, que abrigava biblioteca, laboratórios para diferentes disciplinas, salas de estudo e uma casa para residência do diretor.

[...]Tratando-se de um edifício tão majestoso achamos que seria de máxima conveniência a construção de uma casa anexo, destinada a residência do Diretor, assim a fiscalização seria mais imediata e constante.Nas edificações escolares para o ensino primário, o governo exige que elas se prestem para a residência do respectivo professor [...] ( CORREIO DE SÃO CARLOS, 19/05,1912)

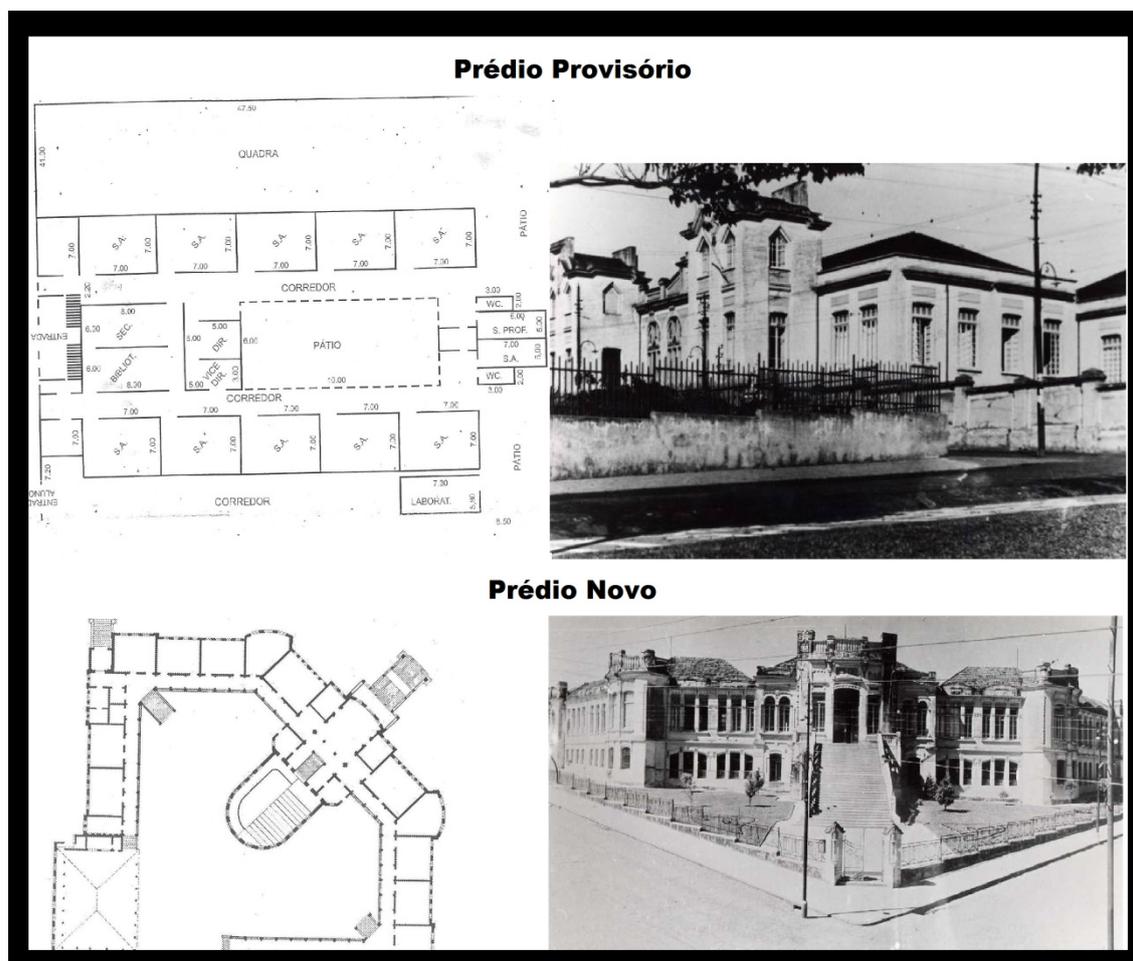
Logo, a grandiosa construção passou a dominar a paisagem urbana, quer por sua arquitetura quer pelo efeito que docentes gabaritados traziam à cidade, ou pelas (os) normalistas que desciam a longa escadaria em seus trajes azul e branco. A escola tornou-se, de fato, o centro de uma cidade, cujas lideranças políticas viam a si mesmas como uma aristocracia rural, uma elite de fazendeiros nobres para quem a escola aparecia como o testemunho de sua glória local.

Assim, a escola normal de São Carlos possui uma história única, dentre as escolas normais. Não se tratava de um templo de saber, trava-se de um símbolo do poder de uma elite tradicional.

As escolas faziam parte de um imaginário civilizador de educar e instruir os indivíduos e, nesse sentido, constituíram-se como condições necessárias para o processo de urbanização, mas em cada localidade assumiram uma feição própria em decorrência da concepção, organização e estrutura

física. No caso de São Carlos, a escola constituía um importante elemento na elaboração de um estilo de vida próprio socialmente valorizado e reconhecido como superior em relação aos demais habitantes da cidade.

O novo edifício da escola normal Secundária de São Carlos, ocupando uma quadra de extensão, foi construído no estilo *art nouveau*.



**Figura 3: Planta do antigo e novo prédio da escola normal de São Carlos. (Fonte: Arquivo da normal Estadual Eugênio Franco e Dr. Álvaro)**

Como ressaltou Carvalho (1989), o sistema público de ensino paulista se organizou sob o primado da visibilidade. As escolas, símbolo do progresso, deveriam se fazer ver pela suntuosidade dos prédios que revelavam a altura em que a República colocava o problema da instrução pública apesar de a expansão primária do ensino não ter atingido as demandas educacionais.

As escolas, sobretudo as escolas normais e grupos escolares, tendiam a seguir o mesmo padrão arquitetônico, típico do pensamento positivista e republicano da época de ordem e progresso, cuja localização geográfica traduz esse pensamento.

Elas não foram construídas aleatoriamente no espaço urbano. Suas localizações geográficas foram estrategicamente organizadas de modo a ocupar a centralidade na trama do desenvolvimento urbano, porque afinal delas também se emanariam relações de poder que interfeririam diretamente na dinâmica de funcionamento interno da cidade.

No caso de São Carlos, desde sua localização no ponto mais elevado da cidade, como estilo arquitetônico mais apropriado a um palácio, denota um controle do espaço e da circulação física, de ideias ou de poder, símbolo da primazia da elite local sobre todo o espaço político local.

A instituição da escola desde seus primórdios constitui, ela própria, um discurso simbólico repleto de alegorias de poder, desde sua criação na escolha do local de sua localização, na arquitetura que, mais do que rigor e imponência científica republicana, lembrava o esplendor dos palácios do século XIX. A escola constituía o reconhecimento simbólico de um poder “materializado na crença entre os que exerciam o poder e aqueles que estavam sujeitos a ele” (BOURDIEU, 2000,p.135)

### **3.6 Filhos de fazendeiro, comerciantes, imigrantes: um curso para formação de elites.**

Cabe-nos agora traçar os agentes que transitavam nesse campo. De onde eles vinham? Seriam os agentes, herdeiros dos políticos locais envolvidos na história de criação da escola? Ou seriam grupos de origens diversas que viam na escola um meio de ascensão cultural?

Para encontrar a origem social e econômica dos alunos matriculados no período de 1911 a 1923, foi feito um levantamento de dados junto ao arquivo morto da normal Estadual Dr. Álvaro Guião, (antiga escola normal Secundária de São Carlos), e também ao Censo de 1907 consultado na Fundação Pró-Memória de São Carlos. O resultado desse levantamento está expresso no gráfico 2.1

Nesse período, há um total de 324 alunos matriculados na escola, entretanto apenas 37% dos pais desses alunos declararam a profissão. Deste modo, a análise das profissões é composta por 120 pessoas que a declararam.

Dos pais que assim o fizeram, foram avaliadas as que mais apareceram no banco de dados. As três principais profissões, em ordem de frequência, que apareceram, foram a de comerciante/negociante, agricultor/lavrador e colono.

Como na época não havia um Ministério de Trabalho, as profissões eram determinadas pelas próprias pessoas de acordo com a quantidade de terras e/ou bens materiais que possuíam, assim não foi possível encontrar nos documentos consultados se as três principais profissões que apareceram correspondiam a pequenos, médios e ou grandes comerciantes e/ou lavradores. Por isso, agrupamos comerciante/negociante e agricultor/lavrador como pertencentes à categoria de profissionais liberais.

Já o colono, por ser caracterizado como fornecedor de mão de obra de agricultura, encaixa-se na categoria de empregado.

Para ingressar na escola normal Secundária de São Carlos era necessário ser aprovado no Exame de Suficiência. Próximo ao final do ano, o “Correio de São Carlos”, publicava pequenas notas informando a população e interessados no geral que as inscrições para o Exame de Suficiência da escola normal Secundária de São Carlos encontravam-se abertas e que as inscrições deveriam ser feitas diretamente na secretária da escola.

O programa do Exame era afixado na Secretária da escola normal. Não foi encontrada no jornal nenhuma matéria descrevendo o que era exigido nesse Exame. No arquivo morto da escola também não encontramos o edital desse Exame. Há apenas os Livros de Admissões para seção feminina e para a seção masculina. Nesses livros há o registro geral dos candidatos que foram admitidos à matrícula.

Por meio do “Livro Termo de Inscrição para o Exame de Admissão” é possível ter uma estimativa da quantidade de alunos inscritos a esses exames, porém no arquivo morto da normal o “Livro Termo de Inscrição para o Exame da Admissão” ao curso normal” não foi encontrado. Foi encontrado apenas o “Livro Termo de Inscrição para o Exame de Admissão” ao curso complementar anexo a escola.

O “Correio de São Carlos” publicou em 18/11/1917 a relação dos candidatos inscritos, (70 mulheres e 19 homens) mas, este tipo de informação não teve uma publicação constante pelo menos até data consultada nesta pesquisa, ou seja, até o ano de 1923.

Para se matricular na escola normal Secundária de São Carlos era necessário ter:

a) Idade mínima de 14 anos completo para seção feminina e 15 anos para a masculina, b) atestado de moralidade, c) ter sido vacinado, não padecer de molestia contagiosa ou repugnante, nem ter defeito físico incompatível com o magistério; d) licença do pai ou tutor quando menor ou do marido sendo casada ( decreto nº 23867, artigo 37) – (“O CORREIO DE SÃO CARLOS 06/10/1917).

Enquanto que a rematrícula exigia:

a) certidão de aprovação em exame de suficiência para a matrícula do 1º ano; b) certidão de aprovação nas matérias dos anos antecedentes para a matrícula no ano subsequente; c) Prova de Pagamento da 1ª prestação da taxa de matrícula ou dispensa de pagamento exibido até 30 de janeiro (CORREIO DE SÃO CARLOS, 08/01/1918)

A boa morigeração<sup>75</sup> exigida pelos atestados de conduta aparecia em todos os prontuários e, na maior parte das vezes, era assinada principalmente pelos delegados de polícia, juiz de paz, advogados e, às vezes, por alguns médicos. Não conseguimos cruzar informações no sentido de identificar se existiam ou não vínculos de amizade ou grau de parentesco entre os profissionais que assinavam o atestado e as famílias dos alunos. Em contrapartida, observamos que todos os atestados de conduta dos alunos provenientes dos colégios particulares, naturais ou não de São Carlos, eram assinados pelos seus respectivos diretores.



**Figura 6: Exemplo de Atestado de Conduta. (Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião**

Deduzimos que isso era uma prática comum da época, em que as referências escolares se relacionavam com a dependência pessoal. Era importante, no sentido de ampliar o volume do capital social e cultural dessas famílias, reforçar as instituições nas quais estudaram seus filhos e consagrar a diferença em relação aos outros. Era como se o atestado substituísse o nome do aluno pela instituição, sendo essas escolas uma extensão dos costumes familiares. Então, seria essa prática comum apenas com alunos provenientes de colégios particulares?

Não que isso significasse regra para a matrícula na escola normal, mesmo porque o percentual de alunos desses colégios era pequeno, mas evidenciava estratégias de conservação do capital dessas famílias, que utilizavam as referências desses colégios para manter um status cultural dentro das hierarquias dos campos de atuação.

Quanto ao sexo, observamos que o forte predomínio de mulheres, no curso de formação de professores, significava, para elas, oportunidades de inserção social em uma sociedade rigidamente hierarquizada, cujos quadros de formação eram ocupados, sobretudo, por homens. A média percentual de mulheres matriculadas por ano na escola era de 82%.

Segundo Dallabrida (2001, p.224-225):

A exclusividade de estudantes do sexo masculino nos colégios de ensino secundário não-profissionalizante geralmente era encarada com naturalidade na Primeira República. No ensino secundário brasileiro havia uma flagrante divisão na escolarização, estribada nos gêneros: enquanto os rapazes frequentavam o ginásio propedêutico, que preparava para os cursos superiores, as moças cursavam a escola normal, ensino secundário profissionalizante que formava principalmente para a docência no magistério. A naturalização da

<sup>75</sup>A palavra morigerar significa: “moderar os costumes. Dar bons costumes. Ensinar nos princípios da boa e sã moral”. (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa por Aurelio Buarque de Hollanda Ferreira, 1943)

divisão dos bens econômicos e simbólicos colocou-se na sociedade brasileira desde meados do século XIX [...] e impôs-se uma configuração social em que os homens atuavam na direção dos negócios e no comando dos poderes públicos e as mulheres administravam a esfera doméstica e raramente atuavam em trabalhos públicos.

A divisão das escolas, a partir dos sexos, configurou os espaços materiais e simbólicos dos papéis sociais, ocupados por homens e mulheres, na escala dos valores sociais. Segundo o treinamento familiar e educacional, os homens estavam pré-dispostos a ocupar os espaços públicos e as mulheres, aptas a espaços privados cujas contingências culturais impostas a elas coincidiram com a feminização do magistério.

A política escolar da primeira república, como ressaltou Pavan (2003, p.132):

contribuiu para a mulher ganhar espaço na sociedade ao indicar-lhe a missão de modernizar a instrução primária, ao mesmo tempo em que fornecia os padrões básicos do comportamento da profissão docente e a sua adaptação aos papéis sociais complementares aos masculinos. A esses dois elementos, associou-se a palavra vocação que sem dúvida, passou a ser divulgada pelas próprias professoras sob o argumento de que essa profissão era adequada a natureza feminina, requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência.

No que tange à naturalidade dos alunos matriculados, no período de 1911 a 1923, encontramos 49 cidades diferentes, como pode ser observado na tabela 6 abaixo:

**Tabela 7 – Relação da cidade de origem dos alunos matriculados na escola normal de São Carlos de 1911-1923**

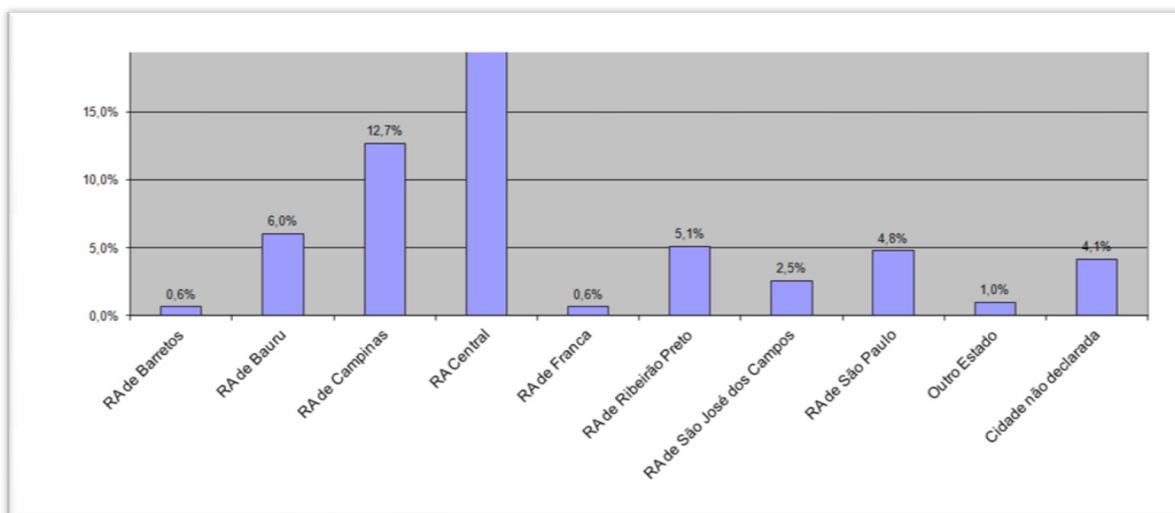
1	Agudos	2	0,6%	26	Jardinópolis	2	0,6%
2	Amparo	2	0,6%	27	<b>Jau</b>	<b>14</b>	<b>4,3%</b>
3	<b>Araraquara</b>	<b>15</b>	<b>4,6%</b>	28	Limeira	4	1,2%
4	Araras	4	1,2%	29	Matão	2	0,6%
5	*Bahia	1	0,3%	30	Minas Gerais	1	0,3%
6	Batatais	1	0,3%	31	Mogi Mirim	1	0,3%
7	Bebedouro	2	0,6%	32	Monte Alto	1	0,3%
8	Bocaina	2	0,6%	33	Pindamonhangaba	2	0,6%
9	Botucatu	1	0,3%	34	Piracicaba	3	0,9%
10	*Brasília	1	0,3%	35	Pirassununga	1	0,3%
11	<b>Brotas</b>	<b>5</b>	<b>1,5%</b>	36	Pitangueiras	2	0,6%
12	<b>Campinas</b>	<b>5</b>	<b>1,5%</b>	37	Ribeirão Bonito	1	0,3%
13	Campos do Jordão	1	0,3%	38	Ribeirão Preto	2	0,6%
14	Capivari	2	0,6%	39	<b>Rio Claro</b>	<b>17</b>	<b>5,2%</b>
15	Cravinhos	1	0,3%	40	Rio de Janeiro	2	0,6%
16	Descalvado	7	2,2%	41	Santa Rita do Passa quatro	7	2,2%
17	<b>Dourado</b>	<b>6</b>	<b>1,9%</b>	42	Santos	1	0,3%
18	Ibaté	1	0,3%	43	<b>São Carlos</b>	<b>157</b>	<b>48,5%</b>
19	Ibitinga	1	0,3%	44	São João da Boa Vista	1	0,3%
20	Igaripava	1	0,3%	45	<b>São Paulo</b>	<b>8</b>	<b>2,5%</b>
21	Itapetininga	3	0,9%	46	São Pedro	1	0,3%
22	Itapópolis	1	0,3%	47	São Simão	1	0,3%
23	Itu	2	0,6%	48	Taubaté	1	0,3%
24	<b>Jaboticabal</b>	<b>7</b>	<b>2,2%</b>	49	Tietê	1	0,3%
25	Jacareí	4	1,2%	50	<b>Não declarado</b>	<b>13</b>	<b>4,0%</b>
				TOTAL			
				324			
Legenda:							
de 1,6% a 3,2%							
mais que 3,2%							
obs: * refere-se a estado.							

**Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião.**

A presença em grande quantidade de alunos das cidades de Rio Claro, Araraquara e Jaú resulta da facilidade de acesso à escola por meio da linha trem que ligava a cidade de São Carlos a Rio Claro. (TRUZZI, 2000)

Classificamos a amostra total por região administrativa (RA - da atualidade), que são subdivisões do Estado, feitas pelo governo. Não aparecem, na amostra, seis Regiões Administrativas, que são: RA de Araçatuba, RA de Marília, RA de Presidente Prudente, RA de Registro, RA de São José do Rio Preto e RA de Sorocaba. Abaixo, segue ilustrada, no gráfico 2.3, a frequência das cidades que aparecem classificadas por Região Administrativa.

**Gráfico 1 – Alunos segundo as regiões administrativas atuais**



Fonte: Arquivo da normal Estadual Dr. Álvaro Guião

No total, são 15 RAs, e São Carlos pertence a RA Central, juntamente com Araraquara e as cidades da região. E é a cidade que aparece com maior frequência, representando 48 % da amostra total.

Pode-se especular sobre o motivo da escolha dessas famílias escolherem a escola normal de São Carlos para seus filhos. A existência de poucas escolas normais secundárias no estado de São Paulo ou ainda uma estratégia para melhorar a condição social familiar por meio da cultura e condição social proporcionada pela escola abrindo espaço, no caso das mulheres, para casamentos vantajosos ou acesso a empregos em posições da burocracia estatal para os homens.

O livro de memórias da ex-professora de Inglês do Instituto de Educação, Dr. Álvaro Guião, antiga escola normal de São Carlos, Maria Christina Girão Pirolla, relembra que a “chegada de inúmeros jovens provocou um aumento de pensões e hotéis. Muitas famílias, que para cá se transferiram levaram à construção de novas residências. O comércio expandiu-se e, conseqüentemente, a arrecadação do município também aumentou” (PIROLLA, 1988, p.06)

A criação da escola normal Secundária, em São Carlos, mobilizou o desenvolvimento de outros setores que foram criados para atender aos gostos e às necessidades desse grupo emergente de alunos, que se afirmavam na cidade por meio de uma identidade social construída em trono de um estilo próprio à cultura da escola.

A visão de mundo de elite propagada pela escola normal, estendia-se aos anúncios de venda de produtos destinados às normalistas além de aulas e cursos preparatórios para o exame de admissão, muitas vezes de professorandos e ex-alunos da escola.

**Distintivos para professores**  
Na relojoaria de João Villari—Rua General Osório, 30—Enfrente ao Hotel Henrique

**Aos recém-formados pela Escola Normal Secundária de São Carlos**  
Canudos metálicos para guardar diplomas.  
Vendem-se no Bazar das Escolas—Rua D. Alexandrins, numero 56. — S. CARLOS

**PROFESSORA**  
Fausta Susana de Mattos prepara moças para Escola Normal.  
Rua Conde do Pinhal, 31.  
(m. 14-12)

**CURSO DE SUFFICIENCIA**  
O Prof. ARCHITICLINO DOS SANTOS reabrirá, em fevereiro, o seu curso de suficiência á Escola Normal.  
AULAS PARA MOÇOS E MOÇAS  
Rua Babylonica, n. 48 - Praça Rio Branco

**Escola Normal**  
A prof. Cleonice da Silva Camargo prepara candidatas para a Escola Normal, e acompanha as alunas do curso, explicando ás mesmas os pontos dados em aula.  
Recebe também alunas do curso preliminar. Rua Episcopal, 61. (13)

**EXTERNATO NORMAL**  
Curso de preparatórios ás Escolas Normaes, dirigido pelo professor João T. Lara, auxiliado por outros.  
Informações: "Pensão Oliveira". — Rua São Carlos, 93.

**Formatura**  
ANNFIS distinctivos para professores, vende-se a preço reduzido na Joalheria e Relojoaria «Gellini», de José Riga.  
Rua General Osório, 191.  
Largo S. Benedicto.  
— S. CARLOS —

**Collegio Infantil S. Carlos**  
Director—GABRIEL PUPO NOGUEIRA  
Internato e externato para meninos de 7 a 11 annos. Ensino primario completo, especializando a linguagem e a contabilidade pratica. Habitação aos gymnasios. Educação moral esmerada.

**Curso Primario e Jardim da Infancia**  
Maria de Toledo Pontes e Isabel Botelho de Camargo, professoras normalistas, communicam ás Exmas. Famílias, que abriram um curso primario para meninos e meninas, e jardim da infancia para crianças de 4 a 6 annos.  
As aulas começarão a funcionar do dia 1.º de Agosto, no prédio n. 41 da rua Episcopal (Largo da Sé), das 8 ás 11 horas.  
Para matricula entender-se com Isabel Botelho de Camargo, á rua Episcopal, 107.

**A's normalistas**  
A Loja S. Carlos, communicavos que, dentro em breve, receberá bellissimos artigos proprios para a PROXIMA FORMATURA, como sejam:  
Sedas lavaveis em diva sae cor s  
Filós, fapatinhos de vanil e de camurças brancas  
Meias de sedas.  
E muitos outros artigos que serão vendidos a preços de não temer concorrência.

**Escola Normal**  
Maria da Gloria e Maria de Lourdes F. de Paula Ramos preparam candidatas á matricula na Escola Normal.  
As aulas funcionam á rua de S. Carlos, 114 A.

Figura 5: Anúncios voltados para a escola normal (Fonte: Correio de São Carlos)

Gradualmente constituindo-se como centro produtor de uma cultura de elite local, a escola normal Secundária de São Carlos assumia o discurso modernizante, pautado entretanto de aspectos conservadores.

A ciência assumia mais um aspecto de culto do que de práticas científicas. A neutralidade do discurso científico abria espaço para a idealização de uma escola aberta a todos, que, entretanto, representava um projeto de diferenciação social, porque nem todos poderiam frequentá-la. Tratava-se da adoção de um discurso modernizador com ações e práticas conservadoras. Segundo o pensamento positivista o conhecimento científico seria a única forma de conhecimento verdadeiro, excluindo completamente do campo da ciência os domínios teológicos e metafísicos.

O processo de modernização preconizado naquele momento, baseava-se na concepção de racionalização, disciplinarização e profissionalização do conhecimento. Esse processo tem como

fundamento a neutralidade e impessoalidade do processo científico, baseado na observação e formulação de leis universais e invariáveis.

O avanço vertiginoso das técnicas e do desenvolvimento científico no final do século trouxe consigo uma glamourização da tecnologia e do progresso que poderia ser dali proveniente. No caso brasileiro, o positivismo, concepção de progresso, e a modernidade foram compreendidos de forma diferente pelas diferentes elites culturais e intelectuais.

A disputa entre a permanência de uma ordem tradicional e o ímpeto de mudança engendrado pelas concepções de progresso e da ciência moderna fez com que, em alguns contextos a modernização se apresentasse de forma, que fossem adotados o espírito científico como discurso da modernidade sem a introdução de inovações que possibilitariam a ascensão e incorporação dos demais setores da sociedade.

Desde o iluminismo e a revolução francesa, concebia-se a modernidade e o progresso das ciências e das técnicas, como resultado do primado da razão sobre as formas religiosas e metafísicas de pensamento. Razão, liberdade e direitos individuais, concebidos como direitos civis próprios ao homem moderno, estavam na base de uma estrutura social burguesa que se separava das estruturas hierarquizadas da nobreza tradicional pela ideia de que todos os homens seriam igualmente dotados de racionalidade e por isso deveriam ter as mesmas condições de acesso aos bens culturais e sociais, ficando ao esforço individual o papel de estabelecer quem seriam aqueles que alcançariam o sucesso social e econômico.

No caso específico da escola normal de São Carlos, pode-se perceber que os processos educativos estavam impregnados da concepção científica positivista nos aspectos relativos à cultura e ao disciplinamento, classificação que, todavia ao invés de contrapor-se ao padrão metafísico e religioso de prática social, conciliaram-se e adequaram-se a estas, produzindo um caso híbrido de discurso modernizador com práticas tradicionais, porque não apenas mantinha com a forma tradicional de dominação e de relações de poder como também passaram a servir para a sua legitimação.

O positivismo e a ideia de progresso científico de Conte eram concepções que podiam ser remodeladas para legitimar uma prática econômica e culturalmente liberal com relações políticas autoritárias, resultante da resistência das elites tradicionais em abrir o processo educacional e conseqüentemente político a uma mais ampla participação da população.

Concepções como civismo conceito liberal diretamente vinculado aos direitos civis que definem a cidadania, foram apropriadas e redefinidas por meio da noção de civilidade e de polidez, representando muito mais a incorporação e de padrões sociais de cultura e habilidades que distinguiam a elite da massa que compunha a população. As concepções veiculadas na escola

normal, embora propalasse uma visão cívica e progressista denotavam, todavia, em diversos aspectos práticas de uma sociedade recém saída da escravidão, altamente hierarquizada e provida de fortes distinções sociais.

Nesse aspecto, como ressalta Hollanda (2011, p.14)

(...) há importante afinidade entre o elitismo e o positivismo de Augusto Comte. Positivismo e elitismo integram portanto, um movimento de cientificização do saber sobre toda a sociedade, sentido predominante do pensamento político desde meados do século XIX.

Predominantemente no lema educacional do pensamento republicano de ordem e progresso, o positivismo incidia como culto da Pátria, Ciência e Liberdade. “A Ciência enquanto fundamento, a pátria, por princípio, e a liberdade, como guia, sintetizavam os conteúdos a serem exaltados, nos cursos de formação de professores”. (Revista Excelsior! 1911, p.71)

Mais do que o aprendizado de concepções científicas, a escola normal constituía um importante elo entre a tradição local construída em torno da nobreza da família Arruda Botelho e uma concepção liberal em ascensão. A escola permitiu a construção de uma visão de mundo que adequou a tradição local a um modelo educacional republicano. Essa apreensão da tradição, inculcada e reproduzida pela escola era resultado de uma visão de mundo própria, que deveria se manifestar em diferentes aspectos simbólicos e de hierarquização social como em festas cívicas, manifestações oficiais e públicas.

### **3.7 A escola normal de São Carlos e a construção do imaginário aristocrático**

A escola normal tinha papel central na elaboração do imaginário social e cultural, propagando e legitimando as relações de poder principalmente por meio de manifestações de caráter especificamente simbólico. Era fundamental assim a “educação dada sobre vestuário, etiqueta, linguagem, postura corporal que iria forjar a sua identidade social” PAVAN (2003, p.71). Neste sentido a escola normal de São Carlos produzia agentes sociais dotados de habilidades e disposições adequadas para ocupar um lugar diferenciado na escala dos valores sociais.

Exemplos a serem seguidos, os professores não só ensinavam a decodificar os códigos linguísticos, mas também destacavam-se, sobretudo, como propagadores de um estilo de vida, tendendo, no futuro, a ser incorporado às condições objetivas de existência dos alunos, porque as “representações sociais”, como ressaltou Vidal (2005, p.15) “são constantemente objetos de disputas entre os diferentes grupos da sociedade”. Esses grupos lutam pelo domínio dos bens materiais simbólicos, dentro da produção das estruturas hierárquicas de seus campos de atuação.

Na condição de elite intelectual local, os professores da escola normal desfrutaram de privilégios, *status* social e cultural na cidade como agentes de propagação de uma tradição à qual foram incorporados, passando a exercer papéis de domínio e controle social.

Pessoas de prestígio social influente, alguns desses professores eram constantemente citados nas colunas de um dos principais jornais da cidade: “Correio de São Carlos”.

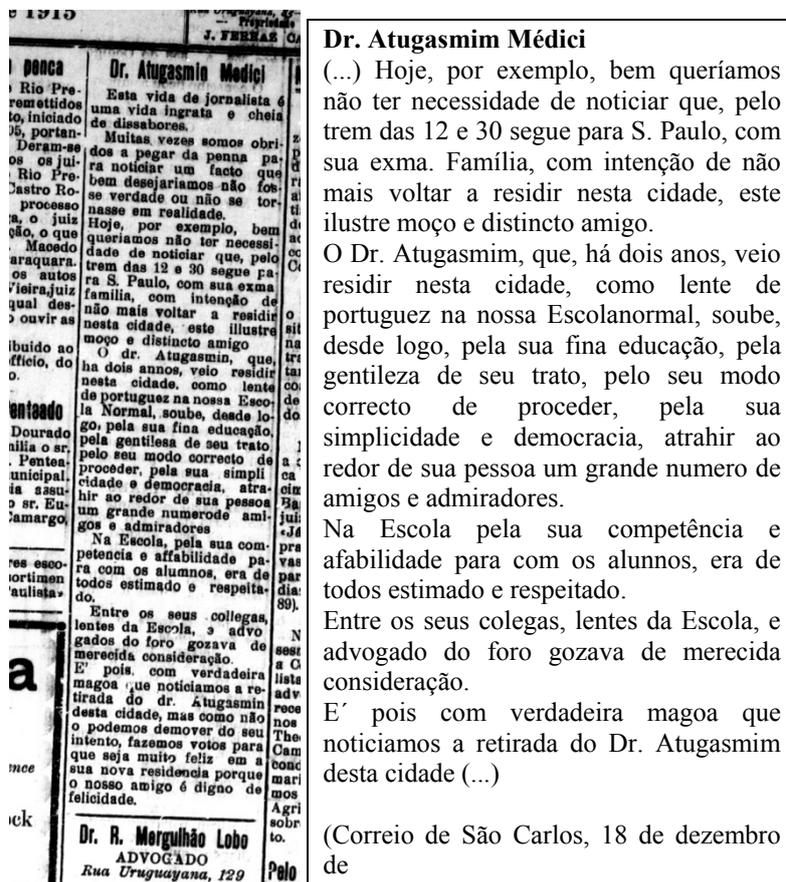


Figura 6: noticia no Correio de São Carlos : despedida do lente Dr. Atugasim Médiçi

A posse de outros títulos, além de professores, conferia-lhes a entrada e a livre circulação em outros campos sociais, fazendo circular as relações de poder entre os diferentes setores da estrutura social local.

Nesses casos, observamos que alguns lentes e professores da escola normal Secundária de São Carlos, como o Dr. Atugasim Médiçi (lente de Português, Latim, História da Língua e também advogado); Antônio Firmino de Proença (lente de Métodos e Processos de Ensino e Aprendizagem); Dr. Astor Dias de Andrade (lente de História Natural, Noções de Higiene, Zoologia e Agricultura, médico); Dr. Carlos da Silveira, (lente de Pedagogia, Educação Cívica, Psicologia Experimental, advogado); Dr. Dagoberto Salles (lente da História da Civilização e do Brasil, advogado e vereador), Ezequiel de Moraes Leme (professor de Geografia e

Astronomia); João Augusto e Toledo (lente de Psicologia Experimental e Pedagogia); Domingos de Vilhena,(lente de francês);Dr. Mariano de Oliveira (Diretor) e Dr. Theodorico Leite e Camargo (lente de Inglês, advogado e vereador) e professores como Arthur Riedel (lente de Português, Latim e Literatura), Rafael Falco (professor de Caligrafia Desenho), Guilherme Thiele (professor de Ginástica Educativa) participavam frequentemente de comissões organizadoras de eventos políticos e cívicos e compunham o rol de convidados distintos presentes nas cerimônias de abertura, na presidência de palestras, na promoção de eventos políticos, e eram,constantemente homenageados nas colunas de honra dos periódicos locais. Por fim, mantinham círculos de amizade com os personagens influentes na cidade, tanto no campo político como no social.

Dentre os acontecimentos relacionados ao desenvolvimento do progresso local e cultural da cidade, elencamos, na ordem em que apareceram no “Correio de São Carlos”, alguns dos eventos de grande repercussão na cidade e que contaram com a participação de professores e lentes da escola normal. As informações detalhadas desses eventos seguem no Apêndice A.

- *A inauguração da Bitola Larga, grande evento que marcou a cidade pela conclusão de um trecho ferroviário que ligava a cidade de São Carlos e Rio Claro. (22/05/1916, “Correio de São Carlos”);*
- *Inauguração das obras de capacitação do novo manancial para o aumento de abastecimento de água da cidade. (24/03/1917, “Correio de São Carlos”);*
- *Inauguração da Linha de Tiro nº 148, sede instalada à Praça do Rio Branco, próxima à escola normal. (07/08/1917, “Correio de São Carlos”);*
- *“Excursão pelo interior – chegada da Embaixada Italiana em São Carlos” chefiada pelo senhor Deputado Dr. Vito Luciani. (07/07/1918, “Correio de São Carlos”);*
- *“Fundação de um curso de ginástica física infantil pelo professor de ginástica esportiva da escola normal, Guilherme Thiele. (17/01/1918, “Correio de São Carlos”);*
- *Sessão solene da inauguração da sede da comissão regional de escoteiros da cidade de São Carlos. (28/10/1919, “Correio de São Carlos”)*
- *Inauguração dos retratos, pintados a óleo, pelo professor da escola normal, Raphael Falco, na galeria da municipalidade, do prefeito municipal Capitão Elias Augusto de Camargo Salles e do presidente da Câmara Capitão Delfino Martins de Camargo Penteado. (07/09/1919, “Correio de São Carlos”)*

- *Comemoração Cívica em homenagem ao Centenário da Independência. (13/09/1921, “Correio de São Carlos”)*
- *Visita do Presidente da República a São Carlos. (24/08/1921, “Correio de São Carlos”)*
- *A chegada dos aviadores lusitanos em São Carlos – Raide Lisboa-Rio. (20/06/1922, Correio de São Carlos)*

Pertencer à escola e/ou estreitar vínculos de amizade com os membros da escola, conferia aos diferentes agentes sociais status cultural, notadamente expostos na imprensa local e passíveis de privilégios no espaço público.

Na biografia do Major José Ignácio de Camargo, um dos responsáveis pela instalação da escola normal em São Carlos, há uma passagem descrita pelo Dr. Carlos da Silveira, lente de Pedagogia e Psicologia, sobre os parentes e amigos que procuravam o Major, para obter notas melhores nos trabalhos escolares:

Major José Ignácio e Nhonhô Salles, nunca interferiram na escola. A propósito contou que certa ocasião alguns parentes e amigos o procuraram para pedir a sua intervenção junto aos docentes, para receberem melhores notas e foram despachados pelo Major com estas palavras: os moços lá da normal são corretos, se vocês estudarem terão boas notas (DAMIANO, 2007b, p.136)

A escola normal Secundária de São Carlos configurou-se na cidade, como campo central de oportunidades disputadas por indivíduos de diversas localidades e origens sociais, cuja posse de um título representava, para eles, uma oportunidade de ascender culturalmente e ganhar reconhecimento simbólico no espaço público.

Uma das preocupações deste estudo foi a descrição do grupo social que frequentava a escola normal de São Carlos, no período estudado. Neste sentido, procurou-se estabelecer a origem social dos alunos. Como pode-se verificar nos periódicos e nos registros posteriores, incluindo-se as pesquisas acadêmicas, como a de Nosella e Buffa (2002), os alunos da escola eram considerados como membros de uma elite local. A tradição fixou a ideia de que seriam, em sua maioria filhas de fazendeiros, grandes comerciantes etc.

Em razão da dificuldade de encontrar, no arquivo da antiga Escola Normal, os registros completos com o nome de todos os alunos, recorreremos às caixas da relação de diplomados por ano. As caixas contendo a relação desses alunos e seus respectivos prontuários encontram-se atualmente no arquivo da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião.

Abaixo encontram-se os números das caixas consultadas.

- N° 398 , ano 1914 (primeira turma de formandos)
- N° sem/numeração, ano 1915
- N° sem/numeração, ano 1916
- N° 363, ano 1917
- N° 389 , ano 1918
- N° 365, ano 1919
- N° 399, ano 1920
- N° 393, ano 1921
- N° 403, ano 1922
- N° 396, ano 1923

Diante da dificuldade em obter registros precisos sobre a profissão dos pais nos documentos escolares, optamos por buscar outras fontes que poderiam contribuir para melhorar estes indicadores. Aos dados coletados nos registros escolares acrescentamos os seguintes:

**Entrevistados no livro de Nosella e Buffa (2002) Filiação dos entrevistados:**

*Julia Bruno, pai sapateiro*

*Alice Pugliese, pai italiano comerciante*

*Cleonice Camargo não identificado*

*Mario Tolentino não identificado*

*Ary Pinto das Neves não identificado*

Outro elemento interessante é a origem escolar de alguns alunos que pudemos coletar. Provenientes do colégio interno de São Carlos e, em um caso, Ana Cristina Prado é proveniente do colégio interno Nossa Senhora do Patrocínio Itú, escola de formação da elite regional, que pode sugerir que o sobrenome Prado, designaria o vínculo com a tradicional família de fazendeiros da região de Piracicaba.

**• Ex-Alunas de Colégios Particulares**

*Maria Euphrasia da Cunha Rodrigues (ex-aluna colégio interno São Carlos)*

*Nancy de Mattos Caramuru (ex-aluna colégio interno São Carlos)*

*Rachel de Meira Cassinelli (ex-aluna colégio interno São Carlos)*

*Ana Luisa de Arruda Botelho (ex-aluna colégio interno São Carlos)*

*Ana Cristina Prado (ex – aluna colégio interno Nossa Senhora do Patrocínio Itú)*

*Maria Modesto Abreu (ex- aluna colégio interno São Carlos)*

Procurou-se encontrar alunas com parentesco com a família Arruda Botelho, uma vez que é comum a associação dessa família com a escola. Como pode-se constatar nos depoimentos do capítulo I, a primeira e segunda geração de mulheres descendentes diretas do Conde do Pinhal, teriam estudado em colégios internos religiosos, como o *Colégio Nossa Senhora do Patrocínio Itú*, e os colégios paulistanos *Les Oiseaux* e *Nossa Senhora de Sion*.

• **Sobrenome Arruda ou Botelho, na lista de alunos diplomados:**

*Ana Luísa de Arruda Botelho*

*Francisca Braga Botelho*

*Isabel Botelho de Camargo*

*Haydeia Aracy de Arruda*

*Oraiva da Silveira Arruda*

*Lucila de Arruda*

*Zenaide Arruda*

Certamente, Ana Luísa de Arruda Botelho pertencia à família Arruda Botelho, e pode ser localizada na genealogia familiar. Já as demais alunas podem pertencer a familiares colaterais, com vínculos mais distantes.

De qualquer forma, existia na relação das famílias com a escola um caminho de duas vias. Tanto a presença de sobrenomes conhecidos como de filhas de fazendeiros contribuía para consolidar a tradição de que a escola era frequentada por filhas de fazendeiros e pela elite local, como a própria tradição que se veiculou a escola, proporcionava aos estudantes a chancela de representantes da elite. É interessante notar que a riqueza, posse de bens materiais, não constituiu o elemento fundamental da constituição dessa tradição de elite. Carvalho (1980) observa que a posse de um diploma era mais importante do que a posse de riqueza acumulada. Como vimos, o título de professor, além de trazer visibilidade, reconhecimento e status social, permitia o ingresso nas carreiras públicas de prestígio. O preenchimento de cargos públicos, como mostrou Carvalho (1980), significou, no Brasil, o fortalecimento de elites políticas e intelectuais.

A tabela 7 apresenta a trajetória social que conseguimos reconstruir de alguns dos alunos que estudaram na escola no período de 1911 a 1923. As informações da tabela foram transcritas do livro “Caminhos do Tempo – titulares de logradouros e instituições públicas de São Carlos” (2007) escrito pelo são-carlense Octávio Carlos Damiano, jornalista e propagador dos “causos” de São Carlos. Também este tipo de literatura, observe-se, constituem uma propagação de tradição. De maneira informal, relatando casos de um cotidiano muitas vezes imemorial, estes relatos contribuem para a reprodução da visão de mundo de uma época, estabelecendo um imaginário social onde cada grupo

social pode se reconhecer. Das nove pessoas descritas na tabela, quatro são professores homens e cinco são professoras mulheres. Dos quatro homens, três passaram pela política, desenvolveram outras funções e conciliaram o magistério como atividade paralela. Apenas um ingressou em um emprego público municipal e não há maiores descrições sobre a vida deste último.

Em contrapartida, podemos observar que as cinco mulheres apresentadas nessa tabela, permaneceram longo período em exercício do magistério, das quais duas se envolveram com obras sociais tornando-se, por isso, reconhecidas na cidade e dessas duas, apenas uma ingressou na carreira política, sendo a primeira mulher na cidade de São Carlos a assumir a legislatura no ano de 1948, como pode ser observado na foto abaixo:



**Figura 7: Coquetel entre vereadores, 1948.**

Detalhe para a única mulher da foto; Elydia Benetti, professora normalista e a primeira mulher a exercer o cargo de vereadora na cidade de São Carlos (Fonte: Arquivo da normal Estadual. Dr, Álvaro Guião.)

Não encontramos outros documentos, além do livro acima citado, que descrevesse a trajetória social dessas nove pessoas para comparar como ocorreu a promoção e ascensão de carreira entre elas, mas é importante observar as relações entre gênero e espaço escolar. Há uma diferença entre os adjetivos usados pelo escritor Octávio Carlos Damiano (2007a) para qualificar as professoras mulheres e os professores homens.

**Tabela 8: trajetória social de alguns alunos da escola normal de São Carlos de 1911 a 1923**

Nome	Nome do Pai	Profissão do Pai	Cidade de Origem	Ano de ingresso na Escola	Trajatória Social
Alberto Catani	Adolfo Catani	Proprietário de uma fábrica de cerveja	São Carlos	1911	Exerceu a profissão em diversos estabelecimentos. No ano de 1924 montou o primeiro escritório de representações da cidade. Solicitador em 1927 e advogado provisionado em 1934 por meio de concurso, participou da diretoria de várias entidades e foi um dos fundadores da Associação Comercial e Industrial de São Carlos. Também foi vereador entre os anos de 1934 e 1935. Mudou-se para Pompeia e depois para Tupã onde foi um dos primeiros advogados dessa cidade. Tendo colaborado para a instalação de sua comarca. Em 1947 foi eleito vereador da primeira legislatura de Tupã. Em 1950, voltou para São Carlos e continuou exercendo a advocacia. Faleceu em São Carlos em setembro de 1979
Cajucy Accioly Wanderley	Não identificado	Não identificado	Agudos	1918	Antigo funcionário da Prefeitura Municipal de São Carlos, aposentou-se no cargo de administrador da Piscina Municipal.
Dalila Galli	Miguel Galli	industrial	São Carlos	1918	Iniciou sua carreira no Colégio São Carlos lecionando Português, estabelecimento em que se aposentou no ano de 1949. Desfrutou de grande conceito como professora competente e dedicada. Também lecionou no Colégio Diocesano e no ensino particular, além de preparar turmas para as faculdades e exames do Banco do Brasil. Também lecionou Francês, idioma que dominava. O magistério foi para ela um verdadeiro sacerdócio.
Elydia Benetti	José Benetti	Não identificado	São Carlos	1921	Lecionou matemática nos estabelecimentos locais. Participou na Revolução de 32. Foi uma das fundadoras da Exapiesp, que contribuiu para a maior projeção do município de São Carlos no Estado e no país. A Exapiesp foi, durante muitos anos a responsável pela comemoração do nove de julho na cidade. Elydia foi uma das fundadoras do Orfeão São-Carlense, contribuindo à cultura do município. Foi também a primeira mulher a exercer o cargo de vereadora no município de São Carlos, na legislatura de 1948 a 1951, destacando-se muito e se impondo ao respeito e à consideração dos seus pares.
Italo Savelli	Alfredo Luis Savelli	Açougueiro	São Carlos	1917	Cursou até o segundo ano de Medicina, que veio abandonar por motivos de saúde. Durante algum tempo exerceu a profissão de farmacêutico, tendo sido proprietário da farmácia Luiz Carlos, uma das principais a ser instalada na cidade que há muitos anos fechou. Posteriormente exerceu outras atividades entre elas a de diretor da Casa Bancária São Carlos e da Telefônica Central Paulista, das quais era sócio. Professor de Português do então Instituto Dr. Álvaro Guião, destacou-se como festejado intelectual e escritor, autor do livro Poetas de São Carlos, uma das maiores contribuições à memória cultural do município, na realidade a história lírica da gente são-carlense. Assíduo colaborador da imprensa local, destacava-se pela beleza dos seus textos, do mais fino labor. Era também inspirado poeta. Teve curta passagem pela política local, elegendo-se vereador no período de 1936 até novembro de 1937.
Julio Bruno	Nicolau Bruno	sapateiro	São Carlos	1920	Foi um dos fundadores da Escola de Comércio D. Pedro II dirigindo-a durante muitos anos. Fundador, juntamente com a professora e artista plástica Almira Ragonesi, que depois se tornou sua esposa, da Escola de Belas Artes de São Carlos, reconhecida em 1953, formou três turmas de alunos, alguns que se destacariam em diversas modalidades artísticas. Essa Escola pioneira na cidade, infelizmente encerrou as suas atividades em 1958, por falta de maior apoio. Posteriormente ingressou no magistério estadual, lecionando desenho em São Carlos e Ribeirão Bonito até a sua aposentadoria. Os desenhos que figuram na obra "São Carlos na esteira do tempo" são de sua autoria. Depois de aposentado o Prof. Julio Bruno continuou a ministrar aulas de desenho no ateliê instalado em sua casa, onde costumava reunir amigos e pessoas interessadas nas artes em geral. Eleito vereador na legislatura de 1952 a 1955, permaneceu pouco tempo no política, logo se afastando, desiludido como dizia aos mais íntimos. Recebeu o título de Cidadão Benemérito de São Carlos. Faleceu em 1993
Lucrecia Placco	Vicente Placco	Lavrador	São Carlos	1916	Exerceu o magistério em escolas locais e durante alguns anos respondeu pela direção do 2º Grupo Escolar de São Carlos; foi durante sua gestão que essa escola recebeu o nome de Eugênio Franco. Colaborou na Revolução de 32, e também foi supervisora geral da Ação Católica e secretária da Liga de Combate ao Câncer.
Nicoleta Stella	Não identificado	Não identificado	São Carlos	1911	Formou-se com a primeira turma de professores da Escola Normal de São Carlos. Exerceu o magistério primeiramente em Itápolis e depois em São Carlos, onde lecionou durante mais 25 anos.
Noemia Sampaio de Souza	Berlamino Indalecio de Souza	Intendente municipal/vereador diplomado	São Carlos	1911	De conhecida família são-carlense, era filha de Berlamino Indalecio de Souza, que foi intendente municipal. Fez parte da primeira turma de professores formados pela Escola Normal de São Carlos, onde lecionou mais tarde.

Os dados apresentados a seguir referem-se ao total de registros encontrados nos documentos escolares. Ao todo foram coletados 157 registros de alunos de São Carlos. Foram excluídos os registros de alunos de outras localidades, uma vez que embora sejam significativos para determinar quem seriam os frequentadores da escola, não atendem aos critérios estabelecidos para o objetivo deste estudo, que é a constituição da tradição da elite especificamente de São Carlos.

Do total de alunos provenientes de São Carlos (tabela 08), existem 91 registros de declaração da profissão dos pais, perfazendo 58% do total e 66 registros sem declaração de profissão, perfazendo 42% do total.

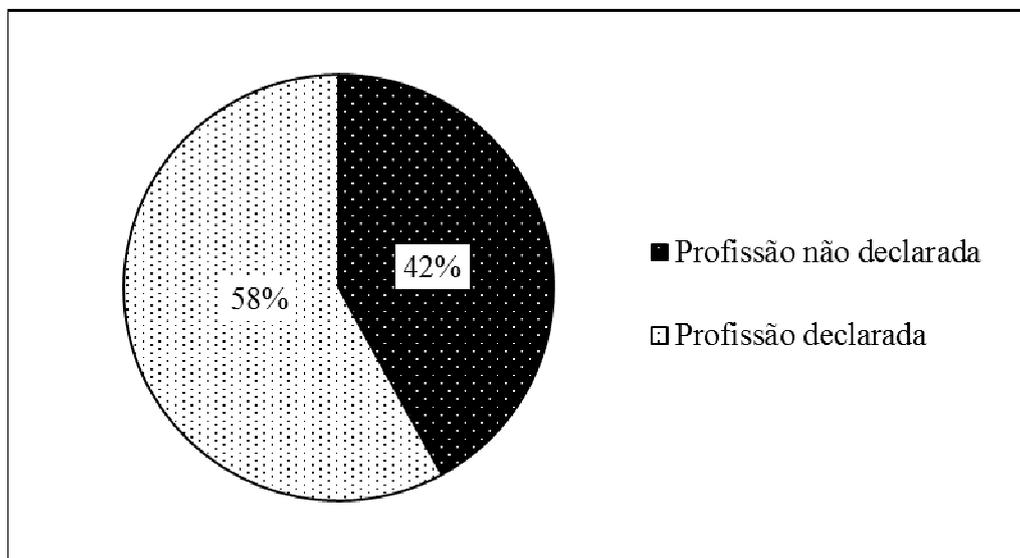
**Tabela 09: registros segundo declaração de profissão**

RESUMO		
Profissão não declarada	4 2%	6 6
Profissão declarada	5 8%	9 1
Total	100%	1 57

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião

No seguinte gráfico encontram-se representados os percentuais de profissão declarada e não declaradas em relação ao total de registros.

**Gráfico 2: profissão declarada e profissão não declarada**



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião

Dentre os 58% que declararam a profissão, apenas 10% declararam-se como agricultores ou lavradores. Número menor do que o de empregados e colonos: 11%. O número maior de declarações pode ser encontrado entre os comerciantes, negociantes e banqueiros, 16%. Se a estes acrescentarmos aqueles que se declararam como industriais, 4%, teremos um total de 20%. Se acrescentarmos os

profissionais técnicos, administradores e liberais, num total de 12 %termos, ao final 32% do total de declarações, um número expressivo.

**Tabela 10 – relação de profissões declaradas**

Profissão	Percentual	Quantidade
Comerciante/Negociante	15%	24
Agricultor/Lavrado	10%	16
Colono	9%	14
Industrial	3%	5
Empregado	3%	4
Engenheiro	3%	4
Professor	3%	4
Administrador	2%	3
Chefe de estação	2%	3
Autonomo	1%	1
Banqueiro	1%	1
Carniceiro	1%	1
Cervejeiro	1%	1
Cervente de Justiça	1%	1
Fabricante de Macarrão	1%	1
Guarda Livros	1%	1
Maquinista	1%	1
Marmorista	1%	1
Médico	1%	1
Relojoeiro	1%	1
Sapateiro	1%	1
Suplente de Juiz de Paz	1%	1
Vereador	1%	1
Advogado	0%	
Capitão	0%	
Doutor	0%	
Farmacêutico	0%	
Major	0%	

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião e Censo de 1907.

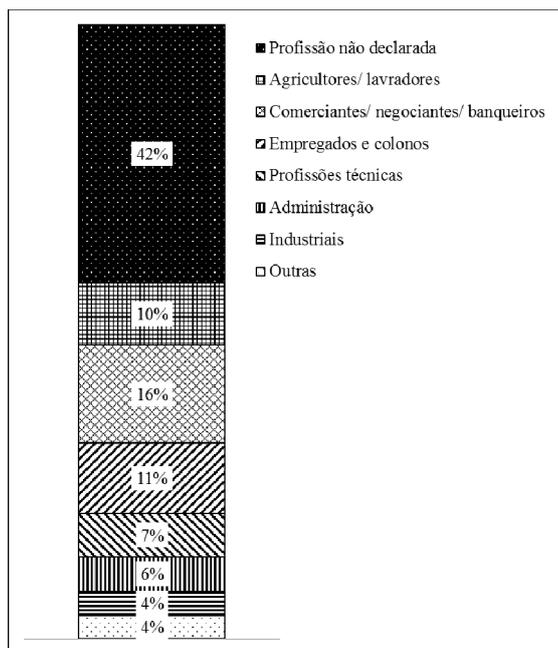
**Tabela 11–indicação percentual por profissões declaradas**

Profissões declaradas	5 8%
Outras	4 %
Professores	3 %
Profissionais liberais	1 %
Militares	0 %
Industriais	4 %
Administração	6 %
Profissões técnicas	7 %
Empregados e colonos	1 1%
Comerciantes/ negociantes/ banqueiros	1 6%
Agricultores/ lavradores	1 0%
Profissão não declarada	4 2%
Total	1 00%

ND	42%	66
TOTAL		157

**Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião e Censo de 1907**

**Tabela 12 – Gráfico comparativo dos percentuais de profissões declaradas**



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião e Censo de 1907.

### 3.8 A escola Normal de São Carlos e o processo migratório

Um dado importante que pode-se constatar no estudo das fontes relativo aos alunos de São Carlos é a presença significativa de filhos de imigrantes. Embora seja comum a observação, incluindo-se a opinião de alunos remanescente das primeiras turmas da escola normal, de terem sido raros os alunos filhos de imigrantes, pode-se constatar a presença de vários destes nos documentos escolares.

São Carlos recebeu uma grande quantidade de imigrantes no final do século XIX, da mesma forma que as outras regiões cafeeiras de São Paulo

A imigração de trabalhadores estrangeiros foi o resultado de uma política nacional de substituição da mão de obra escrava, com o fim do tráfico negreiro e a expansão da economia cafeeira. Inicialmente foram as lavouras mais antigas e que ainda possuíam trabalhadores escravos. Diante das dificuldades impostas ao tráfico, essas lavouras passaram a arremeter trabalhadores imigrantes principalmente de Portugal e Itália. Esses primeiros imigrantes vieram para lavouras já formadas, por substituindo o trabalho escravo por meio de contratos de parcerias.

Em 1871 o governo provincial de São Paulo começou a emitir apólices, autorizadas por lei, para auxílio dos lavradores que desejassem promover a imigração estrangeira para suas fazendas. No mesmo ano foi autorizado o funcionamento, por decreto imperial, da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, presidida por Francisco Antônio de Souza Guimarães, com auxílio

pecuniário do governo, entre outros, com a finalidade de promover a vinda de trabalhadores para as áreas cafeeiras. (Beiguelman, 1977). Em 1884, uma lei paulista autorizou o dispêndio de recursos governamentais para a criação de núcleos coloniais e de auxílio a imigração, e determinava a composição familiar dos grupos de imigrantes. Essa lei exigia, ainda, que “o pagamento das passagens fosse feito diretamente ao imigrante, como indenização das despesas por ele efetuadas” (BEIGUELMAN,1977,p.37) e posteriormente foram autorizados os pagamentos também às empresas de imigração ou fazendeiros que promovessem processos migratórios.

Em 1886, as novas lavouras encontram-se em expansão e é criada a Sociedade Promotora da Imigração, que celebrou contrato com o governo provincial de São Paulo para a vinda de mais de trinta mil imigrantes no ano de 1887. (Beiguelman, 1977).

Um dos critérios estabelecidos, pela Sociedade Promotora da Imigração foi a obrigatoriedade da composição familiar dos grupos de imigrantes. Evitava-se, assim, a imigração de indivíduos isolados, garantindo-se o compromisso familiar nos contratos com as fazendas, o compromisso de permanência pelo período contratado, que deveria ser cumprido por toda a família evitando-se, assim aventureiros. Segundo Truzzi, o sistema familiar era a base do colonato que se tornou a principal forma de organização do trabalho livre nas fazendas.

O colonato era um sistema misto, no qual o colono era em parte remunerado com ganhos fixos (pagos não necessariamente em dinheiro, e frequentemente em produtos necessários a sobrevivência), pelo trato da terra e com parte da produtividade da colheita após a venda café. Os colonos, por contrato, se comprometiam a cuidar da colheita de determinado número de pés de café, recebiam moradia na fazenda onde poderiam plantar e manter criações.

O colonato era a base do sistema produtivo das fazendas de café no contexto do trabalho livre. O colono e sua família cuidavam diretamente do cultivo e colheita da planta, e, dessa forma, era a ocupação que requeria o maior número de braços. Uma das principais características desse regime de trabalho residia no fato de ser a família em seu conjunto a responsável pelos trabalhos; era a família a unidade produtiva base do colonato. Cada fazendeiro firmava contrato com famílias específicas e não com cada trabalhador de forma individual.(TRUZZI; PALMA, 2009, p.96)

A importação da mão de obra imigrante foi um processo planejado, organizado, financiado e determinado pelo Estado, além de ter sido uma forma encontrada solucionar a falta de trabalhadores em um período de expansão da lavoura cafeeira, constituía, também a introdução de um novo elemento no processo produtivo. Como observa Beiguelman:

Do ponto de vista da economia inclusiva, a introdução em massa de um trabalho que alia o braço à capacidade de consumo fornece o impulso para dinamizar o crescimento do mercado interno. Com efeito, estabelecida a corrente imigratória, desenvolve-se o seguinte ciclo: o imigrante, depois de um estágio na fazenda, dirige-se à cidade, tendo em vista as novas oportunidades econômicas decorrentes de uma ampliação de mercado, resultante de sua própria presença na economia, enquanto trabalhador-consumidor; dessa forma, estabelece-se um fluxo migratório na direção dos centros urbanos, ao que a lavoura responde com a sucessiva introdução de novas levas de imigrantes, reativando-se continuamente o processo.(BEIGUELMAN,1977, p.39)

Subvencionada pelos cofres públicos, a imigração, por meio da transferência de unidades familiares, injetou não apenas uma nova forma de mão de obra, mas uma massa de consumidores no mercado, capitalizando a economia em um processo muito distinto da antiga lavoura açucareira. O trabalhador imigrante era parte importante da constituição capitalista do complexo cafeeiro e, nas regiões mais novas de plantio, onde seu trabalho era remunerado em dinheiro, promoveu a dinamização monetária das atividades econômicas.

Em São Carlos, a partir de 1844, a grande lavoura cafeeira recebeu um dos maiores contingentes de estrangeiros de São Paulo. De forma não oficial, alguns fazendeiros já vinham incentivando a imigração, como foi o caso de Antônio Carlos de Arruda Botelho, futuro conde do Pinhal, que em 1876 importou 100 famílias de origem alemã.

Segundo Truzzi (2007), São Carlos era, em 1884, o terceiro município do estado a receber o maior número de imigrantes. Dez anos depois, em 1894, tornou-se o primeiro. Os estrangeiros, que em 1886 respondiam por 12,7% da população da cidade, em 1907 já eram 39,3%. (TRUZZI; BESSANESI, 2008, p. 03). O impacto da imigração alterou a estrutura e a dinâmica populacional de São Carlos introduzindo um novo panorama demográfico. A proporção de negros em relação aos brancos declinou, o número de mulheres em relação aos homens cresceu, e a população rejuvenesceu. Entre os imigrantes, os italianos predominaram amplamente, atingindo quase 30% dos estrangeiros.

Em 1886, o município contava com 16.104 habitantes, dentre os quais 2.051 eram estrangeiros. Desses, mais da metade (1.050) já eram italianos (Bassanezi, 2000). Em 1889, o Club da Lavoura local apurou que 15.688 trabalhadores rurais habitavam o município. Os imigrantes constituíam mais de 85% da força de trabalho rural (13.418 indivíduos) e os italianos somavam 10.396 pessoas (Truzzi, 2004:49). Por fim, em 1907, frente a uma população total (rural e urbana) de 38.642 indivíduos, os italianos representavam quase 30% de toda a população, perfazendo de longe o maior grupo de estrangeiros no município (11.342 indivíduos) (Censo Municipal, 1907).(TRUZZI, 2007, p. 02)

A tabela abaixo apresenta a média de imigrantes chegados à São Carlos no período de 1884-1929.

**Tabela 14 - Imigrantes Chegados a São Carlos\* (1884-1929)**

Ano	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Austríacos	Nacionais	Outros	Total	Posição Rel. no Estado
1884							304	3 <sup>a</sup>
1886	458	76	17	2			553	3 <sup>a</sup>
1887							926	4 <sup>a</sup>
1894							3788	1 <sup>a</sup>
1895							4444	2 <sup>a</sup>
1898							1342	4 <sup>a</sup>
1900							869	4 <sup>a</sup>
01	2822	114	459	119		18	3532	4 <sup>a</sup>
02	1381	82		15	1	8	1487	3 <sup>a</sup>
03	257	18	32	1			308	5 <sup>a</sup>
04	242	12	55	13	1		323	14 <sup>a</sup>
05	345	128	651	7	5	58	1194	7 <sup>a</sup>
06	307	77	478	17	10	2	891	12 <sup>a</sup>
07	385	21	233	24	16		679	9 <sup>a</sup>
08	339	217	254	5	23	6	844	8 <sup>a</sup>
09	283	139	451	34	30	20	957	8 <sup>a</sup>
10	175	82	314	3	26	2	602	16 <sup>a</sup>
11	406	120	222	152	265	8	1173	10 <sup>a</sup>
12	326	266	627	17	32	57	1325	12 <sup>a</sup>
13	442	456	1037	25	115	110	2185	7 <sup>a</sup>
14	214	424	710	2	87	64	1503	3 <sup>a</sup>
15	125	176	157		144	58	660	7 <sup>a</sup>
16	94	131	198	2	41	24	490	12 <sup>a</sup>
17	115	46	120		86	30	397	30 <sup>a</sup>
18	27	23	49		64	120	283	24 <sup>a</sup>
19	30	33	60		29	17	169	34 <sup>a</sup>
20	33	59	284		315	91	782	12 <sup>a</sup>
21	888	67	71		81	99	406	25 <sup>a</sup>
22							175	
23							499	
24							430	
25							725	
26							520	
27							423	
28							784	
29							1072	

**FONTE:** \*Saídos da Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo. Fonte: Para os anos de 1884, 1886, 1887, 1894, 1894, 1898 e 1900: São Paulo. Divisão de Arquivo do Estado. Relatórios apresentados ao EXMO. Sr. Presidente da Província. 1901 a 1929: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. São Paulo, Repartição de Estatística, (apud, TRUZZI, 2000, p.58)

É importante ressaltar que nem todos os imigrantes fixados em São Carlos permaneceram em atividades ligadas à lavoura. Houve a existência de dois tipos de imigrantes: aqueles que se dedicaram às atividades rurais e aqueles dedicados as atividades urbanas e que, em São Carlos, deram um novo impulso ao desenvolvimento da economia urbana. (Costa, 2001) No auge da economia cafeeira os imigrantes, sobretudo os italianos, desenvolveram atividades econômicas urbanas, inserindo-se no comércio local e em atividades industriais. (Devescovi, 1987)

Segundo o Censo 1901, a população de São Carlos era de 38.642 pessoas, das quais 15.267 eram imigrantes. A população residente na área era urbana de 9.326 habitantes, dos quais 2.857 eram

imigrantes. Destes, 2.377 residiam no centro da cidade e 480 na periferia. (TRUZZI; BESSANESI, 2008)

Devescovi (1987) observa que vários comerciantes e industriais locais, não chegaram a passar anteriormente pela lavoura cafeeira. Não eram nem fazendeiros, nem ex-colonos. Dos cinco proprietários de indústria e comerciantes citados por ela, e que desenvolveram atividades na cidade, três foram pais de quatro alunos que estudaram na Escola Normal Secundária de São Carlos, entre 1911 a 1923:

- David Cassinelli,(italiano) pai Rachel de Meira Cassinelli (diplomada em 1917); fábrica e depósito de móveis e madeira, serraria
- Germano Fehr (suíço) pai das alunas Elza (diplomada em 1920) e Olga Fehr (diplomada em 1925); empreiteira de obras, fábrica de tecidos, fábrica de móveis, fábrica de lápis
- Abel Giongo (italiano) pai de Aldo Giongo (diplomado em 1917); dono de serraria

Os imigrantes que desenvolveram atividades urbanas tendiam a procurar uma escola que incentivasse a participação na cultura urbana da cidade e lhes propiciasse uma futura posição na indústria e comércio local, atividades que exigiam formação escolar.

A partir de consultas ao Censo de 1907, ao Arquivo da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião, ao Almanack Annuário 1928 e as descrições encontradas no livro Neves (2007b) , pode-se constatar que dos 324 alunos matriculados no período desta pesquisa, 28 eram filhos de imigrantes italianos, 6 de imigrantes portugueses, 1 filho de imigrante suíço e 1 filho de imigrante argentino, constituindo quase 10% do total (9,25) um número que pode ser considerado significativo.

A inserção cada vez maior do imigrante na vida urbana e o incentivo de uma educação escolar para seus filhos permitiu um acesso cada vez maior ao exercício de funções comerciais e industriais. Na tabela abaixo podem ser observadas as atividades industriais e profissões exercidas dos trabalhadores brasileiros e imigrantes da cidade de São Carlos, no período de 1901 a 1940. A partir da tabela podemos observar que, embora dispersa, a presença imigrante era significativa em diferentes atividades urbanas.

**Tabela 15 – Atividades industriais e profissões em São Carlos 1901 – 1940**

ATIVIDADES	1901 / 1910			1911 / 1920			1921 / 1930			1931 / 1940		
	Fazendeiros de Café	Emigrantes Estrangeiros	Nacionais e Não Identificados	Fazendeiros de Café	Emigrantes Estrangeiros	Nacionais e Não Identificados	Fazendeiros de Café	Emigrantes Estrangeiros	Nacionais e Não Identificados	Fazendeiros de Café	Emigrantes Estrangeiros	Nacionais e Não Identificados
Olaria e Fábrica de Ladrilhos			2			2		2	8			
Oficina Mecânica e fundição	1				8	2		3				2
Fábrica de Máquinas para Lavoura												
Fábrica de Rastelos												
Fábrica de Cabo de Arado								1				
Fábrica de Peneiras												
Fábrica de Carroças				1		1						
Marcenaria e Carpintaria					9			18				
Fábrica de Móveis e Dormentes		2	2					1				
Curtume	1			2	10	6						
Fábrica de Velas						1						
Fábrica de Adubos												
Fábrica de Cola												
Fábrica de Sabão					6	1						
Fábrica de Tecelagem de Algodão	1											
Fábrica de Tecidos de Seda												
Fábrica de roupas Brancas								16				
Fábrica de Chapéus								1			6	
Fábrica de Camisas								1				
Fábrica de Meia								1				
Fábrica de Calçados								1				
Fábrica de Tamancos												
Fábrica de Docas								3				
Beneficiamento de Café e Cereais	8				2	1						
Fábrica de Pães e Macarrão		10	2		8							
Fábrica de Salchichas												
Fábrica de Gelo					1							
Beneficiamento de Pasteurização de Leite												
Fábrica de Cerveja e Gasosa		2			12			2		1		
Fábrica de Açúcar e Alcool												
Fábrica de Aguardente		1		1		3				1		
Tipografia					5			1				
Fábrica de Caixas de Papelão												
Fábrica de Brinquedos												
Fábrica de Pilhas Elétricas												
Fábrica de Instrumentos Musicais												
Fábrica de Vassouras					1							
Fábrica de Espelhos												
Fábrica de Lapis					1							
Sub-Total	11	15	6	4	63	17	0	51	8	2	6	2
Total		32			84			59			10	

Fonte: Livro de Registro de Impostos s/ Atividades Industriais e Profissões 1901 a 1930; Livro de Pedidos de Alvarás de funcionamento 1901 a 1940. Arquivo da Prefeitura Municipal de São Carlos. Apud Lorenzo, 1979, p. 150

Segundo Devescovi com o tempo ocorreu a ascensão social de “profissionais liberais, sobretudo de imigrantes organizados na maior parte das vezes em unidades familiares” (DEVESCOVI, 1987, p.56) . O surgimento dos profissionais liberais em São Carlos estaria associado, nas décadas de 1910 e 1920 “a predominância dos imigrantes estrangeiros sobre os cafeicultores no tocante à participação nas atividades produtivas urbanas”. (DEVESCOVI, 1987, p.57)

Os imigrantes, por meio de suas atividades industriais e/ou comerciais, constituíram em São Carlos, um núcleo de mercado local que tendia cada vez mais a maiores necessidades socioeconômicas derivadas da economia capitalizada pelo complexo cafeeiro. Era um mercado que encontrava-se subjacente à economia cafeeira e ao longo dos anos, as atividades comerciais, industriais e as profissões dela emergentes tornaram-se gradualmente independentes. As relações econômicas que anteriormente eram movimentadas pelo complexo cafeeiro passaram a adquirir espaço econômico autônomo e próprio. Emergiam novas categorias sociais como: industriais, comerciantes e operários que conviviam ao lado de donos do café em decadência.

Deste modo o efeito urbanizador do café não residia exclusivamente na organização interna das fazendas e nas atividades urbanas ligadas à esta cultura. A imigração e a ocupação cada vez maior de atividades urbanas por imigrantes engendraram “um movimento articulado a uma modificação nas relações sociais de produção e nas suas repercussões sobre a organização da cidade e a estruturação do espaço”. (DEVESCOVI, 1987, p.29).

### 3.9 A feminização da escola normal

Um dos aspectos mais notáveis dos registros encontrados relativos à constituição do corpo de alunos da escola normal de São Carlos é a predominância de alunos do sexo feminino. Na tabela 15 pode-se constatar que cerca de 79% dos alunos, no período estudado foram do sexo feminino.

**Tabela 16. Relação de alunos diplomados por gênero no curso normal de São Carlos (1911-1923)**

<b>ANOS</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual fem.</b>
1914	25	7	32	78,1%
1915	9	7	16	56,2 %
1916	27	11	38	71 %
1917	26	3	29	89,6 %
1918	25	8	33	75,7 %
1919	37	11	48	77 %
1920	30	5	35	75 %
1921	32	8	40	80 %
1922	22	6	28	78,5 %
1923	23	2	25	92 %
<b>Total</b>	<b>256</b>	<b>68</b>	<b>324</b>	<b>79 %</b>

**Fonte:** Arquivo da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião

A predominância de mulheres matriculadas no curso normal relaciona-se com o início do processo de feminização do magistério, que segundo Antunes e Demartini (1993) teria se iniciado ainda no final do império.

Durante o período colonial as mulheres não tinham acesso à educação. Esse quadro alterou-se com a lei de 15 de outubro de 1827 que assegurou a mulher o direito a educação, permitindo que fossem abertas escolas de primeiras letras para menina se abrindo espaço para que o público feminino acesso ao magistério do ensino primário.

A determinação da lei não extinguiu a discriminação sexual entre homens e mulheres e o ingresso das mulheres às escolas continuava desproporcional em relação aos homens. Assim, criava-se na própria estrutura das escolas normais uma contradição entre o acesso para o ensino primário e a demanda para esse tipo de ensino:

Por ocasião da criação das primeiras Escolas Normais, um projeto de lei de 1830 determinava que no magistério primário das escolas públicas dar-se-ia preferência às mulheres (Moacyr, 1937. Vol.1, p.229). No entanto, todas as Escolas Normais criadas recebiam apenas o público masculino. Campos (1989, p.08) aponta nesse caso a existência de uma contradição nos valores então vigentes: de um lado o sexo feminino encontrava dificuldades consideradas de acesso ao ensino, pois a educação formal não era considerada necessária para as funções que iria desempenhar na sociedade; por outro, o exercício da atividade docente, especialmente no que se refere às crianças, era visto como sendo função própria das mulheres para qual tinham habilidades inatas. (ANTUNES, DEMARTINI, 1993, p.6)

Segundo Antunes & Demartini (1993), em 1830 um projeto de lei determinou que deveria ser dada preferência às mulheres no magistério primário. A determinação da lei não extinguiu a discriminação sexual entre homens e mulheres, e o ingresso das mulheres às escolas normais continuava desproporcional em relação aos homens. Assim, criava-se, na própria estrutura das escolas normais, uma contradição entre o acesso para o ensino primário e a demanda para esse tipo de ensino:

Por ocasião da criação das primeiras Escolas Normais, um projeto de lei de 1830 determinava que no magistério primário das escolas públicas dar-se-ia preferência às mulheres (Moacyr, 1937. Vol.1, p.229). No entanto, todas as Escolas Normais criadas recebiam apenas o público masculino. Campos (1989, p.08) aponta nesse caso a existência de uma contradição nos valores então vigentes: de um lado o sexo feminino encontrava dificuldades consideradas de acesso ao ensino, pois a educação formal não era considerada necessária para as funções que iria desempenhar na sociedade; por outro, o exercício da atividade docente, especialmente no que se refere às crianças, era visto como sendo função própria das mulheres para qual tinham habilidades inatas. (ANTUNES; DEMARTINI, 1993, p.6)

A discriminação sexual entre homens e mulheres é resultado de uma construção social que, na modernidade determinou a superioridade biológica, intelectual e cultural do homem frente a mulher.

A causa da suposta diferença universal das relações de poder entre homens e mulheres não está no fator biológico, mas no significado das construções sociais atribuída a sexualidade masculina e a sexualidade feminina. (Hollanda, 1994)

A mulher por sua capacidade biológica de reprodução foi subjugada pelas sociedades ocidentais a ficar confinada no espaço privado cuidando das tarefas domésticas consideradas

essencialmente femininas como: lavar, coser, cozinhar, cuidar dos filhos, o que acarretou na imagem do sexo feminino como um ser biologicamente frágil e delicado:

[...] A mulher brasileira, como a de qualquer sociedade da mesma civilização, tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia de sua prole, dona e reguladora da economia de casa com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções. [...] (VERÍSSIMO<sup>76</sup>, 1985, apud, LOURO, 2000, p.448)

O homem por ser considerado biologicamente superior à mulher passou assumir a função de chefe de família sendo o único responsável a arcar com despesas domésticas.

A oposição entre o espaço público e privado garantiu ao homem um lugar de destaque nas relações de poder cotidianamente estabelecidas, já que a mulher deveria se submeter aos serviços domésticos inferiorizando assim sua capacidade de adquirir um emprego público. A partir da diferença sexual criou-se, portanto, um processo de construção de significações que geraram expectativas sociais em torno do que representa ser homem e do que representa ser mulher.

Essas expectativas são vistas como algo natural e, construídas segundo os elementos simbólicos atribuídos a sexualidade masculina e a sexualidade feminina. Assim criam-se padrões de comportamentos adequados (e esperados) para a sexualidade masculina e a sexualidade feminina. Qualquer característica que desvie desse padrão socialmente estabelecido acentua uma discriminação social, verbal, física enfim, contra o possuidor de tal característica seja homem ou mulher.

Neste sentido a suposta diferença biológica está na base da desigualdade das relações sociais e de poder entre homens e mulheres e acompanhou o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho. Por meio da identificação do espaço escolar com o espaço privado, a medida em que se modelava o espaço escolar como extensão da educação doméstica, a tarefa educativa passava a ser tratada como inferior e os homens foram gradualmente se afastando da tarefa de ensino concentrando-se nas posições de administração e comando do sistema escolar. O magistério consistiu, assim, no primeiro e por muito tempo o único espaço institucionalizado que aceitava a presença feminina. Como decorrência, o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu pelo menos, até o final da década de 1930, por meio do ingresso ao magistério primário:

A profissionalização do magistério acompanhou seu movimento interno de feminização. Nesse processo o magistério primário se consolidou não apenas numericamente como profissão feminina,

---

<sup>76</sup> VERÍSSIMO. A educação nacional (1890), Porto Alegre: Mercado Aberto: 1985. In: LOURO, G.L. “Mulheres na sala de aula”

mas como única profissão respeitável e única forma institucionalizada de emprego para as mulheres de classe média até o final da década de 30. Posteriormente com o crescimento econômico do país, novas opções profissionais se abriram às mulheres e, em muitos casos, se firmaram também como atividades essencialmente femininas (secretárias, enfermeiras, etc.) (ANTUNES, DEMARTINI, 1993, p.8)

Antunes & Demartini (1993) apresentam dois aspectos contraditórios que caracterizaram o movimento de profissionalização do magistério: a rápida ascensão dos professores homens em cargos políticos e a difícil ascensão das professoras mulheres no espaço público. Segundo as autoras, a entrada das mulheres para exercício do magistério reforçou a imagem de que a docência seria uma ocupação secundária e essencialmente feminina influenciando a queda do número de alunos do sexo masculino matriculados no curso normal.

Um suposto requisito que pressupunha que o exercício do magistério exigia sentimento, dedicação, minúcia, sacrifício, paciência, o conceito de vocação foi fundamental para reforçar a docência como uma atividade feminina e “induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente”. (BRUSCHINI, AMADO, 1988, apud ANTUNES, DEMARTINI, 1993, p.8)

Por tratar-se de uma atividade mal remunerada, o magistério “atraía em muitos casos, os que podiam exercê-la como atividade paralela, ou os que constavam com o apoio financeiro da família, ou então aqueles que não haviam encontrado uma ocupação mais bem remunerada” (ANTUNES, DEMARTINI, 1993, p.7)

Embora as professoras mulheres representassem a maioria no exercício do magistério, elas ficavam em termos de carreira e remuneração, em desvantagens com os professores homens:

À época do Inquérito de 1914, o Prof. Oscar Thompson, então diretor da Escola Normal da capital sugeria o estabelecimento de novos critérios para o escalonamento salarial dos professores, que, segundo ele, deveriam obedecer a seguinte ordem: 1. A localização da escola, 2. A categoria da escola, 3. A série em que o professor lecionava; 4. O sexo do professor. Quanto a inclusão deste último item, o Prof. Thompson assim se justificava: é sabido que os professores tem maiores responsabilidades civis que a professora. O professor é sempre o chefe de família. Pesam exclusivamente sobre seus ombros as obrigações do lar. (ANTUNES, DEMARTINI, 1993, p.7)

A suposta diferença biológica entre os sexos concedeu aos professores homens privilégios particulares no espaço público em detrimento das mulheres.

A comparação feita entre as trajetórias de professores homens e das professoras mulheres, apresentada no artigo escrito pelas professoras Antunes e Demartini (1993) reforça a discriminação sexual como fundamento principal da rápida carreira dos professores homens em postos de controle e poder. A sucessão de promoções e o reconhecimento na carreira dos professores homens ocorria, predominantemente, por meio de indicações e apoios políticos, fazendo com que muitos professores permanecessem pouco tempo em exercício do magistério. Tão logo que assumiam o cargo de professores primários, eram promovidos aos cargos mais elevados de sua carreira como o de inspetor e o de delegado de ensino.

Às mulheres ficaram conhecidas pela sua “vocação e dedicação ao magistério” enquanto que os homens destacaram-se na cidade pelas outras funções que assumiram no espaço público, mesmo quando permaneceram no magistério a ênfase estava nas outras funções adquiridas ao longo da vida:

De acordo com Muzetti (1997) que analisou a trajetória de dez normalistas formadas pela Escola Normal de São Carlos nos 40, a escola normal teria sido um importante elemento para a sua condição de esposas. Segundo as normalistas entrevistadas pela autora a educação da mulher nos anos era voltada para o casamento e o magistério era visto como exercício profissional temporário e a formação em uma boa escola normal um trampolim para bons casamentos, pois asseguraria um bom desempenho nas atividades domésticas e na educação dos filhos.

A partir da década de 1820, o magistério primário passou a representar prestígio cultural e por constituir a única forma de emprego institucionalizada para a mulher, era a melhor forma de emancipação e conquista de autonomia para as mulheres.

Como em São Carlos, não havia outras escolas normais próximas na região, a Escola Normal Secundária de São Carlos ficou consagrada no imaginário popular como um “templo de sabedoria” onde as normalistas eram símbolos de cultura, refinamento e saber. Estudar na escola, conferia às normalistas um lugar de prestígio na escala dos valores socialmente aceitos:

Sim, ajudava a formação da mulher porque se criou naquele tempo um mito da escola, pelo valor dela, se falava assim: Essa professora é formada pela Escola Normal de São Carlos. Então, você não podia ser ruim, você tinha que ser boa. E devia ter o comportamento que o povo que a comunidade esperava. (Elvira, filha de fazendeiro, apud, MUZETTI, 1997, p. 55)

Eu sempre achei que o Curso Normal era adequado. O curso Normal de preferência é bom para as mulheres, também é bom para os homens mas de preferência para as mulheres, porque o professor parece que tem que ser uma segunda mãe para os alunos, então é uma boa formação que o curso oferece não só para ser professora mas também para ser mãe. (Lígia, filha de dono de loja, apud, MUZETTI, 1997, p. 120)

Havia uma estreita ligação entre o curso normal e o casamento. No curso, as normalistas entrevistadas lembraram quatro disciplinas que reforçavam as obrigações da mulher no lar e posteriormente tais conhecimentos deveriam ser aplicados em suas vidas conjugais. As disciplinas foram: Trabalhos Manuais, Sociologia, Psicologia e Pedagogia.

Em Trabalhos Manuais, elas aprendiam a bordar e a costurar, ou seja, aprendiam uma base para cuidarem das roupas do marido e dos filhos. Em Sociologia, a ênfase era dada nos valores da família e da educação das crianças, os quais eram moralmente embasados na doutrina católica. Nesse caso aprendiam a subserviência Em Psicologia e Pedagogia aprendiam o comportamento das crianças e a maneira de proceder com elas, ou seja, conhecimento que deveria ser aplicado na educação de seus futuros filhos. Por outro lado essa “educação doméstica” não apenas agregava valores à mulher para se tornar uma companhia mais agradável ao marido, mas também agregava valores para que as mulheres fossem capazes de bem representá-los socialmente. (Louro, 2000)<sup>77</sup>

Tinha Trabalhos Manuais. Na Escola Normal você aprendia a bordar, fazer crivo, fazer caseado, pregar um botão, cerzir uma meia, cerzir uma roupa, a professora mandava pegar barba-de-bode e fazer uma cestinha. Tinha tudo que desenvolvesse a parte manual e também o que fosse necessário para o futuro de uma dona de casa. E eu achava importante porque era matéria e também fazia parte da vida. (Virgínia, filha de empresário, apud, MUZETTI, 1997, p. 47)

Em Sociologia se falava em casamento, nos hábitos. O casamento era uma instituição.., hoje ele é mais questionável, naquele tempo era um hábito, uma coisa normal, não existia aquela preocupação, existia a parte religiosa: não se falava em divórcio, não se entrava nem ao mérito dessas questões porque não se podia nem ser amiga de pessoas desquitadas (...) (Helena, filha de dentista, apud, MUZETTI, 1997, p. 78)

É importante ressaltar que não eram apenas essas disciplinas que tratavam especificamente da educação da mulher. Segundo as normalistas entrevistadas, a Escola Normal Secundária de São Carlos, lhes proporcionava uma base de cultura geral que complementava a educação exigida para a mulher na época. Da mesma forma que aprendiam os conteúdos curriculares, aprendiam também, por meio, da linguagem gestual dos professores, como falar, como se vestir, como se portar em público, como cuidar de um lar, enfim aprendiam a se tornar mulheres-professora e mulheres-esposa.

“Esse processo de “escolarização do doméstico” não iria se constituir, no entanto numa mera transposição de conhecimentos do mundo doméstico para a escola, implicaria sim uma reelaboração

---

<sup>77</sup> LOURO, G. L. “Mulheres na sala de aula.” In: História das Mulheres no Brasil. DEL PRIORE, M. et al. São Paulo: Contexto: 2000

de tais saberes e habilidades” (LOURO, 2000, p.458) porque ao serem transpostos à escola esses saberes e habilidades exigidos para mulher, ganhavam legitimidade científica.

Quem dava muito essa parte (assuntos referentes à mulher) ensinava até a sentar, aí se sentasse com a perna aberta! ...era o senhor Espalini, professor de História e a Dona Lucila inspetora da Escola. Ela ficava na porta, se você não sentasse em ordem, se você fizesse um gesto que ela achava que não era adequado, ela chamava a atenção, chamava do lado e explicava. A Dona Lucila era inspetora um tipo de orientadora. (Angelina, filha de dona de armazém e de costureira, apud, MUZETTI, 1977, p.116)

O diploma de professora primária representava à família um diferencial para atrair um bom casamento. Com uma educação de prestígio, a cultura e polimento proporcionado pela escola normal, seria possível às normalistas almejarem um casamento que lhes assegurasse uma boa posição social.

Os meus pais achavam sim, porque você, tendo o diploma, podia aparecer um médico, sendo professora...porque era o melhor que eles podiam dar. Então por exemplo, se aparecesse um médico ele ia procurar uma professora, não vai um médico procurar uma...não é? Então professora era o último grau. É a vida mudou não é? (Angelina, filha de dona de armazém e costureira, apud, MUZETTI, 1997, p.110)

Eles (pais) achavam que fazendo o Curso Normal a gente poderia arrumar um melhor casamento porque o professor era muito valorizado naquele tempo. (Celeste, filha de trabalhador de escritório, apud, MUZETTI, 1997, p. 133)

Nossa! Todo mundo queria namorar uma professora! Todo homem queria namorar uma professora, professora era chique mesmo na nossa época. Era o melhor partido, pelo menos numa cidade assim como a nossa na época, era a professora, porque fora disso era difícil ter uma moça formada em outra coisa superior a professor. A professora era importante mesmo na cidade! (Gabriela, filha de viajante, apud, MUZETTI, 1997, p. 134)

Todas as normalistas entrevistadas por Muzetti (1997) receberam recomendações de seus pais para não se casarem com uma pessoa de nível socioeconômico inferior ao seu. Deveriam desposar homens que lhes proporcionassem estabilidade financeira, uma vez que elas ou trabalhariam meio período ou se dedicariam integralmente ao lar. O nível de instrução também era muito valorizado, por isso seus pais as orientavam a não procurar um parceiro de padrão cultural inferior para que pudessem lhes propiciar a permanência na mesma condição social:

As características de um marido ideal para os meus pais era o nível social, o nível cultural, nível de...Não precisava ser um engenheiro não, o que valia muito era a educação, a família dele a descendência dele. (Virgínia, filha de empresário, apud, MUZETTI, 1997, p. 44)

Era importante o casamento, o meu pai sempre falava: Eu quero que vocês se casem com um moço bom! Era o bom! E, o bom era ser do mesmo nível social, ser trabalhador, ser um bom chefe de família, um bom esposo, um pai. (Elvira, filha de fazendeiro, apud, MUZETTI, 1997, p.44)

Casou mal...era o chupim, quando uma professora casava com quem não valia nada dizia que ele era chupim: casou com Chupim. (Angelina, filha de dono do armazém e de costureira, apud, MUZETTI, 1997, p. 109)

O caminho a ser seguido pelas mulheres na época era ingressar no curso normal, namorar e após concluírem o curso, o matrimônio. O caminho esperado para as normalistas era o casamento. Aquelas que optassem por continuar os estudos, arcava com os preconceitos de uma sociedade moralista e era pejorativamente apelidada de “solteirona”:

A mulher celibatária era considerada a solteirona, a chata, a complexada, essas coisas aí que não existem. Às vezes moravam sozinhas, porque se era professora ia morar fora, não tinha como morar com os pais...(Sofia, filha de professor e professora, apud, MUZETTI, 1997, p. 89)

Ela (celibatária) coitada, era a própria solteirona, judiação! Sempre dependente dos pais! Isso acho que era o pior, poucas eram independentes. Isso veio bem mais tarde! (Vitória, filha de Tesoureiro da Prefeitura, apud, MUZETTI, 1997, p.89)

Louro (2000) analisa que essa representação;

Serve para reforçar o caráter de doação e para desprofissionalizar a atividade. A boa professora estaria muito pouco preocupada com seu salário, já que toda sua energia seria colocada na formação de seus alunos e alunas. Esses constituiriam sua família; a escola seria o seu lar, e como se sabe, as tarefas do lar são feitas gratuitamente, apenas por amor. De certa forma essa mulher deixa de viver sua própria vida e vive através de seus alunos e alunas; ela esquece de si. A antiga professora solteirona podia também ser representada como uma figura severa, de poucos sorrisos, cuja afetividade estava de algum modo escondida[...] (LOURO, 2000, p.466)

Das dez normalistas entrevistadas, oito se casaram com pessoas do mesmo nível socioeconômico e duas escolheram o celibato, devido às circunstâncias de seu meio familiar. Com

óbito do pai ou da mãe, elas tiveram que arcar com as despesas do lar, assumindo a responsabilidade de provedoras da família.

Para finalizar a letra abaixo da música chamada “*Normalista*”, composta por Benedito Lacerda e David Nasser, gravada por Néelson Gonçalves sintetiza a imagem das normalistas e as relações entre gênero e espaço escolar:

Vestida de azul e branco  
Trazendo um sorriso franco  
Num rostinho encantador  
Minha linda normalista  
Rapidamente conquista  
Meu coração sem amor  
Eu que trazia fechado  
Dentro do peito guardado  
Meu coração sofredor  
Estou bastante inclinado  
A entregá-lo aos cuidados  
Daquele brotinho em flor  
Mas a normalista linda  
Não pode casar ainda  
Só depois que se formar  
Eu estou apaixonado  
O pai da moça é zangado  
E o remédio é esperar.

### **3.10 A escola normal de São Carlos e a construção de uma tradição de elite: a imprensa**

O caráter de enobrecimento social conferido pela escola foi amplamente constituído e divulgado por meio da imprensa, que recortava e fixava aspectos da vida escolar que se confundiam com a própria vida social da cidade. O caráter de polidez e civilidade estavam entre os principais aspectos ressaltados e a escola sempre ocupava grande espaço na mídia, voltada para a descrição da vida social da elite são-carlense.

Também a existência da imprensa do grêmio escolar colaborava com a construção de um imaginário social no qual a escola normal desempenhava um papel privilegiado, fazendo das cerimônias e atividades da escola, importantes eventos sociais. Ao mesmo tempo, a imprensa gremista contribuía para certificar o papel civilista da educação desenvolvida na escola e a vocação de precursores e reprodutores da tradição de elite.

No que se refere a imprensa local, os membros da escola normal sempre eram citados ou reconhecidos nos eventos sociais e políticos locais.

## O Correio de São Carlos: algumas notas



Figura 11: Imprensa Local “Correio de São Carlos” (Fonte: “Correio de São Carlos”)

Escolhemos o impresso “Correio de São Carlos” por ter sido o jornal com maior circulação na cidade comparado aos outros que existiram como “A cidade”, “A Tarde”, o “Popular” entre outros.

Observamos que o “Correio de São Carlos”, ao dar publicidade às práticas culturais e aos modos de socialização apreendidos na escola normal Secundária, contribuiu para potencializar o papel desta escola na formação de elites locais. A referência de cultura e condutas morais socialmente aceitas, estabeleceram-se na cidade de São Carlos, a partir das práticas cultivadas pelos membros da escola normal, que, tendo o Estado como intermediário, tornaram-se os representantes de uma cultura que se fez legítima.

Assim, reconstruímos as práticas pedagógicas e os modos de socialização aprendidos pela escola normal, não como uma cultura escolar sistematizada e pragmática em conteúdos eurocêntricos, mas, como uma “rede de significados através das quais os homens dão forma e sentido à sua experiência” no mundo. (GEERTZ, 1989, p.207)

O “Correio de São Carlos”, órgão do partido republicano paulista, como vinha impresso no subtítulo, começou a circular no ano de 1899 e foi até 1981, passando por três administrações e apenas uma interrupção de treze anos (maio/1966 a setembro 1979), tendo suas atividades encerradas em abril de 1981.

A primeira fase do jornal remete ao seu fundador, Arthur Augusto Ribeiro de Souza, e tão pronto passa para o segundo proprietário, José Ferraz de Camargo, que, após quatro décadas, aproximadamente, vendeu o jornal para a família Inocentini.

O “Correio de São Carlos” tinha uma publicação diária, não era gratuito e dependia de anúncios de profissionais liberais e da colaboração de seus sócios para se manter. Alguns dos anúncios pertenciam a estabelecimentos comerciais de pais dos alunos matriculados (no período estudado), e também a aulas particulares ministradas por professores e alunos da escola normal. Quanto aos sócios, destacavam-se, entre outros, a presença de políticos e professores da escola normal, sendo os últimos, às vezes, responsáveis pela edição das matérias relacionadas à escola e a seus campos subjacentes.

O segundo proprietário, José Ferraz de Camargo, filho dos colonos, brancos, alfabetizados, Cesário Ferraz de Camargo e Virgínia de Almeida Ferraz, formou-se pela escola normal, no ano de 1919, e preparava, junto com as normalistas Elana e Clorita Penteado, alunos para o exame de admissão à escola normal. Foi um decano da imprensa são-carlense, professor de aulas particulares, teve uma tipografia que levava seu nome e foi reeleito várias vezes, para o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, sendo esse um dos motivos, segundo consta em sua biografia, que o fez vender o jornal para a família Inocentini<sup>78</sup>.

O engrandecimento da escola normal Secundária, nas páginas desse impresso, é o produto da soma entre a valorização do magistério nos anos iniciais da República (sendo na época a escola normal Secundária, a única escola em São Carlos, a formar professores primários e secundários) e a influência de José Ferraz de Camargo que, por ter sido aluno da escola, tendeu a hipervalorizar as práticas culturais do capital escolar que lhe foi objetivado, utilizando, neste sentido, o espaço público para fortalecimento de sua identidade homogênea e coletiva, enquanto membro da escola.

Embora a predominância dos artigos publicados sobre a escola fossem anônimos e relacionados às festividades e comemorações cívicas abertas a população, bem como a publicação na íntegra dos discursos proferidos por professores e alunos da escola normal, durante os eventos públicos, boa parte dos artigos referiam-se a assuntos internos da escola como a escolha do paraninfo, festas de encerramento para as férias de julho e principalmente, a festa da entrega da chave e a posse da diretoria do Grêmio, para a qual, José Ferraz de Camargo foi reeleito secretário duas vezes, nos anos, de 1916 e 1917, recebendo de seu colega de classe uma homenagem no jornal, conforme ilustra o excerto abaixo:

---

<sup>78</sup> Sobre esse assunto consultar “Caminhos do Tempo”, escrito por Octavio Carlos Damiano. EdUFSCar: São Paulo: 2007, pp.131- 132.

## **GREMIO NORMALISTA**

*(Reincando com o*

Quarenta votos : reeleito ;  
Deves estar satisfeito,

A' tua oratoria um premio  
De novo concede o Gremio.

Si o cargo monopolizas  
E si nelle te eternizas,

Aqui te vou predizer  
O risco que vais correr :

— Serás, do curso no fim,  
Um Demosthenes . . . mirim.

Pois é bem certo o ditado,  
Que vai abaixo citado :

— «Poeta nascitur,  
Orator facitur» —

[...] Quarenta votos: reeleito  
Deves estar satisfeito,

A tua oratória um prêmio  
De novo concede o Grêmio

Se o cargo te monopolizas  
Essa nelle te eternizas

Aqui te vou predizar  
O risco que vais correr

- Serás, do curso no fim  
Um demosthenes...mirim

Pois é bem certo o ditado,  
Que vai abaixo citado:

- < Poeta nascitur  
Orator facitur>

T. (Fonte: “Correio de São Carlos”, 10 de março de 1917)

A publicidade dos modos de socialização, bem como dos vínculos de amizade, respectivamente, apreendidos e estabelecidos pela escola normal era, uma forma de reforçar a identidade homogênea de seus membros, enquanto um grupo culturalmente distinto, pelos valores compartilhados e pelos lugares frequentados.

O “Correio de São Carlos” descrevia a trajetória social dos membros da normal entre campos interdependentes de saber-poder, que, direta e/ou indiretamente, estavam atrelados à escola normal Secundária, quer na forma de capital escolar objetivado (conteúdos e práticas escolares) quer institucionalizado (diplomas e ganhos simbólicos) contribuindo, dessa maneira, para potencializar o papel dessa escola na formação de elites intelectuais. O jornal, além de ser um forte instrumento formador de opinião, era também “a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais” (MICELLI, 1977, p.15)

Escolhemos, portanto, para análise o “Correio de São Carlos”, porque ele estabeleceu um canal de comunicação entre a escola e a cidade firmado no distanciamento social de seus membros com os moradores, através da publicidade da forma de circulação das ideias sobre o que a escola deveria ensinar e o sentido de ação de tais práticas.

A imprensa escrita desempenhou, durante os primeiros tempos do período republicano, um papel fundamental na projeção das normas do ordenamento social. Em certa medida, a escola e a igreja, ambas instituições produtoras de um poder simbólico, dependiam da imprensa para dar publicidade a padrões culturais, valores e códigos sociais.

Em São Carlos os valores e visão de mundo da elite local eram expressos pelos veículos de comunicação de massa por meio da linguagem escrita e visual que dava visibilidade pública e conferia caráter universal e totalizante às experiências de um específico grupo social.

Em particular, as regras de civilidade, em circulação, descritas por Elias (2008) como maneiras de comer, falar, andar, vestir (entre outras), estiveram entrelaçados em campos institucionalizados com forte poder de comunicação e expressão como a Igreja, a escola e a imprensa. Esses campos refletiram os interesses de grupos de indivíduos, com predominância de capitais simbólicos, que pretendiam afirmar-se como elites condutoras da nação.

Os alfabetizados valiam-se do emblema distintivo do saber ler e escrever em oposição à cultura oral, enquanto os analfabetos formavam-se pela cultura oral, ou seja, pelas imagens dispostas ao seu redor e pelos discursos que ouviam. Não importava o meio; o importante, como ressaltou Monteiro Lobato, era “saber levar a edição até o nariz do leitor.” apud (ELEUTERIO, 2012 )

A serviço do progresso, a imprensa escrita, em suas notícias e fotos, “espelhavam a autoimagem que a elite e as classes médias, em formação, faziam do progresso; fotografias de modernos edifícios, a amplitude da avenida central, figurações do urbanismo tudo isso impresso em papel” (ELEUTERIO, 2012, p. 50) e “demonstrava a harmonia do crescimento que se pretendia fixar na retina dos leitores” (COHEN, 2012, p. 100-110)

Já o que não estava impresso configurava-se como padrões culturais indignos de conhecimento simbólico de poder e, portanto, desnecessários para a opinião pública, “as ruas de terra e as casas modestas dos bairros operários não apareciam nas páginas impressas”.(COHEN, op cit, p.112) dos veículos hegemônicos de comunicação, o que não excluí a circulação dos impressos de esquerda, só que, como esses contrariavam a imposição das normas vigentes, sofriam os atos de censura e repressão.

Em parte, a represália deve-se ao fato de que a imprensa, para sobreviver, esteve, no passado republicano, presa aos apoios e aos auxílios dos partidos políticos e das elites dirigentes que a utilizavam para se projetar no espaço urbano.

Para Cohen (2012, p.104) ,“as atividades jornalísticas constituíram-se sempre a partir de grupos de interesses que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações”.

Entende-se por “grupos de interesses” grupos de políticos, intelectuais, artistas e outros, enfim, que justificaram suas ações e práticas, como se fossem os redentores da sociedade:

esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião tendo por arma a palavra escrita eis o projeto ilustrado dessa elite decidida a exercer aquela que acreditava ser sua missão suprema: conduzir ( LUCA,2012, p.109)

Seguindo os padrões dos jornais dos grandes centros urbanos, o “Correio de São Carlos”, em sua estrutura, publicava poesias de poetas consagrados ao lado de poetas são-carlenses, anúncios de estabelecimentos comerciais e escolares, informativos sobre o disciplinamento dos costumes no espaço urbano (que vinham geralmente acompanhados do exemplo daqueles agentes que desviavam/rejeitavam as normas impostas) acompanhados de colunas que relatavam e monumentalizavam o progresso local e nacional.

A concepção de progresso local obedecia a ideia de embelezamento da cidade, reforçando a importância e centralidade na vida social urbana e dos espaços frequentados pela elite local. Parte desta estética progressista e urbana era constituída pelos estabelecimentos de ensino e pelas ações da classe política local.

No geral, o jornal “Correio de São Carlos” privilegiava o noticiário da cidade, destacando seu embelezamento e melhorias no espaço urbano, dando ênfase a tudo que se referia aos “cidadãos ilustres” da comunidade<sup>79</sup>, que, direta ou indiretamente relacionava-se constantemente a professores e alunos da escola normal Secundária de São Carlos.

Assim, as normalistas eram descritas como “membros do melhor da sociedade são-carlense” (CORREIO DE SÃO CARLOS) e, portanto, como elites intelectuais produtoras de um estilo de vida.

Podia-se encontrar nas páginas do “Correio de São Carlos” a divulgação dos programas de festas cívicas e pedagógicas desenvolvidas pela escola normal, sempre tratados como grandes eventos sociais. A imagem do professor era objeto de culto e era tratado de forma idealizada como “possuidor de sólida cultura”, “a par de um bello caracter batalhador”, “abnegado pelas causas nobres” (CORREIO DE SÃO CARLOS, 1915, AUTOR ANÔNIMO)

No período de 1911 a 1923, pode-se observar a presença constante de membros da escola normal na composição de artigos e matérias publicadas no jornal “Correio de São Carlos”. Mesmo após a criação de outras escolas primárias, grupos escolares e colégios particulares, na cidade de São Carlos, a escola normal permaneceu como centro produtor de cultura local e a maior referência em termos de ensino de elite.

Nessas condições, as relações entre a escola e a imprensa são evidentes. Dada a capacidade de legitimação do poder simbólico desse órgão formador de opinião, concluímos que a imprensa funcionou, no período estudado, como uma espécie de incubadora dessas elites intelectuais vindas da escola normal, cujos costumes e rituais cívicos noticiados no “Correio de São Carlos” davam “visibilidade ao raio de influência da escola na moralização dos costumes da cidade”.(CARVALHO, 1989, p.58)

---

<sup>79</sup> Ver Imprensa São-Carlense 1876-1995. DAMIANO, Octavio Carlos. EdUFSCar: 2007

### 3.11 O Grêmio normalista Vinte e Dois de Março

Observamos nas páginas do “Correio de São Carlos”, que a vida escolar das normalistas esteve em grande parte associada às produções literárias, palestras pedagógicas, festas e passeios culturais, competições esportivas e aos eventos cívicos organizados pelo Grêmio normalista Vinte e Dois de Março.<sup>80</sup>

Essa associação discente, fundada no dia 27 de março de 1911, cinco dias após a instalação da escola, partiu da iniciativa do primeiro diretor João Chrysostomo, e esteve em consonância com o pensamento político pedagógico da época de instaurar, nos alunos, uma identidade homogênea, por meio de práticas e cerimônias organizadas e desenvolvidas nas próprias escolas normais.

O associativismo discente segundo Silva:

Já vinha se consolidando no meio normalista pelo menos há duas décadas, inclusive com a participação de Oscar Thompson, João Chrysostomo e João Lourenço Rodrigues, lembrando que tal movimento era cinquentário e fortemente político, assim como foi o início do associativismo discente entre os normalistas. No caso normalista, a história do associativismo discente teve início na escola normal da Capital em 1889 com a fundação do Club Republica normalista. Essa história das associações discentes se desenrola coma implantação da República [...] (SILVA,2009,p.50)

Segundo Correia (2009), a fundação em São Carlos do “Grêmio normalista Vinte e Dois de Março” teve, como referência, a constituição da associação discente *Arcadia normalista* da escola normal da Capital em 1890.

Embora fosse uma associação discente, era comum a presença do diretor e dos professores nas produções pedagógicas e literárias<sup>81</sup> organizadas pelo Grêmio. O grêmio possuía um papel importante na construção de uma visão de mundo compartilhada e comum aos membros da escola, que mesmo tendo origem em setores sociais distintos, seriam levados a internalizar gostos e princípios comuns a todos. “Mais do que falar aos alunos, o professor deveria mostrar, exemplificar, dar a ver,

---

<sup>80</sup> O nome do Grêmio foi uma sugestão da aluna Julieta Judith de Sousa em homenagem a aula inaugural da escola normal secundária de São Carlos, ocorrida no dia vinte e dois de março de 1911.

<sup>81</sup> Sobre esse assunto consultar a dissertação de Mestrado de Emerson Correa da Silva. “**A configuração do habitus professoral para aluno-mestre: A Escolanormal Secundária de São Carlos (1911-1923)**”. Faculdade de Filosofia e Ciência/Unesp: Marília (2009).

A respeito da influência do diretor nas atividades desenvolvidas pelo Grêmio, o “Correio de São Carlos”, publicou na edição do dia 25/04/1916 uma matéria referente ao sumiço do grêmio com a transferência do Prof. Dr. João Chrysostomo à São Paulo no final do ano de 1911 para ocupar o cargo de Diretor Geral de Ensino. Em 1916 o grêmio sob a presidência do novo diretor Juvenal Penteadado retorna as atividades dando ênfase a produções literárias, artística e culturais.

reforçando que a imagem do ex-normalista, tornado administrador escolar de sucesso, eram pontos importantes [...]” (CORREA, 2009, p.51) na carreira escolar dos normalistas:

O Sr. Dr. Director tomando a palavra expoz o fim da reunião, dizendo que tratava-se da fundação de um Gremio Litterario e Pedagogico nesta escola de São Carlos.

Sua Excia. Discorreu sobre a necessidade que temos da fundação de uma sociedade deste carater, dizendo que, alunmos da normal, futuros professores, deviam empenhar-se na elevação da classe a que mais tarde haviam de pertencer, e que uma sociedade onde alunmos mestres pudessem exercitar-se na arte da palavra elaborando trabalhos litterarios e pedagógicos é um dos principaes factores desta elevação. (Acta de Fundação do Grêmio normalista Vinte e Dois de Março. In: Revista Excelsior! nº1, 1911, p.04)

As práticas de associação levavam a colaboração em prol de um objetivo comum e construiu a ideia de identidade social e cultural, afirmando a condição das normalistas, como um grupo social e culturalmente coeso. Por meio do Grêmio, as normalistas aprendiam os instrumentos necessários para a configuração de seus “gostos de classe”. Essa condição de elite e de distinção social era potencializada e reforçada pelas matérias publicada no “Correio de São Carlos sobre as ações do grêmio. Assim, não era apenas a frequência à escola que garantia a posição de elite. A conquista de um espaço no jornal local garantia a divulgação social e constituía uma espécie de estágio para que o normalista assumisse postos de relevância ao sair da escola.

Com o auxílio financeiro do Governo do Estado e o apoio dos professores, o Grêmio normalista Vinte e Dois de Março criou, no ano de 1911, criou uma revista de nome Excelsior! que se caracterizou por divulgar criações literárias dos membros da escola além da disseminação de concepções didáticas e pedagógicas. A revista potencializou a ideia de uma escola de elite e aos moldes dos clubes eruditos comuns à época, criava a imagem de uma identidade homogênea intelectualizada e distinta em relação a população da cidade.

Os artigos apresentados na Revista Excelsior! eram citados no jornal “Correio de São Carlos”, como informações rotineiras, seu programa, entretanto não era publicado na íntegra, ficando restrito a elite letrada da escola. Também eram divulgados os programas das sessões cívicas, pedagógicas e lítero-musicais, organizadas pelo Grêmio, estes sim, abertos à população que podia desfrutar como expectadora das atividades realizadas pela “mais fina flor da sociedade são-carlense”, como era denominada a elite escolar pelo jornal.

As cerimônias e rituais escolares eram consideradas atividades de prestígio e contavam com a participação da elite política o que elevava ainda mais seu prestígio junto a população.

Os emblemas distintivos, figurados na postura das normalistas estiveram objetivamente associados às comemorações cívicas e aos demais eventos organizados pelo Grêmio normalista Vinte e Dois de Março.

A publicidade desses eventos no “Correio de São Carlos” não apenas mostrava a relação dos alunos com a cultura considerada legítima, mas, sobretudo, elevava o papel da escola, na moralização dos costumes e disciplinamento do cotidiano. (Carvalho, 1989). A polidez e diferenciação representada pela educação próprias às normalistas, constituía um importante aspecto no processo de moralização dos costumes no espaço urbano “estabelecendo padrões sobre a vida familiar, relações com o trabalho e o lazer no cotidiano social”.(CARVALHO, 1989, p.65)

As sessões cívicas e demais eventos organizados pelo Grêmio explicam as relações de poder que se estabeleceram no cotidiano social da cidade. Por um lado, essas festividades cívicas/literárias/musicais/pedagógicas, reforçavam o lugar da escola na hierarquia de produção dos bens materiais simbólicos e por outro lado, separavam e distinguiam aqueles que não faziam parte da visão de mundo propagada por meio da escola.

Nas sessões cívicas eram valorizados os momentos gloriosos dos heróis nacionais como relatados como exemplos a serem seguidos. A proeminência de nomes como Rui Barbosa e Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, na esfera escolar, representava o imenso capital político, social e cultural necessários à formação de uma elite, cuja base de poder era constituída por um capital predominantemente cultural.

As festividades cívicas municipais eram sessões públicas, comemoradas por todos os grupos escolares e colégios particulares e contavam, sempre, com a presença de alunos e professores da escola normal de São Carlos, para presidir palestras e conferências cívicas.



#### Na Escola normal

Em comemoração á data do advento da República realizou-se anteontem no anphitheatro da Escola normal Secundária, uma sessão cívica, constante de vários números de boa música e de uma conferência cívica do Sr. Sebastião Pontes, ilustrado lente de phyica e chimica.

Absolutamente impossível seria dar-se uma relação approximada que fosse, das pessoas que enchiam, ante-hontem, de encanto e elegancia o amphitheatro das Escola. Limiamos a affirmar que quase tudo quanto S. Carlos possui de fino e culta lá estava formado um delicado ambiente em que harmoniosamente se congraçam a elegancia e a arte. (...)

**No grupo Escolar Cel. Paulino Carlos** foi uma festa encantadora que se realizou ante-hontem para commemorar a data da Proclamação da República. Encantadora pela maneira com que foram organizados os vários números do bem organizado programma. (...)

(Correio de São Carlos, 17 de novembro de 1917, **Ver Anexo 1**).

Direta ou indiretamente, a escola normal secundária de São Carlos estava no centro da organização desses eventos, porque seu alunado e professorado representavam a validação de uma cultura legítima. Eram, por isso constantemente convidados para presidir palestras e conferências sobre temas cívicos, como se eles fossem mais autorizados a falar em nome dos “heróis” da pátria.

Apesar dessas comemorações serem públicas, o destaque maior desses eventos geralmente acontecia no anfiteatro da escola normal, onde a população convidada a participar como espectadora, tinha o “prazer em prestigiar” o programa preparado pelos lentes e professorandos daquela escola para comemorar a passagem do evento “que girava em torno da memória de um homem público da monarquia, mas era lembrado de maneira a dar aos participantes do evento o sentimento de partilhar ideias e interesses comuns da República Igualitária” (PAVAN, 2003, p.60). Nesse programa, de caráter humanístico formado por cantos e poesias, alunos e professores tinham a missão patriótica de dar publicidade à vida e aos feitos dos personagens heróicos, como forma de perpetuar e elevar suas memórias, entre os moradores de São Carlos. Hinos, canções, poemas e palestras estabeleciam uma distância uma distância entre o locutor e o interlocutor elevando a perspectiva simbólica dos eventos, conforme ilustra o excerto abaixo:



Realiza-se hoje ás 13 horas no amphitheatro da Escola normal Secundária uma sessão cívica comemorativa da data do descobrimento do Brasil.

A festa promovida pela directoria do Grêmio normalista < 22 de Março> obedecerá o seguinte programma:

- I – Excelsior pelos alumnos do 4º anno
  - II – Les Trais Roses – poesia Suzana Aranha
  - III – Conferência Sr. Esequiel M. Leme
  - IV – Rapsodia – Liszt música, Maria Meirelles
  - (...)
- Oxalá que as nossas datas cívicas continuem a ser lembradas com entusiasmo e carinho para que a infancia e a mocidade possam compreender por esses ensinamentos a necessidade do culto ao torrão benedito que nos serve de berço. (...)

( Anuncio de seção Cívica- Correio de São Carlos, 03 de Maio de 1917)

Não era simplesmente a vida desses nomes ilustres, como parte do projeto de construção do caráter nacional brasileiro, que a escola normal pretendia mostrar. Objetivava, por meio da linguagem,

produzir um efeito, como prática cultural de um estilo de vida, acentuado pela posição social que os agentes ocupavam naquele campo, e, no caso, o poder simbólico que irradiava dos alunos e professores da escola normal. Não era qualquer escola, ou qualquer agente que podia falar em público sobre a vida desses personagens. Esse privilégio era reservado aos membros da escola normal, distinguindo-se, assim aqueles que possuíam ou não saber legítimo.

A consagração dessa diferença foi reforçada pelos mecanismos de dramatização manifestada na própria hierarquia destes eventos. A dramatização é o mecanismo legal responsável por transformar essas comemorações - eventos-sociais em eventos extraordinários, legitimamente reconhecidos como atos oficiais.

Esse conceito de dramatização foi definido por Roberto Damatta, na obra "*Carnavais, Malandros e Herois*" para explicar os efeitos das simbologias presentes nas sessões cívicas do Brasil. Para o autor esses eventos são caracterizados como rituais nacionais pelo caráter aglutinador de pessoas e conseguem transformar eventos considerados naturais em algo puramente social, ou seja, transformam o real em algo extraordinário porque se revestem de mecanismos de dramatizações, uniformizando gestos e símbolos em determinados momentos do espaço público. Nesse sentido as contribuições desse autor, são fundamentais para analisar o papel desempenhado pela escola normal na promoção desses eventos cívicos.

O programa dessas festividades que ora iniciava-se com um hino nacional, ora com uma palestra ou conferência de um professor e, depois era seguido de amostras de trabalhos literários e artísticos feito pelos alunos, pode ser compreendido como prática de dramatização, no mesmo sentido empregado por Damatta (1997), na medida em que tais gestuais e linguagens corporais eram tão importantes para reforçar as diferenças, quanto para aproximar os indivíduos em uma unidade de pertencimento ao grupo. Segundo Damatta, "a dramatização dá ideia de corporação nos gestos, vestes e verbalizações são sempre idênticos" (DAMATTA, 1997, p.47).

A ordem desses gestos revelava um sinal de prestígio na divisão de poder, simbolizado nas ações dos professores e alunos, que, no caso, dava início aos festejos e os conduzia até o final.

Assim, o encontro da população com a escola, bem como sua influência na moralização dos costumes, materializou-se nessa uniformidade hierarquizante dos gestos verbais e corporais, impressos na linguagem das canções, hinos e palestras, impostos pelo comportamento e postura de alunos e professores e exaltados nessas comemorações. Aliás esse foi o eixo responsável por garantir a coesão interna e externa desses eventos, porque fornece à população o sentimento de pertencimento ao grupo, mesmo que seja enquanto espectadora.

Os mecanismos dos efeitos simbólicos das comemorações cívicas também se repetiam nas palestras pedagógicas e sessões lítero-musicais, organizadas pelo Grêmio, que tiveram início, respectivamente entre 1917 e 1918.

Seis meses após o ciclo de palestras organizadas pela Sociedade de Estudo e Conferência<sup>82</sup> dos lentes e professores da escola normal, o Grêmio, com a contribuição dos docentes, promoveu, semanalmente, aos sábados, reuniões públicas, no anfiteatro da escola. Essas reuniões exercitar o desenvolvimento intelectual dos futuros professores. Os títulos remetiam a temas variados e versavam sobre a convivência social, civilista e polida no espaço urbano, alertando a comunidade dos problemas morais e físicos que interferiam nas regras de convivência social. Nessas palestras, o que se notava era o culto à Ciência, em detrimento da sabedoria popular, gerado pela eficácia da linguagem simbólica.

Já nas sessões lítero-musicais, a ênfase era dada em apresentações artístico-literárias, valorizadas pela tradição humanista. Às vezes, contava com palestras de teor moralizante visando o espaço doméstico, como a que ocorreu no dia 3 de agosto de mil 1918, com o título “Livros da Educação no lar” pela aluna Nair Borba como mostra o excerto abaixo:



### Grêmio normalista “22 de Março”

Conforme prometemos abaixo publicamos na integra o trabalho da inteligente tercerannista da Escola normal desta cidade, lido pela mesma na sessão literária musical do Grêmio normalista “22 de Março” ante-hontem realizada no anphitheatro daquelle estabelecimento de instrucção.

(...) Quando chegam em casa as pessoas que são modelos inconscientes das creanças, estas entre olham-se levam á boca as maosinhas e riem-se das visitas. Não é só isso: querem mal a essas pessoas. Corrijam a mãe os seus filhos, mas sem comparal-os uns aos outros senão apresentando-lhes os mais bellos exmples a imitar. Estão despertando no coração puro da creança, sentimentos maus. (...)

Correio de São Carlos, 01 de agosto de 1918. Ver Anexo 2)

Figura 9: Publicação de Trabalho de Normalista no Correio de São Carlos

<sup>82</sup> A Sociedade de Estudos e Conferência, agremiação de cultura científica e artística, foi criada em 28 de julho de 1917, por iniciativa dos docentes da Escola normal Secundária de São Carlos. Essa Sociedade apresentava seus trabalhos em três maneiras diferentes: por reuniões ordinárias, saraus ordinários e saraus extraordinários. Os sócios, preferencialmente, eram compostos por professores e membros administrativos da Escola normal Secundária de São Carlos, podendo eventualmente associar-se também pessoas estranhas à Escola desde, que, fossem indicadas por um ou mais associados e aceitas pela Assembleia, mediante parecer favorável do Conselho Fiscal.

As características das comemorações cívicas, palestras pedagógicas e sessões lítero-musicais, podem ser comparadas aos rituais cívicos nacionais, que instituem práticas simbólicas de consagração da diferença cultural, assegurados pela cientifização de um saber oficial, impessoal e neutro.

Outras atividades, que foram organizadas pelo Grêmio referem-se às comemorações em homenagem ao aniversário da escola. Geralmente, essas comemorações vinham acompanhadas de programas esportivos e literários, realizados no próprio anfiteatro da escola. No jornal de São Carlos a data do aniversário da escola era, geralmente, exaltada como símbolo máximo do progresso são-carlense, elevando a forma de culto os benfeitores reconhecidos como agentes da instalação dessa escola em São Carlos.

No jornal, a passagem do aniversário da escola geralmente era exaltada como símbolo máximo do progresso, elevando a benfeitoria dos agentes envolvidos na história de criação e instalação dessa escola em São Carlos. A disputa pelos créditos da história de criação da escola permaneceu durante os anos de seu desenvolvimento e se repetia quando da comemoração de seu aniversário. No ano de 1918, o aniversário da escola foi comemorado na Fazenda Palmeiras, de propriedade do cel. José Augusto de Oliveira Salles, presidente do diretório político local e inimigo político da família Arruda Botelho. A comemoração contou com a exibição de alguns números de ginástica e com o oferecimento de um cardápio selecionado.

O relacionamento do Grêmio escolar e autoridades políticas locais era não apenas comum como também incentivado, uma vez que escola e agentes políticos emprestavam, um ao outro, prestígio e distinção. A partir de 1917 tornaram-se comuns os passeios campestres em que os alunos, acompanhados de alguns professores, realizavam *piquiniques* ou *convescotes*. Nesses encontros, realizados nas fazendas dos mais prestigiosos proprietários e políticos locais, os alunos faziam exibições de números de ginástica, campeonatos esportivos, recitavam poemas demonstrando a perfeita identidade entre escola e elite local e reforçando a existência de um estilo de vida diferenciado.

Neste sentido, frequentar a escola normal de São Carlos representava, muito além do que a aquisição de uma educação letrada, o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento e socialização apreendidos não apenas pelos conteúdos escolares, mas pelas práticas sociais internalizadas por meio da constituição de um gosto e de um estilo de vida correspondente a uma visão de mundo de elite:

É preciso tornar cada vez mais sólida a coesão dos espíritos. Uma das leis que não podem ser desrespeitadas sem gravíssimas

consequências. As nossas organizações físicas não podem se desenvolver sinão mediante esse comércio de ideias e de sentimentos que sempre caracterizou a sociedade. O grêmio cujo principal escopo é impregnar todos os meios a seu alcance para manter e estreitar os laços de amizade entre os alumnos, e promover o desenvolvimento moral e intelectual dos associados precisa desenvolver o seu nobilíssimo programa e para isso a directoria conta com a colaboração franca, com a cooperação de todos os alumnos da escola. (CORREIO DE SÃO CARLOS, 12/06/1917)

As práticas propiciadas aos alunos pelo Grêmio normalista Vinte e Dois de Março constituíam um treinamento de posturas e habilidades de elite que “se ligava muito mais às pessoas do que a instituição” (MICELLI, 1979, p.43) e constituía uma educação dos sentidos e do gosto próprios à elite.

Essas práticas, embora atravessadas pelo viés republicano de ordem e progresso moldavam-se, em grande parte, de acordo com envolvimento de seus agentes com seus campos de ação específicos. Neste sentido, o saber produzido pela escola normal de São Carlos era eminentemente prático e era constituído por uma cultura própria e original e não podem ser universalizadas.

### **3.12 O Cerimonial de Formatura**

Os cerimoniais de formatura da escola normal Secundária de São Carlos eram também grandes eventos e recebiam grande publicidade no “Correio de São Carlos”.

Nesse estudo, concebemos o conceito de *cerimonial de formatura* como *um ritual político*:

(...) atividade formal ou padronizada tipicamente desempenhada em certos momentos e locais específicos, o ritual difere dos hábitos e costumes por ser simbólico e, com frequência, dramático, expressando e comunicando não só ideias, mas poderosos sentimentos. Isso é feito através de cenas, atos e palavras simbólicas que reúnem ideias diversas. Um único símbolo pode frequentemente representar muitas ideias, e a interpretação do simbolismo ritual é muitas vezes ambígua. Os rituais políticos ocorrem tipicamente diante do público; o que eles expressam e comunicam diz respeito ou ajuda a configurar interesses centrais dos que neles participam e dos que observam” (BOTTOMRE, OUTHWIDE, 1992, p.973)

Na condição de ritual político, os cerimoniais de formatura comunicam uma forte ideia de compartilhamento social, homogeneidade e identidade, impulsionados pelo sentimento de um passado comum e um futuro promissor resultante da experiência em comum. Segundo Bourdieu (2007), e Damatta (1936), o rito é processo que produz uma qualidade distintiva e que tem por

função transformar ações do cotidiano em algo extraordinário, ultrapassando os limites da razão, atingindo a emoção. Por esse motivo os ritos de instituição, como definiu Bourdieu (2007), consagram-se como linhas divisórias de poder que transcendem as qualidades humanas daqueles a quem são consagrados garantindo-lhes uma essência indiscutível e indelével.

O caminho de preparação para a consagração do ritual de formatura na escola normal Secundária de São Carlos iniciava-se com a “Festa da Chave”.

Essa festa, de acordo com o “Correio de São Carlos”, era uma referência a um evento solene que era realizado pelos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo e que foi introduzido, na escola, no ano de 1917.

O evento ocorria no anfiteatro da escola. Era organizado pelo Grêmio e era restrito aos alunos. Um aluno, representante da turma anterior, fazia a entrega da “chave” aos formandos, que era simbolizada por um poema. O evento encerrava-se, com um discurso dos alunos, que recebiam a “chave”:

[...] Moços recebei essa chave simbólica! Guardai-a e, se amanhã partirdes para o campo de batalha de onde tantos não voltam, essa chave servirá também para transmitir aos vindouros a vossa tradição, de nobreza, de bravura, e de cavalheirismo. É a nossa chave! Amai-a” [...] (Discurso dos representantes da turma de formandos do ano 1917 In: “O Correios de São Carlos”, 14/11/1917)

Ao consultar o livro de memórias da cidade, “Resgate” escrito por Maria Christina Grião Pirolla (1998) normalista e ex-professora de inglês da normal Estadual Dr. Álvaro Guião, antiga escola normal Secundária de São Carlos, observamos que a Festa da Chave foi um evento que permaneceu, na escola, durante muitas décadas. Nas palavras dessa professora, a cerimônia era um “evento altamente significativo que o tempo jamais apagará da memória de quem teve o privilégio de assistir a eles ou deles participar”. Posteriormente passou a ser coroada, nessa cerimônia a Rainha da Chave.

Abaixo transcrevemos, do livro “Resgate” (Pirolla, 1998), o hino oficial de entrega da chave, com letra de Abel Newton de Oliveira Penteado e música de Paulo Noronha Lisboa:

### **HINO OFICIAL DE ENTREGA DA CHAVE**

“Companheiros da normal Querida  
Que nos deu tanta luz à razão  
Nesta festa do adeus da partida  
Consagremos a nossa união!  
Lembraremos que os mestres honramos  
Respeitando a sua voz varonil,  
e que, juntos, aqui trabalhamos  
para o bem cultural do Brasil!

SEGUNDOANISTA:  
Esta chave da escola normal  
Deste templo de sábia instrução,  
Simboliza que o augusto portal  
Tem em vós seu fiel guardião!  
PRIMEIROANISTA:  
Recebemos a chave brilhante  
Pois convosco, ela só refulgiu,  
E, guardando o portal, todo o instante  
Saberemos honrar quem saiu!

A festa servia para reforçar a identidade social das normalistas enquanto agentes instituídas pela escola, maximizando os ganhos simbólicos de pertencer àquela instituição. O elemento simbólico da “chave” é passado aos futuros professores como um compromisso afirmado, naquele momento (entre o orador e os demais alunos), para “honrar” e manter a tradição.

Esse evento, assumia a forma de ritual de passagem, apresentando um certo caráter místico, próprio às confrarias e irmandades, nos quais um elemento simbólico é usado como elo entre a condição de aprendiz e a elevação do espírito apropriada à nova condição.

O cerimonial de formatura, por sua vez, dada sua estrutura hierarquizante e complexa, era público e constituía um evento marcado solenemente pela teatralização distribuindo os agentes de acordo com os papéis representados na escala dos valores socialmente valorizados. Mais do que uma festa reservada à família e à escola, a formatura constituía uma festa oficial vinculada ao Estado, com a participação de autoridades municipais, autoridades intelectuais, autoridades religiosas. (PAVAN, 1996).

Toda uma concepção de hierarquia social se estabelece nesse evento, começando pela própria distribuição dos agentes que compõem a mesa, passando pela organização e hierarquização dos alunos para recepção do diploma, que estende-se pelos aplausos orgulhosos da família e demais convidados. A festa consagra e, pela proximidade de quem está mais perto dos centros de poder, a diferença das linhas divisórias instituídas pelo rito de formatura, classificando, desse modo, aqueles que são ou não detentores da distinção.

Em uma parte central, superior, dividida por um tablado simbólico e de grande visibilidade, ficavam o prefeito, autoridade legítima a exercer o monopólio do poder, que, em nome da Câmara, entregavam uma medalha honrosa aos dois melhores alunos. Os professores da escola, reconhecidos por seus títulos, ocupam espaço de honra. Na parte inferior do tablado, nas primeiras fileiras, de forma ordenada e uniformizada, encontravam-se os alunos, que, até a entrega do diploma, não são oficialmente reconhecidos como detentores de uma cultura legítima. Atrás dos principais agentes encontravam-se dispostos de forma aleatória familiares e convidados, cuja integração ao evento

ocorre simplesmente pelos aplausos, indicativo do reconhecimento do valor e importância da linguagem simbólica daquele evento:

A brilhante oração do estimado professor calou fundo na alma dos ouvintes, pela elevação de idéas e beleza da forma. Applausos vibrantes coroaram as últimas palavras do orador que foi muitíssimo cumprimentado. A orchestra executou mais um numero e ouviu a palavra do orador oficial da turma, o professorando Elias Habib. O trabalho desse distinto professorando esteve impecavel e impressionou magnificamente o auditório. Palmas calorosas saudaram o jovem orador. Cantou-se por ultimo um bello hymno de despedida, acompanhado pela orchestra (CORREIO DE SÃO CARLOS, 21/11/1920)

O momento da entrega do diploma ao aluno é de todos o mais simbólico, e sintetiza o processo de consagração da diferença social expressa pela formatura. O diploma é o atestado oficial que reconhece publicamente o estado de diferenciação social pelo qual passou o aprendiz, agora mestre.

O hino de despedida é um ponto de elevação e representa o último momento os antigos colegas de escola compartilham juntos, representando ao mesmo tempo a nostalgia de um passado ainda presente e as esperanças de um futuro que ainda não iniciou. A despedida dá coesão e sentido à cerimônia que publicamente reforça a distinção de uma elite e estilo de vida que do qual a cerimônia é celebração.

### **Hino de Despedida - 1915<sup>83</sup>**

Letra do Professor João Toledo, música do Professor Lázaro Lozano

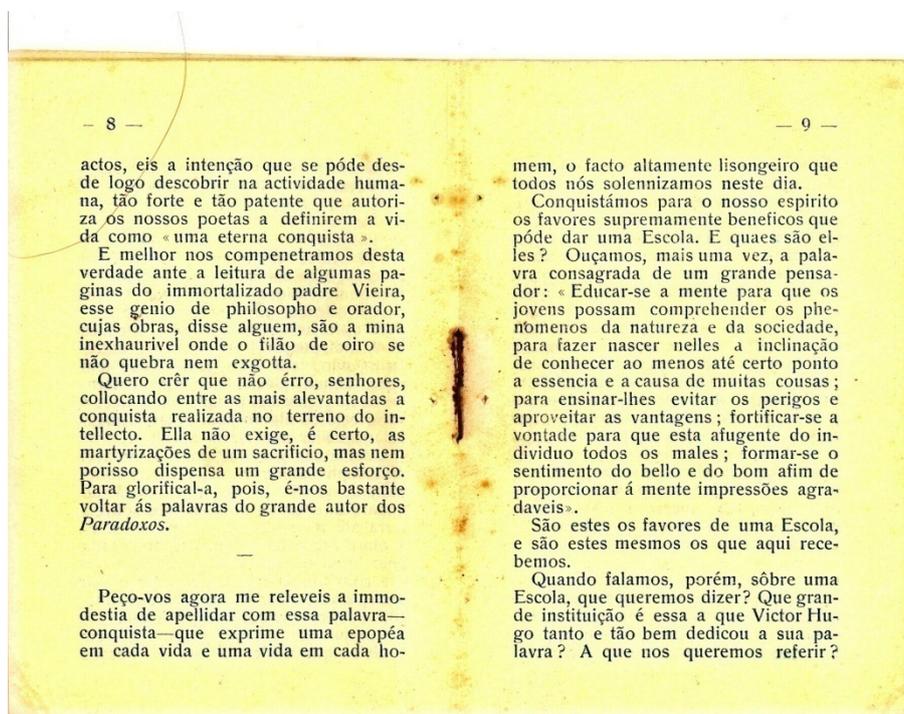
“Batel da Esperança, Devagar!  
As velas amanças, ao largar!  
De leas amizades, ao partir!  
Sentimos saudades  
Nos pungir, nos pungir!

---

<sup>83</sup> Este Hino de Despedida manteve-se durante muitas décadas na escola, como uma espécie de tradição que marcava o ritual de formatura dos alunos da escola normal de São Carlos. Nos dois livros de memórias escrito por Maria Christina Girão Pirolla, “Memória do Instituto”(1988) e Resgate (1998) pode-se observar, que após décadas os efeitos simbólicos do hino e a sua importância para os formandos, permaneceram. Tendo participado da cerimônia tanto como formanda normalista quanto professora daquele estabelecimento, a autora testemunha a renovada emoção de ouvir o hino como um anuncio de um feliz tempo findado: “*esperadas com ansiedade as festas de formatura lotavam o anfiteatro com um enorme público ávido por assistir a um dos belos espetáculos visuais da época, isso sem falar nas pessoas que permaneciam no lado de fora do edificio para ver a entrada. Uma verdadeira noite de entrega do OSCAR. Os formandos adentravam o local acompanhados dos padrinhos ou madrinhas. Vestidos a rigor, dentro dos últimos figurinos, os jovens preparavam-se para, logo a seguir, participar do Baile de Gala, que encerrava o dia tão sonhado. Discurso do paraninfo e do orador da turma, entrega do prêmio ao melhor aluno, entrega de flores e de presentes aos homenageados, também faziam parte do programa. Nas formaturas do Cursonormal, os alunos cantavam emocionados o Hino da Despedida, composto para a primeira turma d Escola (1914) pelos professores Lázaro Rodrigues Lozano (música) e João Augusto de Toledo (letra), o mesmo que é cantado até hoje e que traz ainda a mesma emoção aos primeiros acordes” (relato extraído do livro de memórias da cidade, Resgate, escrito em 1998, por Maria Christina Girão Pirolla)*

Vendo enfim chegado  
Nossos novos dias  
Nossas alegrias  
Têm seu amargor  
É que aqui deixamos  
Nossa normal amada  
Que há de ser lembrada  
Com saudade e amor

Lento, Lento! Lento que nos vaes levar  
Lento a Lento, por sobre as ondas do mar  
Mil pequeninos lá no porvir  
Cantando hymnos  
Veem- nos partir  
P'r esses amiguinhos do coração  
Jorrem carinho em profusão



O discurso foi pronunciado na primeira turma de formandos da escola normal Secundária de São Carlos, pela aluna Cleofhania Galvão da Silva. (Fonte: Arquivo da normal Estadual Dr. Álvaro Guião)

Figura 10 Fragmento do Discurso de Formatura.

Assim, o hino de despedida, bem como o discurso feito pela oradora da turma dos formandos cumprem, por meio da ênfase nos atributos morais, intellectuais e até mesmo espirituais, o papel de transformar o cotidiano em uma ação extraordinária, atribuindo às normalistas a imagem transcendental de desbravadoras da pátria, movidas pela “luz do conhecimento”, têm a “nobre tarefa” de tirar o povo das trevas do conhecimento, da ignorância e mostrar-lhes por meio da Ciência, que o ler e o escrever são as luzes que vão transformar este povo desordenado em um povo civilizado, portador dos bons costumes. Graças às heroicas normalistas, o povo, tendo como exemplo esses “professores vocacionados de sua missão patriótica”, aprende a se tornar um cidadão.

O sentido e a forma do ritual de formatura ganham coesão através dos símbolos presentes nos campos em que se realizam. O evento inicia-se, no anfiteatro da escola, cujo clima já envolve, emocionalmente, o público ali presente, passa pela Igreja Matriz, onde os alunos recebem a bênção, como prova de estarem moralmente aptos para o magistério e termina como um evento social em clube de prestígio na cidade.

O cerimonial assume a representação social que professores e alunos da escola normal de São Carlos, desenvolveram sobre si e sobre os outros.

### **3.13 Escola normal de São Carlos: prestígio e distinção cultural<sup>84</sup>**

Ao longo do tempo alunos e professores da escola normal de São Carlos passaram a ser reconhecidos como portadores de uma distinção cultural que fazia da escola um centro de propagação de prestígio. Alunos e professores se associaram a práticas sociais, culturais ou beneficentes emprestando seu prestígio à atividades não necessariamente educacionais

Pertencer à escola normal Secundária de São Carlos já se pré-figurava como uma condição de superioridade frente àqueles que dela não faziam parte. Esse distanciamento era reforçado pela oposição entre o gosto considerado popular e aquele cultivado na escola, considerado nobre, polido e distinto. Para além da formação privilegiada, que abria possibilidades de inserção em escolas superiores e carreiras prestigiosas, a convivência na escola normal de São Carlos proporcionava aos normalistas uma visibilidade pública e um capital social indispensáveis para a inserção em círculos de sociabilidade prestigiosa, proporcionais ao retorno dos investimentos escolares.

A participação de círculos culturais, clubes e associações científicas, artísticas e esportivas, eram atividades prestigiosas as quais todo iniciante ansiava. No período estudado, o desenvolvimento dos principais campos de produção intelectual, cultural e esportiva da cidade de São Carlos contaram com a presença de membros da escola normal, seja como sócios, convidados para presidir palestras ou para abrir sessões solenes.

“Derby Club”, “São Carlos Tennis Club” e a “Associação Atlética de São Carlos” foram as três principais sociedades esportivas da cidade cada qual com diferentes públicos e enfoques. Enquanto os dois primeiros se caracterizaram como modalidades esportivas consideradas de elevada distinção

---

<sup>84</sup>Ressaltamos que as sociedades beneficentes, recreativas e culturais destacadas neste item não representam a totalidade das sociedades presentes na cidade, durante o período estudado. Existiram várias outras sociedades desses gêneros, inclusive de esporte conforme consta nos Almanques, e algumas vezes no jornal “Correio de São Carlos”,mas observamos que nesse jornal, a articulação, da “Sede da Sociedade Regional da Cruz Vermelha”, a Sede Regional da Linha do Tiro, o “São Carlos Tennis Club” e o “Derby Club”, com a Escola normal Secundária foi predominantemente descrita em suas matérias durante o período de 1911 a 1923. Por isso as apresentamos nesse item.

social, valorizando o apreço por corridas de cavalos e por jogos de tênis, o último se afirmou, na cidade, como uma modalidade esportiva popular - o futebol.

Não encontramos no “Correio de São Carlos” nenhum registro que descrevesse atividades culturais promovidas pela “Associação Atlética”. Já o “São Carlos Tennis Club” constantemente, promovia campeonatos esportivos, saraus dançantes e conferências pedagógicas, e contavam, às vezes, com a organização de professores e alunos da escola normal, também sócios dessa associação<sup>85</sup>:

Esta sympathica associação fadada desde o seu início a tornar-se o centro da élite social desta cidade vem preencher de maneira mais cabal os fins para que foi criada, na sua séde reúnem-se todas as tardes grande número das mais distintas famílias(...) Frequentemente se organizam torneis entre sócios de modo a despertar entre elles, estímulo, resistência e vontade de vencer, habituando-os o lutar com energia para a obtenção de um desideratum e preparando-os portanto para encarar no futuro com ânimo sereno a eventualidade do “struggle for lifes. (CORREIO DE SÃO CARLOS,07/09/1917)

O “Derby Club” e o “São Carlos Tennis Club” estavam localizados a poucas quadras da escola, consagrando a região onde se localizavam como espaço de elite, pelas práticas cultivadas, como produtoras de elites locais; além disso, existia uma parceria entre essas duas associações e a escola.

O baile de formatura acontecia no salão nobre do “São Carlos Tennis Club”<sup>86</sup>. Já as tradicionais festas esportivas de caridade promovidas pelo professor de ginástica da escola normal, Guilherme Thiele, ocorria no Derby Club. Guilherme Thiele professor de ginástica da escola normal Secundária de São Carlos deu início no ano de 1915, a uma série de festas esportivas em benefício a associações filantrópicas (Vila Hansem e Santa Casa de Misericórdia), instituições de caridade (Sociedade de São Vicente de Paulo) e as vítimas de seca do norte. Essas festas, ocorriam no Derby Club (segundo hipódromo de São Carlos) e se tornaram uma tradição na cidade tendo uma

---

<sup>85</sup> Observamos que a proporção de alunos sócios era maior do que a de professores, como mostra-se a seguir Maria Anunciada Rodrigues (ingresso em 1916); Luciolla Mattos Rodrigues (ingresso em 1916); Noemia Oliveira Novaes (ingresso em 1914); Nancy Caramuru (ingresso em 1914); Hercila Botelho (ingresso em 1916) Noemia Sampaio de Souza (ingresso em 1914); Rachel Cassineli (ingresso em 1914); Maria Ruth França (ingresso em 1917); Maria Mathilde de França Paula Ramos (ingresso em 1918); Lucila Hermann (ingresso em 1917); Nanette Helena Hermann (ingresso em 1911); Adagamos Sartini (ingresso em 1915); Alice Brandão (ingresso em 1911); Euphrosina M. Mattos (ingresso em 1917); Esther de Barro Marcondes (ingresso em 1912); Maria de Lourdes Pinto Oliveira (ingresso em 1914); Sophia Abbt (1916); Nair Borba (ingresso em 1916); Alberto Catani (ingresso em 1911); Albertina de Arruda Campos (ingresso em 1915); Octavio Albuquerque (ingresso em 1917); Auralita Penteado (ingresso em 1914); Zuleika Valentie (ingresso em 1913); Cajucy Wanderley (ingresso em 1919); Antonietta Damiano (ingresso em 1918). Professores: Guilherme Thiele (Professor de Ginástica), Dr. Carlos da Silveira (Lente de Psicologia Experimental) e Dr. Elisário Fernandes de Araújo (lente de Psicologia e Pedagogia, admitido em 1921).

<sup>86</sup> Inicialmente as festas de Formatura aconteciam no “Club Concórdia Familiar”, um clube aristocrático de entretenimento fundado na cidade no ano de 1877, por Joaquim José Gonçalves Braga e o Dr. Antonio Rodrigues Cajado. (Almanaque, 1894), mas, depois das três primeiras turmas, aproximadamente, o evento passou a ocorrer no salão do “São Carlos Tennis Club”. O “São Carlos Tennis Club” foi fundado em 1915 pelo senhor Ernesto Rodrigues.

periodicidade constante. Esses festivais se caracterizaram pela exibição de números esportivos feitos pelos alunos da escola normal e escola complementar e contavam geralmente com palestras de alguns professores da escola normal Secundária de São Carlos. As normalistas não só se apresentavam como também organizavam esses eventos e eram responsáveis pelas prendas e pela organização das barracas típicas de comidas e de doces.

Eventos especiais, incluindo festas natalinas em benefício dos pobres, organizados por outras associações não chegaram a ter tanta periodicidade quanto as festas organizadas pelas normalistas, e também não contavam com a presença de alunos e professores da escola em comissões organizadoras. Enquanto as festas organizadas por outras associações recebiam nos jornais, apenas colunas curtas e breves direcionadas ao produto final, os preparativos das festas organizadas pelos agentes da escola normal eram publicados semanalmente, recebendo destaque.

Havia uma diferença discursiva, quase invisível, mas fundamental entre, divulgar um evento de caridade organizado por um grupo de senhoras e um evento organizado por membros da escola normal em benefício dos problemas comunitários. Pelo que observamos no jornal, o espaço onde aconteciam essas festas era gentilmente cedido por membros da diretoria do clube, o que mostrava as redes de sociabilidade entre a escola e o clube.

Já os campeonatos esportivos do time da escola normal ocorriam no “Derby Club”, quando a disputa era com time de outras escolas, como o que aconteceu no ano de 1921, quando a escola normal disputou contra a escola de Bellas Artes. Quando a disputa era entre o time da escola normal e o time do “São Carlos Tennis Club”, ela ocorria, na sede do clube e, às vezes o time da escola normal era formado por alguns sócios do Tennis Clube e vice-versa. As partidas aproximavam e permitiam o auto-reconhecimento de uma elite, que estavam assim mais próximos a laços de amizade. As redes de sociabilidade entre a escola e o clube eram o principal elemento das disputas que reforçava sempre a influência do professor de ginástica e sócio do “São Carlos Tennis Club” – Guilherme Thiele como mediador entre esses dois campos:

Tanto, os gentilíssimas ,<players> que compunham o team da normal como as do Tennis Club são ou foram alumnas do Sr. Guilherme Thiele que deve sentir verdadeiramente ufano de ver que as suas lições de gymnastica e de cultura physica produziram moças que revelam taes traços de vitalidade e robustez. E, assim se verifica mais uma vez quanto é útil para a formação de organismos sã e de character enérgicos e tenazes a educação physica e o uso de esportes. (In: “O Correio de São Carlos”, 05/03/1918)



Pelo trem das 13:35 deve chegar aqui hoje as 19h, os distintos players do “Jaboticabal Athletic” que vem disputar um torneio com o S. Carlos Tennis Club. É a primeira vez que no ground desta sympathica associação se vae disputar um torneio com um club de fóra, pelo o que reina entre os seus sócios a par do maior entusiasmo, a mais natural anciedade. Cremos não haver dúvida alguma quanto ao logar que o “Jaboticabal Athletic” occupa.

A culta sociedade sancarlense terá pois occasião de assistir a um jogo interessante, visto que a directoria do S. Carlos Tennis Club no intuito de tornar mais conhecido entre nós este ellegante sport e desenvolver o gosto por elle, resolveu dedicar esta festa aos srs. professores e alumnos da Escolanormal e franquear a séde a todos que se interessar por esse bello jogo.

. (Correio de São Carlos, 10 de junho de 1916)

No ano de 1917, foi solenemente instalada em São Carlos, a *Sociedade Regional da Cruz Vermelha*, símbolo de patriotismo e solidariedade, que tinha como sócias, além de “distintas senhoras” algumas alunas da escola normal. Entre as normalistas, Maria Ruth França Paula de Ramos e Cleophania Galvão Sebastião Camargo compunham, ao lado de outras senhoras, a mesa da diretoria regional da Cruz Vermelha em São Carlos, cuja exibição de recitais ficou ao encargo de Cleophania Galvão Sebastião Camargo e Maria Ruth França de Paula Ramos, ambas normalistas.

A Sede da Sociedade Regional da Cruz Vermelha funcionou em um dos salões (da sede) da Linha do Tiro nº148, gentilmente cedido por seus membros, instalada também no ano de 1917, à Praça Barão do Rio Branco, mesma região onde foi instalada a escola normal.

A entrega da Bandeira, ato simbólico que solenizava o espírito solidário e cívico da *Sociedade Regional da Cruz Vermelha*, foi realizada pela sócia e normalista Maria Ruth França Paula de Ramos. Nessa cerimônia, a diretoria da Cruz Vermelha agradeceu à Linha do Tiro a sede oferecida a sua sociedade.

Por volta de 1918 surgiu em São Carlos um Grêmio chamado “Grêmio Recreativo Doze de Agosto” concebido como uma associação recreativa, fundada à rua Conde do Pinhal, por um grupo de pessoas vinculadas a escola normal, mas sobre o qual poucos dados são remanescente.

Grêmio Doze de Agosto fidalga sociedade, onde o patriotismo é cultivado com verdadeiro amor de par com a cultura do espírito ao lado do bello. A mocidade ali sente-se satisfeita, sente-se elevada, porque render um preito às cousas que enobrecem a nossa alma, às cousas puras e bellas é enobrecer-se também, é também viver um pouco mais a vida pura e mais

perfeita que nos é dado a vida da intelligencia. (CORREIO DE SÃO CARLOS, 03/06/1920)

Deduzimos que existiu uma suposta aproximação, porque seu vice-presidente foi o professor Guido Giongo<sup>87</sup>, normalista formado no ano de 1917. O orador oficial do Grêmio foi o normalista Ítalo Savelli, formado em 1920. Contava também com a participação artística e cultural dos professores formados pela normal como Elias Habib (ingresso em 1917) e Antonietta Damiano (ingresso em 1921)

Refêrencias no jornal demonstrava uma estreita relação entre esse Grêmio e a escola normal. No ano de 1919, o “Grêmio Recreativo 12 de Março” promoveu um sarau dançante, para comemorar a aprovação dos rapazes do Tiro da escola normal.

Além desses fatos, o Grêmio promovia, constantemente, saraus dançantes e literários, com entradas pagas. Nossa hipótese é que o “Grêmio Recreativo 12 de Agosto” foi um espaço criado e desenvolvido por ou com a influência de ex-normalistas, para se tornar um espaço de entretenimento, cultura e lazer.

### **3.14 A escola normal de São Carlos, o prédio e a cidade**

O prédio da escola normal localiza-se, no principal eixo de expansão urbana de São Carlos e participa, simbolicamente de uma área que se apresenta como centro do poder municipal e espaço da elite social e cultural. No quadrilátero central são localizadas a igreja matriz episcopal, o antigo prédio do casarão do conde do Pinhal, onde hoje é a rua do mesmo nome, o “Derby Club”, o “São Carlos Tennis Club”, a sede da “Sociedade Regional da Cruz Vermelha”, a sede da “Linha do Tiro” e o “Grêmio Literário Doze de Agosto”. Em torno da escola aglutinavam-se espaços sociais por onde normalistas e professores transitavam, de um campo para o outro, participando ora de eventos sociais, ora beneficentes, ora de práticas desportivas ou oficiais ali se localizava o centro afetivo e simbólico da cidade.

---

<sup>87</sup>Descobrimos que o professor Guido Giongo, formado pela Escola normal, era vice presidente do Grêmio Recreativo 12 de Agosto, porque no ano de 1920, há uma sessão fúnebre deste Grêmio em homenagem a memória de seu “dedicado e vice presidente, professor – Guido Giongo”. (Correio de São Carlos, 1920)



**Figura 14: Planta da cidade de São Carlos, sem data. (Fonte: Arquivo do Estado, adaptado)**

O estilo de vida representado pelas normalistas ia além das práticas escolares. Estava presente, também, na configuração da cidade, como um campo de poder local. A escola conferia a esses agentes uma espécie de credibilidade no espaço público por isso seus modos de vida eram desejados e até mesmo copiados.

### **3.15 Considerações sobre a educação aristocrática**

A intenção deste capítulo era apresentar alguns aspectos que caracterizaram a criação, desenvolvimento e visão de mundo da escola normal de São Carlos. Desde o debate em torno de sua criação, originalmente projetada para ser uma escola secundária, até o momento de sua instituição, a escola normal apresentou-se como um projeto das elites locais. A disputa em torno de quem teria sido o responsável por sua aprovação ocorria em termos de enobrecimento da educação da cidade e de uma escola voltada para a formação da elite local. Esse caráter era reforçado à medida que se apagava

com o tempo a memória das disputas relativas a sua criação e se reforçava o discurso que fixava na tradição seu papel de formadora das jovens filhas de fazendeiros.

Mesmo os depoimentos de estudantes da época são apresentados por meio desse filtro de memória, que volta-se para a lembrança dos aspectos que a tradição fixou, obscurecendo e minimizando os elementos contraditórios.

É interessante observar que a própria memória é objeto de construção e realiza-se por meio de controles simbólicos do tempo e da individualização dos sujeitos nas sociedades, traduzindo as experiências por meio de estruturas imaginativas que relacionam a própria vida com suas relações e expectativas sociais e culturais. A esse respeito Bourdieu (2001) esclarece que as narrativas a respeito de sua própria trajetória, leva os sujeitos sociais a ordenarem suas ações subjetivas e objetivas de maneira cronológica, de forma a atribuir sentido e coerência para a própria vida e visão de mundo.

De acordo com Bourdieu, “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório” (BOURDIEU, 2001, p. 185). Ao recuperar o vivido por meio de uma sucessão lógica, cronológica e linear dos acontecimentos, o discurso biográfico procura estabelecer um sentido, ao mesmo tempo retrospectivo e prospectivo aos acontecimentos, por meio de uma inteligibilidade organizada de forma coerente e totalizante.

Neste sentido, a imagem propagada a respeito da escola normal foi o resultado de uma tradição construída, reproduzida e reforçada pelas narrativas individuais, biografias, relatos históricos que organizaram e fixaram os elementos que melhor se adequaram ao discurso de elite.

Amalgamada à história da família Arruda Botelho e inserida na tradição de nobreza que envolve essa família e a une à constituição e destino de São Carlos, a escola normal adquiriu aspecto de monumento instalado no ponto mais elevado da cidade, com um aspecto que mais se assemelha a um palácio do que um prédio escolar, a imagem da escola normal de São Carlos foi gradual e cuidadosamente construída para apresentar-se como principal elemento de enobrecimento das jovens locais.

Não se pode concluir definitivamente que a escola tenha sido frequentada apenas por filhas de fazendeiros. Certamente, pelos dados obtidos junto aos registros uma grande parcela dos alunos era proveniente de classes médias, comerciantes, industriais e imigrantes. A tradição, entretanto, consolidou a tradição de formação de filhos da elite e, ao mesmo tempo em que se reproduzia o discurso que confirmava essa concepção, eram também enobrecidos os alunos provenientes de outras camadas sociais. Dessa forma, foram apagadas, na memória coletiva, a presença de outros segmentos sociais entre os alunos da escola.

Nesta perspectiva, a escola normal de São Carlos apresenta-se como um caso específico e único que não pode ser tomado como modelo da escola normal republicana, nem generalizado para outras escolas normais.

Muitas das características do ensino da escola como a forte tendência e valorização de estudos de humanidades, de autores clássicos e da língua francesa, como é narrado por ex-alunas (Nosella e Buffa, 2002), parece ser uma aproximação às escolas internas frequentadas pelas filhas dos fazendeiros mais abastados, como *Les Oiseaux* e *Nossa Senhora de Sion*, o que denotaria o caráter de elite do ensino local. Neste sentido, o ensino se afastaria dos ideais positivistas das escolas republicanas e o caráter patriótico seria constituído principalmente por uma concepção civilista de polidez.

Mension-Rigau (1998) observa que na aristocracia e na alta burguesia, a transmissão das boas maneiras é um assunto de família. As boas maneiras constituem um importante aspecto de distinção da elite. O não exagero, a manutenção de um respeitoso espaço entre os corpos, os movimentos lentos e cuidadosos são demonstração de civilidade, privilégio que permite a ascensão na hierarquia social. Mension-Rigau nota ainda que o comportamento dos herdeiros da antiga nobreza e da ascendente burguesia em fins do século XIX mantinham uma severa prática de polidez.

Trata-se de uma educação da cortesia e polidez que ao indicar o que se tolera ou proíbe nos atos mais simples ou complexos da vida cotidiana, exclui aqueles que demonstrem falta de conhecimento do bom tom ou boas maneiras.

Mension-Rigau (1998) acrescenta que junto ao hábito cada vez mais importante da decoração rigorosa de interiores estende-se na constituição de uma necessidade de estilizar a apresentação de si próprio. Indício de pertença social, gestos e postura são embelezados pelo verniz de uma educação refinada que permite reconhecer seus semelhantes, da mesma forma que se faz reconhecido. Mension-Rigau sugere que essa marca de civilidade pode ser designada por muitos vocábulos – cortesia, distinção, elegância, urbanidade, expressões vividas pelas elites como um privilégio. (MENSION-RIGAU, 1998)

A polidez constituía uma das faces importante da excelência educacional da escola normal de São Carlos. Mais do que aprender conteúdos, a escola propagava uma visão de mundo, uma postura aristocrática e um modo de vida. Os principais atributos da educação seria, portanto, aqueles que formariam não o perfeito cidadão propagador dos ideais republicanos, assinalados pelos textos de educação da época, mas a constituição de uma polidez, civilidade e estilo de vida, próprio a elite local. A escola tornou-se, assim um importante dispositivo de produção e reprodução da tradição local aristocrática de elite.

## Considerações Finais

Procuramos neste estudo apresentar o papel da escola normal de São Carlos na constituição de um imaginário de elite na cidade de São Carlos no período de 1911 a 1923.

Nosso intuito foi descrever o caráter particular e próprio das representações que construíram a identidade da elite de São Carlos a partir da tradição criada para a família Arruda Botelho. Essa tradição está de tal forma amalgamada à própria memória da cidade que o próprio conceito de elite local é imediatamente associado à essa família e ao seu representante maior, o conde do Pinhal. A família Arruda Botelho construiu para si uma tradição de distinção, nobreza e primazia sobre os demais que era almejada por todos aqueles que desejavam constituir-se como parte da elite.

Procuramos apresentar algumas observações sobre a constituição da oligarquia são-carlense para que se pudesse identificar qual a sua posição no complexo jogo político que caracterizou o fim do império e o início do período republicano.

A descrição da constituição da oligarquia cafeeira são-carlense e a comparação entre a identidade aristocrática que forjou para si e a visão de mundo modernizante e cientificista com a qual os homens de negócios responsáveis pelo complexo cafeeiro paulista pretendiam ser identificados demonstrou que a tese tradicional que concebia a oligarquia cafeeira como uma classe monolítica e pré-capitalista não poderia se sustentar.

Além disso, essa tese, que colocava na infraestrutura a determinação das formas assumidas pela sociedade, cultura e política, ignorava o complexo jogo político que caracterizou o início do período republicano. Ao tratar de forma mecânica a relação entre classe dominante e a dominada, deixou de fora toda, uma rede de entrelaçamentos políticos, culturais e econômicos, ricos em perspectivas distintas das quais examinou-se aqui apenas uma ínfima parte.

Não apenas a oligarquia paulista era multifacetada, mas as relações entre as elites locais eram intempestivas e poderiam assumir feições inusitadas dependendo do jogo conjuntural. Assim, o maior fazendeiro do café do país, tem a sua trajetória apagada da história local enquanto outro fazendeiro assume o papel de fundador das tradições locais.

A constituição de um imaginário aristocrático local dominou o panorama cultural da cidade de São Carlos e a escola normal também foi objeto de disputa entre as elites locais, cada uma delas preocupadas em construir para si uma trajetória pública dignificante.

No que se refere à cultura que caracterizou a escola normal de São Carlos, pode-se afirmar que ela assumiu aspectos próprios que a diferenciaram das demais escolas congêneres. Voltada para a

constituição de uma elite refinada e polida, sua principal característica era o caráter de distinção que era capaz de atribuir aos seus frequentadores, a ponto de se apagar da memória coletiva os casos de alunos que não tinham origem nas famílias da elite local.

Os dados examinados não permitem que afirmemos que a escola não era frequentada pela elite local, porque afinal nela encontravam-se boa parte das filhas dos fazendeiros locais. Entretanto, pode-se seguramente afirmar que estes não eram o caso da maioria dos alunos. Figuravam entre os alunos do período estudado uma boa parcela de filhos de imigrantes, filhos de profissionais liberais, administradores, etc. Conjuntamente com esses dados pode-se também afirmar que mesmo a família considerada mais importante de São Carlos teria encaminhado poucas de suas mulheres para esta escola, preferindo os internatos paulistas de elite.

É importante observar que todas as atividades da escola estavam voltadas para a construção de sua reputação aristocrática. A forma como as festas, comemorações e mesmo festejos mais comuns ou atividades cotidianas eram apresentados na imprensa local contribuía para a produção de uma tradição de distinção e elite.

Neste sentido, a imagem propagada a respeito da escola normal foi o resultado de uma tradição construída, reproduzida e reforçada pelas narrativas individuais, biografias, relatos históricos que organizaram e fixaram os elementos que melhor se adequariam ao discurso de elite local.

Hoje, a Escola Estadual Dr. Álvaro Guião, antiga escola normal Secundária de São Carlos, não ocupa a mesma centralidade que outrora ocupou, porque os discursos e as práticas culturais acompanham as mudanças decorrentes da sociedade, mas pesquisas desse tipo são importantes, para compreendermos que a vida institucional de uma escola não depende exclusivamente de um conjunto de dados históricos absolutos, alheia aos agentes que dela fazem parte; a cultura escolar é formada pelas relações que existem entre as ações dos agentes e as estruturas dos campos sociais em que elas ganham sentido.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

A FOLHA, Caderno de Reminiscência01/11/1973.

ALMANÁQUE de São Carlos: 1905.São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ALMANACH de São Carlos: 1915. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ALMANACH- Album de São Carlos :1916/1917. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ALMANACH de São Carlos: 1928. São Carlos: EdUFSCar, 2007

**Correio de São Carlos, ano 1912, Rolo 02 (microfilmado)**

**Correio de São Carlos, ano 1913, Rolo 03 (microfilmado)**

**Correio de São Carlos, ano 1914, Rolo 04 (microfilmado)**

**Correio de São Carlos, ano 1915, Rolo 05 (microfilmado)**

**Correio de São Carlos, ano 1916, Rolo 06 (microfilmado)**

**Correio de São Carlos, ano 1917, Rolo 07 (microfilmado)**

**Correio de São Carlos, ano 1918, Rolo 08 (microfilmado)**

**Correio de São Carlos, ano 1919, Rolo 09 (microfilmado)**

**Correio de São Carlos, ano 1920, Rolo 10 (microfilmado)**

**Correio de São Carlos, ano 1921, Rolo 11 (microfilmado)**

**Correio de São Carlos, ano 1922, Rolo 12 (microfilmado)**

**Prontuários de formandos da Escola Secundária Normal de São Carlos – de 1914 a 1923**

**Arquivo da Escola Estadual Dr.Álvaro Guião.**

### **Caixas:**

Nº 398 , ano 1914 (primeira turma de formandos)

Nº sem/numeração, ano 1915

Nº sem/numeração, ano 1916

Nº 363, ano 1917

Nº 389 , ano 1918

Nº 365, ano 1919

Nº 399, ano 1920

Nº 393, ano 1921

Nº 403, ano 1922

Nº 396, ano 1923

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, K. M. **O sangue intímato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante.** Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, S.P., 1985. (Tese de Doutorado)

ACCÁCIO, L. O. A escola normal que virou Instituto de Educação: a história da formação do professor primário no Rio de Janeiro. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. ; LOPES, A. de Pádua C. (Orgs.). **As normalistas no Brasil, do Império à República.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. v. 1, p. 217-231.

ALCÂNTARA, W. R. Ri. **Uma vida no magistério: fios e meadas da história de uma professora paulista. Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-Graduação em educação. Universidade do Estado de São Paulo, 2009.

ALMEIDA, A. M. F. NOGUEIRA, M. A (org). **A escolarização das elites: um panorama internacional da Pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ALMEIDA, A. M. F. **Um colégio para a elite paulista.** pp- 135-148. In: ALMEIDA, A. M. F (org). **A escolarização das elites: um panorama internacional da Pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ARAÚJO, José Carlos, et al. **As escolas normais no Brasil: do império a república.** Campinas: Editora Alínea, 2008.

ARRUDA BOTELHO, Maria Eulália Gama de. **Família Arruda Botelho. Descendência do Conde do Pinhal.** Disponível em <http://www.arruda.botelho.nom.br> Acessado em dezembro de 2009.

ARRUDA, A. **Italianos no Altar: padrões nupciais no início da imigração em massa- São Carlos (SP), 1880-1900,** Cadernos de Pesquisa, n. 117, npo. 1ve2m7-b1r4o7/,2 n0o0v2embro/2002 127,2007 <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0795.pdf>

BACELLAR, C.A.P. *Os senhores da terra.* Família e sistema sucessório entre os senhores de

engenho do Oeste Paulista, 1764-1855. Campinas:1997, CMU/UNICAMP.

BARIANI, E.. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional.*Revista de Ciência Política*. N° 36, JULHO / AGOSTO 2007. Disponível em [http://www.achegas.net/numero/36/bariani\\_36.pdf](http://www.achegas.net/numero/36/bariani_36.pdf). Acesso em 28 de julho de 2010.

BANN, S. **As invenções da história. Ensaio sobre a representação do passado**. S.P.: Unesp, 1994.

BEIGUELMAN, P. **A formação do povo no complexo cafeeiro, aspectos políticos**. S.P.: Pioneira, 1977

BICALHO, L. *et al.* **Circulação Internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2004.

BICALHO, L. Normal versus cultura? **In Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n3, p 435 – 447, set/dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **A família, a escola e a questão educacional**. In: BICALHO, L. **Cultura e Saúde na normal**. SP: FDE, 1994.

\_\_\_\_\_. **As metáforas das famílias na transmissão do poder político**. **CADERNO CEDES** n.42, out/1997, p.36-37.

BITTENCOURT, A.B. **Educação escolar: um compromisso da família com a Igreja**. pp-148-169. In: A escolarização das elites: Um Panorama Internacional da Pesquisa. ALMEIDA, A. (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade**. R.J.: Zahar Editores, 1965.

BOTTOMORE, T.B; OUTHWITE. **Dicionário do pensamento social do século XX**. R.J.: Jorge Zahar Editor, 1996.

BOURDIEU, P. **A reprodução**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Editora Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo:

Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Distinção.** Crítica social do julgamento. S.P: Zouk, 2011.

\_\_\_\_\_. **A ilusão biográfica.** In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BOSI, A. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Z.; LELLIS, I. **Elites acadêmicas e escolarização dos filhos.** *Educação e Sociedade*, v. 4, n. 83, p.509-526, agosto 2003.

BUFFA, E., NOSELLA, P. Schola Mater. **A antiga escola normal de São Carlos (1911-1933)** primeira reimpressão. São Carlos: EDUFSCar/FAPESP, 2002.

BOYNARD, Maria Amélia de Almeida Pinto. **A escola modelo anexa a escola normal de Campos:** A experiência da “Seis de Março”. (1916-1932). Dissertação de Mestrado. UFF, 2006.

BOBBIO, N. et.al. **Dicionário de Política.** Brasília: UnB, 1997. p. 838

BUARQUE DE HOLANDA, S., **História geral da civilização brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume V: Do Império à República.** São Paulo: Difel, 1972, p. 283.

CAMARGO, J. escola normal de São Carlos: sua criação e instalação. **EXCELSIOR!** escola normal de S. Carlos, n. 1, p.10-12, nov. 1911.

CAMARGO. 1915, p.LIX. In: **ALMANACH de São Carlos: 1915.** São Carlos: EdUFSCar, 2007.

CÂMARA, J. G. B. Meses de Terror (1894-1895). **Revista Brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 382, jan-mar 1994, p. 102-114. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1994numero0382.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2010.

CAMPOS S.M.F, **Da Propaganda à Presidência,** Editora Senado Federal, Edição Fac-simile, Brasília, 1998

CAMPOS, M. C. **O Governo da Cidade: Elites Locais e Urbanização em Niterói (1835-1890)**. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2004.

CANO, W. **Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-193)**. Revista Estudos Econômicos, v. 15, nº 02, 1985.

\_\_\_\_\_. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª edição. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1998.

CARDOSO, F. H. Dos Governos Militares a Prudente – Campos Salles. In: **História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano**. Direção FAUSTO, B. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Capitalismo Tardio**. 10ª edição. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998.

\_\_\_\_\_ & NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: Lília Muniz SCHWARTZ (org.). **História da vida privada no Brasil. Vol. 4: Contrastes da intimidade Contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARONE, E **A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)**. 3a.ed. São Paulo: DIFEL, 1970.

\_\_\_\_\_. Oligarquias, definição e bibliografia in **Revista de Administração de Empresas- FGV**, 12(1) :81-92, R.J: jan.mar. 1972

\_\_\_\_\_. **A República Velha: evolução política (1889-1930)**. 3a.ed. São Paulo: DIFEL, 1977. 508 p. (Corpo e alma do Brasil, v. 34).

CARVALHO, J.M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que nunca foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 196 p.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas. O imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166p.il.

\_\_\_\_\_. Mandonismo, Coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.40, n.2, p.229-250, 1997.

\_\_\_\_\_. Rui Barbosa e a razão clientelista. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.43, n.1, p.83-117, 2000.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 3 ed. R.J: Civilização Brasileira, 1980.

CARVALHO, M. M. C. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. A História da Educação e A História da Disciplina e da Higienização das Pessoas. In: Freitas, M.C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Por uma História Cultural dos Saberes Pedagógicos. In: SOUSA, P. C. ; CATANI, D. B. (Orgs.). **Práticas Educativas, Culturas normais** Profissão Docente. São Paulo: Escrituras, 1998

CARVALHOSA, H. **Fazenda Pinhal- Caderno de receitas e histórias da família**. S.P: Ed. Terceiro Nome. 2005

CASALECCHI, J.E. **O partido Republicano Paulista (1889-1926)**, S.P: Brasiliense, 1987.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos. Avançados**, S. P: v. 5, n. 11, abril 1991.

COSTA, E.V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. 490p.

COHEN, I. S. **Diversificação e segmentação dos impressos**. In: **História da Imprensa no Brasil**.

COUTO, R. C. **Matarazzo: Colosso Brasileiro**, São Paulo: Ed. Planeta – 1ª edição, 2004.

DAHL, R. A. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: Amorim, Maria Stella de (org.)

**Sociologia Política II.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970..

DEVESCOVI, R. C. B. **Urbanização e Acumulação – Um Estudo Sobre a Cidade de São Carlos**

EAESP-FGV – S.P. 1985. (Dissertação de Mestrado)

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites.** R.J,: Fundação Getúlio Vargas, 2006

DINIZ , M. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira, **Histórica - Rev. Do Arquivo do Estado, S.P.:**edição nº 2 de junho de 2005.In [http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/Sesmaria\\_s.pdf](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/Sesmaria_s.pdf), acesso 19 de março de 2014

FURTADO, C. F. **Formação Econômica do Brasil.** 27ª Edição. S. P.: Cia. Editora Nacional/ Publifolha,2000

FULAS, H. A. (org.) **Depoimentos e Entrevistas sobre a família Arruda Botelho,** Vol I. São Carlos, 2010, Fazenda Pinhal.

DAMIANO, O. D. **Imprensa São-Carlense (1876-1995).** São Carlos: EdUFSCar, 2007 a.

\_\_\_\_\_. **Caminhos do tempo:** titulares de logradouros e Instituições Públicas de São Carlos. São Carlos: EdUFSCar, 2007b.

DALLABRIDA, N. **A fabricação escolar das elites:** o ginásio catarinense na Primeira República.Florianópolis:Cidade Futura, 2001.

DA MATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis.** São Paulo: Rocco, 1936

DEAN, W.A **industrialização de São Paulo (1880-1945).** São Paulo: Difel, 1971.

DELFIN NETTO, A.**O problema do café no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da FGV,1976.

DEMARTINI, Z.B.F.; ANTUNES,F.F. Magistério primário :profissão feminina, carreira masculina, in **Caderno de Pesquisa,** S.P.: no. 86, agosto, 1993.

DOIN, J. E. M (et al) . **Problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930) e a proposta do CEMUNC.** In: Revista

Bras.Hist. vol. 27 nº 53. São Paulo. Jan. Junho 2007.

DURAND, J. C. G. (Org.). **As funções ideológicas da escola: educação e hegemonia de classe.**Rio de Janeiro: Zahar Editores 1979.

\_\_\_\_\_. **Arte, Privilégio e Distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil (1855-1985).** São Paulo: Perspectiva, 1989.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional.** São Paulo: Editora 34, 2000.

ELEUTERIO, M. L. **A imprensa a serviço do progresso.** In: MARTINS, A. L. (org). **História da Imprensa no Brasil.**São Paulo: Contexto, 2012.

ELIAS, N. A. **Sociedade de corte.** R.J: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador.** R.J.: Jorge Zahar Editor, 2008. 2 v.

ELLIS Jr., A. **Raça de gigantes.** São Paulo: Hélios, 1926..

ELLIS, M.A.O Senador Alfredo Ellis, **Revista de História,** Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP, no.03, terceiro trimestre, 1950.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 10ed. S.P.:Globo Publifolha, 2002 v.v.1

FAUSTO,Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história.**16ed. S.P.:Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, F.**A Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974

FERREIRA, Antônio Celso **A Epopéia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940).** S. P.: Editora Unesp, 2002

FERRETTI, D. J. Z. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926) **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 59-78.

FERRO, Marc. **A História vigiada.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995. 133 p.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1943.

FRANCO, M.S.C. **Homens livres na ordem escravocrata**. S.P: Unesp, 1983.

FERRARO, A. R. **Alfabetismo e Níveis de Letramento no Brasil**: o que dizem os censos. In: **Revista Educação e Sociedade**. n. 81. p. 21-47, dez. 2002 Vol.23

FURLAS, H. A. **Depoimentos e Entrevistas sobre a família Arruda Botelho**, Vol I , Fazenda Pinhal, São Carlos. 2010, Disponível in <http://www.casadopinhal.com.br/imagens/pdfs/Livro-Depoimentos-Volume-I.pdf>, acesso 23/03/2014

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**.R.J.: LTC.1989

\_\_\_\_\_. **O Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GORDINHO, Margarida Cintra **A casa do Pinhal**. S.P. : 2004, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Associação Pró Casa do Pinhal.

HOBBSBAWM, E. - **A invenção das Tradições - A produção em massa das tradições**, R.J: Paz e Terra, 1997

HOLLANDA, C. B. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

INFANTOSI. A. M. **A escola na República Velha**: expansão do ensino primário em São Paulo. São Paulo: Edec, 1983.

JODELET, D. Representações sociais : um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.).**As Representações sociais**. R.J.: Eduerj, 2002, p.17-44

KUGELMAS, E.A **Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República**.

São Paulo: FFLCH/USP, 1986. (Tese de doutoramento)

\_\_\_\_\_. A Primeira República no período 1891 a 1909. In: BEIGUELMAN. P.,

**Pequenos estudos de ciência política.** 2ª edição. São Paulo: Pioneira, 1973.

KULESZA, W. A., A institucionalização da escola normal no Brasil (1870-1910) , Revista Brasileira de estudos Pedagógicos. Brasília. V. 79, n. 193, p.63-71. Set. Dez. 1998.

LAPA, J. R. A.. **A economia cafeeira.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa Omega, 1975.

LESSA, R.A **Intervenção Republicana – Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República brasileira.**São Paulo: Vértice, 1988.

LIMA, R. **Limites da legislação e o (des) controle da expansão urbana. São Carlos (1857-1977).** São Carlos: EdUFSCar, 2008.

LOURO, G.L. Mulheres na Sala de Aula, In: PRIORI, M. D, **História das Mulheres no Brasil**, S.P.: Contexto, 2000

LOVE, J. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUCA, T. R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L .(org). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, A. L . LUCA, T. R. (orgs). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema.** 5ª edição, S. P.: Editora Hucitec, 2004.

MENSION-RIGAU, E. A distinção das elites. In: **A Polidez – virtude das aparências.** P.A.: L&PM, 1993.

MICELLI, S. **Os intelectuais e classe dirigente no Brasil (1929 – 1945).** São Paulo: DIFEL, 1979.

\_\_\_\_\_. **Sexo, Poder e Letras na República Velha:** estudo clínico dos anatolianos. São Paulo:

Perspectiva, 1977.

MOSCOVICI, S **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MULLER, M. L. R. **As construtoras da Nação: professoras primárias na Primeira República**. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, RJ.

Anais eletrônicos, RJ, UFRJ, 2000. Disponível em

<[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/111\\_maria\\_lucia\\_r.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/111_maria_lucia_r.pdf)>. Acesso em: 19 de maio de 2009.

MUZZETI, L. R. **Trajetória social, dote escolar e mercado matrimonial: um estudo de normalistas formadas em São Carlos nos anos 40**. São Carlos: 1997. Universidade Federal de São Carlos (Tese de Doutorado)

NAGLE, J. **A Educação e a Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974

NERY, A. C. B. **A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional paulista (1922-1931)**. 1998. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

NERY, Ana Clara Bortoleto. (1993). **A Revista normal e o Movimento de Renovação Educacional em São Paulo (1925-1927)**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

NEVES, A.P.N. **São Carlos na esteira do tempo**. Ilustrações de Julio Bruno. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

NETO, A. F. et all. (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Aracruz - ES: Facha, 2000, v. 5, p. 73-112.

NOGUEIRA, L. **A mais antiga escola normal do Brasil (1835-1935)**. Oficinas Graphics do “Diário Official” do Estado do Rio de Janeiro - Niterói, 1938.

NOGUEIRA, M. A. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições**.

**Educação e Sociedade**, ano XXIII, n78, abril/2002. ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. S.P: Olho D'Água, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cultura e modernidade**. S.P: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **A moderna tradição brasileira, cultura brasileira e indústria cultural**. S.P.: Brasiliense, 1988.

PAIVA, V. **Um século de educação republicana**. Revista Pró-Posições Campinas, v. 1, nº 2, p- 7-21. Jul. 1990.

PAULILO, A. L. **Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920**. Rev. Bras. Hist. vol.23 nº.46, São Paulo, 2003.

PAVAN, D. O. **Duas Histórias relacionadas: As professoras Primárias Paulistas e o Sistema Nacional de Ensino**. (1930-1980). Unicamp, 2003. Tese Doutorado.

\_\_\_\_\_. **O cerimonial de formatura: representação simbólica do sucesso escolar**. Unicamp, 1996. Dissertação Mestrado.

PERECYN, M.T.G. **Os passos do Saber: A escola agrícola prática Luiz de Queiroz**. S.P. EDUSP, 2004

PEREIRA, L. **A escola numa área metropolitana**. São Paulo: Biblioteca Pioneira das Ciências Sociais, 1967.

PEREIRA, R. M. **Washington Luiz e a modernização de Batatais** . S.P.:Anna Blume/ FAPESP, 2005.

PERISSINOTTO. R. M,**Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, Tese de Doutorado , Instituto de Economia, Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_**Estado e capital cafeeiro em São Paulo(1889-1930)**. São Paulo: Fapesp; Campinas, SP: Unicamp, 1999, Tomo II, p. 190-191.

PEROSA, S. P. A aprendizagem das diferenças sociais:classe, gênero e corpo em uma escola para meninas, **Cadernos Pagu**, no. 26, janeiro-junho de 2006: pp.87-111.

PEIXOTO, A. M . PASSOS, M. (org) **A escola e seus atores** – educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica: 2005.

PIROLLA, M.C.G. **Memórias do Instituto: 1911-1976**. São Carlos: Camargo Artes Gráficas, 1988.

\_\_\_\_\_. **Resgate: crônicas da antiga São Carlos**. São Carlos: Felícia Ltda, 1998.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 43ª edição. S. P.: Brasiliense, 1998.

QUEIROZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 1997. t. III, v. 1.

REIS FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez: 1981.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos, **História da educação brasileira: a organização escolar**, São Paulo: Cortez & Moraes, 2007.

RISCAL, S. **As imagens construídas: o estudo das fontes para análise do papel dos profissionais da educação na construção da identidade da elite paulista (1900/1920)**. R.J.:2003. Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de História da Educação. Disponível em disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/141\\_sandra.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/141_sandra.pdf), acesso 15/03/2014.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SÁ NETO, F. **A civilização aos “Campos de Araraquara” e o processo de caracterização da identidade paulista com a chegada dos Arruda Botelho, da fazenda de criar à fazenda de café**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

SAES, A. M. **Industrialização e política local: constrangimentos na expansão da Companhia**

**Nacional de Tecidos de Juta no início do século XX**, XIII Encontro de história ANPHU.04 – 07 do -8 de 2008

SAES, F.A.M. . **Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930.S.**  
P.: IPE/USP, 1986 a.

\_\_\_\_\_. **A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira.** São Paulo:  
Hucitec, 1986 b.

SCHWARCZ, Lilian. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. Museu Paulista: história, mito e crítica. In: **Museu Paulista – As Margens do Ipiranga: 1800-1990.** Catálogo de Exposição. São Paulo: MP: Bradesco, 1990, p.23.)

SILVA, E. C. **A configuração do habitus professoral para aluno-mestre: A escola normal Secundária de São Carlos (1911-1923).** UNESP, 2009. Dissertação Mestrado.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976;

SOUZA, R.F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1880 -1910).** São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, R.F. et AL. **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHWARTZMAN, S. **As bases do autoritarismo brasileiro.** Ed. Campos: 1939

\_\_\_\_\_. **O ensino normal do Estado de São Paulo. (1890-1930).** USP, Tese Doutorado, 1979.

\_\_\_\_\_. **Contribuição para o estudo da escola normal brasileira.** Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, S.P., 1969. (Tese de Doutorado)

\_\_\_\_\_. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, maio-agosto 2000, p. 61-88

TANURI, L. M. **O ensino normal do Estado de São Paulo (1890-1930) USP,** Tese de

Doutorado, 1979

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3ª edição. Campinas, SP: Unicamp, I.E., 1998

TEIVE, G. M. **Uma vez normalista, sempre normalista**—cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (escola normal Catarinense -1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

TORELLI, L. S. **A Defesa do Café e a Política Cambial: os Interesses da Elite Paulista na Primeira República (1898-1920)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, (Unicamp), Campinas, 2004

TRUZZI, O. M. S. ; PALMA, R. P. Identidades e mercado de trabalho: Uma análise do perfil ocupacional dos latifúndios cafeeiros de São Carlos (1907). **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 91-110, 2009.

TRUZZI, O. M. S. ; BASSANEZI, S. B. População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907, in **Revista Brasileira de estudos populacionais**. vol.26 no.2 São Paulo July/Dec. 2009, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982009000200004> , acesso 19/03/2014

TRUZZI, O. **Café e Indústria: São Carlos: 1850 – 1950**. ED. UFSCar: 2000

\_\_\_\_\_. **Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade Rural em São Carlos (1873-1940)**. ED. UFSCar, 2004.

VALDEMARIN, V. T. **O discurso pedagógico como forma de transmissão de conhecimento**. *Cadernos do CEDES* (UNICAMP), Campinas, v. 44, 1998. p. 73-84.

\_\_\_\_\_. Lições de coisas: **Concepção científica e projeto modernizador para a sociedade**. *Caderno CEDES*, vol.20, nº.52, Campinas, Nov. 2000. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622000000300006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622000000300006&script=sci_arttext). Acesso em 28 de outubro de 2009.

\_\_\_\_\_. **O manual didático Práticas normais: Um estudo sobre mudanças e**

**permanências nas prescrições para a prática pedagógica.***Revista Brasileira de História da Educação.* Campinas, SP: Autores Associados,2001, nº 1.

\_\_\_\_\_. CAMPOS, D. G. S. **Concepções pedagógicas e método de ensino: o manual didático Processologia na escola primária.** *Paideia*, (Ribeirão Preto), v. 17, 2007. p. 343-356.

VASSELAI,F.**A locomotiva silenciosa: o não predomínio da política paulistana**

**Democracia de 1945.** Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Dissertação (Mestrado ) 2009

VEIGA, C. G. **A escolarização como projeto de civilização.** *Revista Brasileira de Educação*, set/out/Nov/dez, 2002, n21.

VEYNE, P. **Como se escreve a história – Foucault revoluciona a história.** Brasília, UnB, 1978.

VIDAL, D. **Cultura e Prática Escolar:** uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 2005

VILELLA, H. O. **A Primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX.** In: ARAÚJO, José Carlos, et al. **As escolas normais no Brasil:** do império a república. Campinas: Editora Alínea, 2008.

WALDMAN, T. C.O moderno bandeirante: Paulo Prado e a semana de 1922 In: **Seculum - revista de história.** No.28; João Pessoa, jan./jun. 2013

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva.** V.2. Brasília: UnB: 1999.

WRIGHT MILLS, C. 1985. A elite do poder: militar, econômica e política. In: Fernandes, H. (org.). **Wright Mills**, São Paulo, Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 48).

# ANEXOS



# ANEXO B - Grêmio Normalista 22 de Março

## CORREJO DE S. CARLOS

### Grêmio Normalista "22 de Março"

Conforme prometemos, abaixo publicamos, na íntegra, o trabalho inteligente e fecundíssimo da Escola Normal Secundária descolada, lido pela mesma na sessão literária-musical do Grêmio Normalista 22 de Março, ante-hontem realizada no amphitheatro daquelle estabelecimento de instrução:

Ilmo. Sr. Director, srs. Ientes, Senhoras e senhores.

Quando se trata do magno problema da educação—ninguém é heito incoerente a propria incompetencia para extrinseca á obrigação de trazer o seu contributo, minimo embora, em ordem a contribuir e applaudir, quando não seja possível auxiliar, os que da educação fazem o objectivo de sua vida, como natural e singelamente, no ambiente de modesta e acotovelado desta casa, madre e nossos mestres.

De mesmo modo que para o soldado, chamado a enfrentar o inimigo em defesa da Patria amada, seria acção execranda esquivar-se a pagar o seu tributo de sangue, allegando falheis e cogitagens—assim tambem para nós, que pretendemos a invésdura sacrosanta de evangelisadores da educação, acto abominavel seria aquelle pelo qual fúgissemos do cumprimento do dever de clamar, bem ou mal, debilmente ou com força—do modo que possível nos seja—em prol da educação, dessa educação que guia o rebento humano para a perfectibilidade e da qual anhelamos ardentemente ser missionarias.

Assim pensando, julguei que me cumpriria não desatender ao apello que me foi feito, e que estou, evitando uma desobediencia que se me antolhava sacro legio, occupando por momentos a vossa attenção.

Demais que poderia eu recelar? —A exhibição da insufficiencia para versar o assumto escolhido? Mas essa insufficiencia minha é notoria para os nossos mestres e, ao manifestar-me irracionalmente, sinceramente, despretenciosamente, não me impressiona o temor de aquiescêr-me.

O sarcasmo das collegas? —Tão pouco. Não foi para as collegas tão boas, tão unidas do espirito de solidariedade, tão benevolas na critica, tão compenetradas de caridade christã, que Edmond Picard lançou este texto de angustioso de descrença á critica corrosiva: «Qui donc, en présence de l'ignorance ou nos démontre de l'orgueil et de la fin de tout, nous a brutallement comparés à des volailles qu'on porte au marché, et qui, dans le sac ou encore sont misérablement entassés, trouvent encore à se déchirer? Telle est, hélas! notre condition».

Não, nesta casa não se ouvirá jamais não se ouvirá nunca simi fante grifa de agonia.

Todos os que me ouvem sabem que é o sentimento de solidariedade na pugna que emprehendemos em prol da educação a determinante deste meu acto, por todos devem estar convencidos de que, abstracção letta do pessimismo incredulo, ha um fundo de verdade nestes conceitos da responsabilidade de Fradique Mendes: «Tudo nós que vivemos neste globo formamos uma immensa caravana que marcha confiantemente para o nada. Cerca de uma natureza incognoscivel, impensavel, mortal como nós, que não nos entende, nem sequer nos vê e onde não podemos esperar nem socorro nem consolação. Se nos resta, para nos dirigir, na jornada que nos leva, esse secular preceito, summa divina de toda a experiencia humana —ajude vossus aos outros».

Posto este premoio á guisa de exposicão de motivos, entro no assumto na apreciação do qual

solicito mais do que a vossa attenção, a vossa benevolencia.

Primeiramente fallarei sobre os erros relativos ao vestuario e á alimentação.

Tratarei em segundo plano das falhas de educação referentes ao moral da creança, falhas estas tão communs em todos os lares e por isso mesmo a reclamar com effectivo.

Em toda a parte têm as mães pouca conta o vestuario de seus filhos. Sacrificam multos vestes sua liberdade, ataviando-os com vestes que lhes tolhem os movimentos ou por serem demasiado luxuosos ou por locarem ao excesso da moda.

Acontece ainda de trazerem seus filhinhos com vestes incompativeis com a estação.

Verificam-se mesmo multas mortes na idade devido o descuido das mães em vestir seus filhos.

Quando soprar um vento frio e penetrante não deixem ellas seus filhinhos de braços e pernas expostos, porque este frio prejudicial os á.

Não se aconselham vestidos pesados que cheguem mesmo a produzir um calor oppressivo, mas sim de tecidos que sejam suficientes para prevenir qualquer sensação de frio.

Todavia si aqui as mães de familia não incorrem tão frequentemente nesta falta, caem em outra mais grave e de consequências deploráveis, no tocante á alimentação.

No Brasil, como em quasi toda a parte, não se preocupam os pais com a alimentação de seus filhos. Sabem elles perfeitamente qual a ração que deve ser dada ao seu cavallito ou como alimentá-los seus cães de caça. No que diz respeito aos seus filhos, dizem-lhes entandadamente como si se tratasse de um facto discorde de sua dignidade: «Oh, euidem disse as mulheres?»

As creanças são, pois, alimentadas deficientemente e impropriamente.

De ordinario vêm se creanças sem dentes a comerem o que o stomacho de um adulto custaria a digerir!

Não se lhes dá aveia, tão nutrienste, nada de assucres porque enciam as indigestões, e nem frutas se lhes dá.

São suprimidos justamente os alimentos de que ella mais necessita.

Ha ainda a idéa arraigada: nem de apertura a variedade de nutricao. É um absurdo!

As creanças, muito mais do que os adultos, precisam de uma alimentação variada e multiva.

Porque? Inquirido logo. Um simples raciocinio demonstra a verdade dessa asserção. O adulto recebe da nutricao para prover o organismo do gasto diário e fornecer-lhe calor p. o. o dispêndio de todo o dia.

Aqui dessas duas funções que o stomacho realiza na homem, ella em, no rapaz a de criar tecidos e de determinar seu crescimento.

Muitos pais dão aos filhos, quando pequenos bebidas alcoolicas: estão preparando terreno para mais tarde seus filhos tendem para o alcoolismo.

Ha um outro erro para o qual se toma a liberdade de solicitar a vossa attenção, multas vezes praticada. Erro que se verifica e que tendes de mais caro, os vossos filhinhos.

Ha mães na illa sociedade que agem á necessidade de alimentá-los seus filhos. Porque o mal não está somente em dar-lhes alimentação artificial. Está na falta de hygiene das mamadeiras.

Ha não só estes erros prejudiciaes ao physico, mas ainda os que affectam os conflitos psychicos.

São innumeros! Salientaremos alguns.

Observa-se communmente em todos os lares o pessimo costume que têm as mães de prometterem aos pequeninos cousas irrealisaveis.

«Si você se comportar bem esta semana, mamãe compra um cavallinho de carne e osso para você».

A creança com a sua natural credulidade, com o seu espirito avesso á má fé, aos sophismas, passa este dia tal um aninho, dizendo sempre a seus amadas: «Mamãe disse que me dar um cavallinho de carne e osso».

Findo o prazo ella lembra á Mãelinha a promessa.

«Amathian, filhinho», responde-lhe ella acariando-lhe os cabellos.

E o ditoso *amathian* nunca chega, e o sonho da creança não se realiza.

Como estas, outras tantas promessas são feitas.

Qual o resultado? Com a continuação vem amortecendo o entusiasmo da creança ante as decepções seguintes á cada promessa e avivando nella o scepticismo, a indifferencia, e peor que elles, a pouca fé no que lhe diz a Mãe.

Não se prometta o que se não possa cumprir.

Assim como se obrigam a dar aos filhos bonecas que andam e fallam e cavallito de carne e osso, promettendo-lhes, si lhes desobedecerem—castigos horribes.

«Memmo, si você fór mau para o *Bi-hau*, outra vez, você fica sem sobremesa por multos dias» —fallam as mães com muita energia.

O pequeno irrequieto e peralta maltrata o Bichano que é um bello angora que a Mãe possuiu, castigando-lhe os olhos com calco de limão.

A mãã zangase, mas o doce não lhe falla ao jantar. Qual e mal a acção dos castigos somente promettidos?

As mães dessem no conceito de seus filhos: ellas tornam-se desobedientes, desconfiantes, desobedientes, tendo seus manes em conta de mediantes.

Conheço uma familia em que a mãe corrige os filhos do seguinte modo: «Minha filha, não ria assim tão alto! Temo d. Josephina em casa? Fulano, assente-se direito!» Corripção, menino! está como Dr. Sicrano».

Quando chegam em casa as pessoas que são modelos inconscientes das creanças, estas entre allanase, levam á bocca as mádoanias e riem das visitas. Não é só isso: querem mal a essas pessoas. *Corriçam os manes* os seus filhos, mas sem compará-los a uns e outros—estão apresentando-lhes os mais bellos exemplos a multar.

Estão despertando no coração puro da creança sentimentos mais.

Em uma familia de fina de educação o pequeno trata a creança de *apreendedor*.

Dahi a castigos o pequeno accusa-se da Mãe e diz-lhe:— «Mãe, você está zangada comigo?»

«Não, filhinho— responde carinhosamente— não estou zangada mas estou triste contigo. Ouvi a creança de quatro dizer que o filho do patrão e tão mal criado como qualquer garoto sem educação».

Como fizeste isso? Pois não e ella gente como nós mesmos?»

E o menino sente toda sua culpa e corre-se.

Os carinhos excessivos creanças *enfants gâtés* que são um terror na sociedade.

Geralmente as mães uzam, para que os bebês durmam logo, amonstrosos phantasmas, ou seja o Papão ou o Iósbomem, e que ellas visam (porque negar?) a sua comodidade. A hora em que já promptas para ir ao Lyceu, acordam um dos pequeninos e do

que, insiste para que a Mãe fique á sua cabeceira, qual o recurso?

Fazer com que a creança durma invadida pelo temor de all'aparecer o homem que rouba creanças.

Ordinariamente ouvem-se humilhações acres atiradas ás creanças. Chamam-lhes tolos, parvos, sem intelligencia, sem se aperceberem de que a creança tem sensibilidade e brios como o homem.

Não podem se delender (e ali della si assim procedem) pelo respeito aos paes e offendidos pelas humilhações intelligidas, tem como effeito deturpar a sua dignidade, o que futuramente trará diminos.

Muita vez a origem dessas humilhações é uma pergunta ingenua e natural formulada pela creança. Tudo ellas querem saber com sua encantadora curiosidade! Como accrescimo ás humilhações, creanças são alvo de escarnos, moças ao pequeno curioso.

As humilhações atrophiam os sentimentos da creança; a humilhações deturpam o seu moral. Ellogiam-lhes a intelligencia, a graça, a belleza. E essas palavras gostosamente ouvidas pelas creanças vão alvando em si a alma um cullo á validade. E mais tarde as proprias mães não podem compreender como a validade alastrou e creou raizes na vida de seus filhos.

Qual a origem de todos esses erros?

Sendo a mulher o guia das creanças, o mal está todo na má educação que ella tem. As mães fadas dão pelos filhos todo o seu coração, *perle maxima do seu raciocinio*.

A mulher, pela sua affectuosidade, pela sua ternura merece a honra de ser como educadora.

Mas si não tem preparo para tal, como poderemos della exigir um *magis otioso* na educação de seus filhos?

Descendente de portuguezas, della herdou a mulher brasileira o modo de viver e a educação. Vivendo pouco com o mundo, não tinha interesse algum pela vida social. Si em Portugal vivia a mulher em conventos, quando solteira e após o casamento em clausurada em sua morada, aqui restringiram-se mais esses usos. Para mulher portugueza de outra, diz um escriptor lutzano:— «O melhor livro é a almofada e o bostidor, etc.»

Haia ainda um outro factor collaborando para a má educação da brasileira. Eram, por necessidade de trabalho, as negras africanas. Estas eram o repositório maximo de crendices que, embora nos forcemos por destruir, deixaram vestígios que muito vez surgem das profundezas do subconsciente.

Alguns das superstições resultantes do continuo conviver com africanas, ha a accrescer ainda as que legou o elemento selvagem.

Todavia, um acontecimento veio alterar profundamente a organização dos nossos lares.

A libertação dos escravos fez com que de nossas familias se fossem dispersando as africanas.

Invadido então o Brasil a immigração. Os estrangeiros exerceram grande influencia em nossa organização, em nossos costumes, em nossa vida.

A mulher brasileira airon se entusiasmou com os romances francezes, aos jornaes de moda: por que então reconheceu ella a necessidade de conhecer mais o mundo.

Os haendeiros ricos (haviamos aquilhe tempo em abundancia) mandavam seus filhos para Paris. De li vinham elles, espedicidos da lingua patria, mas bem lembrados de tudo que não era nosso.

Com as modas e maneiras francezas veio um pouco de cultura, mas alihi começou a nossa desnationalisação.

As mulheres sem preparo solido do espirito receberam essa

villosa artificialmente—civilisacão que procede mais da modista, do cabeleireiro, da costureira, do romance francez, etc.»

Nada de util se firmou na educação da mulher; porque, esta, da ignorancia em que estava, das trevas em que seu espirito jazia, passou, de um salto, a ler francez ou inglez, a cantar em publico, a dedicar-se a desportos, com seu espirito a nadar em uma luz artificial.

E ella desnationalizou-se.

A mulher brasileira era precisa uma evolução mais lenta, mais util, mais firme, mais bem orientada.

Ora, a educação da mulher deve comprehender uma cultura de espirito que lhe faça ver quaes seus deveres na nobre e elevada missão de filha, de esposa e mãe.

Exige-se para desempenhar com brilho essas tres funções, uma educação bem allegrada e que ella saiba o que não é possível ignorar.

Não se quer fazer della uma sábia.

Molécra, nas suas celebres «Sapich-nas» diz em um verso qual deve ser a educação feminina. Deve ter mulher—clarité de tout.

Tendo luzes de tudo as mães poderão cuidar melhor da alimentação, do vestuario e da hygiene de seus filhos, proporcionando-lhes alimentação concentrada e boa, porque antes de tudo—cure-se do animal.

Quanto á hygiene as mães zelm pouco: quer do asseio do corpo de seus filhos, da sua roupa, de seus dormitorios.

Não é num ranchito, num de passagero por má alimentação, enfraquecido pela falta de hygiene, que se vai encontrar uma intelligencia lucida e aproveitavel.

Bem orienta' a darão aos seus filhos liberdade de accão, gymnastica, brincoes infantis.

Com aquella desenvoltura e physico com estes terão ellas a alma preche de alegria, que na phrase já seida porém justa—é o melhor dos tonicos.

Si visamos a educação do educando de accordo com seus fins mais collectividade, a educação deve ser para o Brasil.

Aqui, em toda a sua intelligencia pode ser observada a enorme lacuna da instrução feminina. A mulher brasileira, em geral, desconhecia sua patria: ignorava pois, para que futuro preparava seus filhos.

Não sabia cultivar na alma infantil o amor patria, porque desconhecendo sua patria não sabia amála nem comprehendê-la.

Ignorava a sua geographia, sua historia, sua litteratura.

Outrora a escravidão era o laço que ligava o povo á sua terra. Foi o antidoto contra a desnationalisação. Os pretos velhos, as mucucas que á noite narravam aos filhos de seus senhores, lendas, contos, fanthasmas de seus avós, deixavam nessas almas alguma cousa da Patria, pelas suas tradições.

Alheia então ás cousas da Patria, com a alma cheia de superstições, não podia a mulher educar salutar e convenientemente seus filhos.

Dahi a razão da má educação moral ministrada ás creanças pela mãe.

Por isso as *promessas vis*, os horribes castigos promettidos e não cumpridos, e habito de atemorizá-los e ainda (com que desamparo!) a necessidade de disfarçarem perante seus filhos quando estes lhes perguntavam onde ficava tal cidade, quem foi Floriano Peixoto ou o Padre Antonio Vieira.

Mas, vac por 30 annos, que melhora a educação feminina no Brasil com a criação das Escolas Normaes.

Estas vieram sacorrer as moças.

Continua na 3.a pagina

CORREJO DE S. CARLOS

S. CARLOS TENNIS CLUB

A sessão inaugural da secção de danças

Consoante noticiámos, realizou-se sabbado, na sede do «S. Carlos Tennis Club», a sessão inaugural da secção de danças, com a presença das eximas famílias da «elite» sancarlens.

Aberta a sessão, ás 21 horas, pelo presidente da sociedade sr. dr. Fonseca Rodrigues, os srs. drs. João Pedroso e Carlos da Silveira, convidados, recitaram duas bellissimas poesias—o primeiro uma de Martins Fontes e o segundo uma de Olavo Bilac, tendo sido muito applaudidos.

Em seguida foi feita a distribuição das medalhas aos vencedores do ultimo campeonato de tennis, respectivamente as duplas Pellegrino—Linneu e Zico—Mário, tendo as medalhas sido entregues pelas senhoritas Maria Annunciada Rodrigues, Anitta Botelho e Nancy Caramuri.

Depois, as gentis senhoritas Mariinha Machado e Sebastiana Braga executaram ao piano admiráveis peças, tendo sido muito applaudidas.

Declarando o sr. dr. presidente encerrada a sessão, teve inicio o baile, que se prolongou até ás 3 horas, de domingo, abrilhantado pela excellente orchestra do Theatro S. Carlos, regida pelo distincto pianista Almiro Machado.

Dentre as muitas pessoas que compareceram conseguimos no-lar as seguintes:

Dr. Fonseca Rodrigues, presidente do «S. Carlos Tennis Club»; Albertino Pinto, secretario; dr. Mergulhão Lobo, dr. Gastão de Sá, dr. Carlos da Silveira, dr. Waldomiro Caleiro, dr. Eucario Novaes, dr. João Pedroso de Camargo, dr. Humberto Soares de Camargo, dr. Alfonso Pires Fleury, dr. Oscar Canguçu, dr. Rodolfo Fehr, dr. F. Oliveira Penteadó, dr. Antonio Magalhães, Domingos Marinho de Azevedo, cap. Casimiro Guimarães, João Priester, Lazaro Pacheco de Toledo, Fernando Toledo, Moacyr Silva, Raphael Sampaio, Luiz Sampaio, Raphael Doria, Horacio Pi-

Loja do Povo

Bandeira vermelha á porta

RUA GENERAL OSORIO, 125---S. CARLOS

Casaca com ramos cores firmes, metro	\$550
Chitas levantines	\$500
Brim Colonial	\$800
escuro	\$900
Etamines enfastadas todas as cores	1\$600
Recame fantasia	\$800
Colchas de Fustão, casal, superior	12\$000
solteiro	4\$500
1 peça de algodãozinho 10 metros	7\$000

Se nós pudéssemos, neste jornal, pôr a nossa mercadoria em vivo, haviam de ver as boas qualidades e o nosso colossal stock e preços baratissimos

Para o inverno

Flanellas, cobertores, casimiras, gabaraines pelles, sobretudos, etc., etc.

Uma visita ao nosso estabelcmento

res de Castro, Demetrio Angriani, Francisco Pellegrino, Alberto de Castro Pereira, Paschoal Veltri, José de Arruda Campos, Carmello Damiano, José de Oliveira Pinto, Alberto Cattani, Thomaz Gregori, João Baptista de Toledo, Mario Paganí, Francisco Tavares, Sizenando de Toledo, Nephtaly Hermann, Juvenal Martins, Sillas Barros, Olegario Guimarães, Quintino de Sá, Paulo Sales, Renato Porto, Fleury junior, Ubaldo Giannotti, Julien Fauvel, Olympio Vibonatti, Jorge Barbato, Luis Caldeira, Almiro Machado, José Maria Galvão, Casimiro Guima-

rães Junior, Alfredo Pizapio, Manoel de Arruda Filho, Sebastião Sampaio, Guilherme Guedes e Eduardo de Oliveira.

Senhoras: Dr. Carlos da Silveira, dr. Waldomiro Caleiro, dr. Fonseca Rodrigues, Paschoal Veltri, Olympio A. de Oliveira, dr. Mergulhão Löbe, Atila Leite, João Baptista de Toledo, Horacio Pires, Juvenal Martins, dr. Ernesto Abbt e Annibal Caldas.

Senhorinhas: Mariinha Machado, Maria Annunciada Rodrigues, Marietta Rodrigues Lucinda de Mattos, Judith Rodrigues, Dinorah Toledo, Albertina e Iracema Ar-

" A Sul Am

Companhia de Seg

FUNDO DE GAR

Séde Social—Rio de Janeiro. — Mais de 43.500:

PROSPECTOS E INFORMA AGENTE NESTA

— JOSE BENTO

Não deixeis para amanhã o q Fazer um seguro de Vida cia, fazel-o na «SUL AMERICA economias judicio Escriptorio: Rua Babyllonia, 1

QUEF

mandar collocar vid lo telephone 191. Ha só pelo preço, com E' SO' NA VIDRAC. Rua Conde n. 33 f

ruda, Arminda e Jessie Arruda, Lourdes, Esther e Cotinha Pinho de Oliveira, Philomena e Clotilde Guimarães, Aracy Botelho, Anniota Botelho, Zuleika Valentie, Elza Romilda e Antonietta Damiano, Amelia Salino, Clementina Caldas, Jacy e Aurilita Penteadó, Maria Martins, Nancy Caramuri, Mariquinhas Gonçalves e Saphia Abbt.

Theatros e...

S. Carlos

ALICE BRADY A insigne "estrela" da "Word Pictures Brady Made" apresenta-se nos hoje stravez grandiosa produção "A cila-da", primorosamente posta em scena sob a direcção de William Brady. Essa grande artista é uma

RELOJOARIA CENTRAL

RUA S. CARLOS N. 155

Ao lado do Hotel Accacio - Tele

A que mais barato vende

## APÊNDICE

## APÊNDICE A – Eventos Importantes Na Cidade

**A inauguração da Bitola Larga**, grande evento que marcou a cidade pela conclusão de um trecho ferroviário que ligava a cidade de São Carlos e Rio Claro. À frente da máquina, que levou o primeiro comboio de autoridade municipais civis, militares e judiciais, por essa via, falou o *Dr. Atugasmin Médice*, como representante da Câmara Municipal, felicitando a Companhia Paulista da Estradas de Ferro pelo melhoramento trazido à cidade. Fazia parte da comissão dos festejos o lente *João Augusto de Toledo* que proferiu um discurso, para saudar a Companhia Paulista da Estrada de Ferro. Após as cerimônias de inauguração, foi oferecido um baile (aberto à população) em homenagem aos membros da comissão da Companhia e as demais autoridades do evento, no salão nobre do Clube São Carlos (22/05/1916, “Correio de São Carlos”);

**Inauguração das obras de capacitação do novo manancial para o aumento de abastecimento de água da cidade.** Ao lado das autoridades municipais civis e judiciárias da comarca, estavam o diretor e vários lentes da Escola Normal e diretores de outros estabelecimentos de instrução, cuja palavra foi dada ao lente da Escola Normal, *Dr. Theodorico de Camargo*, que proferiu um discurso saudando o governo municipal pela iniciativa (24/03/1917, “Correio de São Carlos”);

**Inauguração da Linha de Tiro nº 148**, sede instalada à Praça do Rio Branco, próxima à Escola Normal. Entre as pessoas convidadas para o exercício de tiro, estavam o senhor capitão Elias de Camargo Salles, prefeito municipal, seguindo-lhes os senhores; Major Pedro Prado, cel. José Franco de Camargo, Eduardo de Abreu Silva, drs. Mergulhão Lobo, promotor da comarca, Antonio do Amaral Camargo, Eurico Pereira e *Astor dias de Andrade*”. Um mês após a instalação da Linha do Tiro, nº 148 o Secretário de Interior pediu ao comando da sexta região militar para que fosse ministrado aos alunos da Escola Normal de São Carlos, instrução militar pelo instrutor da linha de tiro local. Daí podemos deduzir que a instalação da sede da Linha do Tiro, nº 148 próxima a Escola Normal não foi por acaso, fazia parte de um sistema de representações de capital simbólico propagados pela escola. A Linha do Tiro fazia o papel de complementar a formação cívica e patriota destinada aos alunos porque após a instalação desta Linha observamos a participação dos atiradores nos eventos cívicos da escola e da cidade. Entre os eventos podemos citar a

presença dos atiradores no culto a bandeira realizado no dia 15 de novembro de 1917. Além disso a relação dos atiradores com a escola se estabelecia também na própria sede da Linha de Tiro, cujos lentes como *Dr. Astor Dias de Andrade*, *Dr. Dagoberto Salles* e *Dr. Carlos da Silveira*, compunham ao lado do capitão Elias Augusto de Camargo Salles, prefeito municipal, entre outros nomes, as mesas de presidências das palestras cívicas constantemente realizadas pela linha de tiro local. Em matéria publicada no Correio de São Carlos no dia 08/01/1921, podemos observar a relação que existia entre essas duas instituições; o diretor geral do tiro de Guerra do Rio de Janeiro, “*endereçou uma carta ao diretor da Escola Normal de São Carlos felicitando o instrutor de tiro da escola normal “Sargento Jacques”os moços são-carlenses pelo “brilhante” resultado obtido no último exame de reservistas que tão bem souberam demonstrar o seu amor a nossa pátria.*” A inauguração da Linha de Tiro foi, portanto um evento de grande importância para a conservação do capital simbólico da escola. “Os briosos moços” da linha do tiro, como os soldados, assim eram chamados, pela imprensa o “Correio de São Carlos” (1917) representavam exemplos de virilidade e civismo, por isso tinham presença garantida nos eventos cívicos da cidade e estreitavam vínculos sociais com autoridades intelectuais e políticas, inclusive com próprios lentes e professores da Escola Normal. **(07/08/1917, “Correio de São Carlos”);**

**“Excursão pelo interior – chegada da Embaixada Italiana em São Carlos”** chefiada pelo senhor Deputado Dr. Vito Luciani. No banquete oferecido pela Câmara Municipal, estiverem presentes a embaixada italiana, sentada na parte central e, à sua direita, os notáveis senhores Candido Motta, Capitão Elias Augusto de Camargo Salles, Comendador Borghetti, Dr. Amilcar Marchissini, *Dr. Theodorico de Camargo*, Comendador Ermelindo Mattarazzo, *Dr. Astor Dias de Andrade*, Hortência Pugliesi, Dr, Raymundo Candido de Mergulhão Lobo, Joaquim Florencio do Amaral, José Camargo Carlos Facchina, Marcolino Pellicano, *Prof. Ezequiel de Moraes Leme*, Prof. Anibal Caldas e o Prof. Elisiário Fernandes de Araújo. O Dr. Professor Elisiário Fernandes de Araújo, advogado por formação, exerceu a administração do Grupo Escolar Cel. Paulino Carlos e em 1921 foi nomeado lente de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal de São Carlos, em substituição a cadeira do Dr. Carlos da Silveira. **(07/07/1918, “Correio de São Carlos”);**

**“Fundação de um curso de ginástica física infantil** pelo professor de ginástica esportiva da escola normal, Guilherme Thiele. **(17/01/1918, “Correio de São Carlos”);**

**Sessão solene da inauguração da sede da comissão regional de escoteiros da cidade de São Carlos.** Na inauguração, além dos membros da associação, estiveram presentes o

diretor da Escola Normal Mariano de Oliveira que, nos anos vinte, tornou-se delegado da Associação Brasileira de Escotismo, o Professor Elisário Fernandes de Araújo, diretor do Grupo Escolar Coronel Paulino Carlos, e os lentes da Escola Normal: Sebastião Pontes, *Dr. Carlos da Silveira* (foi presidente da Região de Escoteiros de São Carlos) Domingos de Vilhena (professor que acompanhava os escoteiros em excursões cívicas) e *Ezequiel de Moraes Leme* (28/10/1919, “Correio de São Carlos”) Ao lado da Linha do Tiro, os escoteiros, por serem símbolos de patriotismo, também desempenharam importante papel na conservação do capital simbólico propagado pela Escola. Faziam demonstrações cívicas aos alunos da Escola Normal e recebiam instruções dos lentes dessa e dos professorandos. Os lentes da Escola Normal acompanhavam os escoteiros em suas excursões de propagandas cívicas como as realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Taubaté, Campinas e Jacareí (1921). Dentre os professores e lentes que faziam parte dos membros da Sociedade Regional de Escoteiros estavam: o Drs. Atugasmin Médice, Astor Dias de Andrade, Carlos da Silveira, Dagoberto Salles Mariano de Oliveira, e os senhores Guilherme Thiele (Professor de Ginástica Educativa) Lázaro Lozano (Professor de Música), Sebastião Paulo de Toledo Pontes (lente de Física e Química), João Augusto de Toledo e o secretário Dr. Waldomiro Calleiro.

**Inauguração dos retratos, pintados a óleo, pelo professor da Escola Normal, Raphael Falco, na galeria da municipalidade, do prefeito municipal Capitão Elias Augusto de Camargo Salles e do presidente da Câmara Capitão Delfino Martins de Camargo Penteado**, como símbolo de homenagem prestada por um grupo de amigos, no qual encontram-se os *Drs. Theodorico de Camargo e Dagoberto Salles*, sendo este, membro da comissão ofertante e o responsável pelo discurso de abertura, na sessão solene de inauguração dos retratos. (07/09/1919, “Correio de São Carlos”)

**Comemoração Cívica em homenagem ao Centenário da Independência.** A comissão encarregada de promover as ermas do patriarca José Bonifácio e do Barão do Rio Branco ficou constituída pelos presidentes de honra os senhores: Capitão Elias Augusto de Camargo Salles, *Dr. Dagoberto Salles*, Dr. Affonso Pires Fleury, Cel Bento Carlos de Arruda, Capitão Eugênio Franco de Camargo e Berlamínio Indálecio de Souza e, como membros, os senhores *prof. Arthur Riedel*, Dr. Balmiro Palmieri, Quintino Gastão de Sá e o Dr. Antônio de A. Camargo. (13/09/1921, “Correio de São Carlos”)

**Visita do Presidente da República a São Carlos.** O presidente, Dr. Epitácio Pessoa, foi recepcionado por alunas da Escola Normal, professores e alunos de outros estabelecimentos de ensino, que prestaram homenagens para recepcioná-lo. As saudações oficiais ficaram ao

encargo do presidente da Câmara, o *Dr. Dagoberto Salles*, o qual proferiu um eloquente discurso em nome da população de São Carlos **(24/08/1921, “Correio de São Carlos”)**

**A chegada dos aviadores lusitanos em São Carlos – Raide Lisboa-Rio.** Dois aviadores portugueses, Sacadura Cabral e Gago Coutinho, foram recebidos com festas e homenageados pelo agente consular de Portugal, na cidade de São Carlos, pelo trajeto que concluíram de Lisboa ao Rio de Janeiro. A convite do agente consular, o vice- prefeito em exercício, o sr. Berllamino Indálecio de Souza proferiu sessão solene em homenagem aos aviadores. Como secretários da sessão, o vice-prefeito convidou os professores *Antônio Firmino de Proença* e José Ferraz de Camargo. **(20/06/1922, Correio de São Carlos)**

## **APÊNCIE B- Descrição dos Eventos Organizados pelo Grêmio**

**1912** Sessão Cívica em homenagem póstuma ao Barão do Rio Branco com palestra do professor João Lourenço Rodrigues. Como parte da programação, o Grêmio promoveu solenes exéquias na Igreja Matriz (Catedral).

**1913** Comemoração Cívica em homenagem à memória de Tiradentes Como parte do programa, o Grêmio promoveu solenes recitais

**1915** Comemoração cívica em homenagem à libertação dos escravos, palestra do professor Dr. Theodorico de Camargo

- A pianista Guiomar Novaes parabeniza ação do Grêmio por ter-se feito, representar no seu festival, ocorrido no Teatro Municipal de São Paulo.

**1916** Homenagem ao aniversário da Escola

- Sessão Cívica organizada pelo Grêmio, em homenagem ao descobrimento do Brasil, conferência do Professor Carlos da Silveira (tenho o programa);
- Sessão Cívica organizada pelo Grêmio, em homenagem à abolição dos escravos, conferência do Professor Ezequiel Moraes de Leme;
- Participação do Grêmio, na sessão cívica, em homenagem à Proclamação da República, conferência do Professor Dr. Dagoberto Salles;

**1917** Homenagem ao Aniversário da Escola

- Grêmio publica no “Correio de São Carlos, uma matéria sobre os benefícios da Arte para o desenvolvimento integral do homem.
- Sessão Cívica organizada pelo Grêmio, em homenagem ao descobrimento do Brasil, conferência do Professor Ezequiel de Moraes Leme;
- Piquenique organizado pelo Grêmio, na “Fazenda Canchim” de propriedade do Coronel Marcolino Lopes Barreto
- Sessão Cívica organizada pelo Grêmio, em comemoração à libertação dos escravos, palestra do Professor João Augusto de Toledo;
- Início das reuniões públicas, organizadas semanalmente pelo Grêmio, como incentivo para o desenvolvimento intelectual dos futuros professores. Nessas reuniões, os estudantes, acompanhados pelos professores, faziam a exibição de temas variados do cotidiano social;

- Participação do Grêmio na Comemoração Cívica em homenagem à Proclamação da República, conferência do Professor Sebastião de Toledo.

**1918** Em comemoração ao aniversário da escola o grêmio, organizou um passeio campestre à Fazenda Palmeiras, de propriedade do prefeito José Augusto de Oliveira Salles;

- Participação do grêmio na festa comemorativa, ocorrida no Derby Club em homenagem a Inconfidência Mineira;
- Participação do Grêmio na sessão cívica em homenagem à abolição dos escravos, palestra do Dr. Spencer Vandré, lente convidado da Academia de Direito. Como agradecimento ele doou 106 volumes da Revista da Instituto Histórico e Geográfico do Rio;
- Início do Sarau Literário –Musical promovido pelo Grêmio, aberto à população. Geralmente acontecia às quartas-feiras.
- Os alunos da Escola Normal receberam um telegrama, pela iniciativa de promoverem um jubileu literário, em homenagem ao senador da República, Rui Barbosa;
- Participação do grêmio na comemoração cívica em homenagem à Proclamação da República. O delegado Dr. Luiz Silveira, membro da liga nacionalista, foi convidado pela escola a falar sobre o tema.

**1919** Sarau Literário Musical promovido pelo Grêmio

- Homenagem do grêmio ao aniversário da escola;
- Festa Cívica na escola em comemoração ao descobrimento do Brasil;
- Sarau literário-musical do grêmio, em comemoração à Independência do Brasil.

**1920** Homenagem do grêmio em comemoração ao aniversário da escola na fazenda do senhor Firmão Pompeu em Babyllônia.

- Participação do grêmio na sessão cívica em homenagem a libertação do escravos;
- Comemoração cívica em homenagem a inauguração do retrato de patriarca da Independência José Bonifácio;
- Participação do Grêmio na sessão cívica em homenagem à Proclamação da República.

**1921** Comemoração, pelo Grêmio, do aniversário da escola, em homenagem a memória do Professor Juvenal Penteado

- Festa cívica, na escola, em homenagem ao 99º aniversário da abdicação do imperador no Brasil.

**1922** Participação do Grêmio, em homenagem à Proclamação da República

- Passeio campestre (Convescote) organizado pelo grêmio na fazenda do lavrador João Manuel de Campos
- Passeata cívica em comemoração a libertação dos escravos. Após a passeata foi dado início ao sarau musical produzido pelo Grêmio.